

VICTORIA DE AZEVEDO BRAGA TATINI

**ESTUDO DA INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL NOS SÍTIOS INDUSTRIAIS
TOMBADOS DE CAMPINAS-SP**

BAURU

2022

VICTORIA DE AZEVEDO BRAGA TATINI

**ESTUDO DA INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL NOS SÍTIOS INDUSTRIAIS
TOMBADOS DE CAMPINAS-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", câmpus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.
Orientador: Dr. Eduardo Romero de Oliveira

BAURU

2022

Tatini, Victoria de Azevedo Braga.

Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP/ Victoria de Azevedo Braga Tatini, 2022.

284 f.

Orientador: Eduardo Romero de Oliveira

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2022.

1. Interpretação patrimonial. 2. Patrimônio Industrial. 3. Políticas públicas. 4. Diretrizes. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE VICTORIA DE AZEVEDO BRAGA TATINI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 09:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de VICTORIA DE AZEVEDO BRAGA TATINI, intitulada **Estudo da Interpretação Patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Doutor EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESPFCLEAssis, Professor Doutor VLADIMIR BENINCASA (Participação Virtual) do(a) Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Prof(a). Dr(a). MARÍLIA XAVIER CURY (Participação Virtual) do(a) Museu de Arqueologia e Etnologia / Universidade de São Paulo. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **Aprovado**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professor Doutor EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Eduardo, por ter aberto e me guiado nesse caminho da pesquisa acadêmica. Se hoje me sinto realizada com meu trabalho, é devido à paciência, dedicação, compaixão, entusiasmo e curiosidade contagiante do professor que me acompanha nessa jornada desde o início. Minha gratidão e minha admiração são imensuráveis.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de mestrado (Processo Fapesp nº 2020/04940-1).

Agradeço à equipe do projeto Memória Ferroviária, que me permite trabalhar e compartilhar experiências com pesquisadores e amigos que admiro e que me auxiliam sempre.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGARQ da Unesp de Bauru pela paciência e empatia com minhas dúvidas e solicitações.

Agradeço aos funcionários do CIS-Guanabara e da A. A. Ponte Preta em Campinas por terem me recebido, me mostrado os sítios e respondido todas as minhas questões. Agradeço também aos funcionários que não puderam me guiar por outros sítios, mas me permitiram acessá-los.

Agradeço imensamente aos meus pais, que me acolheram de volta em sua casa durante a pandemia para que eu pudesse me dedicar ao mestrado. Obrigada por possibilitarem que eu faça o que me deixa feliz. Agradeço aos meus irmãos, especialmente ao Alexandre, pela companhia e apoio durante todo esse processo. Obrigada por tornarem tudo melhor.

Agradeço aos meus amigos e meu namorado, por ouvirem meus lamentos, comemorarem minhas vitórias e me permitirem falar demais sobre interpretação patrimonial a qualquer momento.

Resumo

A preservação do patrimônio edificado é um processo constituído da identificação, conservação, proteção, gestão e divulgação dos bens, com o objetivo de salvaguardar os testemunhos da humanidade para gerações atuais e futuras. No entanto, os processos de gestão e divulgação nem sempre garantem o acesso físico e intelectual aos espaços protegidos, dificultando ou até impossibilitando a interpretação patrimonial. Este trabalho pretende estudar como é feita a interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas/SP, com objetivo de elaborar diretrizes de interpretação aplicáveis a espaços industriais íntegros ou contendo ruínas. Para tal, será estudada bibliografia correspondente aos temas de interpretação patrimonial e patrimônio industrial, serão analisados exemplos nacionais e internacionais de planos e ações de interpretação eficientes em sítios industriais e serão levantados os planos e ações existentes para os bens estudados de Campinas, possibilitando uma análise com todas as informações necessárias para elaborar as diretrizes. Espera-se chegar a diretrizes que orientem a implantação de planos e ações interpretativas que considerem efetivamente tanto a qualidade comunicativa do patrimônio quanto as características dos bens industriais.

Palavras-chave: Interpretação Patrimonial; Patrimônio Industrial; Políticas Públicas; Planejamento; Diretrizes.

Abstract

Heritage preservation is a process consisting of identification, conservation, protection, management, and dissemination of monuments and sites, aiming to safeguard the testimonies of humanity for current and future generations. However, management and dissemination processes do not always guarantee physical and intellectual access to protected sites, making heritage interpretation difficult or even impossible. This work intends to study how interpretation is done in protected industrial sites of Campinas, Brazil, with the goal of elaborating interpretation guidelines applicable to both intact industrial sites and those in ruins. For this purpose, bibliography corresponding to the themes of heritage interpretation and industrial heritage will be surveyed, national or international examples of efficient interpretative plans and initiatives on industrial sites will be analyzed, and the existing plans and initiatives for the studied cases in Campinas will be identified, thus allowing an analysis with all the necessary information to elaborate the guidelines. It is expected to elaborate guidelines for the implementation of interpretative plans and initiatives that effectively consider both the communicative quality of heritage preservation and the characteristics of industrial heritage.

Keywords: Heritage Interpretation; Industrial Heritage; Policies; Planning; Guidelines.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização do município de Campinas no estado de São Paulo	14
Figura 2 - Distribuição dos bens industriais tombados no município de Campinas	15
Figura 3 - Grade metálica delimitando a área de acesso na plataforma da estação.....	744
Figura 4 - Elementos característicos da estação.....	755
Figura 5 - Elementos característicos no deck da Lanchonete da Estação	766
Figura 6 - Sinalização de segurança na Estação Cultura.....	766
Figura 7 - Estado de conservação da Sala dos Toninhos	77
Figura 8 - Estado de conservação do edifício dos Lemos	78
Figura 9 - Terreno do pátio da Estação Cultura utilizado como estacionamento.....	79
Figura 10 - QR Code do projeto Territórios do Comum na parede da Estação Cultura	80
Figura 11 - Painel de sinalização turística localizado no Largo da Estação.....	811
Figura 12 - Conjunto de edifícios residenciais e comerciais da Vila Industrial	822
Figura 13 - Conjunto de edifícios residenciais e comerciais da Vila Industrial	822
Figura 14 - Estado de conservação atual do Museu da Cidade e entorno	844
Figura 15 - Estado de conservação atual da fachada da antiga companhia Mac Hardy.....	855
Figura 16 - Remanescentes e chaminé da antiga companhia Mac Hardy	855
Figura 17 - Estado de conservação e uso atual do Palácio da Mogiana e entorno	866
Figura 18 - QR Code instalado na parede externa do Palácio da Mogiana.....	87
Figura 19 - Estado de conservação externa atual do CIS-Guanabara	88
Figura 20 - Estado de conservação interna atual do CIS-Guanabara	88
Figura 21 - Fotografias da paisagem ferroviária presentes em sala multiuso	900
Figura 22 - Elementos característicos existentes no CIS-Guanabara.....	900
Figura 23 - Estado de conservação externo do estádio Cerecamp	911
Figura 24 - Estado de conservação das arquibancadas do estádio Cerecamp	91
Figura 25 - Estado de conservação atual da área do conjunto pertencente à BDI Real Estate. 922	
Figura 26 - Estado de conservação atual da fábrica de chapéus Cury	933
Figura 27 - Elementos característicos remanescentes no letreiro da antiga fábrica de chapéus Cury.....	944
Figura 28 - Chaminé da antiga fábrica de chapéus Cury	955
Figura 29 - Estado de conservação a antiga fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A	966
Figura 30 - Detalhes arquitetônicos e placas na Igreja do Nazareno Central de Campinas	966
Figura 31 - Estado de conservação da parte da Ponte Preta mantida pela prefeitura.....	98
Figura 32 - Estado de conservação da parte da Ponte Preta mantida pelo Colégio Adventista de Campinas.....	98
Figura 33 - Estado de conservação da Vila Operária dos Ferroviários da Companhia Paulista	99

Figura 34 - Elementos em exposição no Memorial da Ponte Preta no Estádio Moisés Lucarelli	1011
Figura 35 - Elementos em exposição no Memorial da Ponte Preta no Estádio Moisés Lucarelli	1011
Figura 36 - Estado de conservação externa do Estádio Moisés Lucarelli	1033
Figura 37 - Sinalização turística indicando o Estádio Moisés Lucarelli	1033
Figura 38 - Estado de conservação de um dos edifícios do conjunto da antiga Indústria de Seda Nacional	1044
Figura 39 - Estado de conservação de um dos edifícios do conjunto da antiga Indústria de Seda Nacional	1055
Figura 40 - Chaminé entre os edifícios do conjunto da antiga Indústria de Seda Nacional...	1055
Figura 41 - Acesso à Subestação Lix da Cunha pela Avenida Lix da Cunha	1066
Figura 42 - Acesso à Subestação Lix da Cunha pela Rua Eugenio Ferreira Camargo	10707
Figura 43 - Elementos característicos remanescentes no conjunto da Subestação Lix da Cunha	10808
Figura 44 - Dimensão e estado de conservação do edifício do Curtume Cantúsio	10909
Figura 45 - Edifício do Curtume Cantúsio aberto e em uso	10909
Figura 46 - Bonde utilizado na operacionalização do passeio no Parque Portugal.....	1100
Figura 47 - Painel interpretativo no Parque Portugal de modelo similar ao presente no Largo da Estação	1111
Figura 48 - Painel interpretativo no Parque Portugal de modelo atualizado	1111
Figura 49 - Visão lateral da fachada da antiga Casa de Força/ Escritório do Ramal Férreo Campineiro.....	1123
Figura 50 - Fachada atual da antiga Casa de Força/ Escritório do Ramal Férreo Campineiro	1136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Editais relacionados à difusão do patrimônio disponibilizados pela modalidade ProAc Editais.....	666
Tabela 2 - Tipos de difusão propostos por projetos aprovados na modalidade ProAc ICMS	68

LISTA DE SIGLAS

ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária
CENEAM – *Centro Nacional de Educación Ambiental*
CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CSPC – Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural
EMDEC – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
EP – Educação Patrimonial
ERIH – Rota Europeia de Patrimônio Industrial
FEPASA – Ferrovia Paulista Sociedade Anônima
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IP – Interpretação Patrimonial
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MIT – Município de Interesse Turístico
MTUR – Ministério do Turismo
NPS – Serviço de Parques Nacionais
PDT – Plano Diretor de Turismo
PPCM – Política de Patrimônio Cultural Material
PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PROAC – Programa de Ação Cultural
RMC – Região Metropolitana de Campinas
RT – Região Turística
TICCIH – Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEIPP – Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba
ZEPEC – Zona Especial de Preservação Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - DIRETRIZES DE INTERPRETAÇÃO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	25
1.1. Interpretação patrimonial: abordagens teóricas e metodológicas.....	25
1.2. Diretrizes de interpretação por órgãos internacionais e nacionais de preservação.....	28
1.3. Diretrizes para interpretação do patrimônio industrial.....	35
1.4. Iniciativas de interpretação em sítios de patrimônio industrial.....	39
1.5. Abordagem da interpretação patrimonial pela bibliografia brasileira.....	44
1.6. Análise das sobreposições teórico-metodológicas: implicações para a interpretação patrimonial.....	52
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	57
2.1. Histórico das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais com foco na difusão do patrimônio cultural.....	57
2.2. Registro dos bens industriais de Campinas em vista da viabilidade interpretativa.....	72
2.3. Ações de difusão incidentes sobre os bens industriais de Campinas.....	114
2.4. Análise da interpretação patrimonial em Campinas sob a luz das políticas públicas e do diagnóstico do patrimônio industrial do município.....	126
CAPÍTULO III - PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE CAMPINAS	130
3.1. Critérios teóricos e políticas patrimoniais nacionais, estaduais e municipais de difusão.....	130
3.2. Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais e políticas patrimoniais nacionais, estaduais e municipais de difusão.....	137
3.3. Critérios teóricos específicos e interpretação do patrimônio industrial em Campinas.....	142
3.4. Diretrizes para o planejamento da interpretação do patrimônio industrial de Campinas.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	157

ANEXOS.....	167
--------------------	------------

1.MODELO DE FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO 1.

IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO.....	167
---------------------------------------	------------

- Anexo 1.1. - Complexo Ferroviário Central Fepasa
- Anexo 1.2. - Vilas Manoel Dias e Manoel Freire
- Anexo 1.3. - Lidgerwood Manufacturing Ltda. (Atual "Museu Da Cidade")
- Anexo 1.4. - Antiga Casa de Força/ Escritório da Antiga Cia. Ramal Férreo Campineiro
- Anexo 1.5. - Edificações Remanescentes da Antiga Companhia Mac Hardy
- Anexo 1.6. – Palácio da Mogiana
- Anexo 1.7. – Subestação Lix da Cunha
- Anexo 1.8. – Curtume Cantusio
- Anexo 1.9. - Áreas e Prédios do Complexo Ferroviário da Antiga Companhia Mogiana
- Anexo 1.10. – Fábrica de Chapéus Cury
- Anexo 1.11. - Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A
- Anexo 1.12. - Estádio Moisés Lucarelli
- Anexo 1.13. - Ponte sobre Ferrovia no Bairro Ponte Preta
- Anexo 1.14. - Conjunto de Bens Imóveis Remanescentes da S/A Indústria de Seda Nacional
- Anexo 1.15. - Vila Operária Dos Ferroviários
- Anexo 1.16. - Ramal Férreo Campineiro, situado no Distrito de Sousas
- Anexo 1.17. - Bondes e seus Equipamentos Remanescentes
- Anexos 1.18. - Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande
- Anexo 1.19. - Percurso do Leito da Antiga Estrada de Ferro Mogiana no trecho entre Campinas até a divisa do município de Jaguariúna

2. MODELO DE FICHA DE USO TURÍSTICO.....241

- Anexo 2.1. - Complexo Ferroviário Central Fepasa
- Anexo 2.2. - Vilas Manoel Dias e Manoel Freire
- Anexo 2.3. - Lidgerwood Manufacturing Ltda. (Atual "Museu Da Cidade")
- Anexo 2.4. - Antiga Casa de Força/ Escritório da Antiga Cia. Ramal Férreo Campineiro
- Anexo 2.5. - Edificações Remanescentes da Antiga Companhia Mac Hardy
- Anexo 2.6. – Palácio da Mogiana
- Anexo 2.7. – Subestação Lix da Cunha
- Anexo 2.8. – Curtume Cantusio
- Anexo 2.9. - Áreas e Prédios do Complexo Ferroviário da Antiga Companhia Mogiana
- Anexo 2.10. – Fábrica de Chapéus Cury
- Anexo 2.11. - Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A
- Anexo 2.12. - Estádio Moisés Lucarelli
- Anexo 2.13. - Ponte sobre Ferrovia no Bairro Ponte Preta
- Anexo 2.14. - Conjunto de Bens Imóveis Remanescentes da S/A Indústria de Seda Nacional
- Anexo 2.15. - Vila Operária Dos Ferroviários
- Anexo 2.16. - Ramal Férreo Campineiro, situado no Distrito de Sousas
- Anexo 2.17. - Bondes e seus Equipamentos Remanescentes
- Anexos 2.18. - Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande
- Anexo 2.19. - Percurso do Leito da Antiga Estrada de Ferro Mogiana no trecho entre Campinas até a divisa do município de Jaguariúna

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural é um processo constituído por ações contínuas diversas. A identificação, conservação, proteção, gestão e divulgação do patrimônio são todas etapas essenciais para que a preservação cumpra com seu objetivo de salvaguardar os testemunhos da humanidade para gerações atuais e futuras (ICOMOS, 2008). Embora existam desafios e problemáticas permeando todas as etapas deste processo, o presente trabalho centra a discussão nas dificuldades encontradas na gestão e divulgação. Considerando que a finalidade da salvaguarda do patrimônio é a possibilidade contínua de acesso físico e intelectual a ele, a ineficiência ou até inexistência deste acesso impede efetivamente que o patrimônio cumpra com sua função social.

O acesso físico e intelectual depende diretamente da conservação (As estruturas do local estão estabilizadas? É seguro entrar e circular pelo local? A presença humana oferece algum risco para o bem? É estruturalmente possível dar um uso ao local?) e da gestão (Quem é o responsável pelo bem? Que tipos de uso é possível desenvolver neste local? Qual a demanda social o local pode auxiliar a suprir? Como adaptar o local ao uso e como adaptar o uso ao local? Como comunicar os valores históricos, culturais, sociais que o local evoca com os novos usos?). A conservação dos bens é essencial para que pesquisadores, gestores e o público tenham qualquer tipo de acesso seguro ao sítio. No entanto, apenas a boa conservação não garante a comunicação eficiente dos significados e reflexões que o espaço permite. Para que o princípio comunicativo da preservação seja alcançado, é necessário oferecer mecanismos de leitura e reflexão sobre o espaço, independente de seu estado de integridade, através da interpretação patrimonial.

Para fins dessa pesquisa, estaremos utilizando como parâmetro a definição de interpretação patrimonial e seus conceitos correlatos conforme apresentados na Carta sobre Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais do ICOMOS (2008). Segundo o documento, a interpretação patrimonial “refere-se ao conjunto das atividades destinadas a aumentar a sensibilização do público e a melhorar a sua compreensão do sítio cultural” (ICOMOS, 2008, p.1). O planejamento e implantação da interpretação em sítios culturais deve considerar diversos fatores explorados pela Carta e por diversos autores, assim, apesar de utilizar o documento do ICOMOS como parâmetro de análise, ainda exploraremos a posição de diferentes autores sobre os aspectos do planejamento da interpretação.

Por se tratar de uma atividade complexa, mesmo quando se consideram diferentes aspectos para a leitura e compreensão do sítio, é uma problemática real que a interpretação muitas vezes se faça incompreensível, desarticulada tanto do objeto que representa quanto da mensagem que se deseja passar. Essa incompreensibilidade leva ao público se afastar do patrimônio cultural, considerando-o entediante e obsoleto (COSTA, 2009). Ao se tratar do patrimônio industrial, a categoria na qual estão inseridos os objetos de estudo deste trabalho, a efetividade da interpretação é especialmente importante, já que este tipo de patrimônio lida com suas problemáticas específicas e questionamentos acerca de seu valor histórico, cultural, arquitetônico e, especialmente, social (RAMOS et al, 2016). Ao lidar com o valor social do patrimônio industrial, lida-se com a delicada tarefa de descobrir qual a relação da comunidade com o sítio, os valores atribuídos e como traduzi-los de uma maneira compreensiva e relevante aos frequentadores do espaço.

No Brasil, a interpretação patrimonial ainda é um tema pouco explorado no âmbito acadêmico e das políticas públicas. Apesar da existência de trabalhos com méritos científicos bem fundamentados, estes baseiam-se majoritariamente na literatura internacional para debate de conceitos e questões fundamentais relativas à interpretação. Salvo obras como a de Murta e Albano (2002) e Murta e Goodey (1995), o aprofundamento de tópicos fundamentais da interpretação patrimonial no contexto brasileiro de conservação e preservação do patrimônio é um campo ainda a ser desbravado.

O planejamento, implantação e gestão de projetos interpretativos no Brasil também é uma área incipiente. No cenário internacional, locais como os Estados Unidos, Espanha e o Reino Unido criaram associações interessadas em promover o desenvolvimento profissional e compartilhar as experiências de planejamento e gestão de iniciativas interpretativas, tais como a *National Association for Interpretation* (EUA), *Asociación para la Interpretación del Patrimonio* (ES) e a *Association for Heritage Interpretation* (UK). Além das associações específicas para interpretação, são desenvolvidas políticas e projetos para interpretação por entidades de preservação do patrimônio nestes países, como a *English Heritage* (UK) e o *National Park Service* (EUA). As políticas e iniciativas de interpretação encontram-se ainda em seu início no país – apesar da importante iniciativa da ICMBio em parceria com o *National Park Service* dos Estados Unidos, que resultou na publicação “Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais” (2018). Sendo assim, há muito ainda o que se

explorar referente às qualidades, objetivos e diretrizes do planejamento interpretativo no Brasil, especialmente em relação à interpretação do patrimônio cultural e suas tipologias - inclusive o patrimônio industrial.

Apresentada a totalidade das reflexões anteriores, levanta-se questionamentos acerca de quais critérios são necessários considerar ao planejar a interpretação de sítios industriais. Como está sendo feita na prática a interpretação em sítios industriais? Como a interpretação considera as condições materiais destes sítios? De quem é a iniciativa de promover essa interpretação? Que políticas e diretrizes orientam as entidades que promovem a interpretação? Esta pesquisa pretende explorar estas questões a fundo e elaborar diretrizes que contribuam para o planejamento interpretativo de sítios industriais no cenário local.

Levando em consideração os processos históricos de industrialização e desenvolvimento do estado de São Paulo, este estudo se concentra nos sítios industriais tombados na cidade de Campinas. Terceira maior cidade do estado de São Paulo, Campinas é um polo de grande potência científica, tecnológica e industrial. Devido ao plantio do café, na segunda metade do século XVIII, o município iniciou seu processo de modernização, implantando novos meios de transporte, estruturas viárias, fábricas, comércios e demais infraestruturas de apoio (CAMPINAS, 2019). Apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, os vestígios deste desenvolvimento ainda se fazem presentes na paisagem, integrando-se ao tecido urbano campineiro.

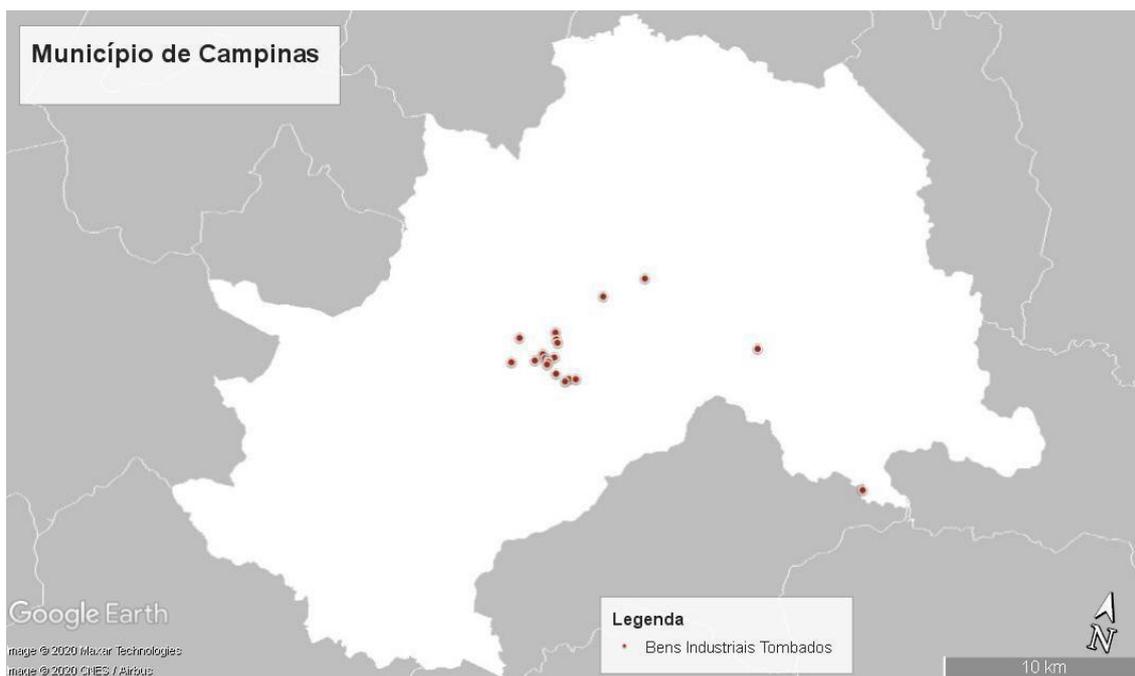
Figura 1 - Mapa da localização do município de Campinas no estado de São Paulo



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

É de interesse deste trabalho identificar os bens remanescentes que remontam à industrialização da cidade. Desta forma, em consulta feita entre os anos de 2018 e 2019 aos órgãos de proteção pertinentes, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico (Condephaat), verificou-se que o município abriga 22 bens industriais protegidos.

Figura 2 - Distribuição dos bens industriais tombados no município de Campinas



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Com o início do ciclo cafeeiro a partir de 1842, Campinas experimentou um intenso processo de urbanização e modernização. O marco simbólico destas mudanças é a inauguração do trecho ferroviário Campinas-Jundiaí em 1872 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. É perceptível a maior concentração dos bens nas áreas centrais do município, devido a instalação dos pátios de operação ferroviária - primeiramente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e depois da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Impulsionados pela ferrovia, diversos serviços de apoio, fábricas e comércios passaram a se instalar nesta região, e depois em outras partes da cidade (CAMPINAS, 2019).

Em 1982, o Complexo Ferroviário da Companhia Paulista foi o primeiro bem industrial tombado da cidade em nível estadual. Já em 1990, tombou-se pelo Condepacc a fábrica da Lidgerwood Manufacturing Ltda, tornando-se o primeiro bem protegido em nível municipal. A princípio mais escassos e espaçados, a partir de 2008, os tombamentos de bens industriais em Campinas tornam-se frequentes, estando muitos sítios ainda em fase de estudo de tombamento.

Com o objetivo de caracterizar os objetos de estudo desta pesquisa, apresentaremos uma breve descrição dos bens tombados. Não pretendemos fazer uma descrição exaustiva das características históricas, materiais e legais desses bens, porém, mais informações pertinentes ao desenvolvimento das ações de difusão serão discutidas

no capítulo 2 desta dissertação.

Iniciaremos pelo Complexo Ferroviário Central FEPASA, que, além da resolução de tombamento estadual, possui duas resoluções de tombamento municipais¹ relacionadas a ele. Estes tombamentos consideram os elementos móveis e imóveis, as áreas envoltórias e espaços vazios do pátio ferroviário, bem como reconhecem e destacam a presença das duas companhias ferroviárias – Cia. Paulista e Cia. Mogiana – neste mesmo sítio. Além dos tombamentos diretamente relacionados ao pátio ferroviário, as vilas industriais formadas em função das companhias que ali operavam também são protegidas². Atualmente, o complexo ferroviário está sobre responsabilidade da prefeitura municipal, que lhe atribui diferentes usos culturais, administrativos e utilitários. Além destes usos oficiais, o poder público também incentiva a apropriação deste espaço para o desenvolvimento de atividades de turismo. Já as vilas industriais mantêm sua função residencial, alguns edifícios também sendo usados para fins comerciais e outros, ainda, abandonados.

Apesar de não estar nas imediações do pátio ferroviário, a subestação Lix da Cunha³, que gerava energia elétrica para tração das locomotivas, representa um componente essencial para compressão da operação da Cia Paulista. Outros tombamentos associados, em alguma capacidade, com a companhia, são a fábrica Lidgerwood Manufacturing Ltda, a ponte preta e o estádio Moisés Lucarelli⁴. A subestação Lix da Cunha, a fábrica Lidgerwood Manufacturing Ltda e a ponte preta encontram-se sob responsabilidade da prefeitura municipal. A subestação está sem uso e em estado de abandono, já a fábrica abriga o museu da cidade, mas está fechado ao público e apresenta sinais de negligência. A ponte preta, que estava sem uso e em estado de abandono até 2019, passou a ser utilizada como estacionamento por um colégio particular, que afirma que as intervenções realizadas na ponte são ações de revitalização e que estão negociando

¹ Complexo Ferroviário Central Fepasa (Processo Condepacc N° 04/89 Resolução N° 137 de 13/10/15) (Processo Condephaat N° 20682/78 Resolução N° 9 de 15/4/82); Parque Cultural Ferroviário (Processo Condepacc N° 129 Resolução N° 12/06/2014).

² Vilas Manoel Dias e Manoel Freire (Processo Condepacc N° 03/90 Resolução N° 19 de 24/11/94); Conjunto Arquitetônico localizado na Vila Industrial (Processo Condepacc N° 01/02 Resolução N° 85 de 04/05/09).

³ Subestação Lix da Cunha - subestação de energia elétrica para tração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Processo Condepacc N° 04/12 Resolução N° 126 de 27/06/13).

⁴ Lidgerwood Manufacturing Ltda (Processo Condepacc N° 03/89 Resolução N° 004 de 27/11/90) (Processo Condephaat N° 25481/87 Resolução N° 68 de 19/12/2017); Ponte sobre ferrovia (Processo Condepacc N° 08/00 Resolução N° 141 de 22/10/15); Estádio Moisés Lucarelli (Processo Condepacc N° 01/11 Resolução N° 118 de 24/11/11).

com a prefeitura para poder manter a ponte. Finalmente, o estádio Moisés Lucarelli pertence à Associação Atlética Ponte Preta, sediando jogos de futebol desde 1948. Devido a sua constante atividade e sua relevância para o futebol regional e nacional, o estádio é mantido em boa condição.

Fundada na própria cidade de Campinas em 1892, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro representa a relevância de Campinas como polo da cultura cafeeira entre os séculos XIX e XX. Com a instalação de seu complexo ferroviário em uma área ainda pouco ocupada da cidade, a presença da companhia fomentou o desenvolvimento não apenas do bairro Guanabara, mas também de todo município. O tombamento do complexo⁵ considera os diferentes edifícios presentes no pátio ferroviário e na vila operária, excluindo apenas o estádio de futebol. Além do tombamento referente ao pátio do bairro Guanabara, os remanescentes da operação ferroviária da cia. Mogiana presentes no pátio do complexo FEPASA também são protegidos. Atualmente, o conjunto da ia. Mogiana se encontra sob responsabilidade de diferentes agentes. O edifício da Estação Guanabara e o armazém do café constituem o Centro Cultural de Inclusão e Integração Social administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) da UNICAMP, estando em excelente estado de conservação e em uso constante. A área administrada pela UNICAMP está delimitada por cercas, separada dos demais bens que compõem o complexo. Os edifícios do posto de truque, oficina mecânica, depósito e arquivo, departamento de linha, barracão de solda são de responsabilidade do governo do Estado de São Paulo e se encontram sem uso, abandonados e deteriorados. Quanto às casas da vila ferroviária, não se conhece exatamente o status de sua utilização, no entanto, a área da vila foi adquirida pela empresa privada Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (IPEP) e o estado de conservação das residências aparenta ser precário (SANTOS, 2015).

Apesar de não estar incluído diretamente nos bens protegidos pela resolução de tombamento, é válido mencionar o antigo Esporte Clube da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro como uma das construções que constituem o complexo ferroviário. Atualmente, no local funciona o Centro Educacional, Recreativo e Esportivo de Campinas (CERECAMP), que é administrado pelo governo municipal, se encontra em uso e está em um estado de conservação regular.

Outros tombamentos relacionados à cia. Mogiana dizem respeito ao Palácio da

⁵ Área e prédios do Complexo Ferroviário da antiga Companhia Mogiana (Processo Condepacc N° 02/96 Resolução N° 45 de 13/05/04).

Mogiana⁶ e os imóveis em seu entorno. O Palácio da Mogiana abrigava o escritório central da companhia, sendo ele mesmo e os imóveis em seu entorno testemunhos do crescimento de Campinas enquanto capital industrial. Atualmente, o palácio pertence à prefeitura municipal e abriga o Centro Público de Apoio ao Trabalhador. Já os imóveis do entorno possuem usos variados, abrigando em sua maioria comércios e residências, estando em bom estado de conservação.

Finalmente, o tombamento do traçado da antiga Companhia Mogiana de Estrada de Ferro⁷ compreende o trecho da estação Anhumas à estação Carlos Gomes, no município de Jaguariúna. A resolução considera os edifícios das estações, bem como as casas sedes das antigas fazendas de café e diferentes estruturas pertinentes à operação ferroviária e à cultura do café. Hoje em dia, a ABPF é responsável por operar a maria fumaça que percorre o trecho, no entanto, observa-se que apenas os elementos utilizados pela operação ABPF encontram-se em bom estado.

Outra companhia presente em campinas entre o final do século XIX e início do século XX, tornando o município um importante entroncamento ferroviário, é o Ramal Férreo campineiro. o Ramal Férreo Campineiro foi construído pela iniciativa de fazendeiros da região de Sousas e Joaquim Egídio para o transporte da produção de café de suas propriedades. Atualmente, o trecho do traçado do ramal entre o rio Atibaia e a estação de Joaquim Egídio é tombado⁸, compreendendo apenas a delimitação do traçado, já que os trilhos e outras estruturas ferroviárias já não existem. Apesar da ausência de elementos ferroviários no traçado, bondes e outros equipamentos remanescentes do RFC são protegidos⁹ e estão em exposição em diferentes associações, clubes e parques em Campinas e no distrito de Sousas. O outro tombamento relacionado ao Ramal Férreo Campineiro é da Antiga Casa de Força / Escritório da companhia, localizado na região central do município, próximo ao pátio da companhia Paulista. Presentemente, o edifício abriga uma franquía do McDonald 's.

Além dos bens diretamente relacionados à atividade ferroviária, Campinas abriga diversos remanescentes da atividade industrial impulsionada pelo progresso inicialmente

⁶ Palácio da Mogiana (Processo Condepacc N° 01/94 Resolução N° 028 de 18/06/98) (Processo Condephaat N° 24328/86 Resolução N° 127 de 26/12/18).

⁷ Traçado da antiga Companhia Mogiana de Estrada de Ferro – CMEF (Processo Condepacc N° 03/03 Resolução N° 122 DE 26/04/12).

⁸ Ramal Férreo Campineiro (Processo Condepacc N° 09/94 Resolução N° 044 de 13/05/04).

⁹ Bondes e seus equipamentos remanescentes (Processo Condepacc N° 007/14 Resolução N° 133 de 26/03/15).

trazido pela ferrovia. Os remanescentes industriais protegidos no município dizem respeito majoritariamente à produção de artigos de vestuário, calçados e acessórios. Dentre estes bens protegidos está o Curtume Cantúsio¹⁰, localizado na Vila Industrial, próximo ao complexo FEPASA, onde na primeira metade do século XX havia uma concentração de indústrias com atividades consideradas desagradáveis, tal como o matadouro que fornecia matéria prima ao curtume. A indústria encerrou suas atividades em 1994 e seus edifícios ficaram abandonados, sua degradação gradual sendo piorada por um incêndio que atingiu o local em 2020.

Localizados nas proximidades da Vila Industrial também se encontram os remanescentes da S/A Indústrias de Seda Nacional¹¹, um grande complexo industrial que se ocupava da tecelagem de seda. Nos dias atuais, os edifícios têm diferentes usos, abrigando entidades como a Escola Estadual Dom Barreto, o jornal Correio Popular, o Almoarifado Central da Prefeitura Municipal de Campinas. Do outro lado da linha da Cia. Paulista, estão os remanescentes da companhia Mac Hardy¹², que trabalhava com a fundição de peças para máquinas agrícolas utilizadas nas plantações de café e para as máquinas e ferramentas utilizadas para manutenção da operação ferroviária. As edificações foram quase totalmente demolidas pelo proprietário em 2016, restando as fachadas, que apresentam extensos danos, e uma chaminé.

As indústrias de Campinas não se concentram somente nas imediações do pátio da Companhia Paulista. Com a construção do conjunto ferroviário da Cia. Mogiana no bairro da Guanabara, as empresas também passaram a se concentrar na região, como é o caso da fábrica de Chapéus Cury e da Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A¹³. A fábrica de Chapéus Cury, fundada na década de 1920, fabricava chapéus para o mercado nacional e internacional. Após o encerramento de suas atividades, devido principalmente à saída do chapéu no vestuário cotidiano, a fábrica permaneceu abandonada até 2021, quando foi vendida para a construtora Helbor para construção de edifícios residenciais e um shopping no local, conservando a fachada e a chaminé

¹⁰ Curtume Cantúsio (Processo Condepacc N° 08/08 Resolução N° 121 de 02/04/12).

¹¹ Remanescentes da S/A Indústrias de Seda Nacional (Processo Condepacc N° 02/10 Resolução N° 108 de 26/08/10); conjunto de bens imóveis remanescentes da S/A Indústrias de Seda Nacional (Processo Condepacc N° 06/09 Resolução N° 107 de 12/08/10).

¹² Edificações remanescentes da antiga Companhia Mac Hardy (Processo Condepacc N° 25/08 Resolução N° 99 de 01/06/10).

¹³ Fábrica de chapéus Cury (Processo Condepacc N° 03/94 Resolução N° 82 de 21/01/09); antiga fábrica de tecidos elásticos Godoy e Valbert S/A (Processo Condepacc N° 01/89 Resolução N° 138 de 22/10/15).

originais. A fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A também foi fundada na década de 1920 - quando, após as epidemias de febre amarela e varíola, a prefeitura estava concedendo isenção de impostos por um período de 10 anos para retomar a economia da cidade. Na fábrica onde se produziam tecidos elásticos para botinas e sapatos, atualmente funciona a Igreja do Nazareno Central de Campinas.

Finalmente, a Usina Salto Grande¹⁴, construída em 1905, fornecia energia elétrica para a Cia. Campineira de Tração, Luz e Força para a tração de bondes elétricos. Atualmente, a usina ainda está em funcionamento e seu conjunto arquitetônico constituído das estruturas da usina e das casas dos trabalhadores são protegidas, no entanto, o local está fechado ao público.

Ao investigar as ações interpretativas desenvolvidas nestes locais ao longo dos anos, continua-se e aprofunda-se a exploração de questões pertinentes à interpretação patrimonial iniciadas em pesquisa anterior desenvolvida pela discente¹⁵. Frente às abordagens permitidas na área da arquitetura e urbanismo, espera-se chegar a uma compreensão geral de como ocorre efetivamente a interpretação patrimonial em sítios industriais na cidade de Campinas, possibilitando uma análise junto à bibliografia e às políticas públicas para propor diretrizes aplicáveis aos casos estudados.

JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica a partir de seu caráter inédito frente à abordagem nacional de temas como interpretação patrimonial e acesso e visitas a sítios industriais em estado de conservação variados. Ao buscar a palavra-chave “interpretação patrimonial”, “interpretação” ou “patrimônio” na opção de pesquisa avançada, em plataformas científicas como a CAPES e a Scielo, depara-se com resultados diversos. Os resultados demonstram a variedade de usos da palavra “interpretação” e “patrimônio”, pois as pesquisas mostradas variam desde a área do direito à área de letras. Mesmo títulos diretamente ligados ao tema do patrimônio cultural aparentam usar o termo “interpretação” como uma palavra genérica.

Na área da arquitetura e urbanismo, os resultados encontrados, em sua maioria, fazem uma conexão entre a interpretação do espaço urbano e o patrimônio edificado

¹⁴ Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande (Processo Condepacc Nº 28/04 Resolução Nº 120 de 02/04/12).

¹⁵ TATINI, V. A. B. **Ruínas Ferroviárias de Campinas**: análise dos recursos interpretativos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rosana, São Paulo, 2018

(MEDEIROS; HOLANDA, BARROS, 2011; EDELWEISS, 2016; PINTO, 2012; MAURER; PINTO, 2014). Na área da pedagogia, o tema mais comum é a análise das ações de educação patrimonial em locais turísticos, especialmente em museus (PARRADO, 2016; ALVES et al, 2016; GOMES et al, 2015; FONSECA, 2012; MELO E CARDOZO, 2015). Na museologia, trabalha-se especialmente com a análise da comunicação museológica e sua efetividade para a interpretação patrimonial (MORAES, 2020; DHEIN E UEZ E CÉSAR, 2012; SANTOS E SILVA, 2016). No que diz respeito a arqueologia, os trabalhos centram-se na questão da interpretação do patrimônio arqueológico pela comunidade nativa e sua relação com formação da identidade local (SILVA, 2002; CABRAL; SALDANHA, 2015; BASTOS, 2015; GODOY; PLENS, 2016). Em história, o foco recai sobre a utilização do patrimônio para a interpretação de acontecimentos históricos (VAIZ, 2015; ANHEZINI, 2015; ABEID FILHO; COELHO, 2015; KARSBURG, 2014). Em turismo, as pesquisas se voltam para a qualidade e a efetividade da interpretação patrimonial realizada em diversos locais, sob o ponto de vista do entendimento do turista (ARAÚJO, 2009; CARDOZO, 2012; ROSA; FOGAÇA, 2015; ALMEIDA; FERREIRA, 2017). A concepção da presente pesquisa é analisar como o tema da interpretação patrimonial é abordado por diferentes disciplinas, observando as principais características teóricas da interpretação que são destacadas pelas diferentes áreas do conhecimento.

Em relação à interpretação do patrimônio industrial, documentos como a Carta sobre Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural (2008), a Carta de Nizhny Tagil (2003) e os Princípios de Dublin (2011) reconhecem o acesso físico e intelectual como parte essencial do processo de preservação e conservação do patrimônio, estabelecendo princípios básicos para orientar como esse acesso, na forma da interpretação, deve ser realizado. Estes documentos encorajam a produção e disseminação de conhecimento sobre os bens locais, assim como a criação de iniciativas e programas de interpretação patrimonial. Neste sentido, esta pesquisa pressupõe e contribui com os princípios estabelecidos por organizações mundiais de proteção ao patrimônio - ICOMOS e TICCIH - ao explorar o estado atual da interpretação dos bens industriais estudados, e propor diretrizes bem fundamentadas aplicáveis a casos similares.

Em relação às políticas patrimoniais de interpretação – frequentemente chamada de difusão pela legislação – esta pesquisa identifica o papel dos órgãos de preservação nacional, estadual e municipal (Iphan, Condephaat e Condepacc) na formulação e

aplicação de diretrizes para difusão do patrimônio. A atuação destes órgãos no tombamento e conservação de sítios patrimoniais é um tema amplamente estudado, contrastando com a escassez de investigações sobre as políticas e projetos de difusão promovidos por eles. Assim, este trabalho contribui ao identificar e contextualizar as políticas e iniciativas de difusão em três níveis, apontando como a interpretação patrimonial é compreendida e utilizada pela esfera pública.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é estudar a interpretação patrimonial em sítios industriais tombados na cidade de Campinas (SP), em vista de propor diretrizes para o planejamento interpretativo de sítios industriais, inclusive daqueles espaços contendo ruínas.

Objetivos específicos:

- Aprofundar os conhecimentos teóricos em interpretação patrimonial, no âmbito nacional e internacional, a fim de compreender quais as diretrizes passíveis de ser aplicadas a sítios industriais;
- Investigar as diretrizes de preservação e interpretação do patrimônio industrial, inclusive tomando conhecimento de práticas eficientes já existentes em âmbito nacional e internacional em sítios históricos industriais;
- Identificar as ações e/ou projetos interpretativos que já existem para os bens industriais estudados - sejam públicos (vinculados às políticas culturais municipais, estaduais e nacionais, de preservação, de educação, que incidem sobre estes espaços) ou privadas (vinculados às atividades de utilização e divulgação destes espaços por empresas e entidades privadas);
- Levantar as condições físicas e a infraestrutura interpretativa nestes locais, a fim de verificar a viabilidade de visitação interpretativa nos sítios industriais
- Analisar os dados obtidos sobre condições físicas e interpretativas, ações e projetos à luz dos conhecimentos sobre interpretação e patrimônio industrial, a fim de formular as diretrizes interpretativas aplicáveis aos casos estudados (sejam sítios íntegros ou com ruínas industriais).

METODOLOGIA

O aprofundamento dos conhecimentos teóricos sobre interpretação patrimonial e a investigação das diretrizes de preservação e interpretação do patrimônio industrial - bem

como a identificação de casos exemplares a serem estudados – serão realizados por meio de pesquisa bibliográfica. O levantamento para cumprir o primeiro objetivo terá como base a literatura nacional e internacional sobre interpretação patrimonial e planejamento interpretativo. Para atingir o segundo objetivo, um levantamento aprofundado sobre as problemáticas e leituras do patrimônio industrial e das ruínas industriais será necessário. A partir da leitura, serão identificados casos de interpretação patrimonial eficientes em sítios industriais consolidados.

A busca por artigos sobre os temas será realizada em periódicos nacionais e internacionais sobre patrimônio e interpretação, como a Patrimônio e Memória (UNESP), a Revista CPC, do Centro de Preservação Cultural da USP, o Boletín de Interpretación, da Asociación para Interpretación del Patrimonio (AIP). Também serão buscados materiais físicos ou virtuais sobre interpretação e patrimônio industrial nos sistemas das bibliotecas de universidades (Unesp, USP, Unicamp). Ademais, serão consultadas cartas, relatórios, estatísticas e outros documentos oficiais relativos à interpretação patrimonial e seu planejamento, bem como a leitura e interpretação do patrimônio industrial (íntegro ou arruinado), elaborados por organizações globais de proteção ao patrimônio, como a UNESCO, ICOMOS e o TICCIH.

Para identificar as ações e/ou projetos interpretativos existentes nos sítios industriais estudados, tanto em âmbito público quanto privado, serão realizados diferentes procedimentos. Em um primeiro momento, serão identificados e contatados os responsáveis atuais de cada sítio, com o objetivo de conhecer as atividades de interpretação desenvolvidas nestes locais, e obter documentação que explicita e descreva as ações desenvolvidas, como planos diretores, planejamentos anuais, pedidos de intervenção e planos de roteirização. Serão considerados documentos elaborados a partir de 1982, data correspondente ao tombamento da estação ferroviária de Campinas, o primeiro bem industrial a ser tombado na cidade.

O levantamento das ações públicas será feito junto aos órgãos públicos municipais e estaduais. Serão analisados os planos diretores municipais elaborados pela Prefeitura Municipal de Campinas; os planos diretores de turismo elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo; os planejamentos anuais da Secretaria de Cultura; os pedidos de intervenção referentes às ações interpretativas nos bens estudados encaminhados ao Condepacc e ao Condephaat; e o projeto de implantação, projetos e calendários de eventos do CIS-Guanabara.

Ainda dentro do recorte temporal estabelecido, também será feita pesquisa em jornais e revistas locais como o Correio Popular e o Diário de Campinas, buscando artigos sobre as ações e projetos interpretativos realizados nos bens. Além de corroborar com o conhecimento das ações interpretativas existentes, as informações obtidas neste levantamento permitirão uma comparação com as atividades descritas nos documentos públicos.

Baseando-se em pesquisa de iniciação científica anterior, sabe-se que agências de turismo pedagógico executam roteiros que incluem bens industriais na cidade de Campinas, demonstrando que existe alguma ação por parte da iniciativa privada. Assim, serão contatadas as agências de turismo pedagógico a fim de obter a proposta de roteirização elaborada pelas mesmas.

Para o levantamento das condições físicas e da infraestrutura interpretativa destes locais será necessário a realização de visitas in loco nos 22 bens industriais selecionados. Com as visitas, será possível coletar dados detalhados sobre o estado físico dos objetos de estudo, atentando principalmente para o estado de consolidação dos bens arruinados, a segurança geral nestes sítios e o acesso legal e físico à estes 22 locais. O instrumento utilizado para coletar os dados serão as fichas de Uso e Proteção e as fichas de Avaliação de Infraestrutura Turística elaboradas pelo Laboratório de Patrimônio Cultural (LaPC/UNESP).

Por fim, serão analisados os dados resultantes dos objetivos anteriores - as condições físicas e interpretativas e as ações e projetos - à luz dos conhecimentos sobre Interpretação e patrimônio industrial. Considerando a literatura estudada e as informações obtidas sobre os bens específicos, serão formuladas as diretrizes interpretativas aplicáveis aos sítios industriais de Campinas.

1. CAPÍTULO 1 – DIRETRIZES DE INTERPRETAÇÃO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

2.1. Interpretação patrimonial: abordagens teóricas e metodológicas

As práticas atuais de interpretação têm como origem as filosofias e textos de autores naturalistas americanos do início do século XIX. Os trabalhos de autores como Henry Thoreau (1817-1862) e Ralph Waldo Emerson (1803-1882) influenciaram o início do movimento de estudos da natureza, que buscava conciliar o conhecimento científico sobre o ambiente natural com as experiências espirituais e afetivas resultantes da interação com a natureza. Baseado nesse movimento, o naturalista Eno Mills (1870-1922) escreveu o primeiro guia para imersão na natureza e advogou pela criação do *National Park Service* nos Estados Unidos. O principal aspecto a ser destacado dentre as ideias de Mills é sua insistência em que apenas a completa imersão do indivíduo na natureza é capaz de despertar seu amor e admiração pelo meio ambiente, e que esse deslumbramento com o mundo natural seria o suficiente para inspirar sua preservação (BROCHU E MERRIMAN, 2002).

É na essência dos pensamentos de Mills que se baseia o trabalho de Freeman Tilden (1884-1980), autor naturalista americano considerado o precursor da interpretação. Em sua obra clássica *Interpreting our Heritage* (1977), Tilden relutantemente define interpretação como

uma atividade educativa que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências diretas e de mídias ilustrativas, ao invés de simplesmente comunicar informações. Interpretação é a revelação de uma verdade maior que existe por trás de cada afirmação (1977, p. 8, tradução nossa).

Além desta definição, Tilden estabelece seis princípios¹⁶ para orientar a prática da interpretação. Os fundamentos da compreensão de Tilden sobre interpretação estão profundamente enraizados na literatura sobre o tema, especialmente nas noções de que interpretação é mais que mera informação, de que deve instigar e despertar reflexões e

¹⁶Qualquer interpretação que não relacione o que está a ser interpretado com a personalidade ou experiência do visitante será estéril; [2] Informação, por si só, não é interpretação. Interpretar é a arte de revelar algo com base na informação. Interpretação e comunicação são conceitos completamente diferentes, contudo, toda a interpretação inclui informação; [3] A interpretação combina diferentes áreas do conhecimento, independentemente de os objetos da interpretação serem do tipo científico, histórico ou arquitetônico; [4] O objetivo principal da interpretação não é a instrução, mas sim a provocação; [5] A interpretação deve almejar por apresentar o quadro completo. Os temas devem relacionar-se entre si e devem ser dirigidos ao todo do indivíduo e não apenas a uma característica especial; [6] A interpretação destinada a crianças não deve ser uma simples adaptação da que foi pensada para os adultos; requer uma abordagem totalmente diferente, com adoção de um programa específico (TILDEN, 1977, p. 9, tradução nossa).

ações, e de que a interpretação é, acima de qualquer definição, uma arte.

Foi este mesmo autor que iniciou a tendência, perpetuada até os dias atuais, de separar o conceito de interpretação, comparável à apreciação artística e relacionada a conexões espirituais, da interpretação enquanto atividade profissional, que procura tornar valores e significados acessíveis ao público. Essa característica pode ser observada nos principais títulos da literatura sobre interpretação, que são em essência manuais de como implantar e gerenciar projetos interpretativos. Títulos influentes como *Environmental Interpretation: A Practical Guide for People with Big Ideas and Small Budgets*, de Sam Ham (1992), e *The Gifts of Interpretation: Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture*, de Ted Cable e Larry Beck (2001), entendem a interpretação como um ideal inalcançável e indefinível, enquanto oferecem orientações para buscá-lo. Está sujeito a debate se estas obras cumprem com seus objetivos; de todo modo, para além do caráter pragmático desses manuais, seus objetivos fundamentam-se na visão de Tilden de que a interpretação não é apenas informativa, mas sim transformativa.

Essa separação entre teoria e prática interpretativa tornou-se, por diversos motivos, ainda maior a partir da virada do século. Com o crescimento da indústria do turismo, tipologias antes consideradas alternativas, como o ecoturismo e o turismo cultural, se popularizaram, fazendo aumentar a visitação em sítios naturais e culturais existentes e criando uma demanda por novos sítios. Com um maior fluxo de visitantes em áreas já estabelecidas e novos sítios para gerenciar, a implantação da atividade turística mostrou-se uma alternativa viável para arrecadar recursos financeiros para manutenção destes espaços. Neste cenário, as iniciativas interpretativas passaram a focar essencialmente em controlar o fluxo de visitantes – indicando pontos específicos de interesse e estabelecendo uma ordem determinada para apreciação destes pontos, assim como os caminhos que deveriam ser percorridos – e em agradar e prender a atenção dos visitantes – pensando em como tornar tópicos interessantes, quais diferentes tipos de mídia utilizar e como fazer com que o visitante se recorde das informações dadas. Neste modelo, o *como* interpretar é mais relevante que *o que* e *por que* interpretar (ABLETT E DYER, 2009; ARCHER E WEARING, 2003).

Se por um lado a interpretação sofre uma simplificação constante em sua aplicação em um mercado turístico cada vez mais exigente, por outro, o caráter extremamente especulativo das reflexões teóricas sobre o tema dificulta que os fundamentos interpretativos saiam do reino das ideias. Termos associados à ideia de

interpretação, como “esperança”, “revelação”, “presente” e “iluminação” (BECK E CABLE, 2001; HAM, 1992; MORALES, 2008; TILDEN, 1977;), são conceitos difíceis de traduzir em diretrizes de ação, fazendo com que a prática interpretativa precise se orientar pelas bases oferecidas por disciplinas estabelecidas, como a psicologia, a geografia, a história, a museologia e o turismo. Como resultado, existem diversas abordagens de interpretação oferecidas por diferentes áreas, mas que não abordam a interpretação de maneira fundamental e tampouco oferecem suporte teórico significativo para orientar diretrizes de aplicação.

Este problema aparece de forma evidente na análise da literatura internacional sobre interpretação, na qual diversos trabalhos produzidos ao redor do mundo se fundamentam. Evidentemente, as características da abordagem dessa literatura sobre interpretação refletem significativamente os aspectos econômicos, sociais, culturais e acadêmicos dos territórios de onde provêm. Baseando-nos na leitura dos principais autores neste contexto, levantamos alguns elementos comuns presentes na bibliografia: estes sendo: a consideração da interpretação como abordagem comunicativa (TILDEN, 1977; HAM, 1992; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; BECK E CABLE, 2001); o discurso sobre a importância do treinamento de intérpretes e/ou elaboração de diretrizes para este treinamento (TILDEN, 1977; HAM, 1992; BECK E CABLE, 2001; MORALES, 2008); a utilização de conceitos e princípios vindos da área da psicologia comportamental (HAM, 1992; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; MORALES, 2008); o estabelecimento da interpretação como atividade feita para um público não nativo (HAM, 1992; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; MORALES, 2008); a discussão da importância de prender a atenção do visitante e métodos para atingir este objetivo (HAM, 1992; CARTER et al., 2001); a explicação detalhada sobre métodos, técnicas e instrumentos interpretativos (HAM, 1992; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; BECK E CABLE, 2001); a preocupação com o estabelecimento de temas para iniciativas de interpretação (HAM, 1992; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; MORALES, 2008); a consideração da interpretação como parte essencial da experiência turística (CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; BECK E CABLE, 2001); e a exposição detalhada da importância e dos métodos de avaliação da experiência de interpretação pelos visitantes (HAM, 1992; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011; BECK E CABLE, 2001).

Como se pode observar, as características que prevalecem na bibliografia

internacional apontam para uma abordagem da interpretação voltada para o turismo, enfatizando a criação de uma experiência que atenda às expectativas e necessidades do público, não do sítio patrimonial. Estas características não refletem o suposto objetivo da interpretação de promover reflexões sobre os valores do patrimônio, uma vez que nenhuma delas demonstra uma preocupação com o sítio ou com o processo de preservação. Somam-se à abordagem turística os aspectos comunicativos e comportamentais, e o resultado é uma concepção de interpretação demasiadamente ampliada pela interdisciplinaridade, mas simultaneamente limitada pelas próprias restrições destas disciplinas em abarcar a interpretação. Conhecendo esses aspectos da abordagem da bibliografia internacional, analisaremos as diretrizes internacionais e nacionais de interpretação com o objetivo de verificar se estas oferecem clareza teórico-metodológica sobre os fundamentos e características da Interpretação Patrimonial (IP) enquanto campo de estudo e atividade prática.

2.2. Diretrizes de interpretação por órgãos internacionais e nacionais de preservação

Entre os processos envolvidos na preservação do patrimônio, a interpretação representa um desafio específico por se tratar de um conceito excessivamente subjetivo quando comparado àqueles da proteção e da conservação que a precedem. Por isso, é particularmente importante que se estabeleça orientações objetivas e fundamentadas para sua aplicação a fim de evitar os desvios e sobreposições que ocorrem frequentemente ao se discutir a interpretação. Neste tópico, discorreremos sobre as diretrizes para IP estabelecidas por órgãos nacionais e internacionais ligados à preservação patrimonial, avançando em direção às normativas para interpretação propostas especificamente para o caso do patrimônio industrial.

Iniciaremos apresentando a Carta ICOMOS para Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural (2008), a fim de contextualizar as diretrizes presentes no documento. Elaborada pelo Comitê Científico Internacional de Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural em outubro de 2008, a Carta reconhece a necessidade de estabelecer fundamentos, terminologias e princípios padronizados para a prática profissional da interpretação. Baseado no aumento da popularidade das iniciativas de IP ao redor do mundo e nos avanços dos estudos patrimoniais, a principal preocupação que levou à formulação da Carta foi ausência de orientações que considerassem a relação

direta entre os diversos tipos de abordagens, métodos e instrumentos de interpretação, e o amplo contexto social, as ações de conservação e a sustentabilidade dos sítios patrimoniais (SILBERMAN, 2006).

Outra preocupação proeminente que levou à criação do documento foi a tendência das iniciativas de IP de serem pensadas como soluções financeiras, transformando os sítios em atrativos turísticos ou espaços de lazer com o objetivo de atrair o maior número de visitantes possível. A turistificação dos espaços patrimoniais é consequência da necessidade de instituições relacionadas à cultura e ao patrimônio de tornarem-se financeiramente independentes devido à perpétua redução de recursos públicos destinados a estes fins (SILBERMAN, 2006).

Pensando nisso, a Carta estabelece sete princípios: o acesso e compreensão; as fontes de informação; a atenção ao entorno e ao contexto; a preservação da autenticidade; o planejamento da sustentabilidade; a preocupação com a inclusão e a participação social; e a importância da pesquisa, formação e avaliação. Nos princípios relativos à atenção ao entorno e ao contexto, à preservação da autenticidade, ao planejamento da sustentabilidade e à preocupação com a inclusão e a participação social, podemos identificar a preocupação da IP em incluir os contextos sociais dos sítios patrimoniais e em auxiliar a promoção da sustentabilidade socioambiental da paisagem.

As diretrizes ligadas ao acesso e compreensão, às fontes de informação, à preservação da autenticidade e à importância da pesquisa, formação e avaliação refletem as preocupações relativas à aplicação dos diversos tipos de abordagens, métodos e instrumentos em favor da maior atratividade de visitantes. Estas representam uma tentativa de redirecionar os esforços de aplicação de técnicas e instrumentos interpretativos à difusão eficiente de informações e ideias relevantes ao patrimônio em questão, não à potencial atratividade de tais técnicas e instrumentos. Finalmente, pode-se observar que todos os princípios presentes na Carta representam o desejo de alcançar consenso internacional sobre os contextos intelectuais, éticos, sociais e econômicos, a partir do qual a interpretação possa ser realizada de forma mais eficaz e construtiva.

Além de estabelecer estes sete princípios fundamentais para a interpretação, a Carta propõe definições de conceitos relacionados à IP, os mais relevantes para esta discussão sendo os de interpretação e de apresentação. A interpretação se refere a todas as atividades realizadas com objetivo de aumentar a consciência e conhecimento do público sobre sítios de patrimônio cultural. Estas atividades podem tomar diversas

formas, desde a publicação de material impresso ou digital e apresentações *in situ* até a pesquisa, treinamento e avaliação contínua das atividades interpretativas. Já a apresentação diz respeito ao processo de comunicação do conteúdo interpretativo por meio da disposição das informações, sendo planejada de acordo com as possibilidades de acesso físico ao sítio e de instalação de infraestrutura interpretativa. Essa comunicação pode se valer de diversas técnicas e instrumentos, como painéis informativos e visitas guiadas. A distinção explicitada no documento entre estes dois conceitos é importante tendo em vista que o foco nos instrumentos e técnicas atribuído à IP pela literatura internacional é, de acordo com a Carta, uma característica da apresentação.

Outra definição estabelecida pela Carta e relevante para esta análise refere-se aos locais em que a interpretação patrimonial é realizada. O documento determina que a IP ocorre em sítios de patrimônio cultural, estes sendo “[...] um lugar, uma paisagem cultural, um complexo arquitetônico, um sítio arqueológico, ou uma estrutura existente, que conte com reconhecimento como sítio histórico e cultural e, geralmente, com proteção legal” (2008, p. 2). É importante conhecer a variedade de localizações que podem se beneficiar da interpretação para que possamos identificar tendências na escolha dos sítios que por ela são contemplados e estudados.

É relevante apresentar os conceitos existentes no documento e o contexto de sua criação para que, posteriormente, seja possível discutir se as diretrizes estabelecidas pelas instituições de patrimônio refletem os fundamentos que levaram à elaboração do documento do ICOMOS e as implicações deste cenário. Conforme estabelecido no item 1.1 desta pesquisa, as características dos modelos que mais prevalecem na literatura sobre interpretação são aqueles provenientes do contexto europeu e norte-americano. Baseamo-nos neste critério, e na existência de casos exemplares de interpretação do patrimônio industrial, para trazer os casos inglês, espanhol e estadunidense como representativos das diretrizes internacionais para interpretação patrimonial.

Iniciaremos apresentando a abordagem da interpretação no contexto mais amplo proporcionado pela Convenção Europeia da Paisagem, instrumento proclamado pelo Conselho da Europa em 2000 com a pretensão de promover a proteção, gestão e planejamento das paisagens europeias. Entre outras medidas específicas, o tratado traz no artigo 6º a “sensibilização” como medida a ser tomada para “[...] incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações” (p. 4, 2000). Aqui, a

abordagem da sensibilização é comunicativa e educativa, e a diretriz é demasiadamente ampla e subjetiva, especialmente considerando que esta é a única referência a qualquer medida de difusão no documento.

Partindo especificamente para o caso inglês, a organização pública não governamental *English Heritage* é responsável por gerir mais de 400 sítios patrimoniais em toda Inglaterra. A instituição tem a interpretação, chamada de “inspiração”, como uma de suas quatro prioridades no desenvolvimento de ações de gestão patrimonial. A entidade estipula cinco objetivos em relação ao desenvolvimento de iniciativas de inspiração:

- 1) Cativar a imaginação da nação por meio de um seletor conjunto de novos relatos memoráveis da experiência dos visitantes e das histórias de conservação; 2) Aprimorar nossa oferta internacional, mediante a constante criação de excelente apresentação, interpretação e infraestrutura para visitantes; 3) Aproveitar a percepção profunda dos clientes para construir experiências, o que nos dá forte apelo local e nacional; 4) Desenvolver nossa oferta digital, aproveitando ao máximo das novas tecnologias para contar a história da Inglaterra de maneiras novas e vívidas e engajar um maior público; 5) Oferecer excelentes oportunidades de aprendizado para todos, quer estejam visitando nossos sítios, navegando online ou lendo nossas publicações (*ENGLISH HERITAGE*, 2021, tradução nossa).

Considerando esses cinco objetivos, a abordagem da interpretação pela *English Heritage* é comunicativa e, principalmente, institucional, sendo possível argumentar que as iniciativas de inspiração são concebidas essencialmente como estratégias de divulgação da própria organização.

No caso espanhol, o *Instituto del Patrimonio Cultural de Españã*, desdobramento do *Ministerio de Cultura y Desporte*, aborda a difusão de maneira similar à *English Heritage*, sendo ela entendida como a divulgação dos projetos e iniciativas da instituição. Ampliando a pesquisa, identificamos no *Centro Nacional de Educación Ambiental* (CENEAM) um grupo de trabalho específico que trata da interpretação do patrimônio natural e cultural. No documento *Recomendaciones técnicas orientadoras para la contratación de obras, equipamientos y servicios relacionados con la comunicación e interpretación del patrimonio*, elaborado pelo *Seminario Permanente de Interpretación del Patrimonio*, é estabelecida a seguinte orientação geral para interpretação:

Toda intervenção ou prática interpretativa deve nascer de uma necessidade, e estar embasada por um processo de planejamento prévio que analisa opções e alternativas, e que se decide por uma conclusão fundamentada, coerente e adaptada ao propósito perseguido. A criação de um serviço ou meio interpretativo nunca deve ser um fim em si mesmo, em vez disso, deve ser visto como mais um instrumento que contribui para a gestão do uso público de um enclave ou recurso patrimonial (2012, p.5, tradução nossa).

Além desta orientação geral, a recomendação traz diretrizes específicas sobre análise, planejamento e tomada de decisões; sobre os conteúdos e as mensagens da comunicação; sobre os equipamentos, meios e materiais interpretativos; e sobre o sistema de acompanhamento e avaliação das iniciativas de interpretação. A intenção e as orientações deste documento remetem àquelas da Carta ICOMOS, no sentido de que ambos abordam a interpretação como ferramenta não apenas de comunicação como também de gestão, buscando estabelecer referências fundamentadas para a prática da IP.

Por ser um precursor da popularização da prática da IP, trazemos as políticas estabelecidas pelo *National Park Service* (NPS) para tratar do caso estadunidense. A política de manejo do NPS, publicada em 2006, define que um dos principais objetivos de seus princípios fundamentais é “usar uma conotação que não deixe espaço para mal-entendidos sobre o compromisso do Serviço Nacional de Parques com o uso e aproveitamento público adequado, incluindo educação e interpretação, dos recursos do parque, evitando impactos inaceitáveis” (s/p, 2006). Baseado neste objetivo, a interpretação é trabalhada no sétimo tópico, intitulado *Interpretation and Education*, que estabelece que os propósitos dos programas interpretativos e educativos do NPS são:

[...] promover experiências educativas e recreativas que irão (1) auxiliar o público a compreender o significado e a relevância dos recursos dos parques, e (2) fomentar o desenvolvimento de uma noção de gestão. Os programas fazem isso criando uma conexão entre os recursos do parque, os visitantes, a comunidade e o sistema nacional de parques. Essa conexão é feita relacionando os recursos tangíveis de um parque aos valores e significados intangíveis encontrados nesses recursos. Um resultado importante da experiência nos parques é que os visitantes retenham informações, compreendam significados e adotem novos comportamentos e valores com mais facilidade, por estarem diretamente envolvidos com os sítios e recursos do patrimônio cultural e natural (s/p, 2006, tradução nossa).

Partindo deste propósito, essa política traz um amplo leque de diretrizes condizentes com as diversas especificidades do processo de interpretação, como planejamento interpretativo, técnicas e instrumentos, competência dos profissionais da interpretação, requisitos para os programas interpretativos, e avaliação dos programas. Observando-se os propósitos estabelecidos para os programas interpretativos, a aproximação nas orientações entre educação e interpretação, e a escolha dos termos utilizados em diversas diretrizes, pode-se dizer que a abordagem da política do NPS sobre a interpretação é majoritariamente educativa – sendo as ideias sobre gerar autonomia e mudanças de comportamento por meio do patrimônio remanescentes da educação patrimonial.

No caso do Brasil, como abordado no item 1, a principal referência das diretrizes para interpretação está na Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan (PPCM). A PPCM estabelece os objetivos de ações de difusão em geral, os espaços passíveis de receberem essas ações e os objetivos das iniciativas de difusão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em específico. A abordagem da difusão pelo Iphan tem um caráter comunicativo, dando ênfase aos diferentes tipos de acesso ao patrimônio e à informação qualificada sobre ele.

Na tentativa de ampliação da pesquisa, observou-se que não apenas as publicações sobre o tema, mas também as iniciativas de IP pelo Iphan, são bastante limitadas. As buscas no índice do portal do Iphan, utilizando termos relacionados à interpretação e à difusão, resultam em notícias sobre ações e projetos pontuais realizados pelo órgão. As escassas publicações resultantes dizem respeito à educação patrimonial. Observamos que, no caso do Iphan, existe uma proximidade entre a interpretação e a educação patrimonial, apesar da clara distinção entre os dois conceitos feita pela PPCM. As diretrizes para interpretação na política se concentram nas qualidades educativas e na dimensão participativa das ações de difusão, mas elas se distanciam dos objetivos de promoção da articulação institucional e da autonomia da população nos processos de preservação característicos da educação patrimonial.

Tomando a Carta ICOMOS para Interpretação como parâmetro, pode-se concluir que, em diferentes capacidades, as diretrizes estabelecidas por todas as entidades aqui apresentadas consideram os princípios fundamentais da interpretação. Apesar de breve, a medida estabelecida pela Convenção Europeia de Paisagem demonstra uma preocupação com a comunicação de valores da paisagem para diferentes públicos e com a inclusão de diferentes agentes no processo de interpretação, conforme os princípios da Carta. Os objetivos especificados pela *English Heritage* para o desenvolvimento de iniciativas de difusão refletem a consideração dos princípios sobre o acesso aos sítios, a comunicação de valores, o aprimoramento da experiência pessoal e o melhoramento constante dos programas de interpretação.

As orientações no documento *Seminario de Interpretación del Patrimonio* (que estabelece diretrizes ao *Instituto del Patrimonio Cultural de Españã*) espelham de forma quase idêntica aquelas existentes na Carta ICOMOS, demonstrando especial consideração pelo respeito da interpretação à autenticidade dos sítios, pelo planejamento sustentável e participativo e pelo aprimoramento profissional e melhoramento constante das iniciativas

de interpretação. O mesmo ocorre com as diretrizes estabelecidas pelo plano de manejo do NPS, que além de discorrer sobre todos os princípios trazidos pela Carta, vai além ao especificar orientações para públicos, métodos e instrumentos particulares. O objetivo definido pelo NPS para o desenvolvimento de ações interpretativas demonstra especial atenção aos princípios de acesso e comunicação, de contextualização e de autenticidade presentes na Carta.

Finalmente, os objetivos para realização de atividades de interpretação firmados pela PPCM do Iphan expressam consideração pelos princípios de acesso inclusivo ao patrimônio, de comunicação de informações verídicas e confiáveis e de valores autênticos, de consideração da paisagem e do contexto e de planejamento sustentável e participativo.

Na análise das diretrizes das entidades sob a luz da Carta ICOMOS (2008), observa-se nas orientações de cada uma as preocupações que levaram à elaboração da Carta. Dá-se um destaque especial à consideração da inclusão dos contextos históricos, territoriais e sociais dos sítios na comunicação interpretativa, e da promoção da sustentabilidade socioambiental do sítio por meio do planejamento interpretativo. As diretrizes possuem tanto pontos em comum quanto pontos de divergência com a abordagem da bibliografia sobre interpretação.

Enquanto as diretrizes de algumas entidades focam no aspecto comunicativo, existe também uma forte tendência de entender a interpretação como estratégia de gestão e, principalmente, de educação. Outro ponto é que, apesar das diretrizes do *Seminario de Interpretación del Patrimonio* e do NPS especificarem o uso de diversos métodos, técnicas e instrumentos interpretativos, esse detalhamento dos meios interpretativos não é feito de forma isolada e corresponde aos objetivos das iniciativas de interpretação estabelecidos pelos respectivos documentos. O estabelecimento de temas interpretativos como estratégia de planejamento, contudo, ganha maior foco pela bibliografia do que pela abordagem das diretrizes, sendo uma prática mais reforçada apenas pelo NPS.

Por outro lado, tanto a bibliografia quanto as diretrizes trazem a importância do aprimoramento das iniciativas de interpretação, seja pela avaliação desses programas, pela implantação de novas ações ou pela capacitação profissional. A diferença da abordagem da bibliografia para a das diretrizes é que, com exceção do *Seminario de Interpretación del Patrimonio* e do NPS, as demais entidades não descrevem orientações específicas para os métodos de avaliação da experiência do visitante, ou para as

competências dos profissionais da interpretação.

Finalmente, a divergência fundamental entre a abordagem das diretrizes e a da bibliografia é que as diretrizes separam, conceitualmente, as atividades de interpretação da atividade turística. Apesar do turismo ser mencionado nas diretrizes do *Seminário de Interpretación del Patrimonio*, do NPS e do Iphan, é feita uma distinção entre os processos de planejamento interpretativo e os processos de planejamento do turismo, reconhecendo-os como ações que podem ser complementares, mas não interdependentes. Esse cenário reflete a outra preocupação que levou à formulação da Carta ICOMOS de Interpretação: as entidades nacionais de preservação patrimonial propõem o redirecionamento da aplicação de técnicas e instrumentos interpretativos à difusão eficiente de informações e ideias relevantes ao patrimônio em questão, mas não se atentam à potencial atratividade de tais técnicas e instrumentos. Isso demonstra que, pelo menos em teoria, as diretrizes estão pautadas em uma concepção distinta de interpretação que não se observa na bibliografia sobre o tema, tanto pela ausência da relação direta entre turismo e interpretação, quanto pela adição da abordagem educativa.

2.3. Diretrizes para interpretação do patrimônio industrial

Partindo das diretrizes gerais para interpretação definidas por órgãos de preservação internacionais e nacionais, apresentaremos agora as orientações estabelecidas para o caso do patrimônio industrial, começando pelas duas Cartas elaboradas pela agência designada do ICOMOS para preservação do patrimônio industrial, o *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH).

Firmada pela Assembleia Geral do TICCIH em 2003, a Carta de Nizhny Tagil representa um primeiro esforço para estabelecer conceitos e orientações internacionalmente reconhecidos relativos aos valores de identificação, proteção, conservação, educação e interpretação do patrimônio industrial. É importante destacar que estas diretrizes para interpretação se referem à apresentação e interpretação dos sítios industriais. O documento indica as autoridades públicas como únicas promotoras de iniciativas interpretativas, relaciona diretamente a interpretação a meios de comunicação, assim como à promoção do turismo, e elenca os museus como ferramenta importante da IP. Por fim, são destacados os itinerários regionais e internacionais como instrumentos de interpretação especialmente adequados ao caso do patrimônio industrial, considerando as

características particulares deste tipo de patrimônio – nominalmente, as contínuas transferências de tecnologia industrial e o movimento em larga escala de pessoas que podem ter provocado.

Adotados na ocasião da 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 2011, os Princípios de Dublin apresentam uma atualização dos conceitos e diretrizes presentes na Carta de 2003. Especificamente sobre a interpretação, o documento se refere à apresentação e difusão das dimensões e valores dos sítios, colocando a difusão como meio de conscientização pública e empresarial sobre a importância do patrimônio industrial para garantir sua conservação. Também são elencadas diversas técnicas e instrumentos para difusão do patrimônio industrial, com destaque ao papel das iniciativas *in situ*, considerando a apreensão dos processos de industrialização pelo público. Finalmente, o documento destaca o papel do patrimônio industrial como recurso educativo a ser trabalhado pelas instituições nacionais e internacionais da área de pesquisa e conservação, para o público em geral e para as comunidades de profissionais.

Analisando ambas as Cartas, observamos alguns pontos comparativos importantes para destacar brevemente. Primeiramente, a Carta de Nizhny Tagil separa as diretrizes de formação e educação daqueles referentes à apresentação e interpretação, enquanto os Princípios de Dublin situam-nas sob um mesmo princípio. É possível argumentar que essa mudança ocorreu em detrimento das diretrizes de formação e educação, que são mais específicas e elaboradas na Carta de 2003, ao passo que, no documento de 2011, aparentam ser apenas aspectos complementares da difusão.

Outro ponto relevante é que o instrumento interpretativo destacado pela Carta de Nizhny Tagil – itinerários regionais e internacionais – demonstra mais consideração pela relação específica entre interpretação e patrimônio industrial do que a modalidade destacada nos Princípios de Dublin – difusão *in situ*. Reconhecemos aqui que a difusão *in situ*, sendo um conceito mais amplo, pode englobar os itinerários regionais e internacionais, além de outros instrumentos relevantes. Porém, a falta de orientações mais específicas também torna esta diretriz demasiadamente vaga. Em contrapartida, os Princípios de Dublin elencam técnicas e instrumentos de difusão mais variados que a Carta de Nizhny Tagil, evitando o destaque único dado aos museus industriais pelo documento de 2003.

Os Princípios de Dublin relacionam a interpretação a diferentes agentes – públicos e privados – reconhecendo a necessidade de seu envolvimento para o planejamento e

aplicação de iniciativas de difusão. Por fim, os Princípios de Dublin evitam relacionar diretamente a difusão ao turismo, considerando-o apenas como mais uma das possíveis interlocuções da difusão com o público.

Outro documento importante a se considerar na discussão de diretrizes para interpretação do patrimônio industrial é o *Plan Nacional de Patrimonio Industrial*. Em 2001, o *Instituto de Patrimonio Cultural de España* iniciou a elaboração de um plano pela necessidade de estabelecer medidas de ação para conservação e gestão devido à gradual perda do patrimônio industrial espanhol. Com o documento base firmado em 2001, o plano vem sendo atualizado desde então de acordo com os novos estudos e necessidades do patrimônio industrial. Em relação à interpretação, o plano de 2011 propõe que as ações de preservação devem ser o principal tema das ações de difusão.

Realizar ações de difusão e formação para que a sociedade compreenda melhor a importância do Patrimônio Industrial como testemunho do envolvimento do nosso país no processo industrial e, assim, melhor compreender a história dos últimos séculos. A difusão deve servir para visualizar as diversas ações de preservação realizadas (ESPANHA, 2011, p.40, tradução nossa).

O plano aborda a difusão como meio de ativação dos bens industriais, especialmente daqueles em estado de abandono ou sem grande apelo de uso, além de situá-la como atividade de planejamento multidisciplinar e que congrega as iniciativas pública e privada. Ele também estabelece que os planos de gestão e difusão devem ser elaborados considerando as singularidades do patrimônio industrial que destacam os sistemas de produção e as experiências acumuladas na gestão e difusão de outros sítios industriais.

Trazemos também as diretrizes presentes na Carta de Sevilla de Patrimônio Industrial, elaborada na ocasião do *VII Seminario de Paisajes Industriales de Andalucía* em 2018. Produzida pelo *Centro de Estudios Andaluces* com o apoio do TICCIH-Espanha, a Carta apresenta uma revisão crítica da mudança de paradigmas que se produziu sobre o patrimônio industrial nas três últimas décadas, focando suas orientações para o caso espanhol.

Entre outros aspectos pertinentes ao patrimônio industrial, a Carta estabelece algumas propostas que englobam a interpretação, como a inclusão da difusão da memória do trabalho e seus conflitos nos processos de gestão e desenvolvimento dos espaços industriais. Também é estipulado que os projetos de intervenção, gestão e difusão devem ser avaliados em relação à sua eficiência em gerar práticas sustentáveis que almejam a

austeridade e a rentabilidade social. A Carta destaca o papel das novas tecnologias da informação e comunicação como estratégia transversal e participativa de caracterização, valoração, gestão e difusão do patrimônio industrial. É proposto também o envolvimento de empresas históricas no desenvolvimento de iniciativas de proteção, conservação e difusão para o patrimônio industrial imóvel, móvel e documental. A abordagem da Carta traz a difusão como instrumento para o desenvolvimento democrático e sustentável de iniciativas de preservação, focando especialmente na capacidade da difusão de estabelecer relações entre diferentes grupos sociais e entidades para realização de projetos.

Na análise destas diretrizes de interpretação do patrimônio industrial, conclui-se que elas vão de acordo com os princípios estabelecidos pela Carta ICOMOS de Interpretação. Para o caso industrial, são adaptados especialmente os princípios relativos à atenção ao entorno e ao contexto, ao planejamento da sustentabilidade e à inclusão e participação social nos processos de planejamento. A preocupação com o princípio de atenção ao entorno e contexto demonstra a compreensão da dimensão sistêmica do patrimônio industrial, entendendo que as ações interpretativas devem ser capazes de comunicar de forma articulada os valores dos diversos elementos que compõem o sítio. O foco dado às variadas instâncias do planejamento da sustentabilidade mostra-se coerente com a complexidade da escala e natureza do patrimônio industrial, reconhecendo os desafios de sua ativação e gestão e colocando a interpretação ativamente como estratégia para seu desenvolvimento sustentável. A preocupação com a inclusão de diversos agentes públicos, privados e civis nos processos de planejamento da interpretação demonstra, novamente, entendimento sobre o aspecto multidisciplinar e integrado da gestão do patrimônio industrial, reconhecendo a interpretação como parte essencial dessa gestão. A integração da participação social nos processos de planejamento por meio da consideração pela memória do trabalho confirma o papel da interpretação de difusora dos valores atribuídos pela população e de principal porta-voz do interesse pela preservação do sítio.

É interessante notar que, com exceção das duas Cartas de patrimônio industrial, as diretrizes não buscam estabelecer métodos, técnicas e instrumentos interpretativos específicos. O foco das orientações para o patrimônio industrial também diverge daquele das orientações gerais. Enquanto o foco das orientações gerais parece ser o resultado da aplicação das iniciativas de interpretação – isto é, a visitação –, a atenção das diretrizes

para o patrimônio industrial parece se voltar para o processo de planejamento dessas iniciativas. Aqui, perde-se a abordagem turística conferida à interpretação pela bibliografia sobre o tema e a relação complementar entre interpretação e turismo presente na abordagem das diretrizes gerais. Quando colocada sob a luz do patrimônio industrial, a interpretação é entendida majoritariamente como instrumento de ativação e gestão dos sítios industriais e, em menor capacidade, como promotora auxiliar do patrimônio industrial como recurso educativo.

2.4. Iniciativas de interpretação em sítios de patrimônio industrial

Para observar como as diretrizes gerais e específicas de interpretação incidem em iniciativas existentes em sítios industriais, apresentaremos aqui as estratégias e projetos interpretativos aplicados em sítios industriais representativos de sua tipologia nos países tratados no tópico anterior.

Trazemos a iniciativa da *European Route of Industrial Heritage* (ERIH). A Rota Europeia do Patrimônio Industrial faz parte das rotas culturais do Conselho da Europa e tem como objetivo incentivar o interesse pelo patrimônio industrial europeu e promover o potencial histórico e turístico de cidades e regiões com relevante passado industrial. Contemplando 27 países, a rota se utiliza da visitação a pontos chave, *tours* guiados, apresentações multimídia e eventos para abordar as histórias e temas relativos à industrialização na Europa (CONSELHO DA EUROPA, 2021). Duas estratégias específicas foram pensadas para atingir os objetivos da ERIH: o desenvolvimento de rotas regionais e o desenvolvimento de rotas temáticas.

As rotas regionais representam uma oportunidade de autonomia para os países e regiões individuais explorarem seus próprios temas e destacarem seus sítios de menor relevância internacional. A ERIH estabelece como estratégia para o desenvolvimento destas rotas a escolha de um ou dois pontos chave de onde partirão os itinerários – logística e tematicamente. A inclusão nas rotas de diversos locais de interesse, como museus e centros de visitantes, é uma outra estratégia que corrobora tanto o objetivo de montar uma narrativa temática coerente, quanto o de dar visibilidade a locais de diferentes escalas relacionados ao patrimônio industrial (ERIH, 2019).

O desenvolvimento de rotas temáticas é uma estratégia que visa demonstrar a variedade de atividades industriais e do patrimônio industrial na Europa, atender aos diferentes e específicos interesses do público, e formar e mostrar a conexão entre

elementos industriais radicalmente diferentes existentes por todo continente europeu. Os temas são estruturados a partir das diferentes tipologias industriais, totalizando 16 rotas temáticas com 44 subcategorias, e a todos os sítios contemplados pela ERIH são designados um ou mais temas (ERIH, 2021).

No caso inglês, trazemos as iniciativas de interpretação desenvolvidas para Ironbridge Gorge. Considerada patrimônio mundial da humanidade pela Unesco, a área localizada no condado de Shropshire representa os progressos tecnológicos que levaram à Revolução Industrial, contemplando os remanescentes de minas, fábricas, fundições, armazéns, casas de trabalhadores, edifícios públicos, sistemas de transporte e a icônica ponte de ferro que lhe dá o nome (UNESCO, 2021). A gestão do sítio é realizada por diferentes agências governamentais e de preservação em diversas instâncias, incluindo a *English Heritage*. Assim, traremos aqui as informações sobre a interpretação em Ironbridge Gorge provenientes tanto do plano de gestão elaborado pelo grupo diretor do sítio, quanto dos portais da Unesco e da *English Heritage*. A Unesco lista as diferentes iniciativas de interpretação existentes no local:

Um centro de visitantes e interpretação permite aos visitantes compreender o contexto geográfico e geológico da propriedade, e os visitantes são incentivados a conhecer os vários museus e vilas e a caminhar ao longo do rio e nas encostas do desfiladeiro. As instalações adicionais para visitantes incluem a atualização das acomodações para visitantes e instalações de *Park and Ride*. Isso complementa o serviço abrangente de interpretação e educação de alta qualidade fornecido pelos dez Museus Ironbridge e pelo Instituto Ironbridge (UNESCO, 2021, s/p, tradução nossa).

A variedade de opções interpretativas vai de acordo com os objetivos do plano de gestão, que colocam a garantia do acesso de todos ao sítio como prioridade. O plano também destaca seu objetivo de garantir a interpretação da paisagem, elencando a existência dos 10 museus que tratam de seus diferentes aspectos e das 6 trilhas culturais acessíveis a visitantes e moradores como meios para alcançar essa interpretação. É estabelecido também o uso de meios digitais, como aplicativos, exibições interativas e informação audiovisual, para aumentar a acessibilidade e o tempo de permanência no sítio. O objetivo de aumentar o tempo de permanência relaciona-se tanto com o intuito de garantir a apreensão integral da paisagem quanto com o de implementar ações que promovam o turismo industrial sustentável no local. De acordo com a finalidade de preservar a autenticidade do sítio e promover o desenvolvimento econômico sustentável, é incentivada a continuidade da produção local, que se transforma em atividade interpretativa ao demonstrar aos visitantes a fabricação de produtos como telhas e louças.

Por fim, além dos objetivos específicos já mencionados, o plano define que todas as ações de interpretação no sítio são a chave para comunicar o valor excepcional de Ironbridge Gorge como patrimônio mundial da humanidade e a importância das ações de preservação em patrimônios da humanidade. Esta abordagem se aproxima daquela da ação interpretativa apresentada especificamente pela *English Heritage*. Em 2017, a agência realizou um grande projeto de restauração na ponte, sendo instalada ao longo dela uma passarela para que os visitantes pudessem acompanhar o processo de restauração.

Para ilustrar a incidência das diretrizes de interpretação no caso estadunidense, trataremos das iniciativas existentes para o Sítio Histórico Nacional da Estrada de Ferro de Allegheny Portage. Localizada no estado da Pensilvânia, a ferrovia que ligava as cidades de Pittsburgh e Philadelphia, passando pelas montanhas Allegheny, é considerada um marco da tecnologia, por operar em um território de relevo inclinado, e um marco da história americana, por ter tido um papel crítico na abertura do interior dos Estados Unidos para comércio e povoamento (NPS, 2021). O sítio histórico, sob responsabilidade do *National Park Service*, é composto por uma vasta área de natureza e pelo centro histórico que abriga antigas residências de operários, uma casa de máquinas, uma antiga cafeteria, uma ponte, túneis e outros elementos.

O plano interpretativo de longo prazo para o sítio, elaborado pelo NPS, estabelece os seguintes objetivos para as iniciativas de interpretação:

Interpretar o significado da Estrada de Ferro de Allegheny Portage e do Canal da Pensilvânia no contexto da história econômica, social e tecnológica da nação e promover uma consciência sobre sua relação com a sociedade americana contemporânea; Promover conservação ambiental e consciência pública sobre o valor do planejamento dos usos da terra através da interpretação das atividades e mudanças históricas relativas ao uso da terra, como a mineração e a extração de madeira, e seu impacto na paisagem do parque; Oferecer limitadas oportunidades para o desenvolvimento de atividades de recreação que sejam compatíveis com a preservação e interpretação dos recursos históricos do parque (NPS, 2004, p. 7, tradução nossa).

O plano propõe diversas ações de restauração de elementos como as residências e a ponte como estratégia auxiliar à conexão dos visitantes com a história do local. Também são estabelecidos 4 temas interpretativos gerais sobre o contexto e a necessidade de criação da ferrovia e do canal e sobre as soluções e impactos que sua construção trouxe. O constante aprimoramento das exposições no centro de visitantes e a implementação de encenações históricas são outras estratégias pensadas para conectar o visitante com a história.

Com o objetivo de promover uma consciência ambiental sobre o uso responsável da terra, bem como para demonstrar a conexão entre a ferrovia e o canal, foram implantadas trilhas guiadas seguindo os marcos destes sistemas. Finalmente, visando o desenvolvimento de atividades de recreação, foi implantada uma área de piquenique no local e são realizados eventos regulares e *tours* temáticos especiais.

Para o caso espanhol, tomaremos como exemplo as iniciativas de interpretação existentes no Parque Mineiro de Almadén. Considerado patrimônio cultural da humanidade, o sítio localizado na cidade de Almadén, na comunidade autônoma de Castilla-La Mancha, é uma das minas de mercúrio mais antigas do mundo. Além do complexo sistema de mineração que se encontra íntegro tanto na superfície quanto no subsolo, no sítio encontram-se outros elementos, como a escola, o hospital e o presídio, relacionados ao funcionamento da mina e seus operários (ALMADÉN, 2021).

Atualmente, o parque é gerenciado por diferentes entidades, entre elas a prefeitura municipal, a *Escuela de Ingeniería Minera e Industrial de Almadén*, a companhia de Mineração Mayasa e a fundação Francisco Javier de Villegas, cada qual responsável pelo uso de diferentes edifícios (UNESCO, 2014). Não existe um plano comum de gestão entre essas entidades, portanto as iniciativas de interpretação aqui apresentadas são provenientes de diferentes fontes.

O plano diretor de turismo de Almadén coloca a cidade como um destino de referência para o turismo industrial, aproveitando especialmente o título de patrimônio cultural da humanidade das minas. Como estratégia, são propostas visitas ao *Centro de Interpretación de La e* aos diversos edifícios históricos que compõem o centro industrial *Minería*, os *tours* pelo interior das minas e a possibilidade de oferecer visitas noturnas. O sítio também faz parte da ERIH, estando incluído em três rotas com diferentes temáticas: a de mineira, a de paisagem e a de patrimônios da humanidade (ERIH, 2021). Além dessas iniciativas, a companhia de mineração Mayasa também oferece diversos *tours* guiados, tanto por toda extensão do parque quanto por pontos específicos, como o Museu do Mercúrio.

Para o caso brasileiro, trazemos as iniciativas de interpretação existentes na Vila Ferroviária de Paranapiacaba. Concebida como centro de controle operacional e como residência para os funcionários da companhia inglesa São Paulo Railway, a vila localizada no município de Santo André representa um exemplo excepcional da implantação da tecnologia ferroviária e da organização da moradia para trabalhadores. Para além do pátio

ferroviário e das residências operárias, a localização do sítio em uma área remanescente de Mata Atlântica compõe uma complexa paisagem industrial (SANTO ANDRÉ, 2021). Atualmente sob responsabilidade da prefeitura municipal de Santo André, a vila é tombada em nível municipal, estadual e nacional, e apresentou uma indicação para entrar na lista de patrimônios mundiais da humanidade. A vila de Paranapiacaba é o atrativo turístico mais consolidado do município, contanto com diversas iniciativas de promoção de turismo cultural, industrial e ambiental estabelecidas a partir dos objetivos existentes no plano diretor municipal e no plano diretor de turismo.

O plano diretor estabelece a Zona Especial de Interesse do Patrimônio da Vila de Paranapiacaba, que tem como objetivo proteger e recuperar o ambiente construído e o espaço urbano, valorizar a paisagem e promover o desenvolvimento sustentável. Além dessa zona especial, o plano cria a Zona Turística de Paranapiacaba, que objetiva, entre outras coisas, promover a preservação do patrimônio cultural e natural e estimular o turismo (SANTO ANDRÉ, 2004). Estes objetivos são contemplados pelo plano diretor de turismo, que coloca o incentivo à instalação de serviços e equipamentos de turismo e lazer na vila como principal proposta para a área.

Como estratégia para o desenvolvimento turístico e valorização da paisagem, a prefeitura incluiu a vila em diferentes circuitos temáticos, como o circuito histórico-cultural, o circuito do patrimônio industrial e o circuito de lendas e mitos, a fim de ampliar sua conexão com os demais atrativos da cidade. O poder público também divulga roteiros de lazer e pedagógicos oferecidos por agências e por profissionais credenciados (SANTO ANDRÉ, 2021). Além destes circuitos e roteiros locais, a CPTM opera aos domingos o expresso turístico de São Paulo à Paranapiacaba, realizado em locomotivas tradicionais da década de 50 cujo trajeto passa por outros conjuntos ferroviários da São Paulo Railway (CPTM, 2021).

Uma característica proeminente em todos os casos apresentados é a existência de diversos métodos, técnicas e instrumentos interpretativos em um mesmo sítio. Aqui, sob o princípio de atenção ao entorno e contexto, o foco nos diversos instrumentos interpretativos observado na bibliografia torna-se relevante, pois a variedade de opções permite que sejam escolhidos aqueles mais adequados tanto para ressaltar os elementos individuais do sítio, quanto para apresentar a integração desses elementos à paisagem. Em todos os sítios, é evidente a preocupação dos gestores em apresentar o quadro completo, incluindo não apenas os elementos culturais na apresentação dos espaços como

também os naturais.

A gestão das iniciativas por diferentes agentes é uma característica que se destaca na maior parte dos casos. Mesmo com a ausência de um planejamento integrado entre todos os intermediários, a prática desta gestão articulada já demonstra o princípio da inclusividade tão destacado pelas diretrizes de interpretação do patrimônio industrial. A preocupação com o desenvolvimento sustentável também se faz presente nas iniciativas de Ironbridge Gorge, do Sítio Histórico Nacional da Estrada de Ferro de Allegheny Portage e da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, evidenciando o reconhecimento tanto dos riscos quanto das potencialidades destes sítios enquanto recursos para o desenvolvimento socioambiental consciente.

Por fim, por meio da análise das iniciativas de interpretação destes diferentes sítios ao redor do mundo, percebe-se que existe uma relação quase mandatória entre interpretação e turismo. Em casos como Ironbridge Gorge e o Sítio Histórico Nacional da Estrada de Ferro de Allegheny Portage, a existência de planos de interpretação evidencia a distinção entre as iniciativas interpretativas e as turísticas. Porém, na ausência deste plano, as atividades de turismo posam como ações interpretativas, como nos casos do Parque Mineiro de Almadén e da Vila Ferroviária de Paranapiacaba. É evidente, de acordo com os planos interpretativos de Ironbridge Gorge e de Allegheny Portage, que existe atividade turística nesses locais. No entanto, há uma clara separação entre os objetivos para interpretação e para o turismo, sendo eles meramente complementares.

O objetivo das ações é um ponto essencial que diferencia a interpretação do turismo, já que distingui-los somente a partir da observação das técnicas e instrumentos empregados deixa margem para ambiguidade. Dessa forma, percebe-se que a clara concepção de interpretação que fundamenta tanto as diretrizes gerais quanto as diretrizes específicas para o patrimônio industrial não incide completamente nas ações dos sítios, dando espaço para a abordagem turística da bibliografia sobre interpretação.

Ao analisar a abordagem da interpretação adotada pela bibliografia internacional, pelas diretrizes gerais e específicas e pela aplicação de iniciativas interpretativas em sítios ao redor do mundo, observamos que a interpretação sofre com as sobreposições teóricas e metodológicas em variadas instâncias. Ao buscar identificar a interpretação por meio de seus conceitos, esbarramos frequentemente naqueles relativos à comunicação, à educação e mesmo à administração. Ao tentar identificá-la mediante seus métodos, técnicas e instrumentos, a encontramos invariavelmente relacionada ao turismo. O

estabelecimento da interpretação como instrumento de gestão integral ao funcionamento dos sítios, conforme as diretrizes, representa uma alternativa de abordagem mais complexa, pertinente e individual. Ao atribuir à interpretação a autonomia para elaborar seus próprios objetivos, ao invés de utilizá-la como meio para alcançar objetivos de outras disciplinas, encontra-se sua verdadeira funcionalidade e relevância.

2.5. Abordagem da interpretação patrimonial pela bibliografia brasileira

Apresentado um quadro geral das abordagens da interpretação em escala mundial, aprofundaremos a análise das sobreposições teórico-metodológicas encontradas, focando exclusivamente no cenário nacional. Aqui, discutiremos sobre as características da bibliografia nacional a respeito de interpretação patrimonial e sobre a incidência tanto das influências internacionais quanto das diretrizes da PPCM e da Carta ICOMOS para Interpretação sobre elas.

Partindo do cenário internacional, identificamos que a principal sobreposição que ocorre nas abordagens é entre interpretação e turismo, que se mostra recorrente no caso nacional. No entanto, reconhecemos outro conceito que se justapõe com frequência à IP: a Educação Patrimonial (EP). Em um levantamento inicial dos trabalhos que abordam a IP, identificamos que uma parcela significativa desses títulos também traz a educação patrimonial em alguma capacidade. Podemos classificar estes trabalhos em três categorias principais: aqueles que usam a EP como termo genérico, aqueles que colocam a educação patrimonial como objetivo da interpretação e aqueles que tratam dos dois conceitos sem esclarecer o papel de um e de outro.

No caso dos trabalhos que usam a EP como termo genérico, o foco do estudo é a interpretação patrimonial, a educação patrimonial sendo colocada apenas como objetivo ou benefício genérico da implantação da IP, sem contextualizações e conceituações (SILVA E SILVEIRA, 2015; UEZ et al., 2012). Os títulos que colocam a EP como objetivo da interpretação se assemelham àqueles que a utilizam como termo genérico, mas buscam conceituar brevemente a educação patrimonial (CARDOZO E MELO, 2009; LOPES, 2017; PIRES, 2013; REIS et al., 2016; TOFFOLO E CARDOZO, 2013). Já os trabalhos que abordam os dois conceitos sem esclarecer seus papéis apresentam os fundamentos das duas atividades, podendo se inclinar mais detalhadamente sobre uma delas, mas não deixam explícito a diferença entre elas para além de uma noção superficial de que a EP é um tipo de interpretação patrimonial (CÉSAR et al., 2011; GOMES et al.,

2015; SÁ, 2014; SILVA, 2013). Os dois primeiros tipos de trabalho apresentam casos de indistinção conceitual, pois não se define o conceito de EP – de maneira significativa ou de maneira alguma –, tornando a educação patrimonial este ideal abstrato que faz parte dos objetivos da interpretação. À título de exemplo, o trabalho de Uez et al. (2012) traz a educação patrimonial em seu título “Interpretação e educação patrimonial: estudos de valores constituintes da arquitetura de Caxias do Sul (RS)” e em seu resumo, mas não a aborda de maneira alguma no texto. Neste cenário, a ausência de definição leva à suposição de que a interpretação e a educação patrimonial são um mesmo processo. Ainda trazendo alguns exemplos, o trabalho de Reis et al. (2016) inicia a discussão sobre interpretação pela ausência da educação patrimonial no currículo escolar, e colocando a interpretação como alternativa para que, depois de adultas, as pessoas possam ser educadas sobre o patrimônio. Da maneira como é colocado, entende-se que a educação patrimonial e a interpretação são atividades distintas, mas que servem igualmente para alcançar um mesmo objetivo: a educação e a conscientização sobre o patrimônio.

No terceiro tipo de trabalho, apresentam-se casos de sobreposição conceitual, uma vez que os conceitos de IP e EP são explorados, porém de maneira muito similar, não permitindo que se observe uma distinção clara entre as duas concepções. Trazemos como exemplo dessa abordagem trabalho de Gomes et al. (2015), que oferece definições bem fundamentadas de educação patrimonial e de interpretação mas não deixa claro onde uma atividade termina e a outra começa, e estabelece que ambas objetivam “[...] a sensibilização do coletivo, por meio do despertar de sua identificação e pertencimento cultural, para que estes passem a preservar o que lhes foi herdado e, por conseguinte, legá-lo também para as futuras gerações, por forma de herança e direito” (2015, p.462). Ao estabelecer que tanto a educação patrimonial quanto a interpretação têm um mesmo objetivo, perde-se as características que designam qual a atividade mais adequada para diferentes contextos.

Se, como é colocado, tanto a IP quanto a EP são instrumentos de valorização do patrimônio que utilizam técnicas e instrumentos como mídia impressa, painéis informativos e visitas guiadas em iniciativas contínuas que podem ou não estar associadas ao processo de educação formal, qual a diferença entre elas?

Assim como a interpretação, a educação patrimonial é um conceito que evita definições rígidas, sendo abordada por diversas perspectivas conforme a linha de pensamento do autor. Portanto, utilizaremos a definição adotada pelo IPHAN a partir do

texto de Florêncio (2014) como ponto de partida:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (FLORÊNCIO, 2014).

Algumas das outras características atribuídas à educação patrimonial são a utilização de fontes primárias por meio de visitas a locais como museus e sítios arqueológicos, o caráter contínuo, interdisciplinar e transversal das ações, a ligação das ações de EP com o currículo escolar e o planejamento e execução da educação patrimonial por profissionais da educação ou do patrimônio (HORTA et al., 2006). Estas características já diferenciam substancialmente a educação patrimonial da interpretação, mas se retomarmos a PPCM discutida anteriormente, identificaremos que a principal divergência entre os dois conceitos reside em seus objetivos e sua abordagem ao patrimônio.

A educação patrimonial visa promover o reconhecimento e valorização das identidades comunitárias, utilizando o patrimônio como instrumento para trazer essas referências culturais, buscando a criação de canais de interlocução entre as instituições de patrimônio e a sociedade e a integração efetiva da comunidade em todas as etapas do processo de preservação (IPHAN, 2018). A interpretação não teria este mesmo papel de articulação social e institucional, de acordo com a PPCM, pois parte-se do pressuposto de que esses vínculos já existem devido às ações de educação patrimonial. Esse aspecto ilustra bem o motivo da hierarquização das etapas do processo de preservação estipulada pela PPCM, em que a educação patrimonial é a primeira etapa e a interpretação, a última.

Ainda, a interpretação, segundo a Carta ICOMOS para interpretação (2008), visa propiciar e incrementar o conhecimento e as conexões das pessoas diretamente com o patrimônio. Ou seja, o foco aqui não é tanto na construção de canais de comunicação e sua articulação, mas em trabalhar aqueles que já estão estabelecidos. Além disso, observa-se que o foco da IP é o patrimônio, sendo as associações com diferentes valores culturais e sociais um recurso utilizado para auxiliar o público a relacioná-lo com sua vida cotidiana. Já o foco da EP são as pessoas e os diferentes valores e referências existentes em uma comunidade. Nela, o patrimônio é usado como catalisador de reflexões sobre identidade, memória, sociabilidade e autonomia da população.

Existem, porém, diversas críticas feitas às características comumente atribuídas à

educação patrimonial, principalmente em relação à ligação da EP com o currículo escolar e ao planejamento e execução das ações por profissionais da educação e do patrimônio, que são tidas como restritivas à autonomia da população de criar suas próprias iniciativas e narrativas. Muitos autores trazem ainda que as ações de EP – na forma como são geralmente executadas – desconsideram a produção de conhecimento pela própria comunidade, concedendo-lhes apenas informações pré-definidas sobre o patrimônio (DEMARCHI, 2018; SCIFONI, 2017; VIANNA, 2020). Nesses casos, a educação patrimonial torna-se apenas um termo para designar uma metodologia que se limita a promover visitas guiadas e a produção de panfletos. Essas problemáticas aproximam a EP da percepção superficial sobre interpretação patrimonial apresentada pela literatura, tornando a distinção entre estes dois conceitos inevidente.

Essa sobreposição conceitual reflete no levantamento bibliográfico realizado na forma de trabalhos que utilizam indistintamente estes conceitos, como exemplificado pelos trabalhos de Uez et al. (2012), Reis et al. (2016) e Gomes et al. (2015) discutidos acima, bem como pelos outros casos referenciados. Ao não se aprofundarem nas bases teóricas de nenhum dos dois conceitos, ou ao desenvolverem um dos conceitos detalhadamente e citarem o outro apenas superficialmente, estes estudos estabelecem hierarquias conceituais e metodológicas que resultam na negligência tanto dos objetivos da EP quanto dos da IP. Isto colocado, ressaltamos que estas observações se estendem apenas à abordagem teórica da interpretação e/ou da educação patrimonial presente nestes trabalhos. Não pretendemos aqui analisar a efetividade do emprego destas abordagens nos contextos específicos destes trabalhos.

Referente às indistincões e sobreposições dos métodos, técnicas e instrumentos, a IP compartilha sua operacionalização com a educação patrimonial e com a comunicação museológica. Há trabalhos que tratam de dois ou dos três tópicos sem apresentar uma distinção clara entre as metodologias de cada um (FIGUEIRA, 2011; FONSECA, 2012; STRAPASSON et al., 2020). Tomando como exemplo o trabalho de Fonseca (2012), define-se a interpretação como uma metodologia da educação patrimonial que, entre outros locais, pode ser implantada em museus, utilizando como estudo de caso um evento que ocorre no Museu Imperial de Petrópolis. Apesar da preocupação em definir conceitualmente a IP e a EP, não se estabelece os métodos e técnicas de cada uma, nem como estes métodos e técnicas seriam objetivamente diferentes da comunicação já realizada dentro do espaço do museu. No caso do trabalho de Figueira (2011), a

interpretação é apresentada como alternativa para solucionar a falta de estruturação e o subaproveitamento dos acervos dos museus. O estudo traz métodos e ferramentas comumente encontradas na literatura sobre interpretação – visitas guiadas, publicações, elementos visuais – como medidas que podem ser implantadas para aumentar o interesse pelos museus. Porém, também traz sob a mesma ótica elementos já próprios da comunicação museológica como alternativa – como a organização dos objetos em uma exposição, iluminação e sonorização mais interessantes e interativas.

Destacamos, porém, que as técnicas e instrumentos utilizados pela interpretação, tais como expostos pela Carta ICOMOS de Interpretação (2008) – a impressão de material informativo, a sinalização de sítios e a realização de atividades comunitárias – não são exclusivos a ela, sendo provenientes e utilizadas na operacionalização de atividades de diversas disciplinas. Dessa forma, há uma sobreposição de técnicas e instrumentos que se dá mais pelo caráter abrangente e multidisciplinar das metodologias da interpretação do que pela ausência de clareza de quais técnicas pertencem ou não à IP.

Tratando do aspecto disciplinar, foi identificado que a maioria dos trabalhos está dentro da área do turismo ou se relaciona com essa disciplina em alguma capacidade. Os temas mais comuns dentro desta dinâmica são análises da eficiência de iniciativas interpretativas em atrativos turísticos (FELICIDADE E SILVA, 2020; PIRES E FERREIRA, 2007; STIGLIANO et al., 2011), propostas de ações e projetos interpretativos, especialmente para áreas de interesse turístico local (ROCHA E GASTAL, 2016; SILVA E SILVEIRA, 2015; SIQUEIRA, 2019) e análises da relação entre o turismo, a interpretação e a valorização do patrimônio pela comunidade local (DHEIN, 2014; LEITE E GASTAL, 2003; TOFFOLO E CARDOZO, 2013). É importante ressaltar que tanto a análise de iniciativas existentes quanto a proposta de novas iniciativas preocupam-se essencialmente com a adequação dos instrumentos interpretativos – ou seja, com as placas, letreiros, mapas e trilhas que podem ser utilizados no processo de interpretação. Além disso, todos estes temas de estudo baseiam-se em analisar ou instigar respostas comportamentais, tanto dos visitantes quanto da comunidade local.

Sinteticamente, a abordagem da interpretação pelo turismo baseia-se na aplicação de mídias interpretativas e na análise da percepção do público sobre estas mídias. Essa abordagem ocorre em concordância com as tendências na literatura anglo-saxã sobre interpretação (BECK E CABLE, 2001; HAM, 1992; TILDEN, 1977), que são

perpetuadas por publicações de revistas vinculadas a órgãos ou associações de interpretação patrimonial e focam principalmente em avaliar a efetividade da aplicação de métodos e técnicas interpretativos e em avaliar a satisfação do visitante.

Esse direcionamento pode ser bem observado nos títulos dos trabalhos encontrados no *Journal of Interpretation Research*, um dos principais periódicos internacionais sobre interpretação, publicado pela *National Association for Interpretation*, associação norte-americana que busca estabelecer uma rede de compartilhamento de conhecimento sobre interpretação entre profissionais da área. Analisando os três últimos volumes do periódico, soma-se um total de 14 artigos, dentre os quais seis, em alguma capacidade, tratam da mensuração da efetividade de métodos e técnicas interpretativas em relação à compreensão e satisfação do visitante ou à qualidade de trabalho do intérprete, a título de exemplo “*Leave No Trace Communication: Effectiveness Based on Assessments of Resource Conditions*” (SETTINA et al., 2020); “*Crowding, Race, and Ethnicity: A Case Study at Onondaga Cave State Park*” (LEE et al., 2019); “*Increasing Visitor Engagement during Interpretive Walking Tours*” (DOUGLAS et al., 2018). Trabalhos como estes, cujo enfoque é comportamental, representam um meio de comunicação entre o público e os planejadores da interpretação que é essencial para a manutenção da atividade a longo prazo. No entanto, a ampla disseminação de trabalhos deste tipo leva à consideração do enfoque comportamental da interpretação como padrão, fazendo com que esta seja planejada com base na reação e interesse do público enquanto consumidor, não no recurso.

Desta forma, torna-se prioridade conhecer os métodos de como prender a atenção e satisfazer os visitantes, enquanto as potencialidades e necessidades temáticas do recurso são tomadas por garantidas (UZZELL, 1998). Mesmo os trabalhos com enfoque mais social, voltados principalmente para valorização do patrimônio, acabam por utilizar conceitos e métodos provindos das ciências sociais apenas para alcançar objetivos orientados pela padronização do patrimônio que permeiam a literatura internacional sobre interpretação. Neste cenário, ainda se utiliza os lugares comuns da literatura sobre interpretação patrimonial – a interpretação como meio de alcançar uma conexão profunda com o patrimônio, ou como forma de revelação e iluminação sobre um significado maior – enquanto discorre-se sobre a adequação de placas e letreiros em relação ao aprendizado e satisfação do visitante e da comunidade.

A sobreposição disciplinar entre IP e turismo se estende à educação patrimonial.

Isso se percebe pelo grande número de trabalhos de autores da área do turismo que buscam analisar e propor ações e programas de educação patrimonial em locais de interesse cultural e turístico, principalmente museus (ARAÚJO E LUNAS, 2019; FONSECA, 2012; GOMES et al., 2015; PARRADO, 2016; SAMPAIO et al., 2020). Neste caso, essa sobreposição facilita a desconsideração de características importantes da EP que a distanciam do turismo, como a de que ela representa uma etapa da preservação anterior à turistificação, sendo orientada pela e para a comunidade local. Com isso, ela se torna apenas um objetivo genérico a ser alcançado, o ideal de “educar sobre o patrimônio” que o turismo visa atingir por meio dos instrumentos da interpretação.

No caso dos objetos de estudo, observou-se que uma parcela significativa de trabalhos escolhe tratar de locais turísticos, especialmente museus. Estes trabalhos, que frequentemente apresentam as sobreposições conceituais e técnicas entre IP e EP já discutidas, bem como as sobreposições disciplinares entre IP, EP e turismo, trazem o museu como local de análise e implantação de iniciativas de educação patrimonial e turismo (FIGUEIRA, 2011; GOMES et al., 2015; PARRADO, 2016; REJOWSKI, 2016). Esclarecemos que a coexistência de iniciativas de educação patrimonial e iniciativas turísticas em um mesmo local não é essencialmente negativa. No entanto, como observado nos trabalhos levantados, o que geralmente ocorre é a iniciativa de implantação da educação patrimonial em locais turísticos já consolidados como forma incentivar uma valorização retroativa pela comunidade local. Neste caso, espera-se que o local turístico desenvolva recursos de interpretação – instalação de placas, demarcação de caminhos, disponibilização visitas guiadas, oferecimento de rodas de conversa – a fim de alcançar o objetivo de educar a comunidade sobre este patrimônio.

Dentro do espaço do museu, os papéis delegados à EP e a IP ficam ainda mais ambíguos pois somam-se à comunicação museológica. No caso dos trabalhos levantados, as abordagens geralmente distinguem esses conceitos ao desconsiderar a comunicação museológica, seja ignorando-a totalmente ou colocando-a como sinônimo de interpretação patrimonial. No primeiro caso, reconhece-se que os museus dispõem de seu próprio método de comunicação, mas opta-se por focar em ações que a extrapolam, utilizando iniciativas de EP e/ou IP para valorizar o museu (ARAÚJO E LUNAS, 2019; FONSECA, 2012; GOMES et al., 2015; PARRADO, 2016; SAMPAIO et al., 2020). No segundo caso, considera-se a comunicação museológica e a interpretação patrimonial como conceitos intercambiáveis, reduzindo ambas apenas a seus aspectos instrumentais

– placas, letreiros, vídeos, caminhos (DHEIN et al., 2010; FIGUEIRA, 2011; STRAPASSON et al., 2020). No primeiro caso, carrega-se a sobreposição conceitual e metodológica entre a educação patrimonial e a interpretação já identificada para dentro do espaço do museu, que por sua vez não exerce nenhum papel em esclarecer ou obscurecer essa sobreposição. Já no segundo caso, a aplicação dos conceitos e metodologias da IP e da EP especificamente dentro do museu agrava a sobreposição existente ao adicionar a comunicação museológica, afluindo o aspecto reducionista das concepções que envolvem a difusão do patrimônio.

Evidentemente, os estudos de ações e iniciativas em museus não são restritos à museologia: estes locais podem ser objetos de pesquisa relevantes para disciplinas como a história, a geografia e o turismo. Como no caso das técnicas e instrumentos, a abrangência das possibilidades de objetos para IP, assim como o caráter multidisciplinar dos museus, contribui para esta sobreposição. Retomamos, porém, a definição de sítio de patrimônio cultural estabelecida pela Carta ICOMOS. A definição do documento não inclui ou exclui explicitamente os museus como locais onde a IP pode ser realizada, indicando assim que a tendência na escolha de instituições museológicas como objeto de estudo ocorre por motivos alheios às definições e diretrizes estabelecidas pelo ICOMOS.

2.6. Análise das sobreposições teórico-metodológicas: implicações para a interpretação patrimonial

Uma primeira conclusão a respeito do tema considera o levantamento sob a luz da Carta ICOMOS para Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural (2008). Observamos que as imprecisões e sobreposições conceituais discutidas têm como origem confusões com conceitos explícitos na Carta. O documento define interpretação, apresentação e infraestrutura interpretativa, mas estes conceitos são frequentemente confundidos na literatura. O que é chamado "interpretação" nos trabalhos citados (a comunicação do conteúdo interpretativo e os instrumentos utilizados para tal) corresponde a apenas duas atividades previstas na Carta: a apresentação e a infraestrutura interpretativa. A confusão acerca do real sentido do conceito gera um problema porque esvazia a interpretação patrimonial de sua complexidade ao reduzi-la a apenas duas etapas específicas, isoladas de seu contexto. O que se observa então na literatura nacional é uma tentativa de substituir o significado perdido da IP utilizando a educação patrimonial, emprestando dela as qualidades educativas, participativas e inclusivas que, segundo a Carta, a interpretação já deveria ter.

Reforça-se que a indistinção entre os conceitos de interpretação, apresentação e infraestrutura interpretativa é uma característica remanescente da literatura internacional. Outras características remanescentes da bibliografia internacional encontradas na literatura nacional são: a consideração da interpretação como abordagem comunicativa (BECK E CABLE, 2001; CARTER et al., 2001; HAM, 1992; TILDEN, 1977; VEVERKA, 2011); a utilização de conceitos e princípios vindos da área da psicologia comportamental para realizar análises de interesse do público (CARTER et al., 2001; HAM, 1992; MORALES, 2008; VEVERKA, 2011); o foco nos métodos, técnicas e instrumentos interpretativos, e na avaliação da experiência de interpretação pelos visitantes (BECK E CABLE, 2001; CARTER et al., 2001; HAM, 1992; VEVERKA, 2011); e o entendimento da interpretação como parte essencial da experiência turística (BECK E CABLE, 2001; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011).

Temos então um cenário em que o conceito de interpretação e suas implicações são esvaziados de sentido pela bibliografia internacional, tornando-a equivalente à apresentação e à infraestrutura interpretativa. Quando então os autores nacionais recorrem a esta literatura estrangeira conceitualmente superficial, não encontram na interpretação uma atividade capaz de suprir as demandas da difusão do patrimônio. Como alternativa, voltam-se para um conceito superficialmente similar, mas fundamentalmente diferente, que é a educação patrimonial, em busca de uma atividade que possa efetuar o papel que a interpretação deixa de cumprir. Uma alternativa para a literatura nacional seria explorar as diretrizes internacionais estabelecidas pela Carta ICOMOS e por entidades como o NPS e o *Seminario de Interpretación del Patrimonio*, uma vez que estas apresentam uma concepção mais distinta e completa de interpretação que não se observa na bibliografia sobre o tema.

Além de um problema para o campo da interpretação, já que não se pode dizer que estes trabalhos tratam de interpretação nesse cenário, esta sobreposição se torna um problema para o campo da educação patrimonial. Essa confusão – ou mais especificamente esse empréstimo teórico da EP para a IP – ocorre em detrimento dos fundamentos da educação patrimonial, resultando na proliferação de estudos que nominalmente tratam da EP, mas que substancialmente não utilizam suas bases teóricas e metodológicas, nem almejam alcançar o que estabelecem seus princípios.

Há outra consideração a respeito de como esta imprecisão conceitual incide sobre a política patrimonial. O sexto princípio proposto pela Carta ICOMOS diz respeito à

participação e inclusão, determinando que “a interpretação e a apresentação do patrimônio cultural devem ser resultado da colaboração eficaz entre os profissionais do patrimônio, a comunidade local, assim como todos os agentes envolvidos” (p. 5, 2008). As diretrizes para este princípio estabelecem, entre outras coisas, que os programas interpretativos devem ser formulados por uma equipe multidisciplinar de especialistas, membros da comunidade, agentes do governo e outros interessados; que os direitos e interesses dos proprietários dos sítios e da comunidade associada devem ser ouvidos e respeitados no processo de planejamento interpretativo; e que os projetos de ampliação e renovação de programas e estruturas devem estar abertos a receber as opiniões do público. Existe um certo nível de similaridade superficial entre estas diretrizes e os fundamentos da educação patrimonial – considerando apenas as noções gerais de multidisciplinaridade e participação social – podendo então gerar confusão entre o que é a interpretação e o que é a educação patrimonial.

Entretanto, como observado tanto nas diretrizes internacionais para interpretação patrimonial quanto na Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, estas atividades tratam estas noções de maneiras substancialmente distintas. A própria escolha do termo “participação” indica as diferenças fundamentais entre elas, já que a proposta da EP é que as iniciativas partam da comunidade, que é ao mesmo tempo a gestora e o público alvo. Se a abordagem da inclusão e participação pela interpretação é eficiente ou positiva, está sujeito a debate, conforme os exemplos apresentados no item 1.1.4. Porém, minimizar ou ignorar essa abordagem e substituí-la pelos princípios da EP não é adequado, considerando os objetivos e processos próprios de cada atividade.

No entanto, tal como ocorre, a qualidade intercambiável que a educação patrimonial e a interpretação adquiriram no Brasil pode estar refletida no suporte do Iphan à criação de centros de interpretação e casas de patrimônio. Confina-se ambas as atividades à aplicação por instrumentos similares, unificando-as sob a forma de uma comunicação patrimonial que deve ser realizada em um local criado especificamente para este objetivo. Não quer dizer que a existência de centros interpretativos e casas de patrimônio seja inválida como iniciativa de educação patrimonial ou de difusão. Contudo, é preciso reconhecer que o foco quase exclusivo na aplicação de dois instrumentos tão similares para duas atividades tão distintas – como é definido pela própria PPCM – pode ser mais que mera coincidência, sendo sintomática de uma sobreposição conceitual, metodológica e prática entre educação patrimonial e interpretação feita até pelos próprios

órgãos de proteção.

Por fim, é importante considerar como as imprecisões teóricas incidem num tipo específico de estratégia de ativação do patrimônio cultural: o turismo. Constatamos que o entendimento da interpretação como parte essencial da experiência turística é a característica que mais prevalece na bibliografia internacional, o que se reflete não apenas nos trabalhos nacionais como também na aplicação de iniciativas de IP em sítios ao redor do mundo. Essa ligação da IP com o turismo não é fundamentalmente negativa ou positiva, mas pode ser limitante. Entender a interpretação exclusivamente como meio de ativação e valorização turística limita a percepção de sua capacidade de agir sobre patrimônios com outros propósitos. É relevante ressaltar que a interpretação, como apresentado na Carta ICOMOS (2008), deve servir aos propósitos da preservação do patrimônio, não aos propósitos do turismo.

Todavia, no caso nacional, a PPCM relaciona explicitamente as ações de difusão com o turismo, determinando que uma das finalidades das iniciativas de difusão realizadas pelo Iphan deve ser o apoio ao turismo cultural com bases sustentáveis. Ao estabelecer apenas o turismo e as “[...] ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural material” (2018, p. 14) como estratégias de ativação do patrimônio relacionadas à difusão, nos encontramos frente ao problema da percepção limitante que se tem da interpretação para além da lente do turismo – e novamente frente à percepção da relação confusa entre interpretação e educação.

Para a literatura nacional, que se constitui majoritariamente de trabalhos com objetivos socialmente orientados, a limitação causada pela associação da interpretação com o turismo acaba resultando em incoerências teóricas. Novamente, não significa que não é possível que trabalhos tratem simultaneamente da interpretação, da educação patrimonial e do turismo. Porém, da maneira como foi observado, o que ocorre é que os trabalhos que buscam tratar de todos esses temas abordam apenas um deles significativamente. Como consequência, tem-se a impressão de que estes temas são amplamente explorados em âmbito nacional – e que as características das abordagens internacionais de interpretação são adequadas às particularidades acadêmicas e práticas da preservação patrimonial no Brasil – quando, na realidade, é preciso dar um passo para trás e reavaliar o que a interpretação significa e implica para a gestão patrimonial no contexto brasileiro (em termos de fundamentos teóricos, política de preservação e atores envolvidos).

Por fim, entendemos que, apesar de existirem críticas a serem feitas às definições e princípios da Carta ICOMOS para interpretação, às demais diretrizes internacionais e à PPCM, elas representam um ponto de partida promissor para as reflexões sobre interpretação patrimonial no Brasil. Considerando o direcionamento dos trabalhos nacionais levantados e o exemplo nacional de aplicação das diretrizes que trouxemos, a avaliação e adequação especialmente das orientações relativas à participação e inclusão no processo de interpretação seriam importantes para evitar incoerências e limitações no estudo e aplicação da interpretação patrimonial.

3. CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Este segundo capítulo busca examinar as políticas culturais e patrimoniais voltadas à difusão do patrimônio e as ações e projetos de difusão públicos e privados existentes para os bens industriais estudados, bem como estuda a viabilidade de implantação destas ações nos espaços. Sua colaboração para atingir o objetivo geral proposto está no conhecimento de quais políticas fundamentam as ações que incidem nos sítios industriais tombados de Campinas, e quais aspectos materiais e imateriais dos sítios são considerados no planejamento dessas iniciativas. Isso possibilita identificar as características das iniciativas de difusão do patrimônio industrial de Campinas, reconhecendo quais aspectos políticos, administrativos e práticos influenciam o desenvolvimento dessas ações.

3.1. Histórico das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais com foco na difusão do patrimônio cultural

Instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, o Plano Nacional de Cultura constitui um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, ações e metas que orientam o poder público na formulação de políticas culturais. A lei estabelece dezesseis objetivos para o plano em seu segundo artigo, sendo especialmente relevantes para esta pesquisa o objetivo de proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, o de valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais e o de universalizar o acesso à arte e à cultura (BRASIL, 2010).

Estes objetivos relacionam-se, em maior ou menor grau, às políticas e ações promovidas pelo Iphan, como concretizado pela Política de Patrimônio Cultural Material. A política possui seu maior foco na proteção do patrimônio, especificando conceitos e estabelecendo diretrizes para a identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, avaliação de impacto, fiscalização e conservação de bens e sítios. No entanto, é possível observar na descrição dos conceitos e diretrizes para educação patrimonial e interpretação da PPCM a consideração pelos objetivos de valorização, difusão e acesso estabelecidos no Plano Nacional de Cultura (IPHAN, 2018).

É importante destacar essas relações para verificarmos que na escala geral de políticas nacionais para cultura, bem como na escala mais específica de políticas para o patrimônio, existe o reconhecimento dos diferentes processos que envolvem a

preservação do patrimônio e a difusão cultural, e que existem recomendações para a promoção de ações tanto de conservação e proteção, quanto de acesso e difusão.

Neste contexto, buscamos os programas¹⁷ e ações desenvolvidas pelo Iphan que instrumentalizam essas políticas. De acordo com o portal do Instituto, esses programas visam o “[...] fomento à conservação, recuperação e salvaguarda dos bens culturais com investimentos e estímulos à produção cultural no Brasil” (IPHAN, 2021). Baseado neste objetivo, os principais propósitos dos diferentes tipos de programas seriam a conservação e restauro arquitetônico e o incentivo à formação de parcerias institucionais para descentralizar a gestão cultural e fomentar os investimentos financeiros.

Além destes projetos com objetivos mais diversos, o Iphan desenvolve e incentiva ações específicas de educação patrimonial¹⁸. Estes programas têm por finalidade estreitar “[...] o diálogo com a sociedade sobre políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural” (IPHAN, 2021). Assim, os propósitos destes projetos se alinham com os fundamentos da educação patrimonial explorados no capítulo I, buscando incentivar a participação e autonomia da sociedade nos processos referentes à preservação do patrimônio.

Neste cenário, os programas de educação patrimonial viabilizam, em maior ou menor capacidade, as políticas de valorização e acesso ao patrimônio, enquanto os demais projetos refletem os objetivos das políticas de proteção. No entanto, entre as ações atualmente desenvolvidas e diretamente divulgadas pelo Iphan, nenhuma possui relação direta com a promoção e difusão do patrimônio.

Aprofundando a busca, identificamos a aproximação dos projetos do Iphan à difusão do patrimônio refletida na Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais. Regulamentada pelo Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, a política elaborada pelo Ministério do Turismo (MTur) em parceria com o Ministério da Cidadania e o Iphan estabelece diretrizes para estimular o turismo sustentável nos sítios brasileiros que recebem o título de patrimônio mundial pela Unesco. Por meio desta política,

¹⁷ PAC Cidades Históricas; Preservação de Acervos; Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart); Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados; Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD).

¹⁸ Projeto Casas do Patrimônio, Programa Mais Educação Programa Nacional de Extensão Universitária (Proext).

podemos observar como o Iphan, mediante seu envolvimento na elaboração deste decreto, operacionaliza o que dispõe na PPCM sobre interpretação e difusão do patrimônio.

Reconhecemos a natureza específica da Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundial, que se alinha com os objetivos da Unesco para os sítios de patrimônio da humanidade. No entanto, é revelador que os esforços articulados pelo Iphan para a difusão do patrimônio se dirijam especificamente à promoção de sítios de valores excepcionais. Dizemos que é revelador pois demonstra que, apesar das diretrizes da PPCM, a difusão na prática é utilizada primariamente como recurso de publicidade, mais preocupada em destacar as qualidades turísticas desses sítios extraordinários. Este argumento é reforçado pelo artigo 5º da Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais, que estabelece seus propósitos – os quatro primeiros sendo:

I - apoiar a preservação e a promoção dos Sítios do Patrimônio Mundial; II - proporcionar o acesso da sociedade aos Sítios do Patrimônio Mundial; III - valorizar e fomentar o turismo, de forma sustentável, nos Patrimônios Mundiais, e aprimorar sua gestão turística; IV - difundir os valores universais excepcionais dos Sítios do Patrimônio Mundial por meio da gestão turística sustentável; [...] (BRASIL, 2019).

Estes objetivos são aqueles que mais se relacionam com o Plano Nacional de Cultura e com a PPCM, sendo notável que a instrumentalização das diretrizes sobre difusão do patrimônio se dá por meio do turismo. Trazemos três ações contempladas pela política que ilustram a natureza da participação do Iphan nesse processo de difusão pelo turismo.

II - a preservação, a conservação e a salvaguarda do Patrimônio Mundial; [...] XI - o desenvolvimento e a **implantação de sinalização turística** padronizada, interativa e acessível às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos Patrimônios Mundiais e nos seus entornos; XII - o incentivo à **implantação de centros de interpretação turística**, para atendimento aos turistas e aos visitantes, nos Patrimônios Mundiais; [...] (BRASIL, 2019, grifos nossos).

As ações de preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio mundial refletem a abordagem habitual da difusão pelo Iphan, se traduzindo na restauração e adequação de edifícios tombados para uso cultural ou turístico. Uma rápida busca no portal do instituto utilizando palavras-chave como “difusão”, “interpretação” e “promoção” resulta em notícias sobre a entrega de diversos bens restaurados à população. Observando que em muitos destes artigos o Ministério do Turismo surge como parceiro nas ações, também realizamos uma busca pelo termo “Iphan” no portal do Mtur, resultando em um número ainda maior de notícias deste tipo. Assim, mesmo para além das especificidades da Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais,

o papel do Iphan na difusão do patrimônio se resume a proporcionar o espaço físico – os bens tombados – onde outras entidades podem implantar iniciativas de interpretação.

Esta relação do Iphan com a difusão foi precisamente sintetizada pela presidente do órgão, Kátia Bogéa, em 2017. Ao discorrer sobre o planejamento das ações conjuntas do instituto com o MTur, Bogéa declarou que “[...] a parceria entre o Iphan e o Ministério do Turismo é fundamental. Trabalhamos praticamente com o mesmo objeto, ou seja, o Ministério do Turismo promove o Brasil e sua cultura, e o Iphan protege o Patrimônio Cultural Brasileiro e preserva essa memória para as gerações futuras” (IPHAN, 2017). Nesta relação, o Iphan se exime da responsabilidade direta pela difusão do patrimônio, repassando-a para o MTur, enquanto ainda segue as premissas e cumpre os objetivos da PPCM.

Partindo desta dinâmica, em que o Iphan proporciona os bens tombados em boas condições de uso e o MTur encabeça as iniciativas de difusão, tratamos da ação número 12 da Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais: o incentivo à implantação de centros de interpretação turística nos sítios de patrimônio da humanidade. Essa ação já vinha sendo planejada desde 2017, constituindo-se em uma missão de intercâmbio entre Brasil e Portugal, para que diferentes representantes do Iphan e gestores de 24 prefeituras e instituições brasileiras pudessem conhecer a experiência das entidades de preservação portuguesas com centros de interpretação. A missão teria como propósito “estabelecer parceria para assistência técnica para Centros de Interpretação em sítios Patrimônio Cultural de cidades brasileiras [...]” (IPHAN, 2018). A justificativa para esta ação é que os centros de interpretação contam a história dos sítios, qualificam a visita turística, funcionam como espaços de recepção e acolhimento ao turista, informam sobre os valores preservados do sítio, orientam o visitante sobre como conhecer o sítio e comercializam produtos, o caso português comprovando a eficiência destes centros que, alinhados com a gestão turística e patrimonial do país, auxiliaram a estabelecer Portugal como quarto destino turístico mais visitado da Europa (IPHAN, 2017; IPHAN 2018; IPHAN 2019).

Efetivada em 2019, a missão serviu para a “[...] sensibilização e capacitação dos gestores brasileiros para o planejamento e execução desses equipamentos que visam atender bem aos turistas nos destinos patrimoniais” (IPHAN, 2019). A partir desta experiência, foi formulada a proposta existente na Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais de incentivo à implantação de centros de interpretação.

Podemos observar como está sendo aplicado o resultado desta missão em Portugal, e conseqüentemente o da política de gestão, no projeto executivo de instalação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.

Enquanto participante do comitê gestor do Cais do Valongo, o Iphan assumiu a contratação do projeto de restauração do sítio, sendo a supervisão das ações do restauro arquitetônico do edifício a principal função do órgão. É colocado que, com o projeto de restauração do Cais do Valongo permitindo a instalação do centro de interpretação, dá-se um passo essencial para consolidar a vocação turística da zona portuária do Rio de Janeiro (IPHAN, 2020). O que se observa aqui é a instrumentalização de uma política patrimonial por um órgão de preservação para a implantação de um instrumento de interpretação patrimonial, cujo objetivo se limita aos interesses do turismo. Novamente, reforçamos que a coexistência de ações interpretativas e turísticas não é uma impossibilidade, nem essencialmente negativa; todavia, a implantação de pretensas iniciativas de interpretação por órgãos de preservação tendo em vista apenas os interesses das políticas de turismo é um cenário restritivo como concepção interpretativa, não representando a totalidade do potencial da cooperação entre o Iphan e o MTur.

Uma ação prevista pela Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais que representa um cenário de cooperação mais eficiente entre a interpretação patrimonial e o turismo é o desenvolvimento de sinalização turística acessível. Esta ação foi consolidada por meio da publicação de uma edição atualizada do Guia Brasileiro de Sinalização Turística pelo Iphan e pelo MTur em 2021. O Instituto justifica a ação afirmando que “a transformação dos espaços urbanos e a constante mudança na dinâmica de seu uso e ocupação exigem da gestão patrimonial e turística uma contínua atualização da sinalização, que valorize os atrativos turísticos, em especial os bens culturais” (IPHAN, 2017). Aqui, são expressadas preocupações de ordem urbanística, patrimonial e turística que a concepção do guia busca solucionar de forma que as orientações para cada uma destas três esferas se beneficiem mutuamente.

Para isso, o guia estabelece três tipos de sinalização: placas de orientação de destino, placas de identificação turística e placas interpretativas. Cada tipo de placa possui finalidades distintas, obedecendo a características específicas e simultaneamente complementares às demais tipologias (BRITO E MAGALHÃES, 2021). Estas orientações são resultado do entendimento trazido pelo guia de que aprimorar o acesso

físico e intelectual ao patrimônio resulta em sua maior valorização por parte das comunidades locais e, por extensão, em maior potencialidade de interesse turístico.

O guia demonstra como os interesses do patrimônio e do turismo podem convergir sem se sobreporem. São levadas em consideração tanto as características particulares dos instrumentos interpretativos quanto dos turísticos, estes não sendo colocados como intercambiáveis. Além disso, apesar do objetivo geral do guia se voltar para a qualificação de pontos turísticos, o objetivo da sinalização interpretativa é, tal como colocado, proporcionar acesso físico e intelectual adequado aos sítios patrimoniais.

Observamos então que, mesmo quando as ações do Iphan estão relacionadas diretamente à interpretação, o órgão ainda limita sua posição à de provedor do acesso ao patrimônio. Ao atuar na restauração dos bens protegidos, o Iphan proporciona condições de segurança e acesso físico adequados aos espaços, condições estas que são reforçadas pela sinalização interpretativa, que também adiciona o aspecto do acesso intelectual. Ao analisar as políticas culturais e patrimoniais que envolvem o Iphan em alguma capacidade, bem como as ações que elas incentivam, pode-se considerar que a difusão e interpretação do patrimônio são preocupações apenas até onde vai a questão do acesso. Os demais processos que envolvem o planejamento da difusão e a interpretação são, como constatado, preocupações das políticas de turismo.

Tratando das políticas patrimoniais para difusão no âmbito do estado de São Paulo, observamos que, em primeiro momento, ao contrário das políticas que envolvem o Iphan, as políticas que envolvem o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) o eximem da responsabilidade direta da difusão. Estabelece-se o papel do conselho como órgão de tombamento, sua atuação prevista na legislação estendendo-se somente até o estabelecimento de convênios e concessões para que outras entidades realizem as demais etapas que compõem o processo de preservação.

Esta postura teve início com sua criação em 1967, sendo firmada pela promulgação da Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, que dispõe sobre a competência e organização do conselho. Na lei, são definidos o objetivo e as funções do Condephaat, estes tendo como foco a proteção dos bens e seus procedimentos legais, a execução de obras de restauro e o incentivo à proposição de convênios e concessões. O único outro processo de preservação citado nesta lei é o de uso, no artigo 6º, que define que os imóveis tombados devem abrigar museus públicos. Aqui, não existe menção a quaisquer funções

relacionadas à difusão, e mesmo as funções que não são relacionadas à proteção – ao tombamento mais especificamente – são abordadas de maneira excessivamente objetiva.

Este padrão se repete na Constituição Estadual de 1989, que no artigo 261º, define o escopo das ações do poder público por meio do Condephaat como pesquisa, identificação, proteção e valorização. A citação de ações de identificação e proteção ocorre em concordância com as funções delegadas ao conselho pela Lei nº 10.247, sendo as ações relacionadas à pesquisa e valorização novas adições que não são melhor exploradas no texto da Constituição.

É na formação da Secretaria de Cultura do Estado que encontramos fundamentos mais específicos para a situação da difusão do patrimônio em São Paulo. O Decreto nº 50.941, de 05 de julho de 2006, organiza a Secretaria de Cultura do Estado e coloca em seu artigo 2º a “promoção da preservação e difusão do patrimônio cultural do Estado de São Paulo” como um dos objetivos da Secretaria. O decreto ainda atribui funções ao Departamento de Fomento à Cultura, que deve, dentro da Unidade de Fomento e Difusão de Produção Cultural, “executar ações de fomento e incentivo às atividades artísticas e culturais, de acordo com o Programa de Ação Cultural e outras ações de incentivo” (art. 48, inciso II).

O Programa de Ação Cultural, instituído pela Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, é uma política de incentivo à cultura que financia ações e projetos culturais mediante editais anuais, nos quais pessoas físicas e jurídicas que atendem critérios específicos podem concorrer. Atualmente conhecido como ProAc, a preservação e difusão do patrimônio material e imaterial do estado é um dos objetivos contemplados por seus editais. É por meio desta política de incentivo que são realizadas diversas ações relativas à pesquisa, documentação, promoção e difusão do patrimônio.

O ProAc possui diferentes tipos de editais, sendo os mais relevantes para esta discussão o ProAc Editais e o ProAc ICMS. O ProAc Editais utiliza recursos fixados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado para contemplar projetos selecionados por meio de concursos regulamentados. Nesta modalidade, os projetos inscritos devem seguir as temáticas, objetivos e valores estabelecidos pelo edital. Já o ProAc ICMS utiliza patrocínios e renúncias fiscais, com empresas patrocinando projetos culturais em troca de descontos no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Nesta modalidade, proponentes enviam projetos com temáticas e objetivos escolhidos por

si mesmos, calculando o valor para realização do projeto e o solicitando para uma comissão especializada de análise.

Estas duas modalidades são especialmente relevantes pois demonstram as diferentes posições do poder público, privado e da população. O ProAc Editais representa a visão e a influência do poder público sobre a atividade cultural do estado – o que precisa ser incentivado e o que é consumido. Enquanto isso, o ProAc ICMS representa tanto as necessidades e desejos da população, já que a regulamentação dos projetos é livre de temáticas específicas, quanto o que a iniciativa privada tem interesse em incentivar e que tipo de atividades culturais estas empresas patrocinadoras querem que o público consuma.

É importante notar que a consolidação da lei 12.268/2006, que regulamenta o ProAc ICMS, trouxe um caráter inovador para as políticas de incentivo à cultura não apenas no estado de São Paulo, mas também em todo país. Inspirada em políticas de investimento privado internacionais, notadamente no caso estadunidense, a lei do ProAc ganhou destaque nacional especialmente por possibilitar a realização dos trâmites pela internet, democratizando o acesso à participação nos editais a proponentes de todas as regiões do estado (QUEIROZ, 2013).

Apesar desta característica democrática e inovadora, existem críticas a serem feitas a este modelo de política cultural. Com a redução do orçamento público destinado a políticas sociais e culturais, a produção cultural do país depende essencialmente destas leis de incentivo fiscal. A isenção do papel do Estado na garantia do acesso à cultura e a submissão da produção cultural aos interesses do mercado são consequências negativas deste tipo de política (BOTELHO, 2001). No caso específico da difusão do patrimônio, esse cenário significa que tanto os tipos de ações de difusão quanto os patrimônios difundidos conformam com interesses e visões de um grupo específico de patrocinadores.

Essa situação se torna ainda mais preocupante quando consideramos que tanto para o ProAc ICMS quanto para o ProAc Editais, a exigência da contrapartida para projetos da área do patrimônio cultural é desatendida. A contrapartida é:

[...] a oferta de um conjunto de ações visando garantir o mais amplo acesso da população em geral ao produto cultural gerado (Plano de Acessibilidade), objetivando com isso a descentralização e/ou garantia da universalização do benefício ao cidadão, sempre em consideração ao interesse público e a democratização do acesso aos bens culturais resultantes (SÃO PAULO, 2012, p.1).

Em teoria, a contrapartida garante que, mesmo em projetos que não têm a difusão como objetivo direto, a população geral ainda tenha acesso físico e intelectual às ações

promovidas e seus resultados. A contrapartida é especialmente importante para o ProAc ICMS pois assegura que mesmo que os projetos aprovados sejam elaborados de acordo com os interesses de empresas privadas, eles ainda ofereçam benefícios para o público. Assim, a resolução SC Nº 48, de 03 de agosto de 2012, que estabelece procedimentos para a apresentação de contrapartida, representa uma via de diálogo entre o poder público, a iniciativa privada, os proponentes dos projetos e a população em geral na busca do estado por atender seu compromisso com a garantia ao exercício e acesso à cultura (ARAÚJO, 2015).

No que concerne à difusão do patrimônio, as diretrizes estabelecidas por essa resolução auxiliam a entender a natureza dos projetos propostos. O inciso quinto do artigo 2º da resolução traz que “no caso de contrapartidas **intrínsecas ao projeto** – como no caso de gratuidade irrestrita ou de **preservação do patrimônio cultural** – deverá o proponente, no Plano de Acesso, justificar os benefícios inerentes ao projeto para a população em geral” (SÃO PAULO, 2012, p. 12, grifos nossos). Aqui, o estado entende que a própria preservação do patrimônio já constitui uma ação de democratização do acesso ao produto cultural, sendo possível interpretar que a preservação é a ação e o produto é o próprio patrimônio. A resolução não define nem faz referência ao que seria esta preservação do patrimônio, tornando a diretriz bastante subjetiva.

Apesar desta subjetividade na legislação, os editais publicados na modalidade ProAc Editais buscam definir o que se entende como contrapartida e que tipo de ações se espera dos proponentes em casos de projetos relacionados à preservação, intervenção, manutenção e gestão do patrimônio. Assim, mesmo que a maioria dos editais ofertados entre 2014 e 2021 não esteja diretamente relacionada à difusão, a regulamentação relativa à contrapartida faz com que as propostas incluam, no mínimo, a preocupação com o acesso ao patrimônio (Tabela 1).

Tabela 1 - Editais relacionados à difusão do patrimônio disponibilizados pela modalidade ProAc Editais

Edital	Ano	Tipo de ação	Tipo de difusão
Museus e acervos/Reforma/Ampliação/Modernização	2021	Intervenção e manutenção	Acesso
Modernização de museus e acervos no estado de São Paulo	2020	Intervenção e manutenção	Acesso
Registro inédito e licenciamento de conteúdo para visita online de museus, arquivos e acervos (#culturaemcasa)	2020	Documentação e registro	Acesso
Produção e publicação de obras sobre patrimônio histórico e cultural material e imaterial para autores com anuência de editoras ou editoras com anuência de autores no estado de São Paulo	2020	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital
Modernização de museus e arquivos	2019	Intervenção e manutenção	Acesso
Produção e publicação de obras sobre patrimônio histórico e cultural material e imaterial para autores com anuência de editoras ou editoras com anuência de autores no estado de São Paulo	2019	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital
Gestão e preservação em arquivos permanentes	2018	Preservação e gestão	Acesso
Difusão e acesso em arquivos permanentes	2018	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Preservação de acervos museológicos	2018	Preservação e gestão	Acesso
Difusão de acervos museológicos	2018	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Preservação de acervos museológicos	2017	Preservação e gestão	Acesso
Difusão de acervos museológicos	2017	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Gestão e preservação em arquivos permanentes	2017	Preservação e gestão	Acesso
Difusão e acesso em arquivos permanentes	2017	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Difusão de acervos museológicos	2016	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Preservação de acervos museológicos	2016	Preservação e gestão	Acesso
Difusão de acervos museológicos	2015	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Preservação de acervos museológicos	2015	Preservação e gestão	Acesso
Difusão de acervos museológicos	2014	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e realização de eventos
Preservação de acervos museológicos	2014	Preservação e gestão	Acesso
Restauração de imóveis tombados pelo Condephaat	2014	Intervenção e manutenção	Acesso

Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2021.

É notável que os editais voltados para difusão e promoção representam uma parcela considerável dos concursos abertos neste período, indicando que existe uma preocupação por parte do estado em desenvolver este tipo de ação. O direcionamento quase exclusivo dos editais à difusão do patrimônio material que constitui acervos

museológicos de arquivos permanentes, e o tipo de ação de difusão priorizada por eles, indicam, porém, que essa preocupação ainda é limitada por uma visão rígida do que e como difundir.

No caso do ProAc ICMS, não existem editais para regulamentar as ações ou a contrapartida. No entanto, na aba “Perguntas e Respostas” sobre a modalidade, há informações específicas sobre a contrapartida e sobre quais tipos de ações podem ser oferecidas:

De forma geral, medidas que promovam acesso aos bens culturais produzidos pelo projeto, preferencialmente beneficiando camadas da população menos assistidas ou excluídas em função da etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio ou ocupação. Pode ser distribuição de ingressos gratuitos, realização de espetáculos gratuitos, oferecimento de oficinas ou workshops, doação de exemplares do bem cultural gerado, dentre outras (SÃO PAULO, 2021).

Em conjunto com a resolução SC Nº 48/2012, estas especificações devem orientar os proponentes da modalidade ICMS. Como resultado, a maioria dos projetos foca seu objetivo principal na produção e publicação de livros, catálogos e cartilhas em formato físico ou digital e na realização de eventos como workshops, oficinas e palestras (Tabela 2). Ao trazer medidas de contrapartida como objetivo principal dos projetos, é válido questionar se essas propostas estão sendo feitas não apenas de acordo com os interesses das empresas patrocinadoras, mas também de acordo com as ações que sejam mais fáceis de comprovar e, conseqüentemente, prestar contas. Além disso, considerando os tipos de ações de difusão promovidos pelos concursos do ProAc Editais, é possível questionar se não existe receio por parte dos proponentes de apresentar ações que não condizem estritamente ao que a própria Secretaria de Cultura favorece.

Tabela 2 - Tipos de difusão propostos por projetos aprovados na modalidade ProAc ICMS

Editais	Data	Tipo de ação	Tipo de difusão
Plano Anual 2021 FBSP	2021	Manutenção e preservação	Produção e publicação de material digital
Plano Anual 2020	2019	Manutenção e preservação	Produção e publicação de material digital
Projeto Mantiqueira - Educação Patrimonial	2019	Educação Patrimonial	Produção e publicação de material físico e digital
Livro Museu Florestal Octávio Vecchi	2019	Promoção	Produção e publicação de livro
Projetos Iniciais e Cobertura Santuário Bom Jesus Cana Verde	2019	Intervenção e Restauração	Acesso
Livro do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas	2019	Promoção	Produção e publicação de livro
EFS Ouro Verde 80 anos	2019	Intervenção e Restauração	Produção e publicação de material físico e digital e organização de eventos
Restauração do Carro Dormitório e Inventário de Bens Móvel da Extinta RFFSA	2019	Intervenção e Restauração	Eventos
Guia do Patrimônio Histórico	2019	Difusão	Produção e publicação de material digital
Mediação entre Saberes e Fazeres	2019	Educação Patrimonial	Produção e publicação de livro
Norni di São Paulo - Registrando os vovôs da imigração italiana no estado de São Paulo	2017	Pesquisa e documentação	Produção e publicação de material digital
Necrópole de nossa Metrópole	2017	Pesquisa e documentação	Produção e publicação de material físico
Bonde Vila Piratininga	2016	Valorização patrimonial	Elaboração de roteiro e produção e publicação de material físico
Livro do Patrimônio	2016	Promoção	Produção e publicação de livro
Nossa Cidade - Ribeirão Preto	2016	Promoção	Produção e publicação de material físico
A música dos Levy Casa Levy: "o cérebro da vida artística de São Paulo na virada do século XIX"	2015	Promoção	Produção e publicação de livro
Pindamonhangaba - Hino de Amor	2015	Promoção	Produção e publicação de livro e organização de eventos
Projeto Conhecer Para Cuidar São Paulo 03	2015	Promoção	Produção de material físico e organização de eventos
Caminhos do Peabiru - Vale do Ribeira	2014	Interpretação Patrimonial	Elaboração de roteiro e produção e publicação de material físico e digital
Projeto Conhecer Para Cuidar São Paulo 02	2014	Promoção	Produção de material físico e organização de eventos
Cem Anos da Porcelana em Pedreira	2013	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e organização de eventos
Reedição do livro "Conjunto Nacional - A conquista da Paulista"	2013	Promoção	Produção e publicação de livro
Coleção Patrimônio da Cultura Imaterial de São Paulo	2013	Promoção	Produção e publicação de livro
Digitalização e Produção de um DVD do Acervo Documental do Teatro Cultura Artística - 2ª fase	2012	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital
Marília em sete: site e catálogo	2012	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital
Comemoração de 135 anos da visita do Imperador D. Pedro II ao Líbano	2011	Promoção	Produção e publicação de material físico e digital e organização de eventos

Fonte: Victoria A.B. Tatini, 2021.

Não pretendemos aqui criticar ações de difusão baseadas na produção e publicação de material informativo ou na realização de eventos, visto que estas são ações válidas. Também não criticamos a obrigatoriedade da contrapartida, que, especialmente no caso do ProAc ICMS, é uma medida positiva. No entanto, existe uma crítica a ser feita sobre como os proponentes e patrocinadores interpretam a contrapartida e o reflexo dessa interpretação na variedade dos projetos propostos.

Analisando a Tabela 2, observamos que a modalidade ProAc ICMS oferece uma variedade maior de tipos de ações do que a modalidade Editais, inclusive ações de interpretação patrimonial e de educação patrimonial. Esta variedade indica que, pelo menos nominalmente, os patrocinadores estão mais abertos à diversidade de ações do que a própria Secretaria de Cultura. Porém, esse posicionamento é passível de questionamentos, considerando que seria necessária uma análise mais aprofundada dos projetos variados para determinar se estes tratam, de fato, de interpretação e educação patrimonial, e não apenas ações genéricas de difusão sendo equivocadamente nomeadas. Além disso, a proposição de medidas de difusão similares – produção e publicação de material impresso e/ou digital e a realização de eventos – também levanta dúvidas sobre a legitimidade da variedade das ações aprovadas na modalidade ICMS.

Quando analisamos os dois tipos de ação mais realizadas – a produção e publicação de livros, catálogos e cartilhas em formato físico ou digital e a realização de eventos como workshops, oficinas e palestras – podemos deliberar sobre o motivo da aprovação de ações desta natureza. A produção e publicação de material físico e digital apresenta as seguintes vantagens para os patrocinadores e proponentes: produto tangível, relativamente duradouro e de fácil distribuição e acesso; facilidade de expor logomarcas dos patrocinadores, do governo e do proponente; e a tangibilidade do produto facilita o processo de orçamento para solicitação da verba e o processo de prestação de contas. Já a realização de eventos apresenta as seguintes vantagens: facilidade de aplicação da medida de gratuidade; medida de fácil comprovação mediante fotos do evento e materiais de divulgação; dependendo do porte e proposta do evento, é uma medida de custo relativamente baixo, com processo de orçamento e prestação de contas simples; e facilidade de expor logomarcas dos patrocinadores, do governo e do proponente no material de divulgação e outras artes utilizadas no pré, trans e pós evento.

Dessa forma, é inevitável pensar que a aprovação de propostas deste tipo está mais relacionada com seu caráter financeiramente e institucionalmente seguro do que com sua qualificação enquanto medida de difusão eficiente.

Tratando das políticas patrimoniais de difusão em nível municipal, exploraremos inicialmente aquelas estabelecidas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc). Criado com a promulgação da Lei nº 5.885, de 17 dezembro de 1987, é de competência do conselho a definição, coordenação e execução de políticas de defesa e proteção do patrimônio campineiro. Na lei, identifica-se similaridades entre as competências designadas ao Condepacc e ao Condephaat, especialmente no foco das respectivas legislações nos processos de proteção e tombamento e na omissão de diretrizes que mencionem os demais processos envolvidos na preservação patrimonial.

Além disso, o inciso V do artigo 2º da Lei nº 5.885/87 chama atenção pela afinidade com a abordagem da Secretaria de Cultura estadual para o incentivo ao desenvolvimento cultural, estabelecendo que ao Condepacc compete “efetuar, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, solicitando-lhes a colaboração na execução da política de que trata o item I deste artigo” (CAMPINAS, 1987). Além de ser um reflexo da própria legislação estadual, esta diretriz também reflete, em certa capacidade, o modelo de políticas culturais baseadas na isenção máxima do papel do poder público, tal como discutido anteriormente (BOTELHO, 2001; QUEIROZ, 2013)

Baseando-se em sua lei de criação, bem como em todos os decretos emitidos de 1988 até os dias atuais, observa-se que o Condepacc opera como um órgão de tombamento, uma vez que todos os decretos emitidos pelo conselho correspondem à burocracia associada aos processos de tombamento, intervenção, manejo e desapropriação dos bens patrimoniais e suas áreas envoltórias. As leis complementares, porém, apontam para uma preocupação com o incentivo ao uso do patrimônio sob a forma de leis de isenção de tributos para proprietários de imóveis tombados, do estabelecimento de convênios com outras entidades públicas e privadas e de leis relativas à regularização de obras e intervenções em patrimônios em uso. Assim, nota-se que o Condepacc espelha as políticas e funcionamento do Condephaat, a abrangência de sua atuação alcançando o tombamento e, no máximo, o uso do patrimônio tombado.

Destacamos aqui a exceção desta abordagem sob a forma da Lei nº 11.518, de 16 de abril de 2003, que institui o Programa de Conservação do Patrimônio Documental e dos Monumentos Históricos de Campinas, e da Lei nº 14.701, de 14 de outubro de 2013,

que institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial.

De acordo com a legislação, o Programa de Conservação do Patrimônio Documental e dos Monumentos Históricos de Campinas teria como objetivo incentivar a realização de campanhas de salvaguarda por associações civis, empresas e órgãos públicos. Estas campanhas teriam como finalidade a sensibilização da sociedade mediante esforços de fiscalização, educação, comunicação e adequação da conservação do patrimônio documental e monumentos históricos de Campinas. Apesar do estabelecimento de metas específicas para estas campanhas e da própria promulgação da lei, não foi possível encontrar evidências de que tenham sido realizadas quaisquer ações relacionadas a este programa. No entanto, vale destacar que os arquivos públicos do município, bem como os monumentos históricos, são listados como atrativos turísticos culturais no site da prefeitura municipal, o que pode indicar que a sensibilização acerca deste patrimônio está ocorrendo por outro meio.

Tratando do Programa Municipal de Patrimônio Imaterial, a Lei nº 14.701, de 14 de outubro de 2013, designa à Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) a competência sobre os processos de identificação, inventariação, registro, salvaguarda, valorização e difusão do patrimônio imaterial, bem como sobre o incentivo e fomento à pesquisa, acesso, educação patrimonial e estabelecimento de parcerias institucionais relacionadas ao desenvolvimento de ações envolvendo este patrimônio. Não apenas a difusão e promoção do patrimônio imaterial campineiro são explicitamente colocadas como ações dentro das competências da CSPC, como o artigo 10º amplia esta responsabilidade ao colocar que a Secretaria Municipal de Cultura deve assegurar ampla divulgação e promoção desse patrimônio.

Ao contrário do programa de conservação do patrimônio documental, o programa de patrimônio imaterial produziu resultados identificáveis, sob a forma do registro de seis manifestações imateriais no município e do lançamento de um edital relacionado à modalidade ProAc Municípios em 2019 para seleção de projetos ligados à educação patrimonial, ao desenvolvimento da rede de parceiros e à difusão e preservação. Além disso, uma das cadeiras da Câmara Setorial de Memória e Patrimônio Material e Imaterial no Conselho Municipal de Política Cultural se destina exclusivamente ao patrimônio imaterial. Dessa forma, percebe-se que existe um esforço para formular políticas culturais relacionadas ao patrimônio imaterial que não se repete para o patrimônio material.

Enquanto existe a preocupação com a difusão, promoção e educação patrimonial relacionada ao patrimônio imaterial, as políticas que englobam o patrimônio material restringem-se somente ao tombamento, à manutenção e, escassamente, ao uso destes bens.

Cabe mencionar que o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial segue as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial criado pelo Iphan em 2000, sendo até mesmo criada uma meta para o Plano Municipal de Cultura de estabelecer uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e o Iphan para a realização de oficinas de implantação de uma Casa do Patrimônio Imaterial. Com isso, pode-se atribuir, ao menos parcialmente, o foco das políticas patrimoniais de Campinas no patrimônio imaterial à associação do programa municipal ao programa nacional.

No tocante ao Plano Municipal de Cultura, este contempla metas e ações de educação patrimonial e difusão voltadas para o patrimônio material e imaterial, bem como para as instituições museológicas, de memória, arquivos, bibliotecas e acervos. As metas e ações condizentes com os objetos desta pesquisa serão discutidas no item posterior. No entanto, é importante destacar aqui a diferença entre a abordagem da CSPC e do Condepacc na formulação de diretrizes patrimoniais e a abordagem do Conselho Municipal de Política Cultural, responsável pelo plano. Esta diferença indica que o caráter intersetorial do Conselho Municipal de Política Cultural gera uma abrangência e diversidade nas diretrizes relacionadas ao patrimônio que a formação atual do Condepacc e do CSPC não parece gerar.

3.2.Registro dos bens industriais de Campinas em vista da viabilidade interpretativa

Neste item, faremos o registro dos bens industriais tombados de Campinas, sendo este uma condição metodológica de estudos de diferentes áreas – arquitetura, turismo, história, arqueologia – para fins de elaborar propostas de intervenção e uso. O registro e inventariação destes bens também é uma ação necessária para o planejamento de políticas públicas voltadas para o patrimônio mediante instrumentos como o Plano Municipal de Cultura e o Plano Diretor de Turismo.

No caso do registro pensando na difusão dos bens patrimoniais, encontramos alguns desafios de ordem metodológica, notadamente, a especificidade das fichas de inventário aplicadas pelas duas principais disciplinas que este trabalho abrange: a

arquitetura e o turismo. No registro arquitetônico, a preocupação é com a integridade de todos os elementos do edifício e com as intervenções ao longo dos anos, enquanto o registro turístico foca na presença de estrutura de apoio disponível no local. A efetividade de fichas de inventariação arquitetônica disponibilizadas por órgãos de proteção como o Iphan e o Condephaat e das fichas de inventariação turística disponibilizadas pelo MTur e pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo em registrar informações relevantes para o planejamento do uso e gestão do patrimônio está sujeita a debate (MORAES E OLIVEIRA, 2019). Por este motivo, optamos por aplicar duas fichas para o registro dos bens industriais de Campinas: a ficha de inventário do patrimônio edificado e a ficha de uso turístico, ambas adaptadas pelo Laboratório de Patrimônio Cultural da Unesp Rosana. O registro completo dos bens encontra-se nos anexos, porém, neste item, as principais condições que iremos analisar serão a integridade do bem e seu entorno, a propriedade e uso atual do bem e a presença de ferramentas de difusão.

Aqui, a integridade diz respeito às condições de segurança do local, ou seja, se as condições materiais do patrimônio permitem que o público tenha acesso seguro ao espaço. A propriedade e uso atual estão relacionadas ao acesso, ou seja, se as condições burocráticas e funcionais do patrimônio atualmente são coerentes com ações de difusão *in situ*. Finalmente, buscamos a presença de ferramentas de difusão – placas, painéis, folhetos, realização de passeios – e, quando estas ferramentas não estão presentes, identificamos quais elementos característicos do bem – arquitetura, peças móveis, letreiros – podem auxiliar a difusão na leitura do espaço.

Isto posto, iniciaremos a descrição do registro dos bens industriais tombados de Campinas por aqueles presentes na região central, começando pelo Complexo Ferroviário da Fepasa, conhecido atualmente como Estação Cultura. Além das observações feitas neste levantamento de campo, temos uma coleta anterior realizada em 2018 por meio do qual podemos comparar a evolução do espaço. O primeiro aspecto notável ao entrar na estação atualmente é uma grande grade de metal que impede que o público tenha acesso a toda extensão da plataforma (Figura 3). Em conversa informal com uma funcionária da empresa terceirizada Albatroz Segurança, que cuida da vigilância do local, fomos informados de que a grade foi colocada pela prefeitura municipal seguindo os protocolos de segurança durante o período inicial da pandemia do novo Covid-19. Apesar da flexibilização das medidas de distanciamento social em espaços públicos, foi dito que a prefeitura se recusa a tirar a grade, dificultando que o público tenha acesso não apenas à

totalidade da plataforma, mas também aos sanitários e bebedouros, já que é necessário pedir autorização à equipe de segurança para utilizá-los. A grade só é retirada na ocasião dos eventos que são realizados no espaço, como a Feira Mística, o Festival do Acarajé e a festa em homenagem a São Jorge, eventos que ocorreram no local pouco antes da pesquisa de campo.

Figura 3 - Grade metálica delimitando a área de acesso na plataforma da estação



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022.

Além da grade, nota-se um vazio no espaço da plataforma, uma vez que os elementos característicos que antes ocupavam esse local agora estão empilhados nos cantos. Na coleta de campo realizada em 2018, observamos que os principais elementos que auxiliaram na interpretação deste espaço como patrimônio ferroviário foram os carrinhos de bagagem, balanças para pesagem do café e outras ferramentas utilizadas na época da operação ferroviária. Em 2022, parte destes elementos encontra-se inacessível em função da separação do espaço pela grade e a outra parte encontra-se em visível estado de descaso, empilhada em cantos na plataforma e coberta de poeira e teias de aranha (Figura 4).

Figura 4 - Elementos característicos da estação

Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

A ausência dos elementos característicos é agravada pela separação visual das placas das plataformas, do relógio, do sino e das outras sinalizações da época da operação ferroviária. Além da grade separar alguns destes elementos do outro lado da plataforma, a instalação do deque na lanchonete da estação afasta visual e fisicamente esses elementos do público. A instalação do deque é uma iniciativa positiva, uma vez que permite que o público contemple a totalidade da plataforma – e parte do pátio ferroviário – enquanto desfruta de alimentação e lazer. Porém, a estrutura englobou o relógio da estação, a placa indicando a quilometragem e a placa de inauguração da estação (Figura 5), o que, além da separação visual já mencionada, pode desencorajar o público de observar estes elementos de perto ou tirar fotos se não estiverem utilizando os serviços da lanchonete.

Figura 5 - Elementos característicos no deck da Lanchonete da Estação



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Outra adição positiva foi a instalação de sinalização de segurança, indicando as saídas de emergência, a capacidade máxima de pessoas permitida no espaço e a localização dos alarmes de incêndio e hidrantes (Figura 6). A presença de uma equipe de segurança, especialmente no caso da realização de eventos no local, também representa um esforço positivo por parte da prefeitura municipal. No entanto, retomando as informações dadas pela funcionária de segurança, a presença da equipe não desencoraja os furtos de veículos que ocorrem com frequência no pátio do complexo, uma vez que a equipe é instruída apenas a assegurar o edifício da estação.

Figura 6 - Sinalização de segurança na Estação Cultura



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

O uso do pátio como estacionamento informal foi uma das observações feitas na coleta de campo de 2018. Na época, o fluxo constante de entrada e saída de veículos e pedestres atravessando o pátio, bem como as condições do terreno e dos outros edifícios do complexo, posavam como um impedimento para realização de ações de difusão e interpretação *in situ*. Em 2022, o local ainda não está apropriado para receber tais atividades, porém ocorreram algumas melhorias. A Sala dos Toninhos e o Edifício dos Lemos (Figuras 7 e 8) estão em melhor estado de conservação do que em 2018 e sendo utilizadas com frequência para aulas e treinos de capoeira, ginástica, teatro e outras atividades esportivas e culturais.

Figura 7 - Estado de conservação da Sala dos Toninhos



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 8 - Estado de conservação do edifício dos Lemos



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Além disso, o terreno do pátio parece ter sido limpo de detritos maiores, como pedaços de metal e madeira, e foi colocado cascalho onde passam os veículos, auxiliando a nivelar a passagem (Figura 9). Ainda, devido ao início das obras de retirada dos trilhos, foi liberado um caminho mais amplo para que os veículos e maquinários necessários pudessem passar, sendo possível acessar os portões internos da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e visualizar as oficinas da Companhia Mogiana. Em contrapartida, os trilhos e as construções desse outro lado do pátio estão praticamente inacessíveis, tanto pelo andamento das obras quanto pela vegetação alta. Nos demais edifícios do complexo que não estão em uso, observou-se a deterioração causada pelo tempo e pela falta de manutenção.

Figura 9 - Terreno do pátio da Estação Cultura utilizado como estacionamento



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Outra mudança significativa que ocorreu no espaço entre 2018 e 2022 foi a abertura do túnel de pedestres. Reaberto em 2019 após passar por reformas, o túnel encontra-se em bom estado de conservação, apesar de apresentar alguns problemas de segurança, como a presença de usuários de drogas mesmo nos horários mais movimentados do dia. Observou-se que, apesar do túnel apresentar um fluxo relativamente constante de pedestres, muitas pessoas ainda atravessam da Vila Industrial para o centro pelo caminho mais longo, cruzando o pátio ferroviário e a linha. É notável que as medidas de segurança presentes na estação não se estendem ao túnel.

Tratando especificamente da infraestrutura turística e interpretativa, houve a instalação de uma placa contendo um QR Code em uma das paredes da estação (Figura 10). Essa iniciativa faz parte do projeto Territórios do Comum, promovido pelo Sesc São Paulo e difundido por diversas unidades espalhadas pelo estado, incluindo Campinas. Essa ação socioeducativa visa compartilhar informações acessíveis sobre as diferentes identidades presentes nas cidades. A leitura do QR Code instalado na Estação Cultura direciona o usuário a um vídeo informativo sobre a Vila Industrial no canal do YouTube do Sesc Campinas. O vídeo dispõe de legendas acessíveis e interpretação em Libras para pessoas com deficiência auditiva e audiodescrição sonora para pessoas com deficiência visuais. Devido às características acessíveis do vídeo, é possível ouvi-lo enquanto se anda

pelo complexo ferroviário e pela Vila Industrial.

Figura 10 - QR Code do projeto Territórios do Comum na parede da Estação Cultural



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Outra ferramenta turístico-interpretativa são as placas de sinalização turística do patrimônio histórico-cultural da região central de Campinas (Figura 11). De acordo com a proponente deste projeto, Mirza Pellicciotta, os painéis visam:

[...] articular o “ponto turístico” (isolado) à área envoltória que lhe confere significado, podendo-se através dele: identificar a área histórica em que se encontra; obter dados importantes do seu entorno, obter informações específicas sobre os “pontos turísticos” próximos e correlatos (PELLICCIOTTA, 2011, p. 7).

Figura 11 - Painel de sinalização turística localizado no Largo da Estação



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Esse objetivo se mostra claro no painel localizado no Largo da Estação. No entanto, há uma crítica a ser feita sobre a indicação de visitação a lugares que não se encontram disponíveis para receber tal atividade, como é o caso do Museu da Cidade, abrigado na antiga fábrica da Lidgerwood.

Não identificamos outras ferramentas de difusão e interpretação no local além das mencionadas acima. É interessante destacar que ambas as ferramentas buscam explicar o complexo ferroviário no contexto do desenvolvimento da cidade, incluindo e mesmo focando no entorno do conjunto e em outros bens tombados derivados direta ou indiretamente da atividade ferroviária que ali ocorria.

Seguindo essa lógica, trazemos as observações feitas durante a coleta nas vilas indústrias situadas no entorno do Complexo Fepasa. Em relação à ocupação, percebe-se que este bairro, ainda que permaneça majoritariamente residencial, também apresenta uma variedade de pequenos comércios – de bares e lanchonetes a lojas de roupas e oficinas mecânicas –, além da presença de instituições como escolas e igrejas. Essa variedade se repete no tocante ao estado de conservação das edificações, uma vez que é possível encontrar desde casas em excelente estado, havendo um esforço visível da parte dos proprietários em manter as características originais do prédio, até casas desocupadas em estado ruim (Figuras 12 e 13). No entanto, de modo geral, as edificações do bairro se

encontram em uso e em bom estado de conservação.

Figura 12 - Conjunto de edifícios residenciais e comerciais da Vila Industrial



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 13 - Conjunto de edifícios residenciais e comerciais da Vila Industrial



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

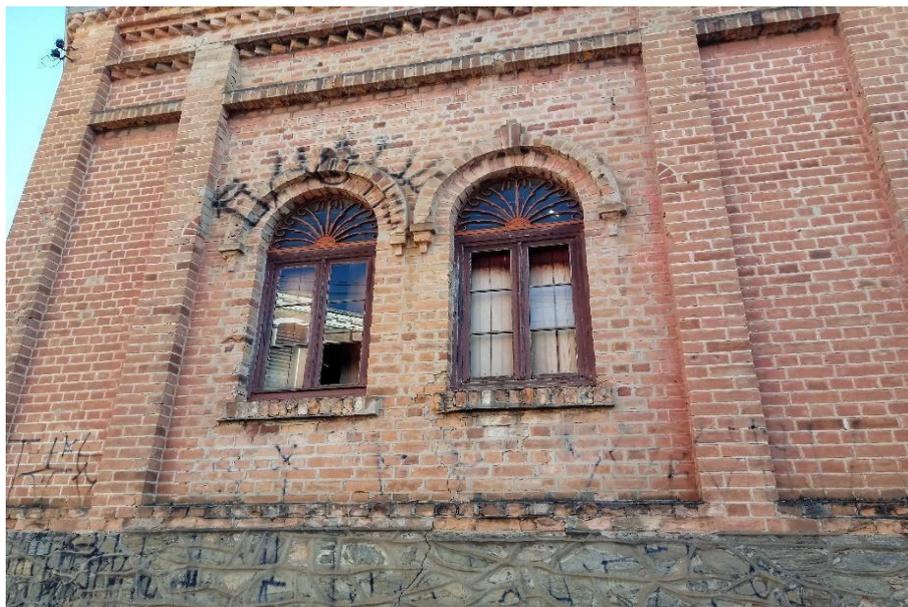
Uma presença que se destaca no bairro é a Emdec, que atualmente possui a cessão de uso do complexo ferroviário. Não apenas o pátio de inspeção veicular da empresa funciona no complexo, como sua sede, seu departamento de sinalização e seu centro educativo, conhecido como Mini Cidade da Emdec, estão localizados na vila industrial. Além do espaço que ocupa, a presença da empresa é reforçada pela sinalização urbana

recorrente que indica a localização de suas estruturas.

Além de preocupações de ordem urbanística, social e muitas outras, essa ocupação da Vila Industrial pela Emdec é um desafio para a difusão do bairro enquanto patrimônio. Não foi identificada nenhuma ferramenta de interpretação e difusão na vila, fazendo com que um possível público, atraído ao local pelas iniciativas que ocorrem do outro lado da linha, não tenha recursos para interpretar o bairro como pertencente a uma paisagem industrial. Assim, torna-se difícil ler as entrelinhas e interpretar a vila pelas características histórico-culturais que lhe concederam o título de patrimônio.

Retornando ao Largo da Estação, temos a antiga fábrica Lidgerwood Manufacturing. Atualmente designada como Museu da Cidade, o espaço encontra-se fechado ao público e sem uso, supostamente por estarem ocorrendo trâmites legais relacionados à posse do edifício entre o governo do estado e o governo municipal. Por fora, o edifício está em estado de conservação regular, enquanto o pátio interno, que é possível observar pelas janelas, parece estar em melhores condições. A situação da calçada em torno do prédio – com partes quebradas, vegetação crescendo e acúmulo de lixo – e o fechamento das janelas com tábuas de madeira pelo lado de dentro contribuem para a imagem de descaso e abandono na parte externa do museu (Figura 14). A ausência de sinalização própria do museu, indicando o que funciona naquele espaço, quem são os responsáveis ou algum tipo de contato, demonstram que não parece haver interesse em retomar o uso do local. Esse fator contrasta com o painel turístico instalado no Largo da Estação, que recomenda a visita ao museu, e com a sinalização turística presente no centro, que indica o museu como ponto turístico, juntamente com outros locais que se encontram abertos à visitação.

Figura 14 - Estado de conservação atual do Museu da Cidade e entorno



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

A Associação Amigos do Museu da Cidade parece estar empregando esforços para a reativação do espaço. Contudo, até o momento, as iniciativas de ativação e difusão do museu não são compatíveis com o estado de uso e conservação em que ele se encontra.

Ainda na proximidade do Largo, temos as edificações da antiga companhia Mac Hardy. Atualmente, os remanescentes das edificações encontram-se em péssimo estado de conservação e a maior parte deles encontra-se física e visualmente inacessível devido ao muro que cerca a área. Para além desta obstrução, as ruas do entorno estão em condições precárias, apresentando calçadas quebradas e amontoadas de lixo (Figuras 15 e 16). A localização da área, em proximidade com ruas e avenidas bastante movimentadas, também dificulta o acesso. Todos esses fatores, em conjunto com a presença de um grande número de moradores de rua e usuários de drogas nas vias do entorno, fazem com que os edifícios da companhia Mac Hardy sejam praticamente inacessíveis no aspecto físico e de segurança. É interessante trazer, porém, que a chaminé deste conjunto arquitetônico se destaca na paisagem e nos auxiliou a encontrar esses remanescentes, uma vez que não há qualquer tipo de sinalização ou indicação apontando para sua existência ou localização.

Figura 15 - Estado de conservação atual da fachada da antiga companhia Mac Hardy



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 16 - Remanescentes e chaminé da antiga companhia Mac Hardy



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

A deterioração de componentes urbanos como ruas, calçadas e edificações, e o aumento da presença de população vulnerável, são problemas observados em todo o centro de Campinas que se agravam nas proximidades do Largo da Estação. Evidentemente, esses fenômenos têm causas e efeitos complexos que escapam aos objetivos deste trabalho, no entanto, trazemos esses pontos para ilustrar como as políticas patrimoniais e as políticas sociais, urbanas, educativas e muitas outras não podem ser

operacionalizadas de forma isolada. Aqui, as iniciativas de difusão e interpretação do patrimônio que se pode planejar e executar são extremamente limitadas frente às outras questões que incidem sobre o patrimônio e seu território.

Ainda no centro, temos o Palácio da Mogiana. Atualmente, o local é utilizado como Centro Público de Apoio ao Trabalhador pela Prefeitura Municipal e se encontra em bom estado de conservação do lado externo (Figura 17). Apesar de ser um prédio público, foi negada a entrada para realização da coleta de campo. Assim, não temos informações sobre as condições da parte interna do edifício. Os portões do prédio ficam fechados, sendo necessário chamar um segurança para autorizar a entrada. Este protocolo parece contraproducente em consideração à divulgação do espaço como atrativo turístico tanto pelo site Conheça Campinas quanto pela sinalização turística indicativa presente no centro. No entanto, o acesso dos visitantes somente à parte externa do edifício parece ser uma estratégia deliberada da Secretaria de Cultura e Turismo, o que é evidenciado pela instalação, do lado de fora, de uma placa com a identificação do bem e um QR Code que redireciona o público a ter acesso a informações históricas sobre o Palácio (Figura 18). Essa iniciativa faz parte do programa de sinalização de pontos de interesse histórico e turístico que também instalou painéis de informação como o existente no Largo da Estação. Além da instalação dessa identificação no edifício, as condições do entorno colaboram para o desenvolvimento de atividades de visitação coletivas ou individuais, uma vez que as ruas e calçadas estão em bom estado para trânsito, havendo até mesmo condições para contemplação.

Figura 17 - Estado de conservação e uso atual do Palácio da Mogiana e entorno



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 18 - QR Code instalado na parede externa do Palácio da Mogiana



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Também relacionado à Companhia Mogiana, visitamos o antigo conjunto ferroviário da companhia, localizado no bairro Jardim Guanabara. Como apresentado na introdução deste trabalho, o conjunto atualmente encontra-se sob responsabilidade de diferentes entidades, ocasionando uma variedade de usos e estados de conservação. Iniciando pela estação e pelo armazém do café, os edifícios estão sendo utilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp como centro cultural, conhecido como CIS-Guanabara. No caso do Centro Cultural, além das observações feitas durante esta coleta de campo, também é possível realizar comparações entre a situação do espaço atualmente e em 2018¹⁹.

O local encontra-se em excelente estado de conservação, com exceção das salas que abrigam a galeria de artes e o memorial ferroviário, que estão em reforma devido a problemas com infiltrações. Na estação, todas as salas de uso público estão sinalizadas, bem como os sanitários e as salas da administração e manutenção. Também estão sinalizadas as saídas de emergência e os equipamentos de segurança (Figuras 19 e 20). A existência de equipamentos e sinalização de segurança já era observada em 2018, no entanto, a identificação das salas de uso público foi uma adição posterior.

¹⁹ Os dados sobre a situação do espaço em 2018 foram coletados para desenvolvimento de pesquisa anterior pela autora, ver referência TATINI, 2018.

Figura 19 - Estado de conservação externa atual do CIS-Guanabara



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 20 - Estado de conservação interna atual do CIS-Guanabara



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Outra adição notável foi a construção de um deque de cimento na entrada do armazém do café. Foram colocadas cadeiras e mesas de jardim neste espaço, que está em constante uso pelo público que trabalha nos arredores do CIS-Guanabara, como foi possível observar durante a coleta. A utilização do próprio armazém do café foi expandida, comportando, além dos auditórios que já estavam em uso em 2018, as novas salas dos gestores culturais que ali trabalham.

Para conhecer melhor as atividades desenvolvidas neste local, conversamos com a gestora cultural Maria Cristina Amoroso Lima Leite de Barros, responsável pela coordenação de diversos projetos realizados no CIS-Guanabara. Maria Cristina explicou que a gestão cultural do centro tem como objetivo estabelecer parcerias com diferentes entidades para trazer o público ao espaço. Atualmente, algumas parcerias fixas do centro são com o Instituto Educar, com o Senac Campinas e com o governo do estado por meio do Projeto Guri. Além destas, são estabelecidas parceiras mais temporárias, fazendo com que o CIS-Guanabara receba atividades diariamente. De acordo com a gestora, iniciativas de natureza sociocultural e educativa são realizadas gratuitamente no espaço, enquanto atividades promovidas por empresas privadas são realizadas mediante o pagamento de um valor simbólico. Esses recursos são utilizados para manutenção do centro.

Entre as atividades socioculturais e educativas que ocorrem no CIS-Guanabara estão as visitas técnicas de universidades e escolas do município. Nestas ocasiões, segundo a gestora Maria Cristina, o agendamento prévio por parte da instituição de ensino serve não apenas para organização do calendário de atividades, como também para que o centro disponibilize um funcionário para acompanhar a visita, contribuindo com informações técnicas e históricas sobre o local.

É evidente que o CIS-Guanabara é um local de relevância na agenda sociocultural e educativa do município. A gestão do Centro, em conjunto com as excelentes condições materiais do espaço e com o sistema de agendamento on-line pelo site, mostra-se efetiva em trazer o público ao local e estabelecer parcerias. Devemos apontar, porém, que seu status como patrimônio não parece ter nenhuma influência – positiva ou negativa – sobre o êxito de sua ocupação e uso.

Por parte da Unicamp, percebe-se o esforço para apresentar e evocar o uso original do espaço. Esse esforço é evidenciado pela existência da sala do Memorial Ferroviário, pela preservação de elementos característicos como o relógio e o sino da estação, pelas diversas fotos e pinturas da paisagem ferroviária presentes em todas as salas multiuso e pelos textos presentes em praticamente todas as seções do site do CIS-Guanabara que tratam do uso original e do status atual de patrimônio do centro (Figuras 21 e 22). Apesar de serem iniciativas positivas, seria necessário repensá-las para que a comunicação dos valores patrimoniais do espaço fosse tão efetiva quanto a percepção dos novos valores atribuídos ao centro pelo público.

Figura 21 - Fotografias da paisagem ferroviária presentes em sala multiuso



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 22 - Elementos característicos existentes no CIS-Guanabara



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Também pertencente ao conjunto ferroviário da Companhia Mogiana, temos o estádio Cerecamp, sob responsabilidade da Delegacia Regional de Esporte e Lazer do governo do estado de São Paulo. Atualmente, o local se encontra fechado ao público devido aos protocolos de segurança do Covid-19. Conseguimos autorização da equipe de segurança para entrar no estádio, porém houve hesitação por parte dos funcionários em permitir o registro de fotos, com o argumento de que não é permitido divulgar imagens

do interior do espaço na mídia. Em comparação com a coleta de 2018, o estado das arquibancadas e da parte externa de estruturas, como o bloco administrativo e os sanitários para o público, piorou. A ação do tempo e o descaso com a estrutura tornaram necessário interditar o acesso à praticamente toda a arquibancada (Figuras 23 e 24). Essa situação contrasta com o estado do gramado, que se encontra bem mantido apesar de não estar sendo utilizado. No momento, a inacessibilidade física e institucional ao estádio impede a realização de quaisquer iniciativas de difusão *in situ*.

Figura 23 - Estado de conservação externo do estádio Cerecamp



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 24 - Estado de conservação das arquibancadas do estádio Cerecamp



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Finalmente, os últimos componentes do conjunto ferroviário da Companhia Mogiana, que engloba a Vila Industrial e uma série de edificações como oficinas e armazéns, são de propriedade da empresa BDI Real Estate (CORREIO POPULAR, 2020). Durante a coleta na estação Guanabara, observou-se que o terreno visível do outro lado da cerca encontra-se melhor mantido do que em 2018, apesar de as condições dos edifícios presentes naquele espaço continuarem precárias (Figura 25). Notamos a movimentação de carros e caminhões neste espaço, movendo detritos do terreno e trazendo materiais de construção, indicando que a construtora deu início a suas obras recentemente. Não é possível ter acesso físico nem visual à Vila Industrial a partir do CIS-Guanabara ou de nenhum outro ponto do bairro, tendo sido construídos muros em torno da vila para proibir a entrada, com sinalização reforçando esta informação.

Figura 25 - Estado de conservação atual da área do conjunto pertencente à BDI Real Estate



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

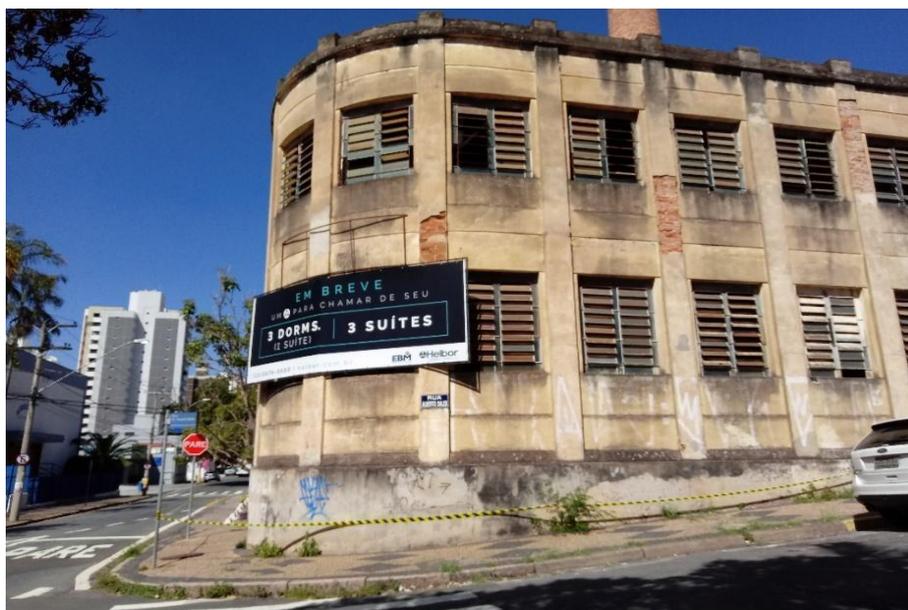
O bairro no entorno do conjunto ferroviário permanece majoritariamente residencial, no entanto, observamos o aumento da presença de estabelecimentos comerciais, especialmente daqueles ligados à área da saúde. Estas novas construções possuem um estilo arquitetônico bem diferente das edificações mais antigas, ligadas à origem ferroviária do bairro, criando um contraste notável. Apesar da diferença nos estilos arquitetônicos, os edifícios mais antigos encontram-se em excelentes condições, fazendo com que o estádio se destaque na paisagem como um ponto descuidado e

abandonado do bairro.

No bairro, não encontramos sinalização turística indicando nenhum dos elementos do complexo ferroviário, porém no trajeto até o CIS-Guanabara, a partir do centro de Campinas, existe sinalização indicando a Estação Guanabara. Neste caso, a sinalização somente da estação é compreensível, considerando que ela e o armazém do café são os únicos componentes do conjunto aptos à visitação.

Nas proximidades do conjunto ferroviário, está localizada a fábrica de chapéus Cury. Atualmente, a construtora Helbor é proprietária do edifício e pretende construir prédios residenciais e comerciais no local, preservando a chaminé e a fachada originais (HORA CAMPINAS, 2021). A chaminé e a fachada são os elementos que se encontram em melhor estado de conservação, uma vez que, pelas janelas, é possível ver que a parte interna da fábrica está em completo estado de arruinamento (Figura 26). Averiguar com mais precisão as condições do prédio mostrou-se um desafio, uma vez que a construtora colocou vigias na fachada que solicitaram não fotografar o edifício, pois se tratava de uma propriedade particular. Além disso, foi colocada uma faixa em parte da calçada ao redor do prédio, supostamente para desencorajar que o público se aproxime do edifício. Outro fator que dificulta se aproximar da fábrica é o estado das calçadas ao redor, que além de estreitas, estão quebradas e com excesso de vegetação crescendo.

Figura 26 - Estado de conservação atual da fábrica de chapéus Cury



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Apesar destes fatores, os elementos característicos da fachada, como o letreiro

com o nome da fábrica e outros detalhes em ferro, estão bem preservados, assim como a chaminé, que se destaca na paisagem devido à sua altura e estilo e remete ao uso industrial (Figuras 27 e 28). Outras construções em estilos arquitetônicos similares no entorno da fábrica remetem à noção de antiguidade, contribuindo para a interpretação desta paisagem.

Figura 27 - Elementos característicos remanescentes no letreiro da antiga fábrica de chapéus Cury



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 28 - Chaminé da antiga fábrica de chapéus Cury



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Seguindo ainda no bairro do Jardim Guanabara, conhecemos a antiga Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A, que atualmente abriga a Igreja do Nazareno Central de Campinas. Localizada na rua José Paulino, o primeiro fator que se nota é que grande parte das edificações desta rua são de propriedade da igreja, tendo usos como centro de recolhimento de doações e livraria. O prédio da antiga fábrica, porém, se destaca devido à sua dimensão, seu estilo arquitetônico e seu excelente estado de conservação (Figura 29). A preservação do estilo arquitetônico do edifício é a única característica que remete ao seu uso original, já que não constam informações sobre seu passado industrial. Existe uma placa indicando o ano de construção do edifício e outra indicando quando este foi entregue à comunidade do Nazareno, no entanto, nenhuma delas faz qualquer menção à origem do prédio (Figura 30).

Figura 29 - Estado de conservação a antiga fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 30 - Detalhes arquitetônicos e placas na Igreja do Nazareno Central de Campinas



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

O esquecimento do uso fabril do edifício também é refletido nos comércios do entorno, uma vez que muitos trazem “Nazareno” no nome, mas não encontramos nenhum estabelecimento trazendo “industrial” ou “Godoy & Valbert”. Observamos que em bairros mais tradicionais, especialmente no entorno dos bens, os nomes dos comércios costumam refletir a origem daquela área, trazendo termos como “industrial”, “estação” e até mesmo o nome das fábricas ou companhias ferroviárias. Aqui, porém, os nomes dos

estabelecimentos comerciais refletem apenas o novo uso da fábrica, sugerindo que a igreja é a referência que a população do bairro tem deste edifício.

Após visitarmos todos estes bens industriais do bairro do Jardim Guanabara, observamos que o trajeto realizado, com o devido planejamento e implementação de recursos, tem potencial de iniciativa interpretativa. Em termos logísticos e narrativos, este seria um roteiro simples de desenvolver, visando sua realização com e sem monitoração. Atualmente, contudo, a inacessibilidade do Estádio e da fábrica de chapéus Cury, a precariedade de algumas calçadas em torno dos bens e a ausência de ferramentas de interpretação nos bens são desafios significativos para a proposta de qualquer trajeto não monitorado.

Conhecemos outro bairro de origem industrial em Campinas: o bairro Ponte Preta, onde estão localizados quatro dos objetos de pesquisa deste estudo, sendo eles a ponte sobre a ferrovia, o estádio Moisés Lucarelli, a antiga Indústria de Seda Nacional e a Vila Operária dos Ferroviários.

Iniciando pela ponte que deu origem ao nome do bairro, atualmente ela se encontra praticamente irreconhecível em relação à sua função original. Parte dela está em mau estado de conservação e está sendo ocupada por moradores de rua (Figura 31). A outra parte, que é cuidada pelo Colégio Adventista de Campinas e usada como estacionamento pela instituição de ensino, está em excelentes condições, apesar de completamente irreconhecível como a antiga ponte sobre a ferrovia (Figura 32). Destacamos também a presença de diferentes placas de sinalização turística no bairro indicando em pontos como o estádio Moisés Lucarelli, o teatro IMA cultural e algumas praças. No entanto, não existe qualquer indicação da ponte.

Figura 31 - Estado de conservação da parte da Ponte Preta mantida pela prefeitura



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 32 - Estado de conservação da parte da Ponte Preta mantida pelo Colégio Adventista de Campinas



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Além da ponte, outro remanescente da atividade ferroviária nesta região de Campinas é a Vila Operária dos Ferroviários da Companhia Paulista. O tombamento diz respeito somente a um quarteirão, e as edificações englobadas estão sendo utilizadas

como residência. A maioria dos prédios está em bom estado de conservação e mantém suas principais características arquitetônicas, com a substituição de alguns elementos originais por elementos contemporâneos, como portões e janelas (Figura 33). Na ausência de sinalização apontando a Vila, as características arquitetônicas das edificações servem como única indicação do local.

Figura 33 - Estado de conservação da Vila Operária dos Ferroviários da Companhia Paulista



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Mais que a Vila Operária e mesmo que a ponte sobre a ferrovia, o bem ferroviário mais conhecido do bairro é o estádio de futebol Moisés Lucarelli, sede do time campineiro Ponte Preta. Construído pela própria torcida do time e inaugurado em 1948, o estádio possui uma longa e rica história destacada pelo Departamento de Marketing da Associação Atlética Ponte Preta. As principais iniciativas de difusão da história do espaço e do clube são as publicações nas redes sociais que trazem curiosidades e fatos históricos, e a realização do Majestour. O Majestour é uma visita monitorada promovida pelo Departamento de Marketing com o objetivo de que o público interessado conheça as dependências do estádio para além do que é permitido acessar apenas como espectador dos jogos. Durante o período mais rígido das restrições ocasionadas pela pandemia do Covid-19, a realização do tour foi interrompida e apenas agora, em 2022, o Departamento de Marketing está trabalhando para trazer esta iniciativa de volta. Para ter acesso ao estádio e a informações sobre o Majestour e outras iniciativas de difusão, conversamos

com o gerente de marketing da A. A. Ponte Preta, Mauricio Gontijo. O Maurício conduziu a visita ao estádio, mostrando quais locais são incluídos no Majestour e os principais temas abordados.

Em períodos em que o tour está ocorrendo normalmente, ele é feito para grupos de até 15 pessoas, que devem agendar sua visita pelo site da A. A. Ponte Preta. Segundo o gerente de marketing, o passeio é realizado principalmente por turmas de escolas públicas e particulares do município e da região e por pessoas em viagens a negócios e eventos, que aproveitam seu tempo livre para conhecer o espaço. Para o público escolar, a visita não é cobrada, e ainda são doados lanches e brindes para as crianças por parte dos patrocinadores do clube. Já para outros públicos, é cobrada uma taxa de R\$10 para sócios do clube e R\$ 20 para aqueles que não são sócios.

Independentemente do público, o tour começa pelo museu, onde são expostos os troféus e prêmios do clube, bem como fotos da construção do estádio, de jogos históricos e de jogadores de destaque (Figuras 34 e 35). Os principais temas trabalhados nesta parte do museu são o papel da torcida na construção do espaço, a longevidade do clube e do estádio e as políticas históricas de integração racial da A. A. Ponte Preta. Segundo Maurício, existe um grande misticismo em torno do estádio devido à sua longevidade, sendo construídas narrativas supersticiosas, por parte da torcida e pelos próprios jogadores, que surgem no discurso durante o tour como resultado da interação do público com o monitor.

Figura 34 - Elementos em exposição no Memorial da Ponte Preta no Estádio Moisés Lucarelli



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 35 - Elementos em exposição no Memorial da Ponte Preta no Estádio Moisés Lucarelli



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Além do museu, o tour engloba as partes operacionais do estádio, como a sala de imprensa, os vestiários, o corredor que liga os vestiários ao campo e o gramado em si. Nesta parte do tour, explica-se como funciona a rotina do estádio em dias de jogos e

treinos. De acordo com o gerente de marketing, o funcionamento desta parte operacional é o tema que mais desperta o interesse do público, especialmente do público escolar. Finalizado no gramado, o tour dura em torno de uma hora e meia.

Segundo Maurício, a A. A. Ponte Preta não possui um departamento ou *staff* exclusivo para realização do tour, apesar de existir demanda para tal. A falta de um segmento que cuide especificamente desta iniciativa ocorre em decorrência da falta de articulação do clube com o poder público. De acordo com o gerente de marketing, uma parceria da associação com as secretarias de Educação e de Transporte facilitaria a realização de visitas escolares, uma vez que, corriqueiramente, instituições públicas de ensino demonstram interesse no passeio mas não conseguem realizá-lo especialmente por falta de transporte.

No tocante à materialidade do espaço, o estádio encontra-se em excelentes condições (Figura 36), contando com todos os equipamentos de segurança e sinalizações pertinentes. Além disso, por todo o bairro nota-se a presença de sinalização turística indicando o estádio (Figura 37). De acordo com Maurício, existe uma discussão contínua na diretoria sobre realocar a parte operacional e administrativa do estádio para outro local, uma vez que as restrições de alteração do espaço devido ao seu status como bem tombado apresentam desafios ao funcionamento do clube ali. As dependências do estádio são ultrapassadas e não comportam as necessidades de operação de um clube de futebol na atualidade. No entanto, em vezes em que esta discussão se torna pública, os torcedores manifestam o desejo de que o clube permaneça funcionando em sua sede original, demonstrando uma forte ligação entre a torcida e o estádio que perdura desde sua fundação.

Figura 36 - Estado de conservação externa do Estádio Moisés Lucarelli



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 37 - Sinalização turística indicando o Estádio Moisés Lucarelli



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

O último bem visitado no bairro Ponte Preta foi o conjunto de edifícios da antiga Indústria de Seda Nacional. Um dos edifícios é utilizado atualmente como sede da Escola

Estadual Dom Barreto. O prédio encontra-se em excelente estado de conservação, tendo suas características arquitetônicas preservadas (Figura 38). Para além da arquitetura, não existe qualquer indicação do uso original do edifício, e a sua separação do restante do conjunto por um viaduto torna a ligação com seu passado industrial ainda mais distante.

Figura 38 - Estado de conservação de um dos edifícios do conjunto da antiga Indústria de Seda Nacional



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Os demais prédios do conjunto, que abrigam o almoxarifado da prefeitura municipal, o jornal Correio Popular e outras entidades, estão em bom estado de conservação (Figura 39). A chaminé da antiga fábrica destaca-se do entorno, tanto por seu tamanho quanto pelo material – os tijolos expostos da chaminé contrastando com as paredes brancas e lisas dos prédios (Figura 40). Contudo, sem sinalização interpretativa, este elemento fica incompreensível e sem relação com os edifícios.

Figura 39 - Estado de conservação de um dos edifícios do conjunto da antiga Indústria de Seda Nacional



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 40 - Chaminé entre os edifícios do conjunto da antiga Indústria de Seda Nacional



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

A experiência de realizar o trajeto pelo bairro Ponte Preta foi similar à experiência no bairro Jardim Guanabara em alguns aspectos. A distância entre os bens e a configuração do bairro possibilitariam a realização de um trajeto de caminhada com

segurança, além de permitir o desenvolvimento de narrativas coerentes. Os principais desafios para este conjunto de bens são a descaracterização e a inacessibilidade. A inacessibilidade aqui provém da natureza da propriedade e do uso destes bens, limitando iniciativas *in situ* a conhecê-los apenas pelo lado de fora e, mesmo com esta limitação, qualquer ação deste tipo seria incompatível com os usos atuais destas estruturas – com exceção do estádio –, possivelmente prejudicando seus funcionamentos regulares.

Os últimos bens em que o levantamento foi aplicado foram a Subestação Lix da Cunha, o Curtume Cantúsio e o trajeto de bonde no Parque Portugal. Iniciando pela antiga subestação de energia elétrica para tração da Companhia Paulista, observamos que o acesso tanto físico quanto visual ao espaço está inviabilizado. A localização deste conjunto de estruturas na Avenida Lix da Cunha torna seu acesso por este lado praticamente impossível, dado o tráfego intenso da avenida e a ausência de calçadas (Figura 41). Pelo outro ponto de acesso, a Rua Eugenio Ferreira Camargo, o relevo do terreno e a vegetação obscurecem a maior parte dos edifícios, sendo visíveis somente a parte superior de algumas estruturas. Cercando a área pela Rua Eugenio Ferreira Camargo, há um muro que se encontra quebrado em alguns pontos, onde os moradores jogam lixo e entulho, o que, adicionado às condições precárias da calçada, torna mais difícil se aproximar da subestação (Figura 42).

Figura 41 - Acesso à Subestação Lix da Cunha pela Avenida Lix da Cunha



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 42 - Acesso à Subestação Lix da Cunha pela Rua Eugenio Ferreira Camargo



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Pelo que foi possível verificar, as edificações e estruturas da subestação estão abandonadas e em estado de conservação ruim, com exceção de um dos prédios, que parece estar sendo ocupado como moradia irregular. Os postes de eletrificação, os trilhos e outros elementos característicos ainda estão no local e razoavelmente visíveis de alguns pontos do entorno, servindo como única indicação de que o conjunto tem relação com o sistema ferroviário (Figura 43).

Figura 43 - Elementos característicos remanescentes no conjunto da Subestação Lix da Cunha



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Seguindo pela Avenida Barão de Monte Alegre, chegamos ao Curtume Cantúσιο. Próximo ao curtume, a dimensão do edifício chama atenção, ocupando praticamente todo o quarteirão (Figura 44). A composição da paisagem em que o curtume está inserido também se destaca, uma vez que o edifício se encontra entre terrenos baldios, o córrego Piçarrão, um condomínio residencial de alto padrão e uma grande rotatória com tráfego intenso. Aqui, dependendo da leitura da paisagem, tanto o curtume e suas construções adjacentes e o córrego podem parecer fora do lugar, quanto o condomínio e as vias de trânsito. Apesar de o edifício estar em condições ruins de conservação, ele aparenta ter algum uso oficial, mas não foi possível verificar quem o está utilizando e para qual finalidade (Figura 45). Não existe qualquer sinalização no entorno indicando o curtume e nenhuma identificação no edifício.

Figura 44 - Dimensão e estado de conservação do edifício do Curtume Cantúcio



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 45 - Edifício do Curtume Cantúcio aberto e em uso



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Visitamos o Parque Portugal com o objetivo de verificar os bondes e equipamentos remanescentes da companhia Ramal Férreo Campineiro. Atualmente, o aparato existente no local é utilizado para operacionalizar o passeio de bondinho pelo

parque (Figura 46). A bilheteria e a plataforma de onde sai o passeio encontram-se bem na entrada principal do parque, e em toda a extensão da lagoa existe sinalização indicando a direção da bilheteria. No entorno da plataforma de embarque e desembarque, encontramos dois painéis interpretativos, como aquele presente no Largo da Estação, no centro: um com o design semelhante ao do painel do centro e outro com o visual mais moderno (Figuras 47 e 48). Ambos trazem informações históricas sobre a relação do parque com as fazendas de açúcar e café e a ferrovia, especialmente o Ramal Férreo Campineiro, destacando o fato de que, na época, o bonde circulava por outros locais da cidade.

Figura 46 - Bonde utilizado na operacionalização do passeio no Parque Portugal



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 47 - Painel interpretativo no Parque Portugal de modelo similar ao presente no Largo da Estação



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 48 - Painel interpretativo no Parque Portugal de modelo atualizado



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Os painéis são a única iniciativa de interpretação existente no local para os remanescentes dos bondes, já que o próprio passeio de bondinho é voltado para o lazer.

O passeio, que custa cinco reais por pessoa e dura em torno de 10 minutos, circula o parque, parando brevemente na estação Nestor Raimundo, que está fechada, para fotos. O trajeto não é monitorado e não são dadas informações preliminares ao se embarcar no carro, sejam informações de segurança ou informações técnicas e históricas.

Percebe-se que o bondinho chama atenção quando passa, especialmente quando toca o sino quando na partida e no retorno à plataforma de embarque, pois o público tira fotos e filma nessas ocasiões. Esse aspecto, em conjunto com o fluxo frequente de pessoas no passeio, demonstra que a iniciativa é bem recebida pelo público do parque, havendo potencial para inclusão de outras ferramentas interpretativas além dos painéis, incorporando-as de forma mais orgânica ao passeio.

Ainda relacionado à antiga Companhia Ramal Férreo Campineiro, temos a Casa de Força/ Escritório da companhia. Hoje, uma lanchonete da franquia McDonald's funciona no local. Toda a fachada encontra-se preservada e em excelente estado (Figuras 49 e 50), no entanto, na parte interna, o espaço foi destituído de seus elementos característicos devido às normas de padronização da franquia. Não há qualquer indicação do uso original do edifício.

Figura 49 - Visão lateral da fachada da antiga Casa de Força/ Escritório do Ramal Férreo Campineiro



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Figura 50 - Fachada atual da antiga Casa de Força/ Escritório do Ramal Férreo Campineiro



Fonte: Victoria A. B. Tatini, 2022

Dentre os bens tombados de Campinas que tratamos neste trabalho, não foi possível aplicar a pesquisa de campo em três casos: o traçado da antiga Companhia Ramal Férreo Campineiro, o conjunto arquitetônico da Usina Salto Grande e o traçado da antiga Companhia Mogiana. No caso do traçado da antiga companhia Ramal Férreo Campineiro, situado entre os distritos de Sousas e de Joaquim Egídio, o bem cobre uma ampla extensão de difícil acesso sem carro particular, sendo que todos os elementos ferroviários foram removidos deste trajeto.

A visitação ao conjunto arquitetônico da Usina Salto Grande enfrentou um problema similar, já que também se localiza no distrito de Joaquim Egídio, em uma área acessível apenas realizando uma trilha a pé. Adicionalmente, a usina encontra-se fechada para visitação, sendo possível apenas observá-la através da cerca.

Já o traçado da antiga Companhia Mogiana é contemplado pelo passeio de maria-fumaça realizado pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), saindo da Estação Anhumas, em Campinas. A ABPF é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP) que visa promover o resgate e conservação do patrimônio ferroviário brasileiro mediante a ativação destes bens para a visitação. Esta ativação toma forma do transporte de passageiros nos chamados passeios de maria-fumaça, realizados em

locomotivas originais restauradas pelos associados e colaboradores da ABPF. Em Campinas, a maria-fumaça opera o trajeto da antiga Companhia Mogiana, iniciando na Estação Anhumas e passando pelas estações Pedro Américo, Tanquinho, Desembargador Furtado e Carlos Gomes, até a Estação Jaguariúna, localizada no município homônimo, sendo possível realizar uma versão deste trajeto que vai apenas até a Estação Tanquinho (ABPF, 2022).

Entramos em contato telefônico com a ABPF regional de Campinas questionando sobre a possibilidade de acompanhar um dos passeios para aplicação da pesquisa de campo, no entanto, não foi possível realizar nenhum passeio no período em que houve a coleta de campo em Campinas. Conhecemos o passeio realizado pela ABPF devido às pesquisas de campo anteriores, portanto utilizaremos estes dados para as considerações deste capítulo.

3.3. Ações de difusão incidentes sobre os bens industriais de Campinas

Neste item, iremos explorar as ações de difusão que incidem sobre os bens industriais tombados de Campinas. Como ponto de partida, traremos as metas e ações presentes do Plano Municipal de Cultura e no Plano Diretor de Turismo. Porém, como destacado no item anterior, as políticas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e seus conselhos, em sua maioria, não contemplam a realização de ações de difusão, levando-nos a buscar iniciativas de outras entidades públicas e privadas do município, como a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária e as agências de turismo pedagógico da cidade.

É importante mencionar que o Plano Municipal de Cultura, instituído em 2020, é integrante do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O SNC é um instrumento de gestão que reúne os entes federados e a sociedade civil com o objetivo de fortalecer institucionalmente as políticas públicas culturais do país. Entre os benefícios de integrar o SNC está o repasse eventual de recursos federais para instrumentalização das políticas públicas estaduais e municipais que estejam em concordância com políticas nacionais (PORTAL SNC, 2022).

O SNC disponibiliza um guia de elaboração de planos municipais de cultura, descrevendo as etapas para desenvolvimento do plano e os componentes essenciais que o documento deve conter. A primeira etapa consiste na análise da situação atual do município, feita por meio da caracterização da cidade e da realização de um diagnóstico

cultural. O guia deixa claro que a construção e os componentes dos planos municipais de cultura estão a critério dos responsáveis por sua elaboração, mas recomenda que sejam reunidos dados históricos, demográficos, sociais, físicos, geográficos, ambientais, econômicos, políticos e institucionais (BRITTO, 2017).

O Plano Municipal de Cultura de Campinas traz os dados demográficos da cidade e mapeamentos das áreas de planejamento e gestão e de seus equipamentos culturais que visam situar quais bens e espaços culturais estão em quais áreas de planejamento. No entanto, não nos são dadas informações para além do nome e localização destes pontos de interesse. Dois dos bens patrimoniais pertinentes a esse trabalho – a Estação Cultura e o Museu da Cidade – são listados como equipamentos culturais dentro da área de interesse do centro de Campinas. Com essa exceção, o plano não especifica outros bens que as metas contemplam para além da classificação de patrimônio material ou imaterial. Dessa forma, traremos as metas que, pela generalidade do texto, incluem os bens industriais.

Isto posto, buscamos identificar em diferentes eixos do plano metas e diretrizes relacionadas à difusão e interpretação do patrimônio industrial, iniciando pelo eixo 3, “Do patrimônio e da memória”. Este eixo não estabelece, em geral, ações relacionadas à difusão do patrimônio e da memória. As iniciativas se relacionam com a identificação, registro, proteção, restauração e gestão do patrimônio material e, especialmente, o incentivo ao planejamento de ações ligadas ao patrimônio imaterial, com exceção da ação 9.5, que diz respeito à implantação da Casa do Patrimônio para garantia do acesso público ao patrimônio material e imaterial. As metas a curto prazo explicitam que já existe um local designado para a implantação da Casa do Patrimônio – este local não sendo um patrimônio industrial. No entanto, as metas de médio e longo prazo expressam a possibilidade de realização de atividades de difusão em outros espaços patrimoniais do município, o que pode incluir os bens relevantes a esta pesquisa.

Começamos a encontrar ações de difusão na meta 10, “Educação Patrimonial”, do eixo 3 do Plano Municipal de Cultura. Entre as ações estabelecidas nesta meta estão a realização de eventos para promoção da reflexão e difusão acerca dos patrimônios, acervos, arqueologia, museus, bibliotecas e memórias; a publicação de uma revista online especializada em patrimônios, acervos, arqueologia, museus, bibliotecas e memórias; e a criação de um portal do patrimônio para difusão permanente das ações, com informações, notícias e bancos de imagens de manifestações registradas e bens tombados.

Na meta 11, “Museus, bibliotecas e memórias”, também identificamos algumas ações de difusão, sendo elas a implementação de um circuito de exposições para a difusão de acervos e promoção das artes visuais; a realização de ações educativas, visitas monitoradas, palestras e oficinas itinerantes para a ampliação do público dos museus e bibliotecas municipais; e a implantação de centros de memória nos equipamentos públicos culturais municipais.

Dentre as ações de difusão estabelecidas pelo plano, trataremos das que incidem sobre o patrimônio industrial, a primeira sendo a realização de eventos para promoção da difusão e da reflexão acerca dos patrimônios, acervos, arqueologia, museus, bibliotecas e memórias.

Um evento que se encaixa nesta descrição é a Jornada do Patrimônio. A Jornada do Patrimônio é um evento realizado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo em parceria com diversos municípios que tem como objetivo sensibilizar o público para a valorização do patrimônio local. O evento foi realizado em Campinas em 2017, 2018 e 2019, promovido pelas secretarias de Cultura, de Educação, de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo e de Planejamento e Transportes. Desde sua primeira edição no município, a jornada inclui os bens industriais da cidade, especialmente os ferroviários, em sua programação (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2019; REVISTA RMC, 2018; UNICAMP, 2017)

Na edição de 2017, o patrimônio ferroviário constituiu um dos três blocos temáticos do roteiro, sendo visitadas as estações Cultura, Guanabara e Anhumas. Estas estações representam duas companhias ferroviárias – Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – dentre as cinco que coexistiram na cidade²⁰. Além de sua representatividade em relação à antiga atividade ferroviária, essas estações encontram-se atualmente em bom estado de preservação e em uso relacionado a diferentes atividades culturais, turísticas e de lazer, oferecendo condições de visitação mais adequadas.

As edições de 2018 e 2019 da Jornada do Patrimônio, apesar de não incluírem blocos temáticos específicos para o patrimônio industrial ou ferroviário, incluíram dias com rotas específicas no centro histórico de Campinas, tendo a Praça Marechal Floriano

²⁰ Sendo essas a Companhia Paulista de Estradas de Ferro; Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; Estrada de Ferro Sorocabana; Ramal Férreo Campineiro; e a Estrada de Ferro Funilense.

Peixoto como ponto de partida (REVISTA RMC, 2019; REVISTA RMC, 2018). Essas informações são relevantes pois demonstram que o roteiro segue uma narrativa do desenvolvimento da cidade a partir da ferrovia. Inicia-se o passeio no Largo da Estação, onde é possível observar no pátio do antigo Complexo Fepasa os remanescentes da atividade ferroviária, e os impactos causados nessa atividade pela instalação da fábrica da Lidgerwood Manufacturing Ltda e do primeiro hotel da cidade. Pela ausência de descrição do roteiro sobre os pontos visitados, não se pode afirmar se outros bens industriais foram contemplados, mas considerado a localização e a possibilidade narrativa do roteiro, outros pontos relacionados seriam a Vila Industrial, os remanescentes da antiga Companhia Mac Hardy e o Palácio da Mogiana. Reconhecemos, porém, a dificuldade em adicionar todos esses bens às atividades desta natureza, uma vez que a situação de uso e o estado de conservação dos remanescentes da antiga Companhia Mac Hardy não oferecem condições adequadas de acesso e segurança, e o uso atual do Palácio da Mogiana não comporta visitação interna.

Como resultado das experiências das jornadas com roteiros, os trajetos temáticos utilizados no evento tornaram-se roteiros divulgados permanentemente pelo portal de turismo da cidade, apresentados como circuitos turísticos e educativos que podem ser seguidos por agências, escolas, grupos independentes e turistas (CAMPINAS, 2022).

A próxima ação de difusão presente no plano é a publicação de uma revista online especializada sobre patrimônios, acervos, arqueologia, museus, bibliotecas e memória. Até o momento, existem duas publicações especializadas: o paraTODOS - Folheto do Patrimônio Cultural de Campinas, promovido pela CSPC, e as obras da série Patrimônio Cultural Campineiro, desenvolvidas com o patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura e do Fundo de Investimentos Culturais de Campinas.

Com 32 edições publicadas entre 2009 e 2013, o folheto paraTODOS trata de diversos tipos de bens tombados dos municípios, incluindo a Estação Cultura, o estádio Moisés Lucarelli, o Palácio da Mogiana, as oficinas da Companhia Mogiana, a Vila Industrial da Companhia Paulista e a fábrica Lidgerwood Manufacturing. Como é possível observar tanto pela realização dos roteiros da Jornada do Patrimônio quanto pela publicação do folheto paraTODOS, o foco dos esforços de difusão do patrimônio industrial de Campinas se concentra no patrimônio ferroviário, os bens tratados sendo direta ou indiretamente originários da atividade ferroviária no município.

Além das informações históricas e arquitetônicas sobre os bens, o folheto contém um mapa com a localização destes espaços. Estas características, em conjunto com a publicação em um formato que incentiva a impressão deste material, facilita sua utilização como ferramenta de difusão em visitas educativas e turísticas. É importante reforçar, porém, que nem todos os bens abordados pelo folheto estão em condições ideais de visitação, como é o caso das oficinas da Mogiana, que estão abandonadas em mau estado de conservação e são de difícil acesso no pátio ferroviário, e da fábrica da Lidgerwood, atual Museu da Cidade, que está fechado ao público.

A outra publicação, a série Patrimônio Cultural Campineiro, lançada em 2015, possui 6 volumes, sendo um dentre eles dedicado às fábricas e outro às ferrovias. O volume sobre fábricas explora as histórias e as relações de três delas – a Lidgerwood Manufacturing Ltda, a Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A e a Fábrica de Chapéus Cury – com a cidade. O critério para tratar destas três fábricas específicas, além de sua relevância histórica e arquitetônica, é o uso atual dos edifícios, sendo estes distintos uns dos outros. Na publicação, a fábrica da Lidgerwood Manufacturing, sob responsabilidade da prefeitura municipal e abrigando o Museu da Cidade, representa a reutilização do patrimônio industrial como equipamento cultural; a Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert, sob responsabilidade da Igreja do Nazareno Central de Campinas, funciona como local de culto e representa a reutilização do patrimônio industrial com propósitos diversos; e a Fábrica de Chapéus Cury, que atualmente pertence à Construtora Helbor e dará lugar à um condomínio residencial (CORREIO POPULAR, 2021), na época da publicação ainda pertencia aos proprietários originais e representava um patrimônio industrial ainda em atividade.

O volume sobre ferrovias também traz três bens ferroviários como exemplo, sendo eles o complexo ferroviário da antiga Companhia Mogiana, o traçado do antigo Ramal Férreo Campineiro e o complexo ferroviário Central da Fepasa. Esses bens auxiliam a tratar da leitura do patrimônio ferroviário a partir dos elementos remanescentes disponíveis e protegidos. No complexo ferroviário Central da Fepasa, a dimensão do pátio ferroviário, os elementos ainda presentes nele e a natureza abrangente do processo de tombamento permitem uma ampla leitura da complexidade da atividade ferroviária que ocorria neste espaço. No complexo ferroviário da antiga Companhia Mogiana, a ausência de muitos elementos originais, especialmente dos trilhos, leva o foco aos elementos restantes, resultando em uma leitura mais particular do edifício da estação.

No caso do traçado do antigo Ramal Férreo Campineiro, a ausência dos trilhos e das outras estruturas ferroviárias faz com que a leitura do traçado seja feita através da paisagem e das conexões que este caminho específico criou.

Além de informar sobre os aspectos históricos, arquitetônicos e urbanísticos dos bens, essa série de publicações também trata dos processos de tombamentos realizados pelo Condepacc, apresentando informações sobre o que é esse processo, como ele é feito e sua relevância. Além do texto informativo, as publicações contam com diversas imagens dos bens, dos processos de tombamento e da localização espacial dos objetos.

Outra ação de difusão estabelecida pelo Plano Municipal de Cultura é a criação de um portal do patrimônio para difusão permanente das ações, com informações, notícias e bancos de imagens de manifestações registradas e bens tombados. Foram identificados três portais que, em alguma capacidade, correspondem a essas características, o primeiro sendo o próprio portal da prefeitura municipal de Campinas.

Na aba da CSPC, é possível acessar uma lista dos bens tombados e dos bens em estudo de tombamento. Ao clicar em um bem, são dadas informações históricas e arquitetônicas resumidas, uma foto do objeto, um link para sua visualização espacial por meio do Google Maps e links para acessar a resolução de tombamento e fazer downloads dos documentos pertinentes ao processo de tombamento. Cabe observar que nem todos os bens contam com todas estas informações, demonstrando falta de padronização na apresentação.

O outro portal, administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, é o Portal Cultura Campinas. No site, são divulgadas notícias, editais e eventos relacionados aos equipamentos culturais dos municípios e às ações da secretaria. Apesar do foco do portal ser a divulgação da programação cultural da cidade, é possível encontrar notícias sobre iniciativas de proteção e restauração de bens patrimoniais, assim como editais para a realização de projetos relacionados à valorização do patrimônio. Por fim, existe também o portal Conheça Campinas, administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo. No site, é possível encontrar, entre outras informações, o status de funcionamento dos bens patrimoniais considerados atrativos turísticos, bem como curiosidades e dicas para a visita.

Idealmente, para atender à proposta da ação estabelecida no plano, seria necessária a criação de um portal que compilasse todas as diferentes informações sobre o

patrimônio de Campinas que estes três sites apresentam, como se pretende com a criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Campinas. A disponibilização de dados e indicadores culturais é um requisito estabelecido pelo SNC aos entes federados integrados, que além de instituir um sistema próprio, devem alimentar a plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

Partindo para as ações relativas à meta 11, “Museus, bibliotecas e memórias”, do Plano Municipal de Cultura, não identificamos iniciativas relacionadas à realização de circuitos de exposições para a difusão de acervos e promoção das artes visuais, nem à implantação de centros de memória nos equipamentos públicos culturais municipais que englobassem o patrimônio industrial. Portanto, discutiremos apenas as ações relacionadas à realização de atividades para ampliação do público de museus e bibliotecas municipais.

Existem duas abordagens para tratar das ações ligadas à realização de atividades educativas, visitas monitoradas, palestras e oficinas itinerantes para a ampliação do público dos museus e bibliotecas municipais. A primeira é o reconhecimento de atividades com temáticas variadas de lazer, cultura ou educação que ocorrem em espaços museológicos, cujo público-alvo são os cidadãos e turistas. A segunda é o reconhecimento de eventos voltados para os profissionais da área da museologia, da cultura e da educação que são realizados nos museus.

Tratando do primeiro tipo de atividades, identificamos dois eventos realizados no Museu da Cidade, abrigado na antiga Fundação Lidgerwood. Destes eventos, apenas um possui relação com o status de patrimônio industrial do edifício: a “Caminhada Histórica”. De acordo com as notícias divulgadas no Portal Cultura Campinas, na página da prefeitura municipal e no perfil do Museu da Cidade no Facebook, a caminhada é uma atividade recorrente e um dos principais projetos do eixo educativo do Museu da Cidade, tendo sido suspensa durante o período da pandemia do Covid-19 e retomada em dezembro de 2021. No entanto, não foi possível encontrar informações sobre caminhadas anteriores. Tal como foi realizada, a atividade constituiu-se de uma caminhada pelo centro histórico de Campinas, partindo do museu até a Praça Bento Quirino, contando com a mediação de um historiador.

Os eventos voltados para os profissionais da área da museologia, da cultura e da educação, apesar de não possuírem a difusão dos acervos como objetivos diretos, são iniciativas relevantes para que este tópico de discussão alcance a administração pública e as entidades municipais. Assim, a participação do município em eventos como a

Primavera dos Museus, a Semana Nacional de Museus e o Encontro Paulista de Museus Itinerante representa um interesse na aprimoração dos processos que envolvem a gestão de museus e acervos, esta aprimoração podendo refletir na gestão do Museu da Cidade e em acervos de temática industrial.

Traremos agora algumas informações presentes no Plano Diretor de Turismo (PDT) de Campinas, instituído em 2020. Para os efeitos desta pesquisa – e colocadas nossas ressalvas sobre a sobreposição do turismo e da interpretação patrimonial no capítulo I desta dissertação – consideramos que a atividade turística relacionada ao patrimônio industrial do município incide direta ou indiretamente na difusão deles.

Um dos tópicos presentes no PDT de Campinas é a hierarquização dos atrativos turísticos. Esta é uma metodologia do Ministério do Turismo que visa identificar o potencial de atratividade, o grau de uso atual, a representatividade, o apoio local, o estado de conservação da paisagem, a infraestrutura disponível no atrativo, o seu estado, o acesso e suas condições de uso. A cada um destes critérios é atribuída uma pontuação de 0 a 3, sendo considerado melhor consolidado o atrativo que receber maior pontuação total, somados todos os critérios.

No caso do PDT de Campinas, esse método foi utilizado para mensurar a potencialidade do que eles classificam como atrativos consolidados, atrativos potenciais e recursos turísticos. Dos 39 atrativos consolidados elencados, 3 dizem respeito diretamente aos bens estudados por esta pesquisa – a maria-fumaça operada pela ABPF, o CIS-Guanabara e o estádio Moisés Lucarelli –, além do Parque Portugal, onde encontra-se o bondinho. Nessa classificação, a maria-fumaça e o Parque Portugal foram elencados os atrativos mais consolidados do município, o estádio Moisés Lucarelli vindo em 11º lugar e o CIS-Guanabara em 31º lugar. Trataremos da maria-fumaça posteriormente, no entanto, todos os bens citados encontram-se aptos a receber visitação e dispõem de algum tipo de ferramenta de difusão.

Na hierarquização dos chamados atrativos potenciais, são elencados 24 atrativos, dos quais 2 nos são pertinentes – a Estação Cultura e o Parque Linear dos Ribeirão Pires e Cabras. Nessa classificação, a Estação Cultura está em 1º lugar como atrativo com maior potencialidade, e o Parque Linear dos Ribeirão Pires e Cabras, em 23º lugar. Finalmente, na hierarquização dos recursos turísticos, são elencados 26 recursos, sendo dois deles de nosso interesse: a Estação Carlos Gomes e a Usina Salto Grande, que estão classificados respectivamente em 6º e 19º lugar. Destes bens, a Usina Salto Grande é a única que não

está em condições de receber visitação, uma vez que o local se encontra fechado por tempo indeterminado. Além disso, não podemos confirmar a existência de ferramentas ou iniciativas de difusão que envolvam o Parque Linear dos Ribeirão Pires e Cabras nem a Usina Salto Grande, mas sabemos que a Estação Cultura e a Estação Carlos Gomes contam com algum tipo de ação de difusão.

Além de classificar esses bens entre atrativos consolidados, atrativos potenciais e recursos turísticos, o plano estabelece diferentes complexos turísticos, entendidos pelo documento como locais que reúnem um conjunto de atrativos. Dentre os complexos apresentados, está o “Complexo Ferroviário - Estação Cultura”, que tem a Estação Cultura como atrativo âncora e lista seis atrativos associados: o túnel para pedestres, o barracão da Mogiana, o edifício da Lidgerwood, o edifício da Mac Hardy, o Ceprocamp e o bebedouro da Companhia Paulista.

Dois aspectos da descrição deste complexo turístico se destacam: a listagem de diferentes atrativos que na realidade fazem parte do mesmo conjunto ferroviário e a listagem de atrativos que estão completamente inacessíveis ao público. A Estação Cultura, o túnel para pedestres, o barracão da Mogiana e o edifício onde funciona o Ceprocamp, além de abrangidos pelo mesmo tombamento, são elementos que perdem parte de seu significado quando considerados fora de seu contexto como integrantes do sistema ferroviário – o mesmo se aplica ao bebedouro da Companhia Paulista, no entanto, ele não está contemplado no mesmo processo de tombamento. Já os edifícios da Lidgerwood e da antiga companhia Mac Hardy não podem ser considerados atrativos, pois não oferecem condição alguma de visitação, uma vez que o Museu da Cidade se encontra fechado por tempo indeterminado e o edifício da Mac Hardy já não existe mais e seus remanescentes e entorno não propiciam condições de acesso seguro.

Considerando os aspectos destacados, o estabelecimento deste complexo turístico demonstra uma desconexão entre os autores do plano e a realidade do patrimônio industrial localizado na região central da cidade. Essa desconexão é reforçada pelo ponto seguinte apresentado no documento.

O plano reconhece as Zonas Especiais de Proteção do Patrimônio Cultural (ZEPEC) estabelecidas pelo Plano Diretor de Campinas como um fator que pode contribuir para o fortalecimento do turismo cultural no município, pois as ZEPECs facilitam “[...] a utilização de instrumentos de política urbana, que poderão viabilizar investimentos econômicos e financeiros em ações de salvaguarda dos bens culturais”

(CAMPINAS, 2020, P. 61). O PDT também reconhece que a oferta turística cultural se concentra no centro, atraindo grande número de visitantes para esta região da cidade, em concordância com o mapeamento dos equipamentos culturais feito pelo Plano Municipal de Cultura que indica o centro como área de interesse cultural.

Destaca-se que o PDT aponta que a principal restrição para o desenvolvimento do turismo cultural no centro é a limitação da malha viária, que não comporta o tráfego de ônibus de turismo. Como apontado no item 2.2, a região central de Campinas apresenta diversos problemas de ordem urbanística e social que limitam o desenvolvimento de iniciativas in situ, sendo o tráfego intenso na região um deles. Sendo assim, o Programa de Qualificação da Oferta Turística, uma das diretrizes propostas pelo plano, que pretende “mobilizar os setores responsáveis para disponibilização de locais para circulação de ônibus de turismo, embarque e desembarque de passageiros nos principais atrativos, hotéis, restaurantes e demais equipamentos de interesse turístico do município de Campinas” (CAMPINAS, 2020, p. 389), não considera a totalidade do cenário dos desafios presentes no centro, podendo até mesmo agravar a situação se aplicado.

É na proposta do Programa de Qualificação da Oferta Turística que o plano aborda em alguma capacidade os problemas identificados acima em relação ao acesso e segurança dos “atrativos” listados para o “Complexo Ferroviário - Estação Cultura”. As diretrizes V e VII colocam como objetivo do programa “Incentivar a elaboração de projetos para melhoria dos atrativos e serviços turísticos, públicos ou privados; [...] Contribuir para melhorar a acessibilidade em diversos pontos turísticos da cidade” (CAMPINAS, 2020, p. 389). Apesar da generalidade do texto não oferecer estratégias significativas para cumprir essas metas, estas servem ao menos como reconhecimento por parte do poder público municipal de que as condições dos chamados atrativos precisam ser aprimoradas.

A proposta do Programa de Qualificação da Oferta Turística também demonstra a interseção das iniciativas turísticas e das iniciativas de difusão presentes no Plano Municipal de Cultura, como visto nas diretrizes IV e VI. Tratando da quarta diretriz, “incentivar a criação de plataformas digitais para disponibilização de informações turísticas” (CAMPINAS, 2020, p. 389), existe um nível de similaridade entre ela e a ação de difusão estabelecida pelo Plano Municipal de Cultura, que diz respeito à criação de um portal do patrimônio para difusão permanente das ações, com informações, notícias e bancos de imagens de manifestações registradas e bens tombados. A criação do portal

Conheça Campinas atende, em alguma capacidade, as diretrizes de ambos os planos, pois disponibiliza um apanhado de informações históricas e funcionais, como horário de funcionamento, dicas de visitação e contato. Tendo em vista os diferentes objetivos dos respectivos planos e diretrizes, é esperado que este portal atenda melhor às demandas do turismo. Porém, considerando a falta de consistência nas informações apresentadas nos três portais que abrangem as diretrizes dos planos, o site Conheça Campinas exerce uma função complementar à ação de difusão prevista no Plano Municipal de Cultura ao apresentar informações sobre o acesso aos bens patrimoniais considerados atrativos.

A diretriz VI, “criar e manter, na forma de painéis, placas ou meios digitais, informações sobre os históricos dos atrativos” (CAMPINAS, 2020, p. 389), dialoga com o objetivo do Plano Municipal de Cultura de publicação de uma revista on-line especializada em patrimônios, acervos, arqueologia, museus, bibliotecas e memória. Em relação à difusão de informações pelo meio digital, como discutido anteriormente, as publicações do folheto paraTODOS e da série Patrimônio Cultural Campineiro são editadas em um formato que facilita e incentiva seu uso em atividades turísticas. Além disso, os portais abordados pelos dois planos também cumprem essa função, especialmente com a instalação dos QR Codes que redirecionam o público a informações históricas sobre os bens, como existe no Palácio da Mogiana. Em relação à difusão de informações *in situ*, essa diretriz também engloba os painéis de informação instalados por meio da iniciativa do programa de sinalização de pontos de interesse histórico e turístico, como os que identificamos no Largo da Estação e no Parque Portugal. Essas iniciativas não esgotam de forma alguma as possibilidades que as diretrizes do PDT e do Plano Municipal de Cultura implicam, e no cenário atual, as ações delas decorrentes se complementam de forma necessária.

Já a diretriz III do Programa de Qualificação da Oferta Turística, “apoiar as agências de turismo receptivo oferecendo informações e sugerindo roteiros turísticos” (CAMPINAS, 2020, p. 389), faz interseção com as iniciativas já existentes de realização de roteiros turísticos que incluem os bens industriais tombados. Sabe-se que um número de agências de turismo pedagógico da cidade executa roteiros elaborados de acordo com a demanda das escolas e baseados no conteúdo programático das disciplinas escolares e em sua relação com o patrimônio local (TATINI, 2018). Assim, apesar de os roteiros não serem voltados necessariamente ao patrimônio industrial, inclui-se esses bens e seus contextos culturais ao se tratar de temas como a formação e evolução da cidade.

Nessa perspectiva, além do próprio roteiro funcionar como ferramenta de difusão, a condução dos guias de turismo busca criar os vínculos entre os pontos visitados no trajeto, as matérias estudadas nas disciplinas escolares e o tema geral do roteiro. Os guias se utilizam das ferramentas interpretativas disponíveis nos locais visitados – tais como os painéis de informação já mencionados e outros elementos disponíveis – e daquelas disponíveis em outras plataformas – folhetos e cartilhas disponibilizados pelo local, por órgãos públicos ou pela escola. No entanto, a maior parte dos locais visitados não dispõem de material interpretativo algum, fazendo com que os guias busquem principalmente atributos do próprio espaço para auxiliar na mediação, utilizando elementos como as locomotivas paradas em uma estação para explicar e exemplificar o funcionamento da ferrovia (LARA, 2022).

Aqui, temos a ação das agências de turismo pedagógico, sob forma dos roteiros, a ação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social e de Turismo, sob forma de uma diretriz de apoio à atividade das agências, e a ação da Secretaria Municipal de Cultura, sob forma da disponibilização de informação sobre o patrimônio por meios digitais e físicos. Apesar da conjugação destas ações, estas não bastam para suprir as necessidades de difusão do patrimônio, como evidenciado pela dificuldade dos guias das agências em trabalhar com os elementos existentes no espaço. Este cenário aponta que as secretarias municipais de turismo e cultura não estão implementando suas ações – de forma efetiva ou de forma alguma – ou que as ações destas secretarias não são suficientes para contemplar a difusão do patrimônio.

Outro caso relevante de uma iniciativa de terceiros considerado no PDT é o passeio de maria-fumaça operado pela ABPF. Como vimos anteriormente, de acordo com a hierarquização de atrativos turísticos, a maria-fumaça é considerada o atrativo mais bem consolidado no município, tendo relevância nacional conforme o texto do plano. Está sujeito à debate se esta classificação é merecida, considerando especialmente que os critérios utilizados para mensurar o potencial de atratividade são bastante subjetivos (MORAES e OLIVEIRA, 2019). No entanto, é curioso que a maria-fumaça tenha recebido a pontuação máxima nos critérios “Representatividade” e “Conservação da paisagem”. Curioso pois, como demonstrado pela própria separação entre atrativos consolidados, atrativos potenciais e recursos turísticos feita pelo plano, diferentes elementos que compõem o trecho ferroviário no qual a maria-fumaça opera são analisados como atrativos individuais, vide a classificação da Estação Carlos Gomes como recurso

turístico. Isso também se aplica às diferentes fazendas que fazem parte da paisagem ferroviária juntamente com a maria-fumaça, mas que também ganham sua própria classificação independente dela. Essas classificações independentes indicam que os critérios de representatividade e conservação da paisagem não estão sendo feitos de acordo com as diretrizes de preservação do patrimônio industrial, nem com as diretrizes de planejamento do turismo industrial. Novamente, o método de hierarquização de atrativos turísticos não especifica fundamentos para análise dos critérios de mensuração, contudo, considerando o status destes bens como patrimônio industrial, faria sentido utilizar as diretrizes que já existem.

Analisando a classificação da maria-fumaça sob a perspectiva da difusão, a ação de difusão realizada pela ABPF é o próprio passeio, que oferece aos visitantes a oportunidade de “[...] conhecer duas ou três locomotivas diferentes, todas em operação (um dos mais ricos acervos de locomotivas preservadas no mundo)” (ABPF, 2022). O passeio, que permite que o público tenha acesso a “[...] locomotivas, carros de passageiro e equipamentos ferroviários de várias épocas, gerações, modelos [...]” (ABPF, 2022), o museu do trem e a sinalização interpretativa na Estação Jaguariúna são os meios de difusão utilizados pela associação para comunicar informações sobre a ferrovia, uma vez que o passeio não possui guiamento, e as interações entre o público e os voluntários da ABPF são de natureza quase estritamente comercial (COSTA, 2021). Dessa forma, como observamos ao longo deste item, o passeio de maria-fumaça oferece mais opções de ferramentas de difusão do que a maioria das iniciativas para os bens industriais, potencialmente devido à autonomia da ABPF em executar suas próprias ações independentemente das ações do poder público municipal. Porém, uma diversidade de ferramentas de difusão não equivale a difusão de qualidade, tal como exploramos no capítulo 1, e conhecendo o passeio de maria-fumaça, acreditamos que seria pertinente que o PDT incluísse diretrizes voltadas para cooperação com a ABPF para integrar melhor o discurso sobre os elementos ferroviários da cidade antes de promover o passeio como principal atrativo turístico de Campinas.

3.4. Análise da interpretação patrimonial em Campinas sob a luz das políticas públicas e do diagnóstico do patrimônio industrial do município

Uma primeira conclusão sobre as políticas patrimoniais para difusão após o levantamento da legislação nacional e estadual é de que estas são demasiadamente generalistas, o principal aspecto destacado por elas sendo a importância de viabilizar

amplo acesso ao patrimônio. No caso das políticas que partem do Iphan e do Condephaat, a viabilização desse acesso ocorre mediante proteção legal e intervenção arquitetônica. No entanto, como identificado por meio da existência das diversas colaborações entre o Iphan e o MTur e programas como o Proac, a efetivação do tombamento e de intervenções arquitetônicas não é suficiente para garantir o acesso ao patrimônio, sendo necessárias ações de ativação e difusão que extrapolam a linha de atuação dos órgãos de preservação nacional e estadual.

Este cenário se repete em âmbito municipal no caso de Campinas, com a adição de que parte significativa das políticas patrimoniais para difusão encontram-se relacionadas aos programas de ativação e difusão de entidades nacionais e estaduais. Este é o caso da implantação da Casa do Patrimônio, que é uma política do Iphan; da participação na Primavera dos Museus e na Semana Nacional de Museus, que são eventos realizados pelo Instituto Brasileiro de Museus; e da participação na Jornada do Patrimônio, que é uma iniciativa da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Este padrão indica certa incapacidade, ou declinação, por parte do poder público municipal em utilizar recursos humanos e financeiros próprios para conceber e executar eventos e atividades afins relacionados à difusão.

Essa percepção é reforçada pelas iniciativas de difusão executadas exclusivamente pelo poder público municipal, que se resumem à publicação de diferentes materiais e conteúdo em plataformas digitais. Esse é o caso da publicação do paraTODOS - Folheto do Patrimônio Cultural de Campinas e das obras da série Patrimônio Cultural Campineiro, e dos portais Cultura Campinas, Conheça Campinas e da aba do Condepacc no site da prefeitura municipal. Não pretendemos questionar a validade da difusão baseada na produção de mídias, nem colocá-la como menos efetiva do que a difusão baseada em experiências pessoais ao vivo. Entretanto, da forma como é realizada pelo poder público municipal, a escolha do tipo de ação de difusão parece se basear na simplicidade de execução da iniciativa e na economia de recursos.

Uma segunda conclusão que corrobora com a aplicação deste tipo de ação de difusão é o estado físico e status de propriedade e ocupação dos bens patrimoniais. O maior problema identificado é que a ativação da maioria destes bens, feita por entidades públicas ou privadas, não foi pensada com a difusão e interpretação do patrimônio como um dos objetivos. No cenário municipal, o Condepacc realiza o tombamento e frequentemente cede o uso para terceiros sem considerar se ou como eles serão ativados.

Como resultado, os novos usos desconsideram a identidade destes bens como patrimônio, que acabam se tornando apenas edifícios que abrigam entidades ou serviços. Não desejamos reforçar aqui a ideia de que bens tombados devem ter usos somente relacionados à cultura ou à educação, porém, é preciso reconhecer que a natureza de alguns usos – e desusos – é extremamente limitante para a difusão do patrimônio.

Aqui, observamos na prática as consequências da tendência identificada nas políticas patrimoniais das esferas nacional, estadual e municipal, de repassar as questões pertinentes à ativação e à difusão do patrimônio a terceiros. O desinteresse dos órgãos de preservação em se envolver nas etapas deste processo para além do tombamento facilita que o patrimônio tombado deixe de cumprir com sua função simbólica em primeiro lugar. No caso de Campinas, isso resulta no apagamento do patrimônio municipal, seja pela inutilização das propriedades ou pelo uso que – deliberadamente ou não – omite os valores patrimoniais associados ao bem utilizado, fazendo com que muitos bens não cumpram o mínimo necessário para realização de iniciativas de difusão ou que, mesmo que cumpram, seu uso atual não seja coeso com a implantação de tais iniciativas.

A colaboração das políticas municipais com as políticas nacionais e estaduais também não influencia na padronização das informações presentes nos planos de cultura ou de turismo. Como observado, informações básicas que poderiam ser obtidas com o registro dos bens patrimoniais encontram-se ausentes, incompletas ou desconectadas da realidade do município nos dois planos aqui analisados. Dessa forma, se a conformação com políticas nacionais e estaduais, especialmente com o SNC, não garante – ou ao menos facilita – a elaboração de políticas municipais coerentes, a motivação da adoção dessas políticas de maior escala pela cidade acaba sendo por uma simples questão de repasse de recursos.

Ao mesmo tempo, existe o argumento de que, como identificamos, a realização de ações como eventos em âmbito municipal está relacionada a políticas e programas nacionais e estaduais, o que traz benefícios para a difusão no município. Porém, essa adesão a programas de esferas superiores acaba criando uma brecha para que o município coloque menos esforço no planejamento de iniciativas de difusão próprias, deixando-a limitada às ações de propaganda do patrimônio.

Uma última conclusão é de que as políticas patrimoniais em todos os âmbitos precisam orientar sobre o que é a difusão do patrimônio e como implantá-la, considerando

a difusão cultural como parte efetiva do processo de preservação desde as etapas de identificação e registro. De acordo com os levantamentos realizados neste capítulo, tal como é feita, a difusão é encarada como uma ação posterior ao processo de preservação; isto é, limitada à propaganda do patrimônio cultural e/ou atrativo turístico. É esperado que ela se adapte às condições materiais e ao status legal do patrimônio, mas quando essa adaptação não é possível, qualquer possibilidade de iniciativa de difusão é inteiramente descartada. Por isso, consideramos ser essencial para o desenvolvimento de políticas e ações de difusão o estabelecimento de diretrizes que orientem o planejamento desta atividade, contemplando desde os aspectos mais básicos, como o registro de informações sobre acesso e infraestrutura, até aspectos mais específicos, como a natureza das ferramentas de difusão cabíveis em diferentes casos.

4. CAPÍTULO 3 - PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE CAMPINAS

Neste capítulo, apresentaremos as propostas de diretrizes para o planejamento interpretativo aplicáveis aos bens industriais estudados, formuladas com base na análise dos capítulos anteriores. Considerando-se tanto os contextos e condições reais dos sítios industriais de Campinas — e as diretrizes interpretativas já empregadas no planejamento das ações e projetos interpretativos — quanto os princípios ideais não aplicados ao planejamento no caso de Campinas, encontra-se os pontos de convergência e divergência entre teoria e prática. Isso possibilita a elaboração de diretrizes que atendam tanto aos preceitos da interpretação patrimonial e da preservação do patrimônio industrial quanto às particularidades dos sítios.

O capítulo terá três discussões principais: as considerações sobre o perfil das iniciativas interpretativas frente às reflexões sobre a interpretação do patrimônio industrial; a análise dos princípios interpretativos aplicados e não aplicados no caso da interpretação dos sítios industriais de Campinas; e a proposição das diretrizes para o planejamento da interpretação do patrimônio industrial. As considerações apresentadas neste capítulo têm como ponto de partida as problemáticas da interpretação do patrimônio industrial e o perfil das iniciativas interpretativas para os bens industriais de Campinas, temas discutidos nos capítulos anteriores.

4.1 - Critérios teóricos e políticas patrimoniais nacionais, estaduais e municipais de difusão

Quando analisamos as políticas patrimoniais nacionais e estaduais para difusão, no capítulo anterior, identificamos que elas refletem duas das principais características da literatura internacional sobre interpretação: a consideração da interpretação como abordagem comunicativa (BECK E CABLE, 1998; CARTER et al., 2001; HAM, 1992; TILDEN, 1977; VEVERKA, 2011) e a consideração da interpretação como parte essencial da experiência turística (BECK E CABLE, 2001; CARTER et al., 2001; VEVERKA, 2011).

Ao abordar a interpretação como atividade a ser planejada e executada independentemente dos demais processos envolvidos na preservação patrimonial — chegando ao extremo de repassar a responsabilidade da interpretação a outras entidades —, o Iphan e o Condephaat reproduzem a máxima encontrada na literatura internacional de que a interpretação é uma simples ferramenta de comunicação utilizada para divulgar

as intervenções realizadas nos sítios patrimoniais pelos órgãos de preservação e por terceiros.

A conduta do Iphan, de repassar a responsabilidade da interpretação patrimonial ao MTur, reflete a consideração da interpretação como parte essencial da experiência turística. Esta conduta é especialmente curiosa pois contradiz diretamente as diretrizes apresentadas na PPCM, em que é feita uma distinção entre os processos de planejamento interpretativo e os de planejamento do turismo, reconhecendo-os como ações que podem ser complementares, mas não interdependentes. Como apresentamos, existem situações em que a colaboração entre o Iphan e o MTur segue as diretrizes da PPCM e gera resultados eficientes do ponto de vista do planejamento interpretativo, como é o caso do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, o que demonstra que o órgão tem as ferramentas teórico-metodológicas e políticas necessárias para não cair nos lugares comuns da literatura internacional.

Apesar de apontarmos essas duas características que as políticas nacional e estadual compartilham com a bibliografia internacional, é notável que elas não compartilhem outras. Porém, ao considerarmos a realidade das políticas nacionais e estaduais para IP, essa desconexão aparenta ocorrer mais pela superficialidade do texto das legislações do que por uma tentativa deliberada de se afastarem de conceitos e métodos indefinidos e não adequados ao contexto brasileiro.

No caso das políticas patrimoniais municipais, em que a maioria se encaixa em sistemas e programas nacionais e estaduais, a consideração da interpretação como abordagem comunicativa e como parte essencial da experiência turística ocorre como consequência, mas de maneira mais sutil. Como exploramos no capítulo anterior, as políticas municipais voltadas para difusão são praticamente inexistentes, com exceção das diretrizes presentes no Plano Municipal de Cultura e no PDT cuja abrangência engloba a difusão. Como resultado, não existe o repasse da responsabilidade da implantação da interpretação de uma secretaria para outra, como ocorre em nível nacional, nem o repasse consistente dessa responsabilidade a pessoas jurídicas e físicas, como ocorre em nível estadual. O que acontece é a implantação parcial das diretrizes existentes nos dois planos municipais de forma independente por cada secretaria. Assim, as iniciativas têm conexão com o turismo quando realizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo (Departamento de Turismo), e servem como divulgação do patrimônio cultural da cidade quando realizadas pela Secretaria

Municipal de Cultura.

Apesar das críticas feitas à bibliografia nacional e internacional sobre interpretação patrimonial, reconhecemos a importância do embasamento teórico na proposição de políticas patrimoniais. Porém, no caso das características da literatura internacional, especialmente na vinculação da interpretação com o turismo, esse embasamento pode não estar levando em consideração os contextos nacionais da preservação patrimonial e da atividade turística.

Considerando que a abordagem da bibliografia internacional envolve o planejamento e aplicação da interpretação por meio do turismo, faz sentido que um órgão nacional como o Iphan adote uma postura similar, pois suas ações abrangem os principais polos turísticos do Brasil. Essa máxima mostra-se verdadeira quando consideramos o envolvimento do Iphan na Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais, explorada no capítulo II. O alinhamento das ações do Iphan não apenas com os objetivos da Unesco para os sítios de patrimônio da humanidade, como também com os objetivos do MTur e do Ministério da Cidadania, demonstra o potencial de articulação do órgão. Aqui, percebemos que o Iphan tem a capacidade institucional para trabalhar a difusão do patrimônio nos principais centros turísticos do país, e que efetivamente escolhe fazê-lo para destacar as qualidades turísticas de sítios extraordinários.

A participação do Iphan na implantação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, ilustra a similaridade entre a abordagem da bibliografia internacional e do órgão nacional. Ao afirmar que a instalação do Centro de Interpretação é um passo essencial para consolidar a vocação turística da zona portuária do Rio de Janeiro, o Iphan coloca a interpretação e o turismo como atividades interdependentes. É notável também que a implantação de centros de interpretação está prevista na Política Nacional de Gestão Turística dos Patrimônios Mundiais, mas só ocorre nos destinos turísticos mais populares.

Assim, temos a primeira limitação da abordagem da bibliografia internacional no contexto brasileiro: se a interpretação só ocorre onde há atividade turística consolidada, ela não abrange a maioria dos sítios patrimoniais do país. Em um país emergente como o Brasil, o desenvolvimento do turismo se dá principalmente mediante investimentos assumidos pelo governo federal, já que, apesar da autonomia dos estados e municípios para realizarem investimentos próprios, existe uma concentração de recursos na esfera nacional. Apesar da abrangência da atuação do MTur, algumas regiões do país, como

o Nordeste e o Sudeste, recebem um maior volume de investimentos, sendo particularmente notável o baixo investimento nas regiões Norte e Centro-Oeste. Mesmo nas regiões onde há mais investimentos, a distribuição não é igualitária entre todos os estados que as compõem, e dentro deles, essa distribuição também é distinta entre os municípios (ADELINO, 2021). Evidentemente existem outros fatores a se considerar — especialmente o investimento privado —, porém, usando os investimentos públicos como medidor, já podemos identificar que o alcance da atividade turística é demasiadamente limitado para um país de dimensões continentais como o Brasil, o que, por consequência, limita o alcance da interpretação patrimonial.

Em nível estadual, a distribuição da atividade turística ocorre principalmente mediante a classificação dos municípios enquanto Estância Turística ou Município de Interesse Turístico (MIT), conforme estabelecido pela Lei Complementar 1.261, de 29 de abril de 2015. Essa legislação prevê o repasse de recursos estaduais para o turismo aos municípios que se candidatarem e atenderem aos critérios de classificação. Atualmente, dos 645 municípios que compõem o estado de São Paulo, 140 são MITs e 70 são Estâncias Turísticas, estabelecendo-o como o estado com o maior número de municípios turísticos determinados por lei (HERZER E SANTOS, 2020). Esses números demonstram que, em teoria, São Paulo tem alta capacidade de desenvolver a atividade turística e, conseqüentemente, a interpretação, conforme a abordagem da literatura internacional.

O que ocorre na realidade, porém, é que parte dos MITs e Estâncias enfrentam dificuldades no cumprimento dos requisitos da Lei Complementar 1.261, de 29 de abril de 2015. Alguns obstáculos encontrados pelos municípios são o baixo repasse de recursos para o turismo do estado para o município, a falta de autonomia e descontinuidade do trabalho dos secretários municipais de turismo, a falta de profissionais de turismo dentro das secretarias municipais e o desconhecimento e descumprimento do próprio PDT por parte das secretarias municipais de turismo (HERZER E SANTOS, 2020). Assim, apesar de o estado de São Paulo dispor de um instrumento legal para a descentralização do desenvolvimento turístico, este instrumento não é eficientemente aplicado em muitos casos. Encontramos então, em nível estadual, as mesmas limitações observadas em nível nacional em relação à aplicação da interpretação patrimonial por meio do turismo.

É possível adicionar que mesmo em MITs e Estâncias que cumprem efetivamente com os requisitos da lei complementar, os sítios patrimoniais podem ser pouco considerados ou mesmo totalmente ignorados pelo PDT. Isso pode ser observado no

tratamento do patrimônio ferroviário tombado pelos PDTs das Estâncias Turísticas que o possuem. Na melhor das hipóteses, o patrimônio ferroviário é destacado ou ao menos mencionado pelo plano como atrativo turístico, e dispõe das condições necessárias para exercer esse papel; na pior das hipóteses, o patrimônio ferroviário é indicado como recurso em potencial ou não é mencionado, e não oferece as condições necessárias para se tornar um atrativo sem grandes intervenções (MORAES et al., 2017). Naturalmente, seria necessário um estudo específico para conhecer o tratamento do patrimônio industrial como um todo pelos municípios turísticos de São Paulo. Porém, a situação do patrimônio ferroviário tombado nos PDTs das Estâncias Turísticas e a situação do patrimônio industrial em Campinas, levantada no capítulo anterior, indicam que ele não é considerado uma tipologia de patrimônio com alta potencialidade turística. Aqui, percebemos uma segunda limitação na aplicação da interpretação mediante o turismo: o desenvolvimento da IP fica refém do potencial de atratividade do sítio patrimonial. Com o turismo sendo utilizado como fator de desenvolvimento econômico destas cidades, não faz sentido para a administração municipal investir recursos na difusão de sítios que não retornarão o investimento. Logo, se o estudo de demanda turística não aponta para o interesse pelo patrimônio industrial por parte dos turistas, ele provavelmente não receberá as ações de difusão necessárias.

Em Campinas, acumulam-se as limitações causadas pela aplicação da interpretação mediante o turismo. O município não possui título de MIT nem de Estância Turística, no entanto, no PDT instituído em 2020, apresentou como meta a categorização como MIT, incluindo no plano os documentos necessários para a avaliação. Apesar de não ser um município turístico de acordo com a legislação estadual, Campinas faz parte da região turística atualmente conhecida como Bem Viver desde 2017. A criação de regiões turísticas faz parte do Programa de Regionalização do Turismo do Estado de São Paulo, que está integrado ao Programa de Regionalização Turística do MTur. O programa tem como objetivo o apoio à estruturação descentralizada de destinos turísticos por meio da cooperação administrativa entre diferentes municípios de uma região que apresentam características em comum.

Em 2005, Campinas integrava o Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia junto a outras cidades da RMC. Este circuito foi extinto, e em 2017, os municípios remanescentes passaram a fazer parte da Região Turística Bem Viver, que atualmente integra as cidades de Americana, Campinas, Elias Fausto, Hortolândia, Nova Odessa,

Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. Trazemos a participação de Campinas nesse agrupamento para reforçar que a principal relevância turística do município ocorre dentro deste contexto. Outras atividades, como a indústria de alta tecnologia, a metalurgia e a prestação de serviços a companhias aéreas e serviços de saúde, desempenham um papel econômico, político e social mais destacado que o turismo no município (IBGE, 2020). Dessa forma, apesar de a atividade turística alcançar Campinas, ele não é um município turístico. Este é o caso de muitos municípios no Brasil — além daqueles que não desenvolvem o turismo em nenhuma capacidade. Ao se limitar a interpretação à presença do turismo em uma localidade, exclui-se a IP de cidades com bens tombados, mas sem vocação ou interesse em desenvolver a atividade turística.

Em 2020, foi instituído o Plano Regional de Turismo – Região Turística Bem Viver, que apresenta os diagnósticos e prognósticos turísticos da região e estabelece objetivos e diretrizes para seu desenvolvimento. Entre os dados do diagnóstico, são apresentados os segmentos turísticos mais relevantes para a região, o turismo cultural sendo o principal. Seria necessário um levantamento mais aprofundado sobre as ações da governança da Região Turística Bem Viver diante das diretrizes do plano para conhecer os efeitos de sua atuação sobre o patrimônio de Campinas. Contudo, por meio das postagens nas redes sociais da RT, observa-se que os atrativos culturais mais divulgados dos municípios são aqueles ligados ao espaço rural e à gastronomia. Considerando ser possível que a governança só esteja divulgando os atrativos melhor consolidados — e conhecendo as condições materiais, de posse e uso do patrimônio industrial de Campinas —, é uma possibilidade que ela não enxergue potencial atrativo no patrimônio industrial.

Retornamos à limitação da interpretação ao depender do potencial de atratividade do sítio patrimonial. Apesar de englobada pela principal política de turismo que incide sobre Campinas, a maior parte do patrimônio industrial do município não recebe sua aplicação. Mesmo que o turismo alcance o patrimônio, isso não significa que serão realizadas ações de difusão e, se realizadas, não significa que contemplarão todos os sítios tombados da cidade de Campinas.

Analisando-se o cenário das políticas nacionais, estaduais e municipais para difusão frente à principal característica que elas reproduzem da literatura internacional — da interpretação como parte essencial da experiência turística, estando intrinsecamente relacionada a ela — pode-se dizer que esta abordagem não é totalmente eficiente dentro do contexto brasileiro. Como identificamos, os órgãos de preservação e secretarias de

cultura repassam a responsabilidade da interpretação aos órgãos de turismo, mas as entidades de turismo não desenvolvem políticas para a difusão e têm pouca ou nenhuma orientação de como implantá-la por parte das entidades de patrimônio. Adicionamos que mesmo em um cenário ideal, em que os órgãos de patrimônio e turismo colaborassem para o desenvolvimento de diretrizes para a interpretação, a realidade da distribuição da atividade turística no Brasil e da potencialidade turística de municípios e sítios específicos ainda seriam impedimentos para que a maioria dos sítios patrimoniais do país recebessem ações de interpretação. Dessa forma, vê-se que a abordagem internacional não é adequada ao contexto brasileiro e que seria necessário fortalecer as políticas patrimoniais para difusão desvinculadas do turismo, ou vinculá-las a segmentos melhor estabelecidos e mais presentes em todo país. Para tal, recomendamos *caracterizar os aspectos econômicos, urbanísticos, culturais e educativos das localidades — estado, região ou município — para identificar quais as áreas mais respaldadas pelas políticas públicas*. Feita essa caracterização, é preciso *indicar nos instrumentos políticos competentes como será feita a vinculação entre as políticas patrimoniais de difusão e as políticas públicas de outras áreas*. A caracterização pode ser feita utilizando dados confiáveis e atualizados de entidades como o IBGE, além das informações existentes em planos diretores municipais e regionais. A cooperação do poder público com as universidades também pode contribuir com essa caracterização, pois além de produzir dados e análises científicas sobre as localidades em que estão inseridas, as instituições de ensino superior podem assessorar na elaboração de projetos de lei.

Tratando do cenário nacional em geral, identificamos nos levantamentos que realizamos nos capítulos I e II uma possibilidade de alinhamento das políticas patrimoniais de difusão com as políticas de educação. Primeiramente, a aproximação entre a produção acadêmica nacional sobre interpretação e sobre educação patrimonial pode indicar que existem pontos de convergência entre esses dois campos no Brasil. As imprecisões teóricas entre a interpretação e a educação patrimonial identificadas no capítulo I podem apontar não apenas para a falta de clareza sobre esses dois conceitos, como também para uma tendência na operacionalização da interpretação patrimonial no país. Os apontamentos feitos sobre a abordagem dos trabalhos nacionais continuam, uma vez que a maioria deles não deixa clara a distinção entre interpretação e educação patrimonial, dificultando identificar e discutir as potencialidades que as convergências entre esses dois conceitos apresentam.

Outro fator que corrobora o alinhamento das políticas patrimoniais para difusão com as políticas de educação é o incentivo a programas de educação patrimonial por parte do Iphan. Além das parcerias com o MTur, o órgão viabiliza as políticas de valorização e acesso ao patrimônio por meio dos programas de educação patrimonial. É preciso considerar que, entre o turismo e a educação patrimonial, a EP é a atividade melhor consolidada dentro das políticas do Iphan, o que se reflete na elaboração da Carta de Nova Olinda (2009); na publicação do caderno Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos (2014); na instituição da Portaria nº 137, de 28 de Abril de 2016, que estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio; e em outras publicações e legislações que tratam especificamente da educação patrimonial. Desta forma, mesmo que a responsabilidade de aplicar a EP fosse designada aos órgãos de educação, estes teriam uma série de políticas e fundamentos teóricos para desenvolver ações bem embasadas, o que não ocorre quando essa responsabilidade é repassada ao MTur.

4.2. Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais e políticas patrimoniais nacionais, estaduais e municipais de difusão

Quando analisamos as políticas nacionais, estaduais e municipais sob a luz da Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais (ICOMOS, 2008), observamos que existem alguns pontos de contato. Percebe-se que a PPCM do Iphan traz algumas das mesmas preocupações que a Carta — especialmente no tocante ao acesso universal ao patrimônio, à preservação da autenticidade, à comunicação dos valores tangíveis e intangíveis, ao incentivo à participação social no processo da interpretação e ao incentivo ao desenvolvimento de práticas interpretativas sustentáveis. Em relação às políticas estaduais, pode-se dizer que a exigência da contrapartida pelo ProAc reflete a preocupação com o acesso ao patrimônio trazida pela Carta. Tratando das políticas municipais, existem também preocupações compartilhadas entre a Carta e o PDT acerca do acesso, da preservação da autenticidade do sítio e da manutenção e aprimoramento dos equipamentos de interpretação. Aqui, mais uma vez, identificamos o acesso universal ao patrimônio cultural como o aspecto chave presente em todas as instâncias, demonstrando que tanto os estudos acadêmicos quanto as políticas de difusão no Brasil ainda se encontram em um estágio inicial de desenvolvimento, discutindo o aspecto mais básico da interpretação.

Destacamos que a preocupação com o acesso universal ao patrimônio cultural

corresponde ao artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, sp). Para além da Constituição Federal, o acesso universal ao patrimônio é assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Desta forma, mesmo que as políticas de nenhuma das instâncias abrangessem a interpretação, a preocupação com o acesso universal ao patrimônio cultural ainda estaria presente, uma vez que deriva de outras discussões.

Existem outros pontos de contato entre as políticas do Iphan e a Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais (ICOMOS, 2008). A realização da interpretação com fins de preservação da autenticidade e do contexto está presente no artigo 59 da PPCM e nos princípios 3 e 4 da Carta. O documento do ICOMOS menciona a Carta de Nara (1994) como parâmetro para pensar a autenticidade dos sítios e seus contextos, assim como o Iphan o faz ao definir autenticidade no Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural. Assim, mesmo não sendo possível inferir se a diretriz sobre autenticidade e contexto da PPCM é baseada nos princípios da Carta sobre a Interpretação, pode-se afirmar que as diretrizes sobre autenticidade de ambas possuem a mesma base. Além da Carta de Nara (1994), outro documento relevante é a Carta de Brasília (1995), que discute a autenticidade em um contexto regional dos países do Cone Sul, formado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Embora a Carta de Brasília (1995) não seja diretamente mencionada nas discussões sobre autenticidade no contexto da difusão, trazemos sua existência para destacar que o Iphan utiliza referências internacionais e regionais sobre autenticidade na construção de sua política de difusão, e consideramos positivo o uso de cartas patrimoniais como fundamentação para a criação de políticas.

O acesso universal e a comunicação dos valores tangíveis e intangíveis do patrimônio são princípios que partem dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e, em escala maior, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). Pela própria natureza da PPCM, que se trata de um instrumento ligado ao patrimônio material, faz sentido que as diretrizes não se aprofundem na relação entre o patrimônio tangível e intangível da mesma forma que a Carta sobre a Interpretação. Além disso, sabe-se que os esforços do Iphan por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial focam no registro, documentação,

inventariação e mapeamento desses bens — ou seja, concentram-se em processos anteriores à difusão. Porém, explorando-se as publicações, legislações e o programa do Iphan sobre patrimônio imaterial, fica evidente que o órgão possui experiência na área e embasamento teórico para levar em conta os elementos intangíveis na interpretação de sítios culturais.

Os dois últimos pontos de contato entre a PPCM e a Carta para Interpretação são os que mais se diferenciam entre si. Na Carta, o princípio 5, “Planejamento para a sustentabilidade”, indica a obrigação da interpretação de ser sensível ao ambiente no qual ocorre e seu papel no apoio e promoção da sustentabilidade social, financeira e ambiental do sítio. Já o artigo 59 da PPCM estabelece que uma das finalidades da interpretação é promover o turismo cultural de base sustentável. Considerando o *modus operandi* do Iphan frente à interpretação — que consiste no repasse da promoção da difusão ao MTur —, essa finalidade é justificável enquanto preocupação com a sustentabilidade. Contudo, é preciso considerar que nem todos os sítios culturais podem comportar a atividade turística, tornando limitante essa única associação do desenvolvimento sustentável com o turismo.

A inclusão e participação social no processo da interpretação, apesar de presente na política e na Carta, também é abordada de maneiras diferentes. O princípio 6 da Carta, “Inclusão e participação”, traz a importância da criação de meios de interlocução entre os profissionais do patrimônio, as comunidades de acolhimento e outros interessados na promoção da IP nos sítios culturais. A PPCM define o estímulo à participação das comunidades e das populações locais como uma das finalidades das ações de interpretação, e em seu artigo 60, estabelece que “as ações e atividades de Interpretação, Promoção e Difusão devem buscar a participação social, ser direcionadas a todos os tipos de públicos e adequadas ao ambiente em que o patrimônio está inserido” (IPHAN, 2018, p. 14). Embora este artigo se aproxime do princípio presente na Carta, a abordagem da PPCM de estipular a participação social como objetivo da interpretação é mais próxima da educação patrimonial do que da difusão. A inclusão e participação social, dentro do Iphan, parece ser um tema discutido especialmente quando se trata da educação patrimonial e da preservação do patrimônio imaterial, uma vez que são publicações destes temas que aparecem com mais frequência quando procuramos por “participação social”, “inclusão”, “planejamento participativo” e termos afins na ferramenta de busca no portal do órgão.

Considerando a natureza dos temas de educação patrimonial e patrimônio imaterial, cuja a base é a interlocução entre diferentes agentes sociais, é esperado que os esforços do Iphan se concentrem em fortalecer as ferramentas de participação social nestas instâncias. Retomando a questão do alinhamento das políticas patrimoniais para difusão com as políticas de educação, o embasamento teórico e a experiência do Iphan em criar ferramentas de participação social para a EP podem servir de base para criar ferramentas para a interpretação dentro do contexto brasileiro.

Não nos aprofundaremos nos pontos de contato entre as políticas estaduais para difusão e a Carta, uma vez que identificamos em comum somente o acesso universal ao patrimônio e já contextualizamos esse princípio no cenário brasileiro. Em relação à proximidade da Carta com as políticas municipais, para além do acesso, temos as questões da preservação da autenticidade e da manutenção e aprimoramento dos equipamentos de interpretação. O PDT de Campinas aborda a preservação da autenticidade por meio das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPEC) instituídas pelo Plano Diretor Municipal de Campinas. Entre os objetivos da criação das ZEPECs estão o reconhecimento e fomento da memória cultural e social de territórios específicos da cidade e a preservação da memória e da identidade das áreas de interesse histórico, ambiental e cultural, valorizando as suas características. Logo, ao apontar que as ZEPECs “[...] poderão contribuir para o fortalecimento do turismo cultural no município, pois facilitarão a utilização de instrumentos de política urbana, que poderão viabilizar investimentos econômicos e financeiros em ações de salvaguarda dos bens culturais” (CAMPINAS, 2020, p. 61), o PDT alinha o planejamento do turismo cultural com os objetivos das ZEPECs.

Considerando-se que a criação destas zonas está associada ao alargamento do conceito de patrimônio e às discussões sobre patrimônio urbano e paisagem em nível mundial a partir da década de 60 (INOUE, 2018), pode-se afirmar que as políticas urbanas para o patrimônio e sua difusão possuem as mesmas referências: as cartas patrimoniais. Desta forma, ao abordar a questão da autenticidade do patrimônio por meio das ZEPECs, o tratamento do PDT se aproxima do da Carta para Interpretação. Essa abordagem aponta para mais um possível alinhamento: das políticas patrimoniais de difusão com as políticas urbanas.

O outro ponto em comum entre o PDT e a Carta é a manutenção e o aprimoramento dos equipamentos de interpretação. No PDT, essa preocupação aparece de forma simples nas

diretrizes sobre a qualificação da oferta turística: “criar e manter, na forma de painéis, placas ou meios digitais, informações sobre os históricos dos atrativos” (CAMPINAS, 2020, p. 389). Essa diretriz, por seu foco nas ferramentas e pelo pouco detalhamento de como inseri-las efetivamente em um projeto de interpretação, remete ao conceito de apresentação de conteúdo interpretativo estabelecido pela Carta e à abordagem da literatura internacional, que destaca a aplicação de ferramentas interpretativas sem contextualizar sua aplicação. É possível também que essa diretriz tenha sido elaborada considerando o Projeto de Sinalização Turística do Patrimônio Histórico-Cultural da Região Central de Campinas, visando manter e aprimorar os painéis instalados em decorrência do projeto.

A abordagem da Carta sobre a manutenção e aprimoramento dos projetos de interpretação se dá em seu princípio 7, “Importância da investigação, da formação e da avaliação”, que trata não só da manutenção e aprimoramento das ferramentas, como também do planejamento e das iniciativas como um todo. Este é o princípio da Carta que mais se alinha com as características da bibliografia internacional, especialmente com a abordagem de Tilden (1977) sobre o papel do intérprete, a acessibilidade das ações interpretativas para todos os tipos de público e o caráter constante e mutável dos projetos de IP. Apesar de entendermos a abordagem da Carta como mais completa, e considerando as naturezas distintas dos dois documentos, é notável que o PDT considere a manutenção e aprimoramento dos equipamentos de interpretação. Notável pois, como explorado no capítulo II, não identificamos essa preocupação na maioria das políticas e ações municipais.

Faz-se uma breve observação também sobre a comparação das políticas patrimoniais brasileiras com as diretrizes das entidades de preservação que trouxemos no capítulo I, como o *English Heritage*, o NPS e o CENEAM. Apesar das críticas feitas a algumas destas diretrizes internacionais, é notável que, em geral, elas dão destaque a aspectos mais específicos da interpretação em comparação às políticas nacionais, como à inclusão dos contextos históricos, territoriais e sociais dos sítios na comunicação interpretativa, ou à promoção da sustentabilidade socioambiental do sítio por meio do planejamento interpretativo. Como consequência dessa diferença entre os níveis de profundidade das diretrizes, as políticas nacionais em sua maioria também não abarcam outro elemento constante nas orientações internacionais: a importância do aprimoramento das iniciativas de interpretação, seja pela avaliação desses programas, pela implantação

de novas ações ou pela capacitação profissional.

Como observado, as políticas patrimoniais brasileiras para interpretação compartilham algumas características com a bibliografia e diretrizes internacionais e com a Carta para Interpretação (ICOMOS, 2008). Entretanto, não identificamos nelas similaridades com a bibliografia nacional sobre interpretação para além da associação entre a IP e o turismo, também feita pela literatura internacional. Está sujeito à debate se a desconexão entre a bibliografia e as políticas nacionais se dá pela generalidade e escassez de ambas ou se essas características são consequências dessa desconexão. Contudo, entendemos como fundamental para o avanço da IP enquanto campo de estudo e prática da preservação patrimonial que se busque uma harmonização entre a produção acadêmica e a formulação de políticas. Para tal, recomendamos que pesquisadores e legisladores *utilizem as definições de interpretação e apresentação presentes na Carta para Interpretação (ICOMOS, 2008) como ponto de partida para tratar da interpretação, buscando adequar esses conceitos e suas diretrizes à realidade acadêmica e legislativa nacional.*

4.3. Critérios teóricos específicos e interpretação do patrimônio industrial em Campinas

Analisando-se o quadro da interpretação do patrimônio industrial de Campinas sob a luz das diretrizes estabelecidas nos documentos elaborados pelo TICCIH e outras entidades pertinentes que apresentamos no capítulo I, percebe-se que o caráter industrial dos bens não é levado em consideração no planejamento e implantação das iniciativas. Como apresentado no capítulo II, frequentemente a ocupação e o uso dos bens são feitos de forma isolada, focando em edifícios individuais e ignorando os demais elementos que fazem parte do sítio e do entorno. Essa abordagem acontece a despeito dos tombamentos desses sítios, que em sua maioria englobam uma variedade de elementos desses locais. No entanto, a cessão de uso dos sítios para diferentes entidades com objetivos distintos e os variados estados de conservação dos elementos dos sítios representam desafios para o planejamento e implantação de iniciativas de interpretação que respeitem a dimensão sistêmica do patrimônio industrial.

Além das diretrizes relativas à atenção ao entorno e ao contexto, outro princípio fortemente presente tanto nas cartas de patrimônio industrial (ESPANHA, 2011; SOBRINO SIMAL E SANZ CARLOS, 2018; TICCIH, 2011) quanto na Carta para Interpretação (ICOMOS, 2008) é o planejamento da sustentabilidade. Em Campinas, não

observamos a influência deste princípio nas ações incidentes sobre os sítios industriais, uma vez que a preocupação com a sustentabilidade é uma extensão da preocupação com o caráter sistêmico do patrimônio industrial, que leva em consideração a escala e a natureza das atividades industriais desenvolvidas. Os tombamentos existentes no centro de Campinas, por exemplo, poderiam se beneficiar com a aplicação deste princípio. O contraste das condições de conservação e uso entre bens como o edifício da companhia Mac Hardy, a fábrica da Lidgerwood, a Estação Cultura e a Vila Industrial, demonstra uma desconsideração pela paisagem industrial do centro e um desinteresse em utilizar todos os elementos patrimoniais dessa paisagem para buscar amenizar os desafios socioeconômicos desta área. Conforme discutido no capítulo anterior, as condições dos equipamentos urbanos do centro e a forte presença de população vulnerável são obstáculos para a ampliação de ações de difusão *in situ*. No entanto, é preciso considerar que a existência de diversos edifícios e até áreas inteiras em desuso e em arruinamento nesta região pode estar contribuindo para agravar a situação apontada. Aqui, pela inexistência de iniciativas de interpretação para a maioria dos sítios, e pela aparente ineficiência das ferramentas interpretativas que existem para alguns locais, não se pode dizer que a interpretação está sendo utilizada como estratégia de ativação sustentável, como recomendam as cartas.

Outro ponto reforçado pela Carta para Interpretação e pelas cartas de patrimônio industrial (ESPANHA, 2011; SOBRINO SIMAL E SANZ CARLOS, 2018; TICCIH, 2003; TICCIH, 2011) é a necessidade de inclusão de diferentes agentes e da participação social nos processos de planejamento interpretativo. Novamente, essas orientações demonstram consideração pelo caráter plural do patrimônio industrial que, por sua complexidade e dimensão, exige uma gestão integrada e multissetorial. Em Campinas, existem sítios industriais ocupados por diferentes entidades, como os conjuntos ferroviários da Fepasa e da Cia. Mogiana, operando de acordo com as recomendações. Porém, os diferentes agentes que ocupam esses espaços (Secretaria de Cultura, EMDEC e órgãos municipais) não planejam a gestão do sítio de maneira integrada, resultando na adequação pontual de alguns edifícios para implantação de iniciativas de difusão enquanto outros edifícios e até áreas inteiras encontram-se inadequados para tal.

Ao realizarmos os levantamentos de informações legais e de materiais sobre os bens industriais de Campinas antes e durante a pesquisa de campo, identificamos uma dificuldade em encontrar estes dados tanto no portal on-line do Condepacc quanto no da

prefeitura municipal. Mesmo entrando diretamente em contato com a CSPC, notou-se o desconhecimento da Coordenadoria sobre a propriedade e gestão de alguns sítios, especialmente daqueles em desuso. Essa escassez de informações sobre os bens dificulta o processo de planejamento, principalmente do planejamento integrado, já que não se sabe quais entidades são responsáveis por quais bens. Por isso, entendemos que para viabilizar o planejamento e a gestão integrada do patrimônio industrial campineiro, é necessário *registrar e manter atualizadas as características materiais, burocráticas e simbólicas dos bens tombados e disponibilizar o acesso a essas informações a todos os agentes interessados na gestão do sítio*. Para realizar esse registro, recomendamos *utilizar instrumentos de coleta providenciados por órgãos competentes — tais como as fichas de inventário do Iphan e do Condephaat e as fichas de inventariação turística do MTur — para produzir informações consistentes e padronizadas*.

Tratando da integração da participação social nos processos de planejamento (ESPANHA, 2011; SOBRINO SIMAL E SANZ CARLOS, 2018; TICCIH, 2003; TICCIH, 2011), é por meio da consideração pela memória do trabalho que se confirma o papel da difusão como comunicadora dos valores atribuídos pela população (SOBRINO SIMAL E SANZ CARLOS, 2018). No caso de Campinas, a existência do Programa Municipal de Patrimônio Imaterial e de seus resultados demonstra que o município dispõe de políticas e recursos humanos e financeiros para inventariar, registrar, salvaguardar e difundir suas manifestações imateriais. Entretanto, a inexistência do registro de manifestações imateriais ligadas à cultura do trabalho e ao passado industrial por parte do Condepacc indicam que a imaterialidade do patrimônio industrial não é considerada no planejamento de sua gestão e difusão. A existência de representantes da sociedade civil no Condepacc e no Conselho Municipal de Política Cultural também são meios ativos de participação social, mas não podemos confirmar se essa participação gera condutas condizentes com as diretrizes dos documentos de patrimônio industrial.

É relevante apontar que o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial está associado às políticas para o patrimônio imaterial do Iphan — mais especificamente, ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Apesar de os objetivos e diretrizes do programa contemplarem todos os tipos de manifestação imaterial, as ações do programa frequentemente se concentram em manifestações de povos tradicionais, destacando os aspectos imateriais de culturas indígenas e afro-brasileiras. Essa atuação do Iphan pode ser observada nos compêndios dos editais do PNPI de 2005 a 2015, bem como no Livros

de Registro dos Saberes, no das Celebrações e nos demais Livros de Registro pertinentes ao patrimônio imaterial. Desta forma, o registro de manifestações somente das culturas rurais e afro-brasileiras, em nível municipal, reflete a tendência do Iphan de desconsiderar manifestações imateriais contemporâneas, como a memória do trabalho.

Aqui, percebe-se a necessidade dos gestores dos sítios industriais de *criar mais canais de comunicação entre os agentes privados, públicos e especialmente civis interessados na gestão e difusão do sítio*. A cooperação entre os gestores e as universidades oferece novamente uma alternativa para criação destes canais, uma vez que são desenvolvidas pesquisas sobre os aspectos simbólicos do patrimônio industrial e sobre a memória do trabalho em Campinas.

Em geral, a Carta de Nizhny Tagil (2003), os Princípios de Dublin (2011) do TICCIH, o *Plan Nacional de Patrimonio Industrial de España* (2011) e a Carta de Sevilla (2018) abordam a interpretação majoritariamente como instrumento de ativação turística e gestão dos sítios industriais (do ponto de vista urbano ou de conservação material), e em menor capacidade, como promotora auxiliar do patrimônio industrial como recurso educativo. É importante considerar que esses documentos foram elaborados dentro do contexto europeu, em que tanto a preservação do patrimônio industrial quanto o turismo industrial são práticas mais consolidadas, contando com uma série de políticas e amplo registro de prévias experiências para embasá-las.

Isso é facilmente observável nos exemplos de boas práticas que trouxemos no item 1.4 do capítulo I. Para começar, a criação da ERIH pelo Conselho da Europa demonstra uma unanimidade na abordagem da IP como instrumento de ativação turística do patrimônio industrial entre os países membros do Conselho. Atualmente, dos 47 países que fazem parte do Conselho da Europa, 30 fazem parte da ERIH (CONSELHO DA EUROPA, 2022; ERIH, 2022), indicando que apesar das particularidades econômicas, turísticas e de preservação do patrimônio industrial de cada país, as diretrizes para implantação de rotas da ERIH funcionam adequadamente para o contexto europeu.

Em menor escala, a ativação e gestão de sítios como Ironbridge Gorge, no Reino Unido, e o Parque Mineiro de Almadén, na Espanha, corrobora a noção de que, dentro do contexto europeu, a abordagem da interpretação como instrumento de ativação turística do patrimônio industrial é eficientemente embasada pelas cartas de patrimônio industrial. Como apontado no capítulo I, os documentos de planejamento de gestão destes sítios fazem distinção entre os objetivos do turismo e da interpretação, ambos estando de acordo

com as diretrizes presentes nas cartas patrimoniais, especialmente aqueles referentes ao princípio de atenção ao entorno e ao contexto e à gestão participativa dos sítios industriais.

No caso do Sítio Histórico Nacional da Estrada de Ferro de Allegheny Portage, nos Estados Unidos, além do suporte das cartas patrimoniais, o NPS possui diversas políticas e diretrizes detalhadas sobre interpretação, como a Política de Manejo de 2006, que tratamos no item 1.2. Dessa forma, teoricamente, mesmo que as cartas patrimoniais não se adequassem totalmente à realidade estadunidense, o NPS ainda teria uma série de políticas próprias para orientar a aplicação da IP em diversos tipos de sítios. Além disso, desde sua criação, as atividades de preservação do NPS encontram-se alinhadas com a atividade turística, fazendo parte de sua missão enquanto entidade a garantia de uso dos parques para visitação, recreação e educação, o que garante que tanto a interpretação quanto o turismo sejam elementos fundamentais em sua legislação.

Quando analisamos o exemplo da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, percebemos que as políticas e as ações de gestão que incidem sobre o sítio se aproximam mais do caso de Campinas do que dos casos internacionais. Assim como em Campinas, os principais instrumentos políticos utilizados pela prefeitura municipal de Santo André para gerir o sítio são o Plano Diretor Municipal e o PDT. O Plano Diretor Municipal de Santo André também utiliza o zoneamento urbano como instrumento para o desenvolvimento de uma grande área urbana que contém uma quantidade significativa de bens tombados, estabelecendo a Zona Especial de Interesse do Patrimônio da Vila de Paranapiacaba (ZEIPP). Assim como a ZEPEC em Campinas, a ZEIPP visa o desenvolvimento sustentável desta área por meio do turismo — e esta zona ganha atenção particular no PDT de Santo André quanto à instalação de serviços e equipamentos de turismo e lazer.

As similaridades entre estes dois casos nacionais continuam, uma vez que a Prefeitura Municipal de Santo André oferece o mesmo tipo de informações turísticas sobre o sítio em seu portal de turismo, e assim como o portal de Campinas faz com suas estações ferroviárias, inclui a Vila em roteiros temáticos que podem ser feitos por visitantes autônomos ou agências de turismo. Da mesma forma que Santo André conta com a CPTM para a operacionalização de uma das principais atividades turísticas na Vila — o expresso turístico de São Paulo até Paranapiacaba —, Campinas conta com a ABPF para operar seu principal atrativo de acordo com o PDT: a maria-fumaça.

Com todas as semelhanças entre Santo André e Campinas em relação às políticas e instrumentos para aplicação da difusão por meio do turismo, retomamos o ponto

apresentado no item 3.1 para buscar entender porque Paranapiacaba é um caso exemplar de aplicação da interpretação do patrimônio industrial enquanto Campinas não é. Assim como Campinas, Santo André não é um MIT, apesar de ter solicitado a classificação do município como tal em 2021. No entanto, o governo municipal possui uma série de políticas públicas para incentivar o desenvolvimento econômico do distrito de Paranapiacaba por meio do turismo. Assim, apesar de o turismo não ser a principal atividade econômica de Santo André, ele o é para Paranapiacaba (FUGITA, 2021; IBGE, 2020). Ao que tudo indica, a prioridade dada ao turismo pelas governanças locais é a diferença fundamental entre a implantação e a não implantação destas políticas e instrumentos em Campinas e Paranapiacaba.

Reforçamos que nem toda cidade tem a obrigatoriedade ou potencialidade para desenvolver o turismo, e a priorização do desenvolvimento turístico não é um mérito ou demérito por parte do poder público municipal. O que trazemos é que, se a interpretação é abordada como instrumento de ativação por meio do turismo nos sítios patrimoniais, é mais provável que locais que tenham o desenvolvimento turístico como prioridade também desenvolvam melhor a interpretação. Mais especificamente, considerando o contexto de elaboração dos documentos de patrimônio industrial, é mais provável que um sítio industrial brasileiro com intensa atividade turística se adapte melhor às diretrizes para interpretação presentes na Carta de Nizhny Tagil (2003), nos Princípios de Dublin (2011) do TICCIH, no *Plan Nacional de Patrimonio Industrial de España* (2011) e na Carta de Sevilla (2018).

Como este não é o caso de Campinas, a interpretação, quando ocorre, tem na maioria das vezes o papel de divulgar o patrimônio do município. Essa função fica particularmente clara em ações como a série Patrimônio Cultural Campineiro e a publicação ParaTODOS - Folheto do Patrimônio Cultural de Campinas, e no modo como o patrimônio é divulgado em portais municipais como o Conheça Campinas. A abordagem do patrimônio campineiro pelo PDT, especialmente com o destaque das características históricas na apresentação da maria-fumaça da ABPF como melhor atrativo do município, também corrobora essa narrativa.

Apesar desta não ser a abordagem indicada pelas cartas de patrimônio industrial, nem pela Carta para Interpretação, reconhecemos a dificuldade de implantar essas diretrizes relacionadas ao turismo em um contexto não turístico, e que estas diretrizes podem não ser adequadas à realidade de Campinas. Ao apontar que as diretrizes

internacionais para interpretação do patrimônio industrial não são refletidas nas políticas de gestão dos sítios industriais de Campinas, não estamos fazendo uma crítica à conduta do governo municipal ou de outras entidades municipais pertinentes; estamos apontando para a necessidade de pensar em diretrizes para interpretação do patrimônio industrial que possam ser aplicadas sem o intermédio do turismo, e adequadas à realidade de grande parte dos municípios brasileiros. No mais, dentro da abordagem de Campinas da interpretação como divulgação do patrimônio, consideramos positivo que esteja sendo realizada a divulgação do patrimônio ferroviário como tal.

4.4. - Diretrizes para o planejamento da interpretação do patrimônio industrial de Campinas

No capítulo I, o levantamento da bibliografia nacional mostrou que a maioria dos trabalhos trata da apresentação dos sítios patrimoniais ao invés da interpretação e sobrepõe de maneira indistinta os conceitos de interpretação patrimonial, educação patrimonial e comunicação museológica. Como apresentamos, essa postura é reflexo da abordagem da literatura internacional sobre interpretação, que frequentemente a reduz aos instrumentos interpretativos, esvaziando-a de seu sentido e objetivos. Isso resulta nos autores nacionais recorrendo a conceitos superficialmente similares à IP, porém mais familiares e difundidos no cenário brasileiro. O problema aqui é que esses trabalhos não abordam a interpretação de maneira significativa, seja porque seguem a perspectiva internacional, seja porque confundem e sobrepõem a IP com a educação patrimonial ou com a comunicação museológica. Como consequência, temos pouco ou nenhum embasamento teórico sobre interpretação patrimonial que leve em consideração o planejamento da IP no contexto brasileiro.

Esta ausência é um obstáculo para a proposição de políticas patrimoniais de difusão. Em nível nacional e municipal, as políticas patrimoniais para difusão se alinham com as políticas de turismo, sendo a aplicação da interpretação por meio do turismo uma característica remanescente da bibliografia internacional. Porém, conforme discutido no item 3.1, as políticas de turismo não são capazes de abranger a difusão em grande parte dos sítios patrimoniais do país pois a atividade turística não ocorre em todos os estados e municípios igualmente. O problema aqui é que temos políticas públicas para difusão sendo elaboradas a partir de fundamentos inadequados à realidade econômica, urbana, social e cultural dos estados e municípios brasileiros. Essa inadequação das políticas resulta em sua não operacionalização por muitas entidades públicas e privadas

responsáveis pelo uso e gestão de sítios patrimoniais.

A não operacionalização das políticas de difusão é o que ocorre em grande parte dos sítios industriais tombados de Campinas, como constatamos na pesquisa de campo apresentada no capítulo II. Os dois principais instrumentos para o desenvolvimento e aplicação das diretrizes de difusão em Campinas — o Plano Municipal de Cultura e o Plano Diretor de Turismo — estão inseridos dentro de políticas nacionais e estaduais que possuem suas limitações em relação à interpretação. As orientações do Sistema Nacional de Cultura para elaboração de planos municipais deixam a critério dos municípios a inclusão dos componentes do plano, inclusive do diagnóstico dos equipamentos culturais da cidade. O Plano Municipal de Cultura de Campinas apresenta somente os nomes e a localização dos bens patrimoniais, sendo estas informações extremamente escassas para planejar quaisquer intervenções nestes sítios.

Já o PDT está inserido nos programas de Regionalização do Turismo nacional e estadual, buscando se enquadrar nos critérios da Lei Complementar 1.261, de 29 de abril de 2015, para tornar Campinas um MIT. Retomando a discussão do item 3.1, a existência de políticas para o desenvolvimento do turismo regional não garante a presença efetiva da atividade turística nos municípios que as adotam, e mesmo em municípios turísticos consolidados, as políticas não garantem a inclusão do patrimônio e sua difusão no planejamento turístico. Considerando que Campinas não é um município turístico, e que a promoção do turismo cultural que ocorre na cidade está relacionada a tipos específicos de atividade cultural, a adoção de políticas nacionais e estaduais de turismo não colabora com a implementação da IP em parte significativa dos bens tombados, especialmente nos sítios industriais.

O problema aqui é que mesmo em sítios cujo estado legal e material é melhor documentado e que recebem algum tipo de atividade turística, ainda não se assegura a existência de ações de difusão para o local, ou que essas ações sejam apropriadas e eficientes no contexto do sítio. Esse é o caso, por exemplo, dos painéis de sinalização turística do patrimônio histórico-cultural de Campinas localizados no Largo da Estação e no Parque Portugal. Esses painéis estão localizados em locais com suposto fluxo turístico, totalmente visíveis e acessíveis, e contém informações relevantes que contextualizam os elementos ferroviários e industriais na paisagem urbana, no entanto, durante a pesquisa de campo, não observamos nenhuma interação do público com os painéis. Evidentemente, seria necessária uma pesquisa de observação mais aprofundada para conhecer de fato

como se dá a interação do público com essa ferramenta — e não pretendemos criticar a iniciativa de instalação desses painéis, que entendemos como positiva frente ao cenário geral das iniciativas de difusão no município. Porém, as breves observações que realizamos indicam ser possível que este instrumento não seja apropriado para comunicar os valores e significados dos sítios nos quais se encontram, pelo menos não como única ferramenta isolada.

Tratando-se ainda mais especificamente do patrimônio industrial, o que se observa em Campinas é a difusão desigual de elementos de um mesmo sítio, o que vai contra os princípios de preservação deste tipo de patrimônio, conforme explorado no capítulo I. Isso é perceptível em locais como o complexo FEPASA e o conjunto da Cia. Mogiana. Apesar de os tombamentos destes complexos contemplarem diversos elementos, são as estações que recebem a maior parte das ações interpretativas. Isso se dá pela diferença no status de propriedade e de gestão dos vários componentes dos sítios, que resulta em alguns bens apresentando condições materiais e funcionais mais apropriadas para receber iniciativas de difusão que outros (SANTOS, 2017). Essa situação indica que não há um planejamento para gestão compartilhada destes sítios, resultando em grandes espaços parcialmente - e por vezes totalmente - inutilizados no meio da cidade gerando conflitos de interesses entre as entidades de preservação, a iniciativa privada e a população.

Fica evidente que a falta de embasamento teórico contextualizado e políticas públicas para interpretação gera uma série de complicações no tocante a gestão do patrimônio urbano brasileiro, especialmente o industrial. Sem o amparo de políticas públicas fundamentadas e adequadas, as ações dos gestores dos sítios patrimoniais são limitadas em relação à elaboração de instrumentos de planejamento e gestão e à aplicação de recursos financeiros, materiais e humanos. Essa situação é perfeitamente ilustrada pela gestão do patrimônio industrial de Campinas, que busca respaldo nas políticas culturais e patrimoniais nacionais e estaduais, mas esse respaldo não é suficiente para manter os sítios em condições materiais, legais e funcionais adequadas para implantação da difusão. O que este estudo mostrou é que isoladamente, a gestão e difusão do patrimônio são bastante limitadas sem o amparo de políticas públicas, e que a eficiência das políticas públicas é limitada sem fundamentação teórica adequada e sem a caracterização do território sobre o qual as políticas incidem.

Pensando nisso, foram propostas diretrizes para interpretação do patrimônio industrial de Campinas, considerando que Campinas reflete a realidade econômica, política, social e cultural de diversos municípios brasileiros, e que o patrimônio industrial é uma parcela significativa do patrimônio urbano:

- Utilizar as definições de interpretação e apresentação presentes na Carta para Interpretação (ICOMOS, 2008) como ponto de partida para tratar da interpretação, buscando adequar esses conceitos e suas diretrizes à realidade acadêmica e legislativa nacional, para evitar as incoerências conceituais e práticas entre interpretação patrimonial, apresentação, ferramentas interpretativas, educação patrimonial, turismo e comunicação museológica.
- Caracterizar os aspectos econômicos, políticos, urbanísticos, sociais, culturais e educativos das localidades - estado, região ou município - para identificar quais as áreas mais respaldadas pelas políticas públicas que podem se alinhar com as políticas patrimoniais de difusão.
- Registrar e manter atualizadas o status legal (titularidade, administrador, cessões de uso), as características materiais e simbólicas dos bens tombados, além de disponibilizar o acesso a essas informações a todos os agentes interessados na gestão do sítio, a fim de viabilizar a gestão e fiscalização de ações interpretativas por parte dos órgãos competentes e da sociedade civil.
- Utilizar instrumentos de coleta providenciado por órgãos competentes - tais como as fichas de inventário do Iphan e do Condephaat e as fichas de inventariação turística do MTur - para produzir informações consistentes e padronizadas sobre os sítios patrimoniais²¹ que podem ser utilizadas por gestores e interessados na difusão dos espaços.
- Indicar nos instrumentos políticos competentes - Plano Diretor Municipal, Plano Municipal de Cultura, Plano Diretor de Turismo, Plano Municipal de Educação - como será feita a vinculação entre as políticas patrimoniais de difusão e as políticas públicas de outras áreas, a fim de indicar a responsabilidade de operacionalizar a interpretação e traçar metas para efetivar essa operacionalização.

²¹ Não se desconsidera aqui que os instrumentos citados possam ser passíveis de crítica ou revisão, mas isso escapa o propósito desta dissertação sobre interpretação patrimonial. De todo modo, uma metodologia uniforme e flexível em âmbito nacional seria mais apropriada para permitir informações padronizadas e comparáveis, inclusive a fim de orientar políticas locais e a gestão do sítio.

- Criar mais canais de comunicação entre os agentes privados, públicos e especialmente civis interessados no sítio patrimonial, a fim de permitir ações de gestão, ampliar participação social e difusão do sítio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomaremos as questões colocadas na introdução desta dissertação que auxiliaram a direcionar a pesquisa. A primeira questão é sobre quais critérios são necessários considerar ao planejar a interpretação de sítios industriais. Como exploramos no capítulo I, as orientações para interpretação presentes em diferentes documentos para preservação do patrimônio industrial reforçam os critérios relativos à atenção ao entorno e ao contexto, ao planejamento da sustentabilidade e a preocupação com a inclusão e a participação social nos processos de planejamento. No entanto, como apresentado no item 3.3, a consideração desses critérios depende de um contexto específico, ou seja, são diretrizes que conseguirão ser mais bem aplicadas em localidades em que tanto o patrimônio e turismo industrial, quanto a interpretação do patrimônio através do turismo, são melhor consolidados, como é o caso em países como Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. No caso do Brasil, e especificamente de Campinas, onde este contexto é totalmente diferente, identificamos que o principal critério a se considerar no planejamento é o acesso. Os gestores do sítio necessitam verificar o status legal e as condições materiais do patrimônio, pois a impossibilidade de acessar os sítios industriais fisicamente e o desconhecimento dos gestores sobre as reais condições dos sítios aparentam ser os principais desafios para o planejamento. Assim, atualmente, o critério que necessita ser considerado no planejamento da interpretação nos sítios industriais de Campinas é o acesso físico e legal a esses espaços.

O segundo questionamento indaga sobre como está sendo feita na prática a interpretação em sítios industriais. Novamente aqui temos dois cenários, o primeiro sendo aquele correspondente às cartas de patrimônio industrial e os exemplos de boas práticas ao redor do mundo. Neste primeiro caso, a interpretação é aplicada majoritariamente como instrumento de ativação do patrimônio industrial por meio do turismo, sendo que a maioria destes sítios é gerido por diferentes entidades que realizam diferentes tipos de atividades interpretativas de forma complementar, seguindo um planejamento integrado. Essa abordagem se deve aos contextos acadêmicos, políticos, sociais, culturais e turísticos dos locais que a adotam - Europa e Estados Unidos conforme explorado - e ao fato de que as diretrizes para interpretação foram concebidas com esses contextos em mente.

Já o segundo cenário, o nacional, corresponde às políticas patrimoniais para difusão, que contemplam a interpretação de forma limitada e não trazem o patrimônio industrial de forma alguma. Nesse caso, ou a interpretação não ocorre, ou ocorre apenas

nos sítios industriais com maior atratividade turística. Em Campinas, percebe-se uma tentativa de aplicar alguma forma de difusão através do turismo na maria-fumaça operada pela ABPF, no bonde do Parque Portugal, na Estação Cultura e no Estádio Moisés Lucarelli. Porém, a interpretação *in situ* não ocorre na maioria dos demais sítios industriais, e mesmo as publicações de material escrito - ações de interpretação *ex situ* - contemplam apenas alguns destes sítios restantes.

Um terceiro questionamento foi feito sobre como a interpretação considera os bens de um sítio, se o planejamento da interpretação inclui todos os elementos do sítio independente de seu estado de conservação. Quando nos voltamos para os documentos de patrimônio industrial, a Carta para Interpretação (ICOMOS, 2008) e os exemplos de boas práticas ao redor do mundo, identifica-se que o planejamento da gestão e interpretação dos sítios industriais deve levar em consideração todos os elementos que os compõem. Isso fica evidente pelas diretrizes do ICOMOS e de entidades como o NPS, que trazem a importância da interpretação se adaptar não apenas a diferentes tipos de público, mas também às diferentes características materiais e simbólicas do patrimônio a ser interpretado. As cartas de patrimônio industrial reforçam ainda a importância da preservação integral dos sítios, alinhando-se com as diretrizes para interpretação.

Quando nos voltamos para o caso de Campinas, orientado pelas políticas patrimoniais nacionais, estaduais e municipais, identificou-se que as ações de conservação, gestão e difusão do patrimônio não incidem sobre todos os elementos de um mesmo sítio. Isso é demonstrado principalmente nos conjuntos ferroviários da Fepasa e da Cia. Mogiana, onde as estações são os elementos que mais recebem atenção por parte dos gestores, seguidas por alguns poucos edifícios, enquanto os demais elementos dos conjuntos encontram-se em variados estados de desuso. Como discutido no capítulo II, existe uma série de motivos para esse tratamento, mas reforçamos que o cerne do problema é a falta de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais que orientem para a conservação, gestão e difusão integral dos sítios. Dessa forma, em Campinas, o planejamento da interpretação não inclui todos os elementos do sítio, devido à falta de políticas que orientem para o planejamento integrado da gestão e difusão do patrimônio industrial.

O último questionamento que buscamos responder foi de quem é a iniciativa de promover a interpretação nos sítios industriais. As diretrizes para interpretação do ICOMOS, dos documentos de patrimônio industrial e os diferentes casos que trouxemos

no capítulo I indicam que, no cenário internacional, a promoção da interpretação nos sítios industriais parte de diferentes agentes públicos e privados envolvidos na gestão do espaço. Fica evidente que o planejamento e gestão integrada dos sítios e a comunicação entre os diferentes agentes interessados são os principais elementos que norteiam a operacionalização da interpretação no quadro internacional.

No cenário nacional, apesar de políticas como a PPCM e o ProAc também orientarem para a integração de diferentes agentes, especialmente privados, na gestão e difusão do patrimônio, identificamos que a maior responsabilidade de promover a interpretação recai sobre o poder público, através dos órgãos de turismo e cultura. Isso é perceptível analisando o caso de Paranapiacaba, que mesmo sendo o exemplo mais próximo dos casos internacionais, alinha a gestão e difusão do sítio às políticas urbanas municipais e às políticas de turismo. Em Campinas, onde o contexto é totalmente diferente dos casos internacionais, o poder público municipal, através da secretaria de cultura e turismo, é responsável por parte significativa do patrimônio industrial do município e das ações incidentes sobre ele.

Gostaríamos de chamar atenção para as iniciativas de interpretação promovidas por outros agentes em Campinas, tais como as visitas escolares feitas pelas agências de turismo pedagógico, a operacionalização da maria-fumaça pela ABPF, o Majestour realizado pela A. A. Ponte Preta e o projeto Territórios do Comum pelo Sesc Campinas. A existência deste tipo de iniciativa indica que existem diferentes agentes interessados na difusão do patrimônio industrial de Campinas, dando ao poder público municipal a opção de trabalhar em conjunto com outras partes. Além disso, durante o levantamento de campo no Estádio Moisés Lucarelli e no CIS-Guanabara, o discurso dos responsáveis pela visita explicitou uma vontade de estreitar a relação entre as respectivas entidades - A. A. Ponte Preta e Unicamp - e a prefeitura municipal, a fim de aprimorar e expandir as atividades de difusão que já ocorrem nestes locais.

Como identificamos ao longo desta pesquisa, tanto no cenário internacional como no nacional, a cooperação entre diversos agentes envolvidos em alguma capacidade na preservação do patrimônio, e o alinhamento da interpretação patrimonial com outras áreas da administração pública, são características fundamentais para o planejamento interpretativo. Essas características, em teoria, conversam com a interpretação do patrimônio industrial, que é uma tipologia patrimonial caracterizada pela sua pluralidade e por sua presença constante no espaço urbano. Assim, no decorrer deste trabalho,

sugerimos uma série de pontos de contato possíveis entre a interpretação patrimonial e as políticas patrimoniais, de educação e de turismo que poderiam destacar as características essenciais da interpretação do patrimônio industrial em cenário nacional, e mais especificamente, em Campinas. Evidentemente, não seria possível esgotar todos os cenários reais e possibilidades que existem em relação a difusão do patrimônio, e entendemos que, especialmente através do alinhamento das políticas patrimoniais de difusão com as políticas de educação, existem muitos desdobramentos possíveis para a interpretação patrimonial no país. Esta pesquisa objetivou esclarecer alguns pontos fundamentais acerca da interpretação e da difusão do patrimônio industrial para que se pudesse buscar caminhos adequados para planejar e implantar essa atividade dentro da realidade de grande parte dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABLETT, P. G.; DYER, P. K. Heritage and Hermeneutics: Towards a Broader Interpretation of Interpretation. **Current Issues in Tourism**, v. 12, n. 3, p. 209–2033, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260122135_Heritage_and_Hermeneutics_Towards_a_Broader_Interpretation_of_Interpretation>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ADELINO, I. S. S.. O destino dos investimentos públicos no Brasil. 43f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Turismo) - Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/43605?mode=full>>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALMADÉN. Corporación municipal de Almadén. Turismo y Patrimonio. **El patrimonio del Mercurio**. 2021. Disponível em: <<https://www.almaden.es/la-ciudad/turismo-y-patrimonio/patrimonio.html>>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ALMADÉN. Excma Ayuntamiento de Almadén. **Proyecto del plan estratégico de Turismo Industrial de Almadén y su área de influencia**. Ministerio de Industria, Energía y Turismo de Gobierno de España, 2015. Disponível em: <<https://www.almaden.es/documentos/planeoialmaden.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ARAÚJO, R. A. P. S. Aplicabilidade do termo Contrapartida no ProAC Edital para produção Teatral: Gestão de Marcelo Araújo. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigocelaccrenataaraujofinal10012016.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- ARCHER, D.; WEARING, S. Self, space and interpretive experience: The interactionism of environmental interpretation. **The Journal of Interpretation Research**, v. 8, n. 1, p. 7–23, 2003. Disponível em: <<https://www.interpnet.com/nai/docs/JIR-v8n1.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO FERROVIÁRIA. **Maria Fumaça Campinas**. Descritivo do passeio, 2022. Disponível em: <<https://www.mariafumacacampinas.com.br/descricao-do-passeio/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, 2001, p. 73-83. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v15n02/v15n02_10.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 9.763 de 11 de abril de 2019. Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9763.htm>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Sistema Nacional de Cultura. **Componentes do SNC**. 2022. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/sistemas-de-cultura/>>. Acesso em: 04 out. 2022.

BRITO, M., e MAGALHÃES, S. P (Org.). **Guia brasileiro de sinalização turística**. 2 ed. Brasília: Iphan, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/guia_brasileiro_sinalizacao_turistica_2aed.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRITTO, N. H. **Planos Municipais de cultura**: guia de elaboração. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2017. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2018/04/Planos-Municipais-de-Cultura_Guia-de-Elaborac%CC%A7a%CC%83o-UFBA_MinC-FINAL-2.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

BROCHU, L.; MERRIMAN, T. Redefining interpretation as a core belief for certification of professionals. **The Journal of Interpretation Research**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://www.interpnet.com/nai/docs/JIR-v7n1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BECK, L., e CABLE, T. **The Gifts of Interpretation: Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture**. Sagamore Publishing, 2001.

CAMPINAS. **Conheça Campinas**. Roteiros, 2022. Disponível em: <<https://conheca.campinas.sp.gov.br/tours>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Cultura. Patrimônio Histórico e Cultural. **Bens Tombados**. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/listaBens.php>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. Notícias. **Jornada do Patrimônio Paulista 2019 - Educação e Sustentabilidade no Patrimônio Cultural em Campinas**, 2019. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/jornadadopatrimonio/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. Notícias. **Museu da Cidade realiza caminhada histórica pelo centro neste domingo, 19**, 15 dez. 2021. Disponível em: <<https://novo.campinas.sp.gov.br/noticia/42910>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS. Lei Nº 15.997, de 7 de outubro de 2020. **Plano Municipal de cultura de campinas**. Campinas, SP. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1595133301.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS. **Lei nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas e dá outras providências. Campinas, SP. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/bldmn>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CAMPINAS. **Lei nº 14.701 de 14 de outubro de 2013**. Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Campinas, SP. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/cafio>>. Acesso em:

17 ago. 2022.

CAMPINAS. **Plano de Desenvolvimento Turístico de Campinas**. 2020. Disponível em: https://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cultura/minuta_planos_turisticos_v14_2020.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CAMPINAS. **Portal Cultura Campinas**. 2022. Disponível em: <https://portalcultura.campinas.sp.gov.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS. Portal Cultura Campinas. **Museu da Cidade realiza caminhada histórica pelo centro neste domingo, 19**, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://portalcultura.campinas.sp.gov.br/noticias/museu-da-cidade-realiza-caminhada-historica-pelo-centro-neste-domingo-19>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS oferece passeios e oficinas na Jornada do Patrimônio Paulista. **Revista RMC**, Campinas, 21 set. 2018. Disponível em: <https://revistacampinas.com.br/campinas-oferece-passeios-e-oficina-na-jornada-do-patrimonio-paulista/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS participa da Semana Nacional de Museus com palestras e sarau. **Revista RMC**, Campinas, 16 mai. 2019. Disponível em: <http://revistacampinas.com.br/campinas-participa-da-semana-nacional-de-museus-com-palestras-e-sarau/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAMPINAS recebe pela primeira vez o Encontro Paulista de Museus itinerante (EPMi). **Revista RMC**, Campinas, 19 abr. 2019. Disponível em: <http://revistacampinas.com.br/campinas-recebe-pela-primeira-vez-o-encontro-paulista-de-museus-itinerante-epmi/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CARTER, J. et al. **A Sense of Place: An interpretive planning handbook**. 2º ed. Scottish Interpretation Network, 2001.

CIS-Guanabara participa da Jornada do Patrimônio. **Centro Cultural de Inclusão e Integração Social da Unicamp**, Campinas, 03 fev. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/preac/cisguanabara/21082017a.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS. **Expresso Turístico. Trem Expresso Paranapiacaba**. CPTM, 2021. Disponível em: <https://www.cptm.sp.gov.br/sua-viagem/ExpressoTuristico/Trajetos/paginas/trem-expresso-paranapiacaba.aspx>>. Acesso em: 04 out. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção europeia da paisagem**. Florença: 2000. Disponível em < <https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em 27 set. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. Cultural Routes. **European Route of Industrial Heritage**. 2021. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/european-route-of-industrial-heritage>>. Acesso em: 04 set. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Estados-membros**. Conselho da Europa, 2022. Disponível em: <https://www.coe.int/pt/web/about-us/our-member-states>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

COSTA, A. A. **Viação férrea Campinas Jaguariúna: estudo sobre a representatividade identitária de um trem turístico (Jaguariúna, SP)**. 2021. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus Experimental de Rosana, 2021.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

DEMARCHI, J. L. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25 (setembro de 2018), p. 140–62. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ENGLISH HERITAGE. About us. **Our priorities**. 2021. Disponível em: <<https://www.english-heritage.org.uk/about-us/our-priorities/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

ENGLISH HERITAGE. Ironbridge Gorge. **Project Iron Bridge**. 2021. Disponível em: <<https://www.english-heritage.org.uk/visit/places/iron-bridge/project-iron-bridge/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura y Desporte de Gobierno de España. **Plan Nacional de Patrimonio Industrial**. Consejo de patrimonio del estado, 2011. Disponível em: < <https://www.culturaydeporte.gob.es/planes-nacionales/textos.html>>. Acesso em: 04 out. 2021.

EUROPEAN ROUTE OF INDUSTRIAL HERITAGE. *About ERIH. ERIH in brief*. ERIH, 2022. Disponível em: <<https://www.erih.net/about-erih>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

EUROPEAN ROUTE OF INDUSTRIAL HERITAGE. I want to go there. Almadén Mining Park World Heritage Site. ERIH, 2021. Disponível em: < <https://www.erih.net/i-want-to-go-there/site/almaden-mining-park-world-heritage-site>>. Acesso em: 04 out. 2021.

EUROPEAN ROUTE OF INDUSTRIAL HERITAGE. Route System. **European theme routes**. ERIH, 2021. Disponível em: <<https://www.erih.net/about-erih/route-system/european-theme-routes>>. Acesso em: 04 out. 2021.

EUROPEAN ROUTE OF INDUSTRIAL HERITAGE. **Guidance for creating ERIH regional routes**. ERIH, 2019. Disponível em: < https://www.erih.net/fileadmin/Mediendatenbank/Downloads/7_SERVICE/SERVICE_DOWNLOADS/Recommendations/Guidance_for_creating_ERIH_Regional_Routes_03.2019_.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

FALCO, L.; PINTO ÁNGEL, M.; FERRANDO, P. Seminario de Interpretación del Patrimonio. **Recomendaciones técnicas orientadoras para la contratación de obras, equipamientos y servicios relacionados con la comunicación e interpretación del patrimonio**. 2012. Disponível em: < https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-y-seminarios/interpretacion-del-patrimonio-natural-y-cultural/criterios-contratacion-servicios-interpretativos_tcm30-425706.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

FIGUEIRA, M. E. R. Interpretação do Patrimônio: um Estudo de Caso no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes. **ABET**, v. 1, n. 1, jan/jun, p. 41-48, 2011. Disponível em: < [Interpretação do Patrimônio: um Estudo de Caso no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes | Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET \(ufjf.br\)](https://www.abet.ufjf.br/Interpreta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20-%20um%20Estudo%20de%20Caso%20no%20Museu%20de%20Arte%20Moderna%20Murilo%20Mendes%20-%20Anais%20Brasileiros%20de%20Estudos%20Tur%C3%ADsticos%20-%20ABET%20(ufjf.br))>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FLORÊNCIO, S. R. R. et al.. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, D.F: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021.

FONSECA, L. R. A interpretação do patrimônio associando a educação patrimonial ao desenvolvimento econômico: O caso do espetáculo Som & Luz do Museu Imperial de Petrópolis. **Trabalho de conclusão de curso** (Graduação em Turismo) - Faculdade De Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <RIUFF - Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense: A interpretação do patrimônio associando a educação patrimonial ao desenvolvimento econômico. O caso do espetáculo Som & Luz do Museu Imperial de Petrópolis>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FUGITA, S. Turismo Cultural: Um estudo de caso sobre a economia criativa na Vila de Paranapiacaba. **Trabalho de conclusão do curso** (Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) - Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/387-1100-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GERIBELLO, D. F. **Ferrovias**: Patrimônio Municipal Campineiro. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Cultura. Fundo de Investimentos Culturais de Campinas, 2019. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cultura/patrimonio/publicacoes/folhetos/livro>>. Acesso em 20 mar. 2020.

GERIBELLO, D. F. **Fábricas**: Patrimônio Municipal Campineiro. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Cultura. Fundo de Investimentos Culturais de Campinas, 2019. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cultura/patrimonio/publicacoes/folhetos/livro>>. Acesso em 20 mar. 2020.

GOMES, M. S. et al. Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu Em Sergipe. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**. V. 7, n. 3, jul/set, p. 459-470, 2015. Disponível em: <[Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu Em Sergipe | Gomes | ROSA DOS VENTOS - Turismo e Hospitalidade \(ucs.br\)](http://www.ucs.br/~turismo/revista/7-3/459-470)>. Acesso em: 12 jul. 2021.

HAM, S. **Environmental interpretation: A practical guide for people with big ideas and small budgets**. Golden, Colorado: Fulcrum/North American Press, 1992.

HERZER, R.; SANTOS, A. F. L. Gestão pública do turismo: um estudo de caso sobre o estado de São Paulo na contemporaneidade. **Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas - RIDAP**, v. 5, n. 1, p. 122–136, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/11937>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

HORTA, M. L. P. et al. **Guia Básico de educação patrimonial**. Brasília: instituto do patrimônio Histórico e artístico nacional, 2006.

Ícônica Fábrica Chapéus Cury vai dar lugar a condomínio. **Hora Campinas**, Campinas, 10 out. 2021. Disponível em: <<https://horacampinas.com.br/iconica-fabrica-chapeus-cury-vai-dar-lugar-a-um-condominio/>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

INOUE, L. M. O patrimônio urbano e as cartas patrimoniais. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 2, p. 271–286, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4054>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Campinas. Panorama.

IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Santo André. Panorama. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-andre/panorama>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage Sites**. Québec, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/interpretation_e.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em> 11 jun. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. “Parceria entre Iphan e MTur busca fortalecer o Patrimônio Cultural Brasileiro”. **Iphan**, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3991/parceria-entre-iphan-e-mtur-busca-fortalecer-o-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20202018%20-SEI_IPHAN%20-%200732090.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Atualização do Guia Brasileiro de Sinalização Turística conta com participação do Iphan. **Iphan**, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3946/atualizacao-do-guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica-conta-com-participacao-do-iphan>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. “Em visita a Portugal, delegação do Iphan quer trazer para o Brasil os Centros de Interpretação”. **Iphan**, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4612/em-visita-a-portugal-delegacao-do-iphan-quer-trazer-para-o-brasil-os-centros-de-interpretacao>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. “Gestores de cidades históricas fazem missão de intercâmbio em Centros de Interpretação de Portugal”. **Iphan**, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5466>>, Acesso em: 09 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Iniciado projeto executivo para a instalação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo. **Iphan**, 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5840>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Programas e Projetos. **Programas**. Iphan, 2021. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/855>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Educação Patrimonial. **Ações e Projetos**. Iphan, 2021. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

JORNADA do Patrimônio em Campinas será de 16 a 22 de outubro. **Revista RMC**,

Campinas, 14 out. 2019. Disponível em: <<https://revistacampinas.com.br/jornada-do-patrimonio-em-campinas-sera-de-16-a-22-de-outubro/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LARA, A. P. M. **Os guias de turismo e sua atuação na interpretação patrimonial em roteiros turísticos de patrimônios industriais ferroviários (Campinas, SP)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus Experimental de Rosana, 2022.

MORAES, E. H.; Oliveira, E. R. Patrimônio e planejamento do turismo: estudo sobre as práticas de identificação e avaliação do potencial do patrimônio ferroviário no Estado de São Paulo. In: Eduardo Romero de Oliveira. (Org.). **Memória Ferroviária e Cultura do Trabalho**. 1ed.São Paulo: Editora UNESP - Selo Cultura Acadêmica, 2019, v. 1, p. 367-398. Disponível em:<https://memoriaferroviaria.assis.unesp.br/wp-content/documentos/livro_v2.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MORAES, E. H.; OIOLI, A. S. ; GONCALVES, A. P. M. ; TATINI, V. A. B. O Patrimônio Ferroviário nas Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo. In: **Anais do Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, v. 1, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <<https://festivaldascataratas.com/forum-turismo/anais/2017/gt1-politicas-publicas/6-o-patrimonio-ferroviario-nas-estancias-turisticas.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MORALES, J. M. “El sentido y metodología de la interpretación del patrimonio”. In: **La comunicación global del patrimonio cultural**. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2008.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NATIONAL PARK SERVICE. **Allegheny Portage Railroad National**. NPS, 2021. Disponível em < <https://www.nps.gov/alpo/index.htm>>. Acesso em: 04 out. 2021.

NATIONAL PARK SERVICE. **Allegheny Portage Railroad National Historic Site Long Range Interpretive Plan**. U.S.: Department of Interior, 2004. Disponível em: < <http://nps.history.com/publications/alpo/lrip.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.

NATIONAL PARK SERVICE. **National Park Service Management Policies**. U.S.: Department of Interior, 2006. Disponível em: < https://www.nps.gov/policy/MP_2006.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PELLICCIOTTA, M. M. B. Sistema de Sinalização Turística do Patrimônio Histórico-Cultural da Região Central de Campinas. Proposta desenvolvida para o Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo da Prefeitura Municipal de Campinas, 2011. Disponível em: < https://www.academia.edu/5050456/SISTEMA_DE_SINALIZA%C3%87%C3%83O_TUR%C3%8DSTICA_DO_PATRIM%C3%94NIO_HIST%C3%93RICO_CULTURAL_DA_REGI%C3%83O_CENTRAL_DE_CAMPINAS>. Acesso em: 22 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Plano Diretor do Município de Santo André**. Santo André, 2004. Disponível em: <http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Lei-Municipal-8696_2004-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

QUEIROZ, I. A. As leis de incentivo à cultura em São Paulo: panorama estadual e municipal. In: **Anais do IX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2013/>>. Acesso em 21 dez. 2021.

RAMOS, A. G. et al. Patrimônio industrial e turismo: análise de potencialidade e proposta de circuito de turismo industrial em Barracas, Buenos Aires, Argentina. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 152-172, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbtur/a/36XcNXM7n9dchqWkPNkb5vP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

REIS, D. G.; BAPTISTA, L.; CARDOZO, P. F. Educação e interpretação patrimonial elaboração de um plano interpretativo para a Casa da Cultura de Irati-PR. **Revista Turismo y Desarrollo**, v. 9, n. 20 (Junho de 2016), p 2-17. Disponível em: <[Educação e interpretação patrimonial: elaboração de um plano interpretativo para a Casa da Cultura de Irati-PR - Dialnet \(unirioja.es\)](#)>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal de Santo André. Turismo Santo André. **Circuitos**. Santo André, 2021. Disponível em: <<https://www3.santoandre.sp.gov.br/turismosantoandre/circuitos-turisticos/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal de Santo André. Turismo Santo André. **Vila Ferroviária de Paranapiacaba**. Santo André, 2021. Disponível em: <<https://www3.santoandre.sp.gov.br/turismosantoandre/vila-ferroviaria-paranapiacaba/>>. Acesso em 04 out. 2021.

SANTOS, P. K. A. Conjunto ferroviário da estação Guanabara (Campinas – SP): estudo sobre práticas de preservação e usos do patrimônio ferroviário. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152138>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar Nº 1.261, de 29 de abril de 2015**. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=174594>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10247, de 22 de outubro de 1968**. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências. São Paulo, SP. Disponível em: <[https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223762/lei-10247-68#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20compet%C3%Aancia%2C%20organiza%C3%A7%C3%A3o,provid%C3%Aancias%20Ver%C3%B3pico%20\(70%20documentos\)](https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223762/lei-10247-68#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20compet%C3%Aancia%2C%20organiza%C3%A7%C3%A3o,provid%C3%Aancias%20Ver%C3%B3pico%20(70%20documentos))>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 50.941, de 05 de julho de 2006**. Reorganiza a Secretaria da Cultura. São Paulo, SP. Disponível em:

<al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto5094105.07.2006.html#:~:text=Reorganiza%20a%20Secretaria%20da%20Cultura>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SC nº 48, de 03 de agosto de 2012**. Estabelece procedimentos quanto à Apresentação de contrapartida em atendimento ao artigo 4º, inciso III, da Resolução SC nº 96, de 22 de novembro de 2011, e prestação de contas, conforme artigo 22 e seguintes da Resolução SC nº 96, de 22 de novembro de 2011. São Paulo, SP. Disponível em: <https://storageproac.blob.core.windows.net/uploads/2022/06/Resolucao_SC_48_2012_Contrapartidas.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006**. Institui o Programa de Ação Cultural - PAC, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12268-20.02.2006.html>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SCIFONI, S. “Desafios para uma nova educação patrimonial”. **Revista Teias**, 18, nº 48 (março de 2017). Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SILBERMAN, N. ICOMOS-Ename Charter for the Interpretation of Cultural Heritage Sites. **The George Wright Forum**, vol. 23, no. 1, George Wright Society, 2006, pp. 34–39. Disponível em: <<http://www.georgewright.org/231silberman.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2021.

SOBRINO SIMAL, J.; SANZ CARLOS, M. **Carta de Sevilla de Patrimonio Industrial 2018: los retos del siglo XXI**. Sevilla, 2018. Disponível em <<https://www.centrodeestudiosandaluces.es/descargas.php?mod=actividades&fileid=1051>>. Acesso em: 04 set. 2021.

TATINI, V. A. B. **Ruínas Ferroviárias de Campinas: análise dos recursos interpretativos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rosana, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/13jzLArLq8jTshGb3lkK20sZObdtulx6u/view>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

TELFORD & WREKIN COUNCIL. **The Ironbridge Gorge World Heritage Site Management Plan**. Shropshire, 2017. Disponível em: <https://www.telford.gov.uk/downloads/download/544/ironbridge_world_heritage_site_management_plan>. Acesso em: 04 out. 2021.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil**. Nizhny Tagil, 2003. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>. Acesso em: 04 set. 2021.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Princípios comuns ICOMOS – TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial**. Dublin, 2011. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>>. Acesso em: 04 set. 2021.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 3. ed. [s.l.]: The University of North Carolina Press, 1977.

UEZ, P. C.; CÉSAR, P. A. B.; BISOL, L. E. Interpretação e educação patrimonial: estudos de valores constituintes da arquitetura de Caxias do Sul (RS). In: **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/05/Uez_Cesar_Bisol.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

UNICAMP: Estação por mais 90 anos. **Correio Popular**, Campinas, 01 mar. 2020. Disponível em: <<https://correio.rac.com.br/campinasermc/unicamp-estac-o-por-mais-90-anos-1.343327>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. World Heritage List. Heritage of Mercury Almadén and Idrija. Documents. **Periodic Report - Second Cycle**. UNESCO, 2014. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/1313/documents/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. World Heritage List. **Ironbridge Gorge**, UNESCO, 2021. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/371/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

UZZELL, D. L. Interpreting our heritage: A theoretical interpretation. **Contemporary issues in heritage and environmental interpretation: problems and prospects**. Londres: The Stationary Office, 1998, p. 11–25.

VEVERKA, J. **Interpretive Master Planning: Strategies for the New Millennium**. Edinburgh: MuseumsEtc, 2011.

VIANNA, L. C. R. “Notas sobre o campo da educação patrimonial no Brasil”. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, 21, nº 1 (julho de 2020). Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1050>. Acesso em: 28 mai. 2021.

ANEXO 1. - FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO 1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: n° Bairro: Cidade: Estado: Coord.Geográficas: latitude: Longitude:

2. PROPRIEDADE

a) Privada Pública

b) Responsável:

c) Situação de ocupação:

Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial

Serviço Outros

Especificar:

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não

Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal

Data:

Nº da lei:

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem
tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante:

Uso projetado:

Data de construção:

Engenheiro/Arquiteto responsável:

Fundado/Mandado construir em:

Referente ao Conjunto arquitetônico:

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres):

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO**11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:****a) Construções adjacentes:****b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público):****12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:****13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:****a) Restauro e conservação:****b) Adequação:****c) Descaracterizantes:****14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:****15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:****16. FICHA TÉCNICA**

Levantamento		Data:
Histórico		Data:
Descrição		Data:
Revisão		Data:

ANEXO 1.1. - COMPLEXO FERROVIÁRIO CENTRAL FEPASA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Avenida Andrade Neves n° 33 **Bairro:** Centro **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.90778 **Logitude:** -47.06747

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **Conselho do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado de São Paulo**

c) Situação de ocupação:

Própria [] Alugado [] Cedida [**X**] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [**X**] Religioso [] Industrial []
Serviço [] Outros [**X**]

Especificar: O conjunto tem usos variados, sendo eles a Estação Cultura, a Junta Militar de Campinas, as instalações e garagem de veículos da Emdec, a Sala dos Toninhos, Ginásio de Esportes, estacionamento irregular e passagem de pedestres.

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [**X**] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [**X**] Municipal []

Data: **19 de dezembro de 2019**

N° da lei: **Resolução n° 68**

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **13 de outubro de 2015**

N° da lei: **Resolução n° 137**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [**X**] Federal [] Entorno do bem tombado [**X**] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

O pátio Central de Campinas, localizado no Centro da cidade, é um ótimo exemplo da dimensão que um pátio ferroviário pode atingir. Para suprir as necessidades da operação ferroviária, esse pátio contava com oficinas, rotunda, diversos depósitos, que abrigavam desde locomotivas até areia, óleo e bronze, edifícios administrativos e de controle das operações, caixas d'água, restaurante, vestiários e banheiros para os funcionários, além de infraestrutura como os trilhos, sistemas de iluminação e drenagem. As estruturas que faziam parte desse grande complexo davam apoio às atividades de três ferrovias

A estrutura principal da Estação Campinas pertencia à Companhia Paulista de Estradas de Ferro e desta iniciava o quilômetro 00,000 de duas ferrovias campineiras: a Companhia Ramal Férreo Campineiro – C.R.F.C e a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro – C.M.E.F. Neste espaço ocorria a troca de mercadorias e passageiros entre as três empresas ferroviárias, denominado operacionalmente de baldeação

Na década de 1970, é consolidada a unificação das ferrovias do Estado de São Paulo pela criação da Ferrovia Paulista S/A – FEPASA, que incorporou a Paulista e a Mogiana. Por isso, até os dias de hoje, o local é conhecido como estação, pátio ou

complexo da FEPASA (GERIBELLO, 2019).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Os edifícios da Cia. Paulista seguem um padrão de construção inglesa, enquanto os edifícios da Cia. Mogiana seguem um padrão neorrenascentista simplificado

Uso projetado: Pátio de operações ferroviárias das companhias Paulista, Mogiana e Ramal Férreo Campineiro

Data de construção: 1872

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico:

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O prédio da estação está com uma aparência descuidada, com teias de aranha grandes em locais onde podem facilmente ser limpas; as paredes estão com aspecto mais gasto, com a tinta descascando; algumas das sinalizações de segurança e placas indicativas estão descolando das paredes e ou bastante sujas; elementos característicos como os bancos e os carrinhos de arregar café estão entulhados em antos ou quebrados e deixados sem reparo na plataforma. Além disso, talvez devido ao dia da semana, a estação estava particularmente vazia.

Um elemento notável é uma grade de restrição colocada no meio da plataforma, impedindo eu o público acesse o lado direito da estação, onde se encontram as salas da SP e do Condepacc e os sanitários. Em conversa informal com a segurança eu trabalho no local, ela informou que a grade foi colocada durante a pandemia para restringir a circulação de pessoas. Informou que agora, quando algum visitante necessita usar os sanitários, precisa pedir permissão para os seguranças para passar pela grade. Segunda a mesma, a presença da grade não trouxe nenhum benefício em relação às medidas de segurança da covid 19, já que muitas pessoas ultrapassam a grade mesmo sem autorização.

Outra mudança notável é a construção de uma área externa para os clientes da lanchonete da estação. Foi feita uma parte cercada com mesas para o público comer na plataforma. Com essa alteração, os principais elementos caracterizantes da estação ficaram confinados entre este espaço cercado e a parte da estação inacessível pela grade.

Em relação ao pátio, a maior parte dos edifícios encontram-se em estado de conservação regular ou ruim, mesmo aqueles que tem uso frequente, como é o caso da Sala dos Toninhos, onde ocorrem aulas e ensaios de dança e teatro, e dos edifícios ocupados pela defesa civil e pela Emdec.

Os espaços vazios que são utilizados como estacionamento pela população parecem estar em melhores condições do que em 2018, com os caminhos com a circulação mais livre e pouco mais segura. O início das obras de expansão das instalações da Emdec também parece ter contribuído para a melhor organização desse espaço, para que a passagem de operários e maquinários seja mais fácil e segura. Apesar da melhor situação aparente, a segurança informou que estão ocorrendo muitos furtos de carros no espaço ultimamente.

Em 2019, foi feita a reabertura do túnel e pedestres que passa por baixo de toda extensão do pátio ferroviário, ligando a Avenida à Vila Industrial. O túnel está em boas condições e foi possível presenciar diversas pessoas o utilizando ao longo do dia. Ao atravessá-lo, porém, notou-se a presença de usuários de drogas em diferentes pontos do dia. Esse tipo de situação pode ajudar a explicar o fluxo frequente de pessoas atravessando a linha pelo pátio apesar do funcionamento do túnel.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: As construções adjacentes do complexo compreendem em sua maioria edifícios fabris e da Vila Industrial, compondo uma complexa paisagem industrial no centro de Campinas. Esta é uma área de fluxo intenso de transportes e pedestres, no entanto, possui muitas áreas vazias que propiciam a instalação de população vulnerável e o acúmulo de lixo.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): Os edifícios ocupados do complexo possuem abastecimento de energia e água e sistema de saneamento, mas esses sistemas de abastecimento são antiquados para os usos atuais destes prédios. Nas áreas vazias do pátio, existe uma concentração de lixo que os pedestres jogam pela grade do conjunto. O fluxo intenso de pedestres e comerciantes ambulantes no entorno do pátio faz com que a circulação a pé por esta área seja difícil e a proximidade com os terminais de ônibus municipal e intermunicipais contribuem para o alto tráfego de veículos.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo, o desuso de parte significativa do complexo ferroviário e o vandalismo aparentam ser os principais fatores de degradação neste sítio.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Desde 2003 quando a estação da Cia. Paulista passou a funcionar como centro cultural, foram realizadas variadas obras menores de restauro e conservação, especialmente na fachada. Elementos como o Galpão dos Lemos e o Túnel de Pedestres também passaram por processos similares.

b) Adequação: Desde 1884, o prédio da estação da Cia. Paulista e posteriormente os demais elementos do conjunto passaram por diversas intervenções de adequação e expansão.

c) Descaracterizantes: Em 2022, iniciaram-se as obras para retirada dos trilhos de parte

do pátio ferroviário para expansão das instalações da Emdec.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Complexo Ferroviário Central FEPASA** Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 137 de 13 de outubro de 2015**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2015.

CONDEPACC. **Resolução nº 130 de 23 de junho de 2014**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2014.

CONDEPHAAT. **Resolução nº 68 de 19 de dezembro de 2019**. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, São Paulo, 2019.

GERIBELLO, D. F. **Ferrovias: Patrimônio Municipal Campineiro**. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Cultura. Fundo de Investimentos Culturais de Campinas, 2019.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.2. - VILAS MANOEL DIAS E MANOEL FREIRE

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Entre as Ruas 24 de Maio, Barão de Monte Mor, Alferes Raimundo e Sales de Oliveira n° não se aplica **Bairro:** Vila Industrial **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.90924 **Logitude:** -47.07350

2. PROPRIEDADE

a) Privada Pública

b) Responsável: **Proprietários particulares das residências e comércios**

c) Situação de ocupação: **Majoritariamente ocupado**

Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial

Serviço Outros

Especificar: **Os edifícios da Vila têm usos variados**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não

Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal

Data: **24 de novembro 1994**

Nº da lei: **Resolução nº 19**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

A Vila Industrial surgiu como um bairro proletário no final do século XIX, diretamente associado a instalação das Companhias de Estrada de Ferro Paulista (1872) e Mogiana (1874). Localizada em uma área ocupada originalmente por um conjunto de cemitérios ao lado dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, a vila marcou o surgimento do primeiro bairro de trabalhadores da cidade. Nas origens desta ocupação, instalaram-se prédios da imigração (entre as atuais ruas Sales de Oliveira e Pereira Lima) - prédios que seriam utilizados pela companhia Mac Hardy e posteriormente pela Companhia Mogiana-; além da construção de vários conjuntos de casas para os funcionários da "Paulista" (de propriedade desta Companhia).

No final do século XIX, a região passou também a receber outras instituições como o Matadouro Municipal, a Companhia Curtidora Campineira de Calçados (1890), o Cortume Campineiro, o Lazareto dos Morféticos, o Lazareto dos Varilosos e a Indústria Fabril, de propriedade de Antonio Correa de Lemos, e no início do século XX, o Cortume Cantusio (1911), o túnel de ligação entre a Vila Industrial e o centro (1915), além da transformação de vários edifícios em oficinas da Companhia Mogiana. Datam das duas primeiras décadas do século, ainda, a construção (pela iniciativa privada) das travessas Manoel Dias (1908) e Travessa Manoel Freire (1918) para venda aos ferroviários da Companhia Mogiana.

Em sua trajetória urbanística, o bairro evoluiu no sentido leste-oeste e seguiu o mesmo traçado urbano (em forma de tabuleiro de xadrez) já utilizado na cidade de

Campinas desde sua origem (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Casas geminadas de alvenaria

Uso projetado: Residencial

Data de construção: 1908

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário Central de Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A Vila Manoel Dias se encontra, de modo geral, em bom estado de conservação. Andando pelas ruas, nota-se a presença de edificações perfeitamente conservadas e cuidadas, de edificações que sofreram com as ações do tempo, apresentando um desgaste natural, e edificações completamente abandonadas. Essa discrepância pode ser interessante do ponto de vista da interpretação. Nota-se que o estado de conservação das calçadas também varia significativamente.

O reconhecimento da Vila como bairro histórico e patrimônio da cidade depende dos elementos característicos, como a arquitetura das edificações, as ruas de paralelepípedo, a largura das alçadas, entre outros. Esse reconhecimento depende, porém, de um certo conhecimento prévio do eu é uma vila industrial.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: Não se aplica

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público):

O bairro conta com equipamentos urbanos como sinalização de trânsito, pontos de ônibus, placas de rua, entre outros. Além disso, observa-se a presença de comércios e serviços no bairro. O estado de conservação das calçadas varia significativamente.

Um detalhe que é particularmente interessante é o nome de alguns comércios do bairro, que tem o “Industrial” no nome. Dessa forma, mesmo partes do bairro mais descaracterizadas, se tem essa ligação com a origem do espaço.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo e o abandono de alguns edifícios pontuais aparentam ser os principais fatores de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Sem informações

b) Adequação: Incorporação dos sanitários ao corpo da casa

c) Descaracterizantes: As janelas, portas, portões e outros elementos similares de diversos edifícios foram modificados.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Vilas Manoel Dias e Manoel Freire**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução n° 19 de 24 de novembro de 1994**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 1994.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.3. - LIDGERWOOD MANUFACTURING LTDA. (ATUAL "MUSEU DA CIDADE")

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Avenida Andrade Neves n° 33 **Bairro:** Centro **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.90778 **Logitude:** -47.06747

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **Conselho do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado de São Paulo**

c) Situação de ocupação:

Própria [] Alugado [] Cedida [**X**] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [**X**] Religioso [] Industrial []
Serviço [] Outros []

Especificar: **Museu da Cidade de Campinas**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [**X**] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [**X**] Municipal []

Data: **19 de dezembro de 2019**

Nº da lei: **Resolução nº 68**

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **13 de outubro de 2015**

Nº da lei: **Resolução nº 137**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [**X**] Federal [] Entorno do bem tombado [**X**] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

Fundada em 1864, a Lidgerwood é representante da instalação de indústrias de bens de capital no Brasil ainda durante o Império, constituída a partir do capital industrial em virtude do desenvolvimento cafeeiro no estado de São Paulo.

Com o fim das atividades da Lidgerwood, em 1923 o espaço torna-se depósito, gerenciado pela Firma Pedro Anderson & Co, até que em 1928 o prédio é comprado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, período em que as instalações foram utilizadas como estacionamento, até que em 1992 passou a ser ocupada pelo Museu da Cidade.

Sua localização e inserção urbana é síntese do desenvolvimento econômico paulista, por meio do café, da ferrovia e da industrialização de Campinas, compondo importante paisagem industrial em conjunto com a Estação da Companhia Paulista e os Armazéns da Cia. Mogiana (CONDEPHAAT, 2017).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Sem informações

Uso projetado: Fábrica de produção de máquinas agrícolas

Data de construção: 1886

Engenheiro/Arquiteto responsável: Heinrich Husemann

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Conjunto Fabril Central das antigas. Cias. Mac Hardy e Lidgerwood Manufacturing

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A parte externa do edifício encontra-se em estado de conservação ruim. Algumas das janelas estão fechadas com tábuas de madeira por dentro e a fachada está com vários tijolos quebrados e apresenta grafite e pixações. Os detalhes de ferro das janelas apresentam sinais de oxidação. O pátio interno, visível das janelas laterais, está em melhor estado de conservação que a fachada. Existe um contraste entre a sinalização turística do entorno apontando o local como museu da cidade e a realidade do edifício abandonado.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: O Complexo Ferroviário FEPASA, os remanescentes da antiga companhia Mac Hardy e o túnel de pedestres encontram-se nas imediações da antiga Lidgerwood. Esteticamente, a estação do complexo, o túnel de pedestres e a fábrica se complementam por seus estilos e materiais.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento,

iluminação, coleta de lixo, transporte público): a fábrica e suas construções adjacentes estão localizadas próximas ao terminal de ônibus municipal e do terminal rodoviário intermunicipal em uma via de intenso fluxo de pedestres e veículos, assim, existe uma concentração de poluição sonora, visual e ambiental. As calçadas estão quebradas com vegetação crescendo e lixo acumulado em certas partes, além de estarem ocupadas por população vulnerável em locais que apresentam algum tipo de cobertura.

De acordo com as restaurações e adequações feitas no edifício da fábrica em 1991, a construção dispõe de abastecimento de água, energia e sistema de saneamento. Mas não é possível afirmar se esses sistemas estão funcionais atualmente.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo e o vandalismo propiciados pelo desuso do edifício parecem ser os maiores fatores de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Foram feitas ações de restauro e conservação juntamente com as ações de adequação em 1991.

b) Adequação: Foram feitas adequações no sistema elétrico, sistema de ventilação, sistema de abastecimento de água e esgoto.

c) Descaracterizantes: Construção e posteriormente demolição de um auditório no pátio da fábrica.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Lidgerwood Manufacturing Ltda. (atual "Museu da Cidade")**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 044 de 27 de novembro de 1990**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 1990.

CONDEPHAAT. **Resolução nº 68 de 19 de dezembro de 2017**. Fábrica Lidgerwood. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, São Paulo, 2017.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.4. - ANTIGA CASA DE FORÇA/ ESCRITÓRIO DA ANTIGA CIA. RAMAL FÉRREO CAMPINEIRO

1.IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Rua Dr. Ricardo **Bairro:** Conceição **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo
Coord.Geográficas: latitude: -22.90574 **Longitude:** -47.070579

2. PROPRIEDADE

a) Privada Pública

b) Responsável: **McDonald's Corporation**

c) Situação de ocupação:

Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3.USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial
 Serviço Outros

Especificar: **Restaurante da franquia McDonald's**

4.PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não

Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal

Data: **18 de junho de 2018**

Nº da lei: **Resolução Nº 155**

5.PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem
 tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

O escritório é o único elemento que permaneceu da Cia. Ramal Férreo Campineiro no entroncamento ferroviário central na cidade de Campinas.

Os fazendeiros Paulo Machado Florense e Inácio de Queirós Lacerda, proprietários de fazendas de café na região de Joaquim Egídio, estavam preocupados com o escoamento de suas produções e idealizaram uma linha ferroviária ligando as suas fazendas à Estação da Paulista em Campinas. Como essa ferrovia tinha parte dela situada na zona sob concessão da Cia. Paulista, foi celebrado em 1890 um acordo com a mesma. A nova ferrovia surgiu com o nome de Companhia Ramal Férreo Campineiro e deveria unir a cidade de Campinas ao bairro de Cabras.

A Companhia Campineira de Tração, Luz e Força foi criada para explorar o transporte urbano em Campinas com bondes elétricos, por volta de 1910. Em 1911 comprou o Ramal Férreo Campineiro, interessada em integrá-lo ao sistema de bondes que estava implantando na cidade (CONDEPACC, 2018).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Sem informações

Uso projetado: Casa de Força/ Escritório da Antiga Cia. Ramal Férreo Campineiro

Data de construção: Sem informações

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Entroncamento Central da Cia. Ramal Férreo Campineiro

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Com a adição dos letreiros, quiosque de sobremesas e pátio de refeições externo, parte do edifício está encoberta, sendo difícil identificá-lo como a construção tombada de certos ângulos. A fachada virada para a Rua Dr. Ricardo está em excelentes condições e apresenta letreiros ou outros elementos visuais, destacando a estética “antiga” da construção. Com exceção das janelas, na parte interna, não há quaisquer indicações materiais que este se trata de um edifício histórico tombado.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: O tombamento não estabelece a proteção de construções adjacentes. O edifício se destaca na via por seu estilo arquitetônico distinto dos outros nos arredores.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): O edifício em questão e aqueles do entorno possuem abastecimento de energia e água, bem como serviço de saneamento. Por sua localização próxima ao terminal rodoviário municipal, existe fluxo constante de transporte público e a área é bem iluminada. Nas áreas próximas, a limpeza urbana não parece ser realizada com muita frequência.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

O edifício não apresenta características de degradação identificáveis por observação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) **Restauro e conservação:** Sem informações

b) **Adequação:** Foram feitas diversas adequações no interior do edifício para comportar as atividades do restaurante que agora ocupa o espaço, dentre elas a mais notável é uma nova divisão do espaço para inclusão de sanitários e da cozinha.

c) **Descaracterizantes:** Especialmente o interior do edifício foi descaracterizado para aportar os equipamentos do restaurante. As janelas e uma das portas mantem suas características originais, no entanto as paredes, teto, chão, iluminação e demais portas foram modificadas para reproduzir a padronização da franquia. Na parte exterior, foram instalados letreiros do restaurante e um quiosque de sorvetes obscurecendo parte da fachada.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Antiga casa de Força/ Escritório da Antiga Cia. Ramal Férreo Campineiro.** Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução n° 155 de 18 de junho de 2018.** Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2018.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.5. - EDIFICAÇÕES REMANESCENTES DA ANTIGA COMPANHIA MAC HARDY

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Quarteirão 25, lote 01 e 07, com entrada pelo imóvel à Rua Barão de Parnaíba, nº 07, e imóvel à Rua General Osório nº 79, lote 06, Quarteirão 61 **Bairro:** Centro
Cidade: Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.90723
Logitude: -47.06868

2. PROPRIEDADE

- a) Privada Pública
 b) Responsável: **Santa Mônica SA Administração Indústria e Comércio**
 c) Situação de ocupação: Desocupado
 Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial
 Serviço Outros
 Especificar: **Sem uso**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não
 Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal
 Data: **01 de junho de 2010**
 Nº da lei: **Resolução nº 99**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem
 tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

A Cia. Mac Hardy Manufatureira e Importadora foi fundada pelo escocês Guilherme Mac Hardy em 1875 e foi a primeira sociedade anônima existente na cidade de Campinas. Ela foi nacionalmente conhecida como grande fabricante de máquinas agrícolas – especialmente destinadas ao beneficiamento de café – motores a vapor, caldeiras, e mais tarde turbinas e equipamentos de transporte

As fundições estavam ligadas diretamente à agricultura cafeeira - máquinas agrícolas, e, às estradas de ferro que chegavam na cidade (Cia. Paulista em 1868 e Cia. Mogiana em 1872) com suas demandas. Daí a localização de suas edificações próximas às linhas férreas.

No decorrer dos anos, a Cia. Mac Hardy acabou por formar seis quadras no arrabalde que atualmente está no centro da cidade. Das que constituíam a empresa, a única remanescente é a quadra 25. Até os anos 50, a Mac Hardy foi a principal fabricante de equipamentos da cidade e já diversificava sua produção, fabricando furadeiras, serras. No início dos anos 60, a empresa entrou também na construção civil e acabou fechando em 1985 (CAMPINAS, 2022; CONDEPACC, 2010).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Eclético

Uso projetado: Indústria metalúrgica de processamento de metais e ligas para produção de equipamentos diversos

Data de construção: 1875

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Conjunto Fabril Central das antigas. Cias. Mac Hardy e Lidgerwood Manufacturing

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
--	---------	------	---------------

Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O proprietário do edifício onde funcionava o escritório da antiga Cia. Mac Hardy demoliu a construção em 2016 sem autorização do Condepacc, deixando apenas a fachada, que apresenta grandes rachaduras em decorrência, e a chaminé que pertenciam o conjunto de edificações fabris. Além das rachaduras, há sinais de vandalismo na fachada devido à pichações. Apesar da degradação da chaminé, sua altura e materiais a destacam na paisagem e serviu como ponto de referência para identificarmos o prédio da antiga Cia. Mac Hardy.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: A maioria das construções adjacentes e da área envoltória encontra-se em estado péssimo, especialmente os antigos prédios fabris que estão sem uso e apresentam sinais de vandalismo. A população vulnerável presente do centro se concentra principalmente na área da antiga Cia. Mac Hardy, a situação destes edifícios podendo oferecer um risco adicional à essa população.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): As calçadas do entorno estão quebradas e apresentam lixo acumulado. As vias são estreitas e são utilizadas como estacionamento, o que acompanhado do trânsito intenso, torna a circulação por esta área difícil e potencialmente perigosa. A presença de comércios e residências na área próxima ao entorno indica que a região tem abastecimento de energia, água e saneamento, porém não é possível afirmar isso sobre os antigos edifícios fabris.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

Além da degradação causada pela demolição do edifício, a fachada apresenta sinais de vandalismo e da ação do tempo, o último também se aplica à chaminé.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Sem informações

b) Adequação: Ao longo de seus anos de funcionamento, a Cia. Mac Hardy expandiu sua estrutura de operação por seis quadras nos arredores da rua Barão de Parnaíba.

c) Descaracterizantes: A maior parte das construções foi demolida.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Edificações remanescentes da antiga Companhia Mac Hardy**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 99 de 01 de junho de 2010**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2010.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.6. - PALÁCIO DA MOGIANA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Avenida Campos Salles n° 427 **Bairro:** Centro **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.905963 **Logitude:** -47.064528

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **Prefeitura Municipal de Campinas**

c) Situação de ocupação:

Própria [**X**] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [**X**] Religioso [] Industrial []

Serviço [] Outros []

Especificar: **Centro Público de Apoio ao Trabalhador**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [**X**] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [**X**] Municipal []

Data: **26 de dezembro de 2018**

N° da lei: **Resolução SC – 127**

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **18 de junho de 1998**

N° da lei: **Resolução n° 028**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [**X**] Federal [] Entorno do bem tombado [**X**] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

O Palácio da Mogiana pertenceu à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF), inaugurada em 1875 em Campinas, primeira ferrovia a atingir a fronteira de São Paulo com Minas Gerais e que impulsionou a ocupação de terras do norte paulista e do sul mineiro, sobretudo para a produção cafeeira, no findar do século XIX e início do XX. O Palácio da Mogiana, cujo prédio definitivo foi primeiro inaugurado em 1890 e sucessivamente ampliado até a metade do século XX, constitui documento edificado da trajetória administrativa da empresa, seu crescimento e ocaso, bem como de transformações do próprio centro de Campinas sob o ideário rodoviarista. É também um edifício de companhia férrea paulista de caráter excepcional, por se dedicar exclusivamente às atividades administrativas em local independente das linhas férreas, com projeto próprio para o sítio urbano onde foi implantado. Sua estética apurada denota um objetivo de imprimir à sede da empresa uma imagem classicizante e de solidez, evocando sobriedade no bloco central e poder nos pavilhões laterais. Internamente, sua ornamentação requintada nos espaços de recepção é admirável. Seu projeto correspondeu à representação de poder almejada por seus proprietários – parte da elite política e econômica paulista à época –, razão pela qual recebeu a alcunha de “Palácio” (CONDEPHAAT, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Eclético

Uso projetado: Escritório da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Data de construção: 1890

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Em 2018, o prédio foi ocupado pela Secretaria de Trabalho e Renda após ficar 15 anos em desuso. Atualmente abriga o Centro Público de Apoio ao Trabalhador e está em bom estado de conservação do lado de fora, destacando apenas algumas janelas quebradas. A entrada do Centro Público de Apoio ao Trabalhador tem aparência mais contemporânea que o restante da construção, mas não foi possível entrar no edifício para verificar como se encontra a parte interna.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: as construções do entorno possuem um estilo arquitetônico diferente do palácio, mas a maioria remonta à mesma época de construção, fazendo alusão a estética de “centro histórico”.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): Tanto o entorno como a construção parecem contar com todos os sistemas de abastecimento e equipamentos urbanos apropriados.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo parece ser o maior fator de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: recuperação dos elementos característicos das décadas de 20 e 50 presentes na copa e sanitários, pintura na parte externa e interna.

b) Adequação: revisão do telhado, instalações elétricas, instalações hidráulicas, revisão das portas e caixilhos, revisão do piso cerâmico.

c) Descaracterizantes: em 1933 teve parte demolida para ampliação da avenida Campos Salles.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Palácio da Mogiana**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 028 de 18 de junho de 1998**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 1998.

CONDEPHAAT. **Resolução SC 127 de 26 de dezembro de 2018**. Palácio da Mogiana. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, São Paulo, 2018.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.7. – SUBESTAÇÃO LIX DA CUNHA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Entre a Avenida Lix da Cunha e a Rua Eugenio Ferreira Camargo n° sn **Bairro:** Vila Itália **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.90088 **Logitude:** -47.08411

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **Prefeitura Municipal de Campinas**

c) Situação de ocupação:

Própria [**X**] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []

Serviço [] Outros [**X**]

Especificar: **Conjunto sem uso**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [**X**] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **27 de junho de 2013**

Nº da lei: **Resolução nº 126**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [] Federal [] Entorno do bem tombado [**X**] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

Nos anos de 1910, o aumento no preço do carvão mineral, que era importado, preocupava a administração da Cia. Paulista de Estrada de Ferro. Em 1916 a diretoria da Companhia solicitou ao setor técnico um levantamento sobre a adoção de um sistema de tração por eletricidade. Em dezembro de 1919 o Eng. Francisco de Monlevade apresentou a Diretoria a proposta de utilizar o 418.5 sistema da ferrovia americana Milwaukee Road. Após a entrada de energia pesada – 88.000 Volts – na Subestação Francisco de Monlevade, em Jundiá (após 1965 emancipa-se e forma-se a atual cidade de Louveira), uma parte era utilizada no próprio prédio para mover um conjunto de máquinas e o restante era transmitido para o sistema, através de torres de sustentação até o final do trecho férreo eletrificado, esta etapa dos trabalhos finalizou em Campinas, contendo este primeiro trecho aproximadamente 44 km (CONDEPACC, 2013).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Art Deco

Uso projetado: Subestação de geração de energia elétrica para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Data de construção: Década de 30 do século XX

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Parece que um dos edifícios do conjunto está sendo utilizado como moradia, estando em estado de conservação regular, enquanto os demais edifícios estão sem uso e em estado ruim. Os postes de eletrificação, os trilhos e outras estruturas para eletrificação da linha ferroviária ainda estão no local em estado ruim.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: A localização do conjunto inviabiliza o acesso pela Avenida Lix da Cunha, pois não há calçadas ou passarelas para transitar seguramente nas proximidades. O acesso pela Rua Eugenio Ferreira Camargo é inviabilizado pelo relevo do terreno, pela vegetação e pelo muro ao redor do conjunto.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público):

O conjunto não aparenta ter abastecimento de água, energia e saneamento. É perceptível a falta de manutenção das alçadas no entorno do conjunto na Rua Eugenio Ferreira Camargo, bem como a manutenção da vegetação, que se encontra muito alta, cobrindo quase totalmente os edifícios do conjunto.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo e a negligência quanto ao aparo da vegetação aparentam ser os maiores fatores de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Sem informações

b) Adequação: Sem informações

c) Descaracterizantes: Sem informações

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONDEPACC. **Ata da 418ª reunião ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.** Secretaria Municipal de Cultura, Campinas, 2013.

CONDEPACC. **Resolução nº 126 de 27 de junho de 2013.** Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2013.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-

graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.8. - CURTUME CANTÚSIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Avenida Dr. Carlos de Campos n° 1033 **Bairro:** Vila Industrial **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.91353 **Logitude:** -47.08494

2. PROPRIEDADE

- a) Privada Pública
 b) Responsável: **Pedro Teixeira**
 c) Situação de ocupação:
 Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial
 Serviço Outros
 Especificar: **Uso desconhecido**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não
 Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal
 Data: **02 de abril de 2012**
 N° da lei: **Resolução n° 121**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

O curtume está situado na Vila Industrial, numa quadra onde na primeira metade do século XX havia uma concentração de indústrias, inclusive o Matadouro de Campinas, já demolido. Às margens do Córrego Piçarrão, ele confronta com outro curtume, o Firmino Costa e vários galpões de antigas metalúrgicas.

A importância do Curtume Cantúσιο remonta ao final do século XVIII. Erguido em 1895, foi uma das primeiras indústrias do país, utilizando o couro de gado como matéria-prima. Sua importância se deve ao fato de o Brasil, à época, ser um país ainda predominantemente rural e em vias de iniciar o processo de industrialização.

No início, o local tinha cerca de 100 metros quadrados, capacidade de produção de cinco couros por semana e apenas quatro funcionários. O foco, na época, era produzir solas de couro para sapatos e botas. Na década de 1920, a produção foi ampliada para alguns tipos de jaquetas, couros mais sofisticados, calçados, bolsas, estofados e outros artigos. Já depois da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, a fábrica teve as instalações ampliadas, importou maquinário, contratou técnicos e aumentou consideravelmente a sua produção.

O curtume encerrou as atividades no ano de 1990, sendo tombado, mais tarde, em 2012 (CAMPINAS, 2022; COSTA, 2018).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Neoclássico

Uso projetado: Indústria de processamento de couro cru e produção de artigo em couro

Data de construção: 1911

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Não se aplica.

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O edifício é de grande dimensão e se encontra em estado de conservação ruim, apresentando partes da fachada quebrada, assim como algumas janelas. Apresenta marcas de ação do tempo e ação humana como propagandas e grafite na fachada.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: os edifícios do antigo curtume Firmino Costa e das metalúrgicas encontram-se abandonados em estado de conservação ruim. O entorno apresenta muitos contrastes, pois estas antigas fábricas agora estão ao lado de um condomínio residencial de alta classe e de terrenos vazios.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): As edificações atuais do entorno aparentam ter fornecimento de energia, água e saneamento, mas os curtumes e outros prédios industriais não parecem. A frequência de serviços de coleta de lixo e manutenção dos equipamentos urbanos parece baixa pelo estado da via e entorno, mas o local é acessível ao transporte público e tem alto fluxo de trânsito.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo devido ao abandono do edifício e depredação humana parecem ser os maiores fatores de degradação constante. Em julho de 2022, um incêndio se iniciou no local, causando severos danos principalmente à parte interna do edifício.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Sem informações

b) Adequação: Ao longo dos anos, foram anexadas diferentes construções ao núcleo inicial da fábrica. Essas adições foram feitas para comportar novos processos de produção conforme o curtume expandia suas atividades.

c) Descaracterizantes: Sem informações

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Curtume Cantúcio**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 121 de 02 de abril de 2012**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2012.

CORREIO POPULAR. **Prédio histórico do Curtume Cantúcio é atingido por incêndio e interditado**. Jornal Correio Popular, Campinas, 2022.

COSTA, B. M. Curtume Cantúcio: Isolamento e Memória. **Trabalho de conclusão de**

curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.9. - ÁREAS E PRÉDIOS DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DA ANTIGA COMPANHIA MOGIANA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Rua Mário Siqueira n° 829 **Bairro:** Botafogo **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.89402 **Logitude:** -47.06719

2. PROPRIEDADE

- a) Privada [] Pública [**X**]
 b) Responsável: Universidade Estadual de Campinas, Delegacia Estadual de Esportes e Lazer de São Paulo, BDI Real Estate
 c) Situação de ocupação:
 Própria [**X**] Alugado [] Cedida [**X**] Comodado [**X**] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [**X**] Religioso [] Industrial []
 Serviço [] Outros [**X**]

Especificar: A estação e armazém do café são utilizados pela Unicamp como Centro Cultural de Inclusão e Integração Social, o estádio é utilizado como praça de esportes e centro administrativo pela Delegacia Estadual de Esportes e Lazer de São Paulo e o restante do conjunto é um canteiro de obras da empresa BDI Real Estate.

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **13 de maio de 2004**

Nº da lei: **Resolução nº 45**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [] Federal [] Entorno do bem tombado [**X**] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

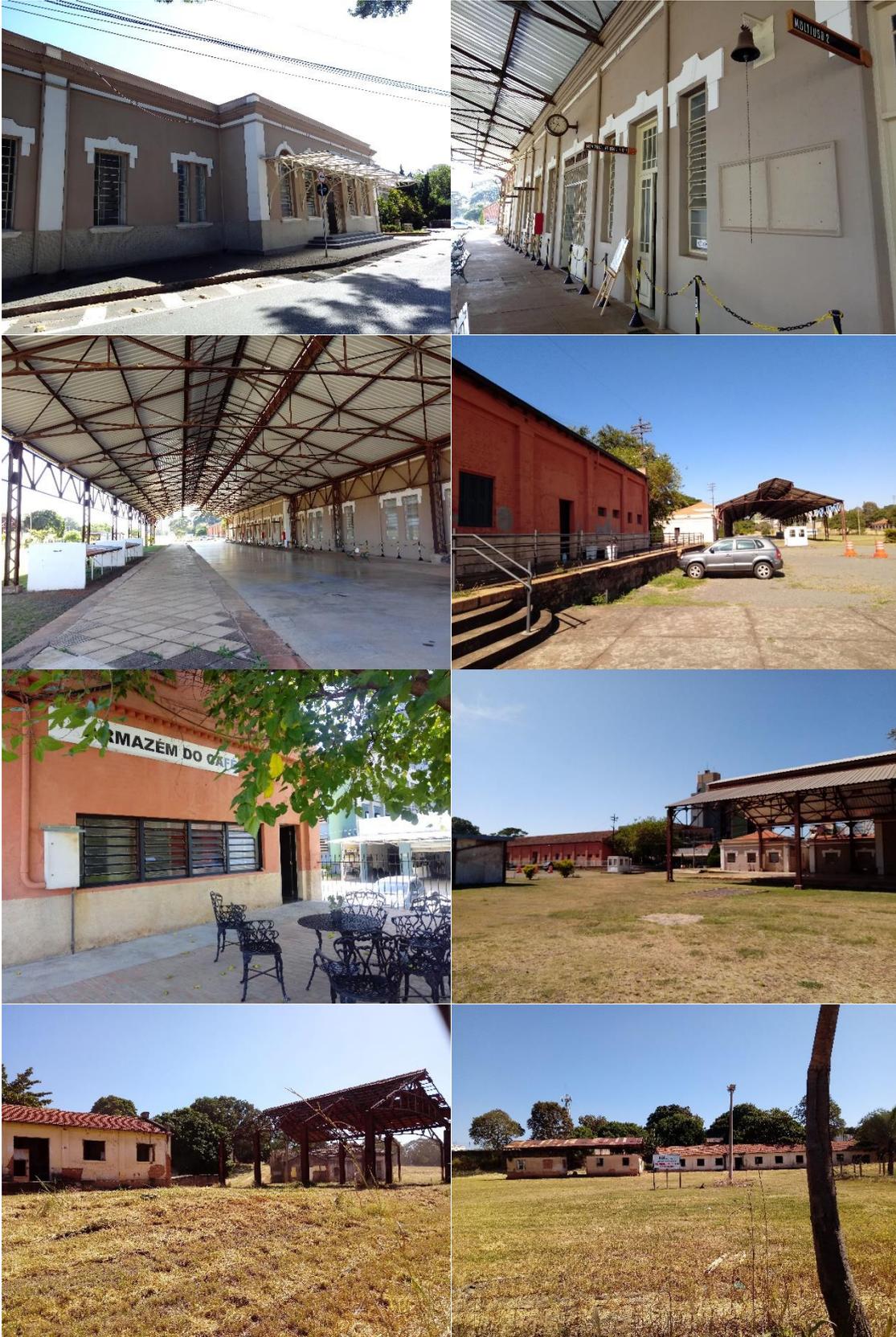
6. HISTÓRICO

Inaugurada em 03 de maio de 1875 a Cia. Mogiana de Estrada de Ferro e Navegação, contou, da mesma maneira que a Cia. Paulista, com grandes nomes ligados à cafeicultura. Em seu primeiro ano de existência, a "Mogiana" atingiu 106 Km de extensão, ligando Campinas a Amparo. Estendendo-se pelo sertão paulista, a "Mogiana" foi conquistando e povoando grandes regiões, construindo entre 1880 e 1890, a maior extensão de linhas férreas no estado de São Paulo. Em 1911 já atingia 1490 Km, percorrendo um total de 30 municípios no estado de São Paulo e 5 municípios em Minas Gerais, com 144 estações.

A Estação Guanabara em Campinas foi uma alternativa para desafogar a estação de partida original, que era junto com a estação da Cia. Paulista. Como era mais próxima do centro da cidade, a estação de Guanabara era mais movimentada. O pátio possuía 13 linhas, caracterizando o intenso movimento da estação.

Com o declínio da cafeicultura, a partir da década de 50, juntamente com outras ferrovias, começou a registrar déficits. Em 1971 passou a ser administrada pela FEPASA, sendo totalmente desativada em 1974, até ser restaurada e ocupada pela Unicamp em 2008 (CAMPINAS, 2022; UNICAMP, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Neorrenascentista

Uso projetado: Pátio de operações ferroviárias das Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Data de construção: 1893

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: 1891

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Desde a instalação do departamento de Ação Cultural no local, a ocupação do espaço do CIS-Guanabara foi expandida e aprimorada. Feitas as devidas adequações, as salas administrativas puderam se instalar tanto no prédio da estação como no armazém, bem como possibilitou a criação de novas salas para uso público. Especificamente no armazém, foram instaladas as salas da gestão cultural, sanitários, o auditório para eventos foi aprimorado para receber os ensaios semanais do Projeto Guri e foi construída uma área de convivência com mesas e cadeiras em uma parte sombreada da fachada. Durante a coleta de campo, observamos que esta área de convivência é aproveitada por funcionários do CIS-Guanabara e pelo público em geral.

O edifício da estação está passando por reformas em algumas salas devido a infiltração da chuva, como a galeria de artes e o memorial ferroviário, no entanto, as demais salas se encontram em excelentes condições de uso e preservação. Todos os elementos da fachada e da plataforma – pintura, janelas, placas, bancos, relógio – também estão em excelentes condições. A parte do gramado cuidada pela zeladoria do CIS-Guanabara está bem aparada e mantida. No geral, toda área sob responsabilidade da Unicamp está muito bem preservada.

Além da área cercada do CIS-Guanabara, está a área sob responsabilidade da

empresa de desenvolvimento imobiliário BDI Real Estate. Os imóveis nesta parte do conjunto estão abandonados em péssimo estado de conservação, com partes inteiras de edifícios em ruínas, além de inúmeras telhas, janelas e paredes quebradas e esburacadas. Nota-se a circulação de caminhões e outros maquinários de construção, indicando que a empresa está fazendo algum tipo de intervenção na área. Porém, com exceção da diminuição de detritos (tijolos, telhas, pedras) e vegetação, não foi possível identificar a natureza da intervenção.

A delimitação da área pela cerca e o obscurecimento da visão pelas outras construções do complexo não permitem alcançar a Vila Ferroviária física ou visualmente, porém, de acordo com registros de 2015, as casas foram demolidas.

O estádio do antigo Esporte Clube Mogiana se encontra fechado ao público, não recebendo jogos por conta das medidas de proteção da pandemia do Covid-19. O gramado está sendo bem mantido, no entanto, as arquibancadas e o edifício onde ficam as salas administrativas estão em estado ruim. As arquibancadas estão interditadas, aparentando estar apresentando problemas estruturais, além problemas com infiltração e mofo. Já o edifício principal apresenta sinais de infiltração e mofo pelo lado de fora, mas parece melhor na parte interna. A guarita de segurança e sanitários aparentam ter esses mesmos problemas. O muro que cerca o estádio também se encontra em situação ruim, com a pintura descascada, rachaduras, mofo e vandalismo.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: O entorno é ocupado em sua maioria por construções contemporâneas de uso comercial, especialmente relacionado a área médica. O estilo arquitetônico da estação e armazém e os espaços vazios do conjunto ferroviário se destacam na paisagem por sua distinção dos outros elementos urbanos mais atuais.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): O estádio e a área sob responsabilidade da Unicamp parecem contar com todos os sistemas de abastecimento e equipamentos urbanos apropriados. A calçada que circula o complexo é estreita, está quebrada e tomada de vegetação em diversos pontos, apresentando riscos para os pedestres.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo, o desuso de parte significativa do complexo ferroviário e o vandalismo aparentam ser os principais fatores de degradação neste sítio.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: A empresa Campinas Decor em 2008 restaurou as fachadas externas, caixilhos, conservação nas paredes e na Gare metálica.

b) Adequação: Foram instaladas paredes e separações móveis na parte interna para criar diferentes salas multiuso e salas administrativas, além das adequações nos sistemas elétricos e hidráulicos.

c) Descaracterizantes: Foram demolidas as 12 casas da Vila Ferroviária e os trilhos foram retirados.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Áreas e Prédios do Complexo Ferroviário da Antiga Companhia Mogiana**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 45 de 13 de maio de 2004**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2004.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

UNICAMP. Centro Cultural de Inclusão e Integração Social. **Breve histórico**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Universidade estadual de Campinas, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.10. - FÁBRICA DE CHAPÉUS CURY

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Rua Barão Geraldo de Resende n° 142 **Bairro:** Vila Itapura **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.89735 **Logitude:** -47.0658

2. PROPRIEDADE

- a) Privada [] Pública []
 b) Responsável: **Construtora Helbor**
 c) Situação de ocupação:
 Própria [] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []
 Serviço [] Outros []
 Especificar: **Conjunto residencial e comercial**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [] Não []
 Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal []
 Data: 21 de janeiro de 2009
 N° da lei: Resolução n° 82

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [] Municipal [] Estadual [] Federal [] Entorno do bem tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

Por volta de 1920 instalou-se o primeiro barracão da Fábrica de Chapéus. A sua conformação atual data de 1950. Seu tombamento se prende ao fato de que esta fábrica integrou o processo de industrialização da cidade de Campinas, tornando-se uma referência para o bairro da Guanabara. A fábrica também ficou mundialmente conhecida por ter fornecido o chapéu da série Indiana Jones, o famoso Chapéu Indy da Cury.

Em quase cem anos de funcionamento, a Fábrica de Chapéus Cury sofreu diversas modificações. Ela continuou produzindo chapéus por todo esse período, mas não exatamente como na época de sua fundação. Nesse intervalo de tempo, transformações nas tecnologias de fabricação, modificação nas leis trabalhistas e nas regulamentações de segurança do trabalho, bem como as demandas do mercado que passaram por momentos de crescimento e redução levaram a mudanças.

Em setembro de 2008, a fábrica se tornou patrimônio histórico de Campinas. A fachada do prédio que era ocupado pela empresa desde 1920 e a chaminé foram tombados pelo Condepac. Os estudos visando o tombamento estavam em avaliação desde 1994 (CAMPINAS, 2022; GERIBELLO, 2015).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Sem informações

Uso projetado: Fábrica de chapéus

Data de construção: 1920

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Fabril do Bairro Vila Itapura em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A fachada encontra-se em estado de conservação regular, enquanto o corpo do edifício foi quase totalmente demolido pela construtora Helbor, a ausência do telhado sendo o aspecto mais notável. As janelas da fachada estão quebradas, não podemos afirmar se por ação da construtora, vandalismo ou ação do tempo. A chaminé aparenta estar em bom estado de conservação vista pelo lado de fora do prédio. O letreiro e outros detalhes em ferro na fachada estão bem conservados.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: Os prédios do entorno encontram-se em variados estados de conservação, mas a maioria está boa ou regular e mantém algum aspecto de suas características arquitetônicas.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): Pelo estado do edifício, é pouco provável que possua abastecimento de água e energia, porém os imóveis do entorno em uso parecem ter todos os equipamentos urbanos à disposição. Para além do estado precário da calçada em torno da fábrica, a região aparenta ser bem cuidada e equipada.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo, o desuso e as intervenções feitas pela Construtora Helbor parecem ser os maiores fatores de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: A construtora Helbor tem um projeto que prevê o restauro de cerca de 1,6 mil m² de área construída de elementos arquitetônicos como a fachada principal com suas esquadrias, parte dos muros e a chaminé da antiga fábrica, que será integrada ao espaço comercial proposto no projeto arquitetônico desenvolvido pelo escritório Königsberger Vannucci.

b) Adequação: A partir de 1923, a fábrica passou por diversas obras de ampliação e modificação de estruturas e maquinários a fim adequar a infraestrutura da fábrica às novas tecnologias de produção e novas demandas. A cronologia das obras pode ser consultada em seu processo de tombamento (Processo 03/94, folhas 84-85).

c) **Descaracterizantes:** Demolição do edifício pela Construtora Helbor para construção do conjunto residencial e comercial.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Fábrica de Chapéus Cury**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 82 de 21 de janeiro de 2009**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2009.

GERIBELLO, D. F. **Fábricas:** Patrimônio Municipal Campineiro. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Cultura. Fundo de Investimentos Culturais de Campinas, 2019.

HORA CAMPINAS. **Antiga fábrica Chapéus Cury desaparece da paisagem urbana de Campinas**. Cidade e Região: Jornal Hora Campinas, Campinas, 2022

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.11. - ANTIGA FÁBRICA DE TECIDOS ELÁSTICOS GODOY & VALBERT S/A

1.IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Rua José Paulino **n°** 1829 **Bairro:** Vila Itapura **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.89920 **Logitude:** -47.06459

2. PROPRIEDADE

a) Privada Pública

b) Responsável: **Igreja do Nazareno Central de Campinas**

c) Situação de ocupação:

Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3.USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial

Serviço Outros

Especificar: **Templo Cristão Evangélico**

4.PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não

Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal

Data: **22 de outubro de 2015**

N° da lei: **Resolução n° 183**

5.PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

A Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A se destinava à produção de artigos de tecidos elásticos, mais especificamente elásticos para botinas e sapatos. A memória guardada na antiga Fábrica de Tecidos Elásticos vai além das atividades que eram desenvolvidas no próprio edifício. A fábrica foi fundada em um momento de reaquecimento da industrialização da cidade após as devastadoras epidemias de febre amarela e de varíola, que causaram um grande esvaziamento na cidade. Para retomar o crescimento industrial, a Prefeitura concedeu isenção de impostos por um período de dez anos a partir de 1921. Nesse mesmo ano, Silvino de Godoy e Guilherme Roberto Valbert fundam a fábrica de tecidos elásticos.

A fábrica também é um marco do momento formação do bairro onde está inserida e de suas conexões com o tecido urbano da região central, que já estava consolidado naquele momento. O bairro que hoje em dia é tão marcado pelos equipamentos de saúde, comércio diversificado e torres residenciais, teve caráter industrial na sua origem, as principais indústrias estruturadoras do bairro, sendo a fábrica de tecidos Elásticos Godoy e Valbert e a fábrica de chapéus Cury (GERIBELLO, 2019).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Fabril Alemão

Uso projetado: Fábrica de produção de tecidos elásticos para botinas e sapatos

Data de construção: 1921

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Fabril do Bairro Vila Itapura em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O edifício está em excelentes condições estruturais e aparenta receber manutenção frequente. No entanto, a construção sofreu diversas intervenções que a descaracterizaram ao longo dos anos, despindo-a de suas características arquitetônicas originais. Os principais elementos característicos conservados são a fachada, as tesouras de suporte do teto e os arcos.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: Como colocado no processo de tombamento, a fábrica foi essencial para formação do bairro. Assim, observa-se muitas construções residenciais, comerciais e institucionais que aparentam datar deste momento inicial. Na Rua José Paulino, a comunidade do Nazareno ocupa diferentes edifícios que apoiam a operação da igreja. A via onde se encontra o bem e as vias do entorno tem fluxo moderado de veículos e pedestres

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): Tanto o bem tombado como o entorno parecem estar equipados com todos os sistemas e serviços adequados. As calçadas em algumas vias próximas a antiga fábrica são estreitas e estão quebradas, o que pode oferecer riscos para os pedestres.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

O edifício não apresenta características de degradação identificáveis por observação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Em 1993, quando foi aberto o processo de tombamento, a Igreja do Nazareno Central de Campinas restaurou todo o espaço.

b) Adequação: Foram feitas diversas obras de adequação ao longo dos anos, especialmente em relação aos sistemas elétricos e hidráulicos para instalação de sanitários, bebedouros, cozinha e copa.

c) Descaracterizantes: A instalação de vitrais e a construção de novas passagens são apenas algumas das intervenções que descaracterizaram o edifício.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Antiga Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 138 de 22 de outubro de 2015**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2009.

GERIBELLO, D. F. **Fábricas**: Patrimônio Municipal Campineiro. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Cultura. Fundo de Investimentos Culturais de Campinas, 2019.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.12. - ESTÁDIO MOISÉS LUCARELLI

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Praça Dr. Francisco Ursaia nº 1900 **Bairro:** Ponte Preta **Cidade:** Campinas
Estado: São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.91244 **Logitude:** -47.05148

2. PROPRIEDADE

a) Privada Pública

b) Responsável: **Associação Atlética Ponte Preta**

c) Situação de ocupação:

Própria Alugado Cedida Comodado Outros

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial Comercial Institucional Religioso Industrial

Serviço Outros

Especificar: **Estádio de Futebol da Associação Atlética Ponte Preta**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim Não

Nível de tombamento: Federal Estadual Municipal

Data: **24 de novembro de 2011**

Nº da lei: **Resolução nº 118**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento Municipal Estadual Federal Entorno do bem
tombado Restrições de uso e ocupação Inventário

6. HISTÓRICO

A história do estádio da Associação Atlética Ponte Preta começou em 1944, quando foi assinada a escritura definitiva de compra do terreno de 30.000m², quase pantanoso, na Chácara Maranhão. O estádio da Ponte Preta, em estilo "art déco", quando inaugurado era o terceiro maior do país. O apelido de majestoso foi dado pela grandiosidade da construção para a época. Inaugurado oficialmente em 12 de setembro de 1948 foi construído em regime de mutirão por seus torcedores e admiradores com doação de materiais e muitas horas de trabalho (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Art Déco

Uso projetado: Estádio de futebol

Data de construção: 1948

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Não se aplica

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			

Excelente			
-----------	--	--	--

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O estádio encontra-se em excelente estado de conservação. O memorial da Ponte Preta e diversas salas da administração estão situadas nos elementos tombados, a fachada e as torres, sendo bem mantidos para seu uso. Não há uma grande diferença visível entre as partes adicionadas mais recentemente ao estádio e as partes originais, todas estão pintadas da mesma forma e segue um mesmo padrão de decoração e organização.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) **Construções adjacentes:** Não se aplica

b) **Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público):**

O estádio dispõe de todos os tipos de abastecimento e o entorno apresenta equipamentos urbanos em boas condições, tais como calçadas, sinalização, lixeiras, etc.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

O estádio apresenta poucos sinais de degradação, a maioria parece causada pela ação do tempo.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) **Restauração e conservação:** É visível que os elementos tombados, a fachada e torres do estádio, recebem intervenções de manutenção com frequência.

b) **Adequação:** Foram feitas obras adjacentes à parte tombada para expandir a operação do estádio, porém as obras não interferiram na fachada e nas torres.

c) **Descaracterizantes:** Sem informações

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Estádio Moisés Lucarelli**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 118 de 24 de novembro de 2011**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2011.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.13. - PONTE SOBRE FERROVIA NO BAIRRO PONTE PRETA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Entre Avenida Francisco Glicério e Rua Abolição n° sn **Bairro:** Ponte Preta
Cidade: Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.914250
Logitude: -47.054836

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública []

b) Responsável: **Prefeitura Municipal de Campinas**

c) Situação de ocupação:

Própria [] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []
 Serviço [] Outros []

Especificar: **Estacionamento do Colégio Adventista de Campinas**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal []

Data: **22 de outubro de 2015**

Nº da lei: **Resolução nº 141**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [] Municipal [] Estadual [] Federal [] Entorno do bem
 tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

Com a instalação dos trilhos da Cia. Paulista no antigo "bairro alto" (1870), foi construída uma ponte de madeira enegrecida com uma camada de piche para suportar o calor causado pela passagem do trem a vapor. A cor preta acabou designando o nome da ponte e posteriormente, do bairro. A ponte interligava a cidade com a estrada de São Paulo e o cemitério do "fundão" (Saudade). Nas suas imediações, existiam campos de futebol que acabaram por originar a Associação Atlética Ponte Preta (1900). Em 1905 a Cia. Paulista a substituiu por materiais mais resistentes (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Ponte de madeira

Uso projetado: Ponte de pedestres sobre a ferrovia

Data de construção: 1870

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A ponte é irreconhecível como tal. A parte que não está sendo utilizado pelo colégio está descuidada e sendo utilizada por moradores de rua, acumulando detritos. A parte em que o colégio utiliza está materialmente excelente, mas foi totalmente descaracterizada como ponte. Não há elementos característicos que poderiam auxiliar na leitura da ponte como tal.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: o entorno imediato da ponte encontra-se bastante descaracterizado, pois construíram-se alguns grandes edifícios escolares que afastaram a ponte do restante das construções ferroviárias do bairro. Assim, apesar de grande parte da Vila Industrial e do restante do bairro estarem em bom estado de conservação, essa separação visual dificulta a leitura da paisagem ferroviária.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): Pela tipologia da construção, alguns equipamentos urbanos não se aplicam, mas percebe-se a falta de manutenção da ponte e falta de coleta de lixo.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo e falta de manutenção por parte do poder público municipal aparentam ser os principais fatores de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Sem informações

b) Adequação: Foi construído um muro para demarcar a área que o Colégio Adventista de Campinas pode utilizar como estacionamento.

c) Descaracterizantes: A construção do muro, a pintura e o recapeamento do asfalto onde o colégio utiliza dificultaram a leitura do espaço como ponte.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Ponte sobre Ferrovia no Bairro Ponte Preta**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº141 de 22 de outubro de 2015**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2015.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.14. - CONJUNTO DE BENS IMÓVEIS REMANESCENTES DA S/A INDÚSTRIA DE SEDA NACIONAL

1.IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Avenida General Carneiro n° 120 **Bairro:** Ponte Preta **Cidade:** Campinas
Estado: São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.91520 **Logitude:** -47.05899

5. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública []

b) Responsável: **O Jornal Correio Popular é responsável por parte do conjunto, enquanto a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Campinas são responsáveis por outras partes respectivas.**

c) Situação de ocupação:

Própria [] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3.USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []
Serviço [] Outros []

Especificar: **Escola Estadual Dom Barreto, Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campinas, sede do jornal Correio Popular.**

4.PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal []

Data: **12 de agosto de 2010**

Nº da lei: **Resolução nº 107**

5.PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [] Municipal [] Estadual [] Federal [] Entorno do bem
tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

A Sociedade Anônima Indústrias de Seda Nacional inaugurou seus edifícios em Campinas no dia 22 de maio de 1923, sendo uma companhia subsidiária da Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, permanecendo até 1935 quando a IRFM (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo) compra as edificações.

As edificações existentes do ano de 1923 em Campinas formavam um grande complexo produtivo, contendo uma tipologia arquitetônica de linhas clássicas. Este estabelecimento contava com uma seção agrícola, seções de fiação, torção, tecelagem, contabilidade, almoxarifado, oficinas mecânicas, eletricidade, marcenaria, entre outras.

As máquinas eram de fabricação italiana e trabalharam nessa indústria cerca de 1000 operários. Há estruturas remanescentes desta fábrica como a chaminé, o pátio interno, parte da Seção de Fiação e o imóvel do Instituto de Sericultura, originários à época da instalação da indústria. O conjunto está fragmentado abrigando atualmente a Escola Estadual Dom Barreto, o jornal Correio Popular, o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campinas, entre outras atividades de menor porte (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Clássica

Uso projetado: Fábrica de tratamento de fios e tecidos de seda

Data de construção: 1922

Engenheiro/Arquiteto responsável:

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Conjunto de bens imóveis remanescentes da S/A Indústria de Seda Nacional

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Este conjunto encontra-se fisicamente dividido por um viaduto na Avenida General Carneiro, o edifício que abriga a Escola Estadual Dom Barreto estando isolado de um lado do viaduto e as demais construções que abrigam o almoxarifado da prefeitura, a sede do Correio Popular e a chaminé da antiga indústria do outro lado.

O edifício que abriga a Escola Estadual Dom Barreto está em excelentes condições com elementos característicos (portas, janelas, piso) conservados. O jardim e o muro em frente ao prédio o encobrem parcialmente.

Os prédios do almoxarifado e a sede do Correio Popular estão em bom estado, mas apresentam mofo nos muros e fachadas. A chaminé entre essas construções se destaca como elemento mais alto desta paisagem e sua construção em tijolos também a destacam pelo material.

Os diferentes usos, intervenções e a separação física entre os elementos do

conjunto podem dificultar sua leitura como complexo fabril.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: Existe uma estreita travessa na lateral do conjunto onde se encontra a chaminé onde é possível observar a base desse elemento, não apenas o topo. Em ambos os lados do viaduto, as características dos prédios os diferenciam dos outros mais contemporâneos do entorno.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): tanto o entorno como as construções parecem contar com todos os sistemas de abastecimento e equipamentos urbanos apropriados. O conjunto está localizado em uma via de intenso fluxo de veículos.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo aparenta ser o principal fator de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: recuperação estrutural para sana trincas nas paredes e revisão do telhado no edifício da Escola Estadual Dom Barreto.

b) Adequação: adequação das instalações elétricas e instalações hidráulicas no conjunto como um todo.

c) Descaracterizantes: retirada de maquinário em todos os edifícios, inclusão da quadra de esportes na Escola Estadual Dom Barreto.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Conjunto de bens imóveis remanescentes da S/A Indústria de Seda Nacional - Colégio Dom Barreto.** Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 107 de 12 de agosto de 2010.** Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2010.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.15. - VILA OPERÁRIA DOS FERROVIÁRIOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Travessa Paulista, Avenida da Saudade e Rua Álvaro Ribeiro n° quarteirão 1159
Bairro: Ponte Preta **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo **Coord.Geográficas:**
latitude: - 22.91591 **Logitude:** - 47.05654

2. PROPRIEDADE

- a) Privada [] Pública []
 b) Responsável: **Proprietários particulares das residências**
 c) Situação de ocupação: **Ocupado**
 Própria [] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []
 Serviço [] Outros []
 Especificar:

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [] Não []
 Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal []
 Data: **18 de dezembro 2009**
 N° da lei: **Resolução n° 77**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [] Municipal [] Estadual [] Federal [] Entorno do bem
 tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

A rede ferroviária em Campinas após iniciar as operações, e, no decorrer dos anos de 1870 até a segunda década do século XX, aumentou consideravelmente o movimento, tanto de carga - o transporte do café - quanto de passageiros. Devido a estes fatores a ampliação das linhas férreas, e conseqüentemente, a necessidade de mais mão-de-obra, aumentou a demanda por casas operárias.

A Vila da Cia. Paulista construída no Bairro Ponte Preta, nos demonstra o contexto citado, pois foi efetivada durante a época de expansão, neste caso, os anos 10 do século XX. Estes imóveis estão inseridos no pátio de manobras onde existia o Armazém de inflamáveis da Cia. Paulista - o prédio ainda permanece - e próximo às indústrias existentes na época - Cia. de Seda Nacional e Cia. MacHardy - demonstrando o interesse da empresa em manter os operários no lugar de trabalho, de acordo com a sua demanda.

O casario em questão foi edificado com 10 imóveis geminados, num total de 20 casas, com um pavimento sobre porão, as fachadas idênticas e simétricas. Existiam dois tipos de moradia operária, uma com dois quartos, sala e cozinha - a tipo 1 - e a outra com um escritório, dois quartos, sala e cozinha - a tipo 2 - ambas com sanitário no fundo do lote. Ainda há uma casa de um pavimento, isolada do conjunto com 135m², destinada a um funcionário com cargo (CAMPINAS, 2022)

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Casas geminadas de alvenaria

Uso projetado: Residencial

Data de construção: 1919

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

No geral, as casas estão em bom estado de conservação, apesar de terem passado por adequações e modernizações ao longo dos anos. Por este motivo, é difícil identificá-las a princípio como pertencentes à Vila Industrial, já que não existem indicações intencionais de que esta área era a Vila. No entanto, alguns elementos como os telhados das casas e a largura das calçadas sugerem que o bairro é “antigo”.

Atualmente, a rua na qual a maioria das residências tombadas se encontra possui tráfego intenso de veículos.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) **Construções adjacentes:** Não se aplica

b) **Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público):**

Todas as residências aparentam estar equipadas com abastecimento de energia e água e sistema de saneamento. As ruas nas quais as residências estão localizadas contam com iluminação pública, sinalização urbana, coleta de lixo e transporte público nas imediações.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo aparenta ser o principal fator de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) **Restauração e conservação:** Sem informações

b) **Adequação:** Incorporação dos sanitários ao corpo da casa.

c) **Descaracterizantes:** Os portões e as esquadrias são os elementos que mais sofreram modificações ao longo do tempo. A necessidade de uma cobertura para abrigar veículos, por sua vez, foi o principal motivo de descaracterização das fachadas.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Vila Operária dos Ferroviários**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 77 de 18 de dezembro de 2008**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2008.

GUZZELLI, B. G. Ferrovia, trabalho e habitação: Vilas Operárias de Campinas (1883-1919). 2014. **Dissertação** (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022

ANEXO 1.16. - RAMAL FÉRREO CAMPINEIRO, SITUADO NO DISTRITO DE SOUSAS

1.IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Entre a ponte metálica, situada sobre o rio Atibaia, no prolongamento da Rua Jacinto Martinelli e o local da antiga Estação de Joaquim Egídio, localizada na esquina das Ruas Prof. Manoel Saturnino do Amaral e Prof. Manoel Herculano da Silva Coelho n° sn **Bairro:** Sousas e Joaquim Egídio **Cidade:** Campinas **Estado:** São Paulo
Coord.Geográficas: latitude: -22.87828 **Logitude:** -46.96558

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **Prefeitura Municipal de Campinas**

c) Situação de ocupação:

Própria [**X**] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3.USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []

Serviço [] Outros [**X**]

Especificar: **Estrada de terra**

4.PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **13 de maio de 2004**

N° da lei: **Resolução n° 044**

5.PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [] Federal [] Entorno do bem tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

Em meados de 1889 os fazendeiros Paulo Machado Florense - Fazenda Cabras - e Inácio de Queirós Lacerda - Fazenda Dr.Lacerda, constituem a Companhia Ramal Férreo Campineiro - C.R.F.C. para aumentar o escoamento da produção de café, pois o sistema usado era tração animal.

Em 20 de setembro de 1893 iniciou-se a operação da linha, com tração a vapor - locomotivas Maria-fumaça. A C.R.F.C., foi vendida em 1911 a empresa de energia elétrica e bondes da cidade, a Companhia Campineira de Tracção Luz e Força - C.C.T.L.F., que teve uma das poucas linhas brasileiras com veículos elétricos, cuja funcionalidade era genuinamente rural, sendo a terceira empresa ferroviária a ser eletrificada no país.

A C.C.T.L.F. foi vendida à empresa norte-americana Electric Bond And Share Company - E.B.A.S.C.O - no ano de 1928, e no ano de 1946, é novamente vendida para a Companhia Paulista de Força e Luz - C.P.F.L. - que operou os bondes até o mês de agosto de 1952., quando dividiu em dois conjuntos. O trecho urbano passa para a Sociedade Campineira de Transportes Elétricos - S.C.T.E. - e o trecho rural é transferido para a Estrada de Ferro Sorocabana - E.F.S. - que no dia 10 de fevereiro de 1960 fecha em definitivo, não circulando mais nenhum bonde (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Sem informações

Uso projetado: Linha de circulação de veículos de tração a vapor para escoamento de café

Data de construção: 1893

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Trajeto Linha das Cabras do antiga Cia. Ramal Férreo Campineiro

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Os trilhos e outros equipamentos de tração foram retirados da via, restando somente o traçado da antiga rota. A via de terra é utilizada atualmente por veículos e animais dos moradores da área rural e por trilheiros.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) **Construções adjacentes:** Não existem mais outros equipamentos que indicam a

ocorrência da operação ferroviária neste trecho. No entanto, as estruturas das fazendas de café que impulsionaram a construção deste ramal ferroviário ainda estão presentes na paisagem, além da ponte metálica sobre o Rio Atibaia, por onde o trem passava.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): Por se tratar de uma estrada de terra em um espaço rural, o trecho não aparenta contar com os equipamentos urbanos comuns em vias urbanas.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A retirada dos trilhos e equipamentos ferroviários e as mudanças orgânica e artificiais da paisagem natural no entorno parecem ser os principais fatores de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) **Restauração e conservação:** Sem informações.

b) **Adequação:** Sem informações.

c) **Descaracterizantes:** Retirada dos trilhos e equipamentos ferroviários.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Ramal Férreo Campineiro, situado no Distrito de Sousas.** Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 044 de 13 de maio de 2004.** Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2004.

COSTA, A. A. Viação férrea Campinas Jaguariúna: estudo sobre a representatividade identitária de um trem turístico (Jaguariúna, SP). 2021. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus Experimental de Rosana, 2021.

RAMAL FERREO. O Ramal Férreo Campineiro e os Bondes de Campinas. **Fotografias do Presente.** 2015.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram retiradas do blog Ramal Ferreo, todos os créditos das fotos são dos autores do blog. As imagens foram tiradas em 2003. Não foi possível encontrar imagens de boa resolução mais atuais em fontes oficiais.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.17. - BONDES E SEUS EQUIPAMENTOS REMANESCENTES

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Av. Dr. Heitor Penteado nº 1671 **Bairro:** Taquaral **Cidade:** Campinas
Estado: São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.872660 **Logitude:** -47.048501

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **Prefeitura Municipal de Campinas**

c) Situação de ocupação:

Própria [] Alugado [] Cedida [**X**] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []

Serviço [] Outros [**X**]

Especificar: **Bonde de passeio recreativo**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **26 de março de 2015**

Nº da lei: **Resolução nº 133**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [] Federal [] Entorno do bem
 tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

A fundação do Ramal Férreo Campineiro ocorreu nos anos finais do século 19, mais precisamente em 1889. A partir do interesse de dois fazendeiros, Paulo Machado Florense e do Dr. Inácio de Queirós Lacerda, surgiu a ideia da criação de um ramal ferroviário que ligasse as suas fazendas, a de Cabras e do Dr. Lacerda, situadas na região de Joaquim Egídio, à estação ferroviária de Campinas, afim de facilitar o escoamento da safra de café, até o momento ainda restrito ao transporte de tração animal.

Em 1917 e nos anos que se seguiram, veio a decadência econômica do café, após a crise do ataque da "broca", uma peste para a qual não se tinha controle, e que levou vários fazendeiros da região à falência. Esta é apontada como uma das grandes causas para não se conseguir manter os custos operacionais da ferrovia, mesmo ela sendo de pequeno porte. O Ramal Férreo Campineiro estava chegando ao seu fim.

Em 18 de Março de 1917, com a inviabilidade de se manter os trens do R.F.C., a CCTL&F decidiu comprar a empresa e desativou definitivamente o uso dos trens. começou a ser elaborado um serviço de bondes, ligando Campinas à fazenda Cabras e para isso a empresa encomendou em 1919, o "bondão", apelido dado a ele por ser bem maior que os bondes abertos que atendiam na área urbana. O ramal começou a ser eletrificado e teve suas bitolas aumentadas a partir de 1917; em 1919 estas obras já estavam atingindo a fazenda Cabras. A troca de bitola serviu para que esta linha se compatibilizasse com a dos bondes urbanos, da qual o bondão utilizava, em parte de seu trajeto.

O bonde elétrico funcionou por 56 anos. No dia 5 de novembro de 1972 a Prefeitura Municipal de Campinas inaugurou uma linha interna circular com quatro bondes e pouco mais de 3 km ao redor da Lagoa do Taquaral (CORREIO POPULAR,

2015; CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Sem informações

Uso projetado: Linha e equipamentos de bonde de tração elétrica

Data de construção: 1913

Engenheiro/Arquiteto responsável: Companhia Campineira de Tração, Luz e Força

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Trajeto Linha das Cabras do antiga Cia. Ramal Férreo Campineiro

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O carro do bonde se encontra em boas condições, as partes de madeira e ferro estando bem pintadas e mantidas, sem mofo ou ferrugem. Os trilhos também estão bem conservados, o único adendo sendo o som que o bonde faz em movimento, que passa a impressão de que algum maquinário está desalinhado.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: Além dos trilhos, outro equipamento ferroviário presente no parque é a estação Nestor Raimundo. A estação está em bom estado de conservação e se encontra fechada e sem uso. O passeio de bonde faz uma breve parada nesta estação, mas não é especificado o motivo e não há nenhuma sinalização informativa sobre a estação e seu papel no sistema ferroviário. Os postes de eletrificação estão em bom estado distribuídos ao longo da linha.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): O Parque Portugal conta com todos os equipamentos urbanos de iluminação, saneamento, fornecimentos de água, coleta de lixo, transporte público, sinalização urbana, prestação de informação, entre outros.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

Um dos bondes localizados no Parque Portugal teve seu maquinário furtado, restando apenas a carcaça. O bonde que circula pelo parque não apresenta sinais estéticos de degradação, porém durante o passeio percebe-se que o sistema de tração sofre com o desgaste natural do tempo devido aos sons do maquinário.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Parece ser feita manutenção constante da pintura do bonde. Foi necessário realizar a restauração do maquinário para que ele tivesse condições mecânicas de circular.

b) Adequação: Algumas partes do maquinário e do sistema de tração tiveram que ser adequados aos sistemas de eletrificação contemporâneos.

c) Descaracterizantes: A paisagem ferroviária em torno da linha, com a instalação de equipamentos urbanos e de lazer no parque e com o fechamento da estação Nestor Raimundo, aparenta ter sido descaracterizada ao longo dos anos.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Bondes e seus equipamentos remanescentes**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CAMPINAS. Estrutura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. **Bondes**. Portal Cultura Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução n° 133 de 26 de março de 2015**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2015.

CORREIO POPULAR. **Bondes viram patrimônio da cidade**. Jornal Correio Popular: Campinas, 2015.

TATINI, V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram registradas pelo responsável pelo preenchimento da ficha durante coleta de campo em abril de 2022.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.18. - CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA USINA SALTO GRANDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Estrada do Salto Grande n° sn **Bairro:** Joaquim Egídio **Cidade:** Campinas
Estado: São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.93042 **Logitude:** -46.89892

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública [**X**]

b) Responsável: **CPFL Energia**

c) Situação de ocupação:

Própria [**X**] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3. USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []

Serviço [] Outros [**X**]

Especificar: **Sem uso**

4. PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [**X**] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal [**X**]

Data: **02 de abril de 2012**

Nº da lei: **Resolução nº 120**

5. PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

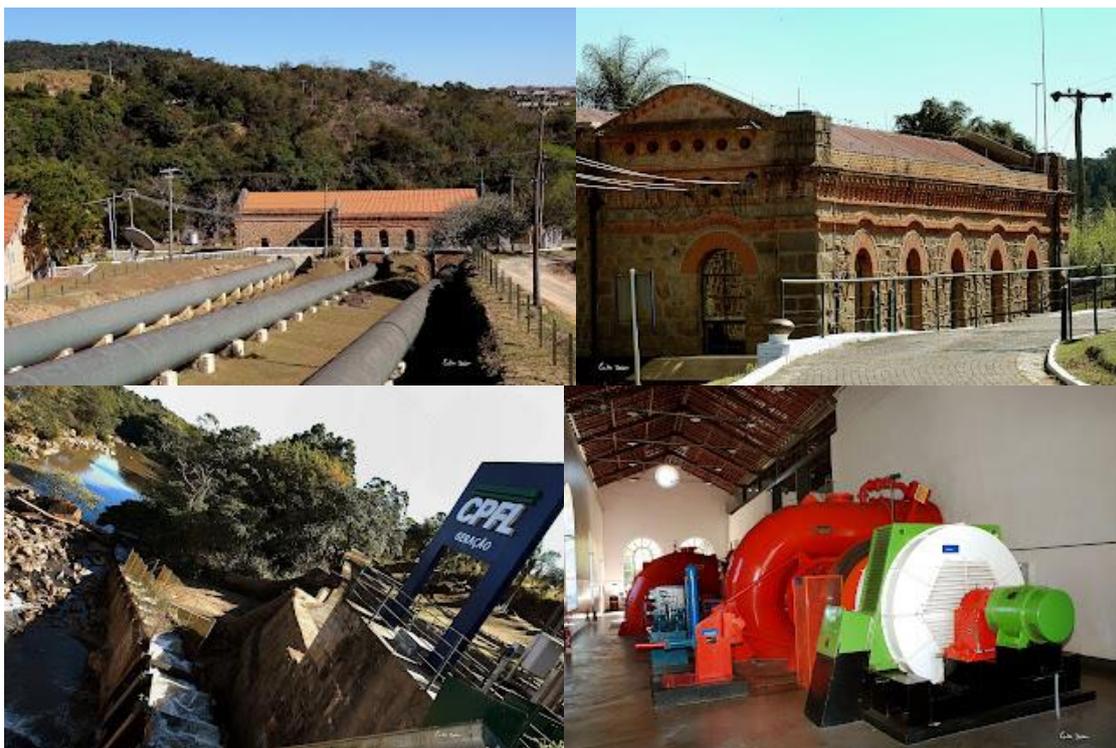
Tombamento [**X**] Municipal [**X**] Estadual [] Federal [] Entorno do bem
tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

O Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande, localizado no distrito de Joaquim Egídio, é delimitado por uma área de 75.481,81 m². Trata-se de importante remanescente da Cia. Campineira de Tração, Luz e Força, construído em 1905, com desenho arquitetônico em estilo inglês. Sua implantação associada à paisagem marcada pelas águas do Rio Atibaia nos revela a existência de uma pequena Central Hidrelétrica.

Campinas começou os planos para a instalação de uma hidrelétrica em 1904, quando a empresa Cavalcanti, Byinton e Cia comprou áreas próximas ao Rio Atibaia, onde seria instalada a Usina de Salto Grande. A construção começou um ano depois e, em 1906, passou a fornecer energia para a iluminação dos distritos de Sousas e Barão Geraldo, a cidade de Itatiba e Pedreira. A eletrificação pesada de Campinas começou em 1912 (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Estilo Inglês

Uso projetado: Usina hidrelétrica

Data de construção: 1906

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			
Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

De acordo com imagens obtidas através da ferramenta Google Street View de 2019, o edifício principal da usina aparenta estar em bom estado de conservação. Não é possível afirmar como está o estado do maquinário.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: Além da usina e seus equipamentos, este conjunto arquitetônico tem dez casas de trabalhadores. Não foi possível encontrar imagens ou informações sobre a situação destas residências.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento,

iluminação, coleta de lixo, transporte público): A usina se encontra em uma área rural cercada por mata, além de não estar em funcionamento atualmente. Não encontramos informações de fontes oficiais sobre quais equipamentos urbanos existem neste conjunto, no entanto, como ocorriam visitas ao local, é provável que os edifícios principais da usina tenham abastecimento de água, iluminação e sistema de saneamento.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

Em 2019, a usina fechou para visita, porém a CPFL aparenta realizar manutenção frequente no local, dessa forma o único fator de degradação parece ser a sutíl ação do tempo.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

- a) **Restauo e conservação:** Sem informações
- b) **Adequação:** Sem informações
- c) **Descaracterizantes:** Sem informações

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução nº 120 de 02 de abril de 2012**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2012.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram retiradas do blog Bybassan, todos os créditos das fotos são dos autores do blog. As imagens foram tiradas em julho de 2007 e postadas em janeiro de 2020. Não foi possível encontrar imagens de boa resolução em fontes oficiais.

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 1.9. - PERCURSO DO LEITO DA ANTIGA ESTRADA DE FERRO MOGIANA NO TRECHO ENTRE CAMPINAS ATÉ A DIVISA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

1.IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

Rua: Estrada do Salto Grande n° sn **Bairro:** Joaquim Egídio **Cidade:** Campinas
Estado: São Paulo **Coord.Geográficas: latitude:** -22.93042 **Logitude:** -46.89892

2. PROPRIEDADE

a) Privada [] Pública []

b) Responsável: **Associação Brasileira de Preservação Ferroviária**

c) Situação de ocupação:

Própria [] Alugado [] Cedida [] Comodado [] Outros []

3.USO DO EDIFÍCIO ATUALMENTE

Residencial [] Comercial [] Institucional [] Religioso [] Industrial []

Serviço [] Outros []

Especificar: **Trem Turístico Viação Férrea Campinas Jaguariúna**

4.PROTEÇÃO LEGAL EXISTENTE

Tombamento: Sim [] Não []

Nível de tombamento: Federal [] Estadual [] Municipal []

Data: **26 de abril de 2012**

Nº da lei: **Resolução nº 122**

5.PROTEÇÃO LEGAL PROPOSTA

Tombamento [] Municipal [] Estadual [] Federal [] Entorno do bem tombado [] Restrições de uso e ocupação [] Inventário []

6. HISTÓRICO

A Cia. Mogiana de Estradas de Ferro foi inaugurada em 1875, com uma linha principal de Campinas a Mogi Mirim e o ramal a Amparo. No decorrer da década de 1920 existiram retificações no trecho ferroviário, aumentando o movimento de cargas e pessoas.

O trecho original de 1875 era sinuoso com rampas acentuadas, e conforme a proposta do novo traçado para melhorar as condições do tráfego, este seria de curvas mais suaves e reto, contudo, era necessário a construir novas estações por conta da mudança da linha férrea, praticamente era fazer uma nova estrada no mesmo local. Este trecho foi o primeiro que a Cia. Mogiana interveio, desativando as antigas estações que acabaram ficando próximas as novas, porém não passava mais os trilhos. Com exceção da Estação Gety, que ficou completamente fora do novo traçado, a nova estação passou a ser denominada Pedro Américo. Gradativamente a Cia. vai realizando obras por toda a estrada de ferro, modificando lentamente todo o seu traçado.

O último trem a trafegar por este leito foi em outubro de 1977. Nos anos de 1980 a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária inicia o tráfego com locomotivas a vapor no então trecho ferroviário desativado - Anhumas, Pedro Américo, Tanquinho, Des.Furtado, Carlos Gomes - único traçado remanescente original da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (CAMPINAS, 2022).

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



8. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipologia dominante: Neorrenascentista

Uso projetado: Traçado Férreo da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro

Data de construção: 1875

Engenheiro/Arquiteto responsável: Sem informações

Fundado/Mandado construir em: Sem informações

Referente ao Conjunto arquitetônico: Complexo Ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas

Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres): Sem informações

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO / OCUPAÇÃO

	Ocupado	Vago	Parcial/ocup.
Péssimo			
Regular			

Bom			
Excelente			

10. ANÁLISE DETALHADA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

As estações Anhumas, Pedro Américo, Tanquinho, Carlos Gomes e Jaguariúna encontram-se em boas condições, a exceção sendo a estação Desembargador Furtado, que está em péssimo estado. Os pátios destas estações foram sendo reduzidos ao longo dos anos, não sobrando muitos remanescentes da operação ferroviária além dos prédios das estações, dos trilhos e das sinalizações nas vias.

As locomotivas usadas para o transporte de passageiros estão em excelentes condições, mantendo seus elementos característicos como os apitos e o sino.

11. ANÁLISE DO ENTORNO – SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

a) Construções adjacentes: As casas sedes de diferentes fazendas foram incluídas no tombamento, mas não foi possível verificar seu estado. No mais, a paisagem no entorno do percurso é rural, passando pelas antigas fazendas de café.

b) Equipamentos urbanos disponíveis (fornecimento de água, saneamento, iluminação, coleta de lixo, transporte público): As estações em funcionamento parecem contar com todos os sistemas de abastecimento apropriados, no entanto, por se encontrarem em zonas mais rurais, não é possível afirmar quais equipamentos urbanos disponíveis.

12. FATORES DE DEGRADAÇÃO:

A ação do tempo aparenta ser o único fator de degradação.

13. INTERVENÇÕES REALIZADAS:

a) Restauro e conservação: Em 1981, a ABPF iniciou uma obra de restauração completa na linha e suas estações, bem como nas locomotivas. Posteriormente, esse percurso tinha ficado abandonado e as estações fechadas por 20 anos.

b) Adequação: Sem informações

c) Descaracterizantes: Sem informações

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO FERROVIÁRIA. Passeios de Trem e Museus. **Viação Férrea Campinas Jaguariúna**. ABPF, 2022.

CAMPINAS. Patrimônio Histórico e Cultural. Bens Tombados. **Percurso do leito da Antiga Estrada de Ferro Mogiana no trecho entre Campinas até a divisa do Município de Jaguariúna**. Prefeitura Municipal de Campinas, 2022.

CONDEPACC. **Resolução n° 121 de 26 de abril de 2012**. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, 2012.

TATINI. V. A. B. Estudo da interpretação patrimonial nos sítios industriais tombados de Campinas-SP. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2022.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as imagens neste documento foram retiradas do site oficial da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, não se sabe o ano de registro. Porém, comparando com imagens de outras fontes extra oficiais, aparentam ser recentes (entre 2020 e 2022).

16. FICHA TÉCNICA

Levantamento	Victoria A. B. Tatini	Data: Abril 2022
Histórico	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Descrição	Victoria A. B. Tatini	Data: Agosto 2022
Revisão	Victoria A. B. Tatini	Data: Setembro 2022

ANEXO 2. – MODELO DE FICHA DE USO TURÍSTICO

- 1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []
- 2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**
- 3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []
- 4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []
- 5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**
- 6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não []
- 7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:**
- 8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**
E-mail:
Telefone:
Site:
- 9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não []
- 10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não []
- 11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não []
- 12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**
- 13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não []
- 14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**
- 15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**
- 16) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE?** Sim [] Não []
- 17) **QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?**
- 18) **POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA?** Sim [] Não []
- 19) **O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS?** Sim [] Não []
- 20) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES?** Sim [] Não []

- 21) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO?** Sim [] Não []
- 22) **EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL?** Sim [] Não []
- 23) **QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?**
- 24) **ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO?** Sim [] Não []
- 25) **É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL?** Sim [] Não []

ANEXO 2.1. - COMPLEXO FERROVIÁRIO CENTRAL FEPASA

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim [] Não []

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

Os edifícios em uso do complexo possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros nesses locais. As áreas vazias do complexo não aparentam contar com coleta de lixo ou nenhum tipo de limpeza urbana, enquanto os edifícios em uso parecem contar com esses serviços em alguma capacidade.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim [] Não []

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim [] Não []

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

De todo complexo, só foi possível verificar mais detalhadamente os equipamentos de segurança da Estação Cultura. A prefeitura municipal contratou uma empresa de segurança terceirizada para cuidar do local das 08h00 às 18h00. Além da equipe de segurança, a estação está equipada com alarmes, mangueiras e extintores de incêndio, sinalização apontando para as saídas de emergência e sinalização indicando a capacidade de carga dos ambientes da estação.

A equipe de segurança é responsável somente pelo prédio da estação, assim ainda ocorrem furtos de carro frequentes no pátio ferroviário e atividades relacionadas ao uso de drogas no túnel de pedestres.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim [] Não []

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h às 22h

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail):

E-mail: coordenadoria.estacao@campinas.sp.gov.br

Telefone: (19) 3705-8000

Site: <<https://conheca.campinas.sp.gov.br/pois/643>>.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim [] Não []

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [] Não []

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [] Não []

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

O local não possui atendimento ao público, porém nota-se uma demanda por esse tipo de serviço, já que se observa frequentadores fazendo perguntas aos seguranças da estação

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não [**X**]

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

O complexo não oferece visitas guiadas, porém é possível agendar uma dessas visitas com agências de turismo locais.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

O complexo se encontra ao lado do terminal rodoviário municipal e inter municipal, facilitando seu acesso por ônibus. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização central também permite acesso por frequentadores que estejam a passeio a pé pelo centro da cidade ou que morem nas proximidades.

16) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE?** Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

A entrada e mais alguns pontos da Estação Cultura contam com rampas de acesso, mas sua instalação é inconsistente. Não existem outras estruturas de acessibilidade no restante do complexo.

18) **POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA?** Sim [**X**] Não []

19) **O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS?** Sim [**X**] Não []

20) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES?** Sim [] Não [**X**]

21) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO?** Sim [] Não [**X**]

22) **EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL?** Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

O único recurso interpretativo que identificamos no local foi a placa com QR Code do projeto Territórios do Comum do Senac Campinas fixada na Estação Cultura. Como descrito no corpo da dissertação, o vídeo acessado pelo QR Code foca da Vila Industrial.

24) **ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO?** Sim [**X**] Não []

25) **É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL?** Sim [**X**] Não []

ANEXO 2.2. - VILAS MANOEL DIAS E MANOEL FREIRE

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

As residências em uso da Vila possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros e cozinhas nesses locais. A Vila aparenta contar com coleta de lixo e limpeza urbana em alguma capacidade.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

Não é possível verificar as estruturas de segurança nas residências, porém as vias da Vila possuem sinalização de trânsito devida, iluminação e hidrantes. A maioria das calçadas apresenta grandes desníveis e estão quebradas, podendo potencialmente apresentar riscos aos pedestres.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não [] **Obs:** As residências não estão abertas à visitação, porém a área da Vila está.

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Não se aplica.

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):** Não se aplica.

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não []

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não []

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não []

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

Por se tratar de um conjunto de residências e comércios, o local não possui atendimento turístico ao público.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não []

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

A Vila não oferece visitas guiadas, porém é possível agendar uma dessas visitas com agências de turismo locais.

15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**

A Vila se encontra ao lado do terminal rodoviário municipal e intermunicipal, facilitando seu acesso por ônibus. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização central também permite acesso por frequentadores que

estejam a passeio a pé pelo centro da cidade ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

Algumas calçadas possuem rampas de acesso, mas sua instalação é inconsistente.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [**X**]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**]

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Existe uma placa com QR Code do projeto Territórios do Comum do Senac Campinas fixada na Estação Cultura. O vídeo acessado pelo QR Code foca da Vila Industrial.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [**X**] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [**X**]

ANEXO 2.3. - LIDGERWOOD MANUFACTURING LTDA. (ATUAL "MUSEU DA CIDADE")

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim
[] Não

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

O edifício abrigava o Museu da Cidade, assim, mesmo não sendo possível verificar quais serviços de saneamento básico existem no local atualmente, é provável que o edifício disponha de sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros e copa nesse local. O entorno aparenta contar com um serviço de coleta de lixo e limpeza urbana inconsistente.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim
Não **Obs:** Não foi possível verificar.

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim Não **Obs:** Não foi possível verificar.

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

Não foi possível verificar se ou quais equipamentos de segurança existem no local.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim Não

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: O local não está em funcionamento.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail):

E-mail: museudacidade@campinas.sp.gov.br

Telefone: (19) 3231-3387

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim Não

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim Não

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim Não

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

O local não está em funcionamento nem aberto à visitação.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim Não

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

O local não está em funcionamento nem aberto à visitação.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

É importante reforçar que embora seja possível acessar o local, não é possível adentrar,

pois o edifício está fechado e sem uso atualmente.

A antiga fundição se encontra ao lado do terminal rodoviário municipal e intermunicipal, facilitando seu acesso por ônibus. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização central também permite acesso por frequentadores que estejam a passeio a pé pelo centro da cidade ou que morem nas proximidades, porém o estado ruim e a largura de algumas calçadas no entorno podem representar algum perigo aos pedestres.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

O local não está em funcionamento nem aberto à visitação.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [**X**] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [**X**] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [] **Obs:** Não foi possível verificar.

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**] **Obs:** Não foi possível verificar.

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Por se tratar de um museu, é provável que existam recursos interpretativos no interior do local, mas não foi possível verificar. No Largo da Estação, existem placas informativas tratando da antiga fundição e dos outros bens patrimoniais do entorno que tem relação com a fábrica.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [**X**]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [**X**] Não []

ANEXO 2.4. - ANTIGA CASA DE FORÇA/ ESCRITÓRIO DA ANTIGA CIA. RAMAL FÉRREO CAMPINEIRO

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim [] Não []

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

Por funcionar como restaurante atualmente, o antigo escritório conta com sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto. No entorno ocorre coleta de lixo e limpeza urbana em alguma capacidade.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim [] Não []

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim [] Não []

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

O restaurante está equipado com alarmes, sprinkler e extintores de incêndio, sinalização apontando para as saídas de emergência.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim [] Não [] **Obs:** É possível frequentar o restaurante como consumidor, mas não está aberto à visitação turística.

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 10h às 22h

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail):

Telefone: (19) 3236-3660

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim [] Não []

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [] Não []

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [] Não []

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

O restaurante não recebe visitas turísticas, sendo assim, não existe atendimento ao público no local.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim [] Não []

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

O restaurante não recebe visitas turísticas, sendo assim, não existem visitas guiadas no local.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

O antigo escritório está localizado ao lado do terminal municipal e intermunicipal de

ônibus, em uma das saídas deste terminal. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos, porém o trânsito na rua Dr. Ricardo é desorganizado e relativamente intenso. Sua localização permite acesso por frequentadores que estejam passando pela área ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não []

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?
Existem rampas e corrimãos de acesso na entrada do restaurante.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim []
Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim []
Não []

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?
Não Existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [].

ANEXO 2.5. - EDIFICAÇÕES REMANESCENTES DA ANTIGA COMPANHIA MAC HARDY

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim Não

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?
Não existem serviços de saneamento básico no local.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim Não

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim Não

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

O local foi demolido e as estruturas remanescentes aparentam estar com problemas estruturais, representando possível perigo de desabamento.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim Não

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: O local não está em funcionamento.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail): Não se aplica.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim Não

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim Não

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim Não

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

O local não está aberto para visitação ou em funcionamento.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim Não

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

O local não está aberto para visitação ou em funcionamento

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

O edifício da antiga companhia Mac Hardy se encontra próximo do terminal rodoviário municipal e intermunicipal, facilitando seu acesso por ônibus. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos, porém as ruas no entorno do imóvel são

estreitas e comumente usadas como estacionamento, dificultando a passagem de veículos. Sua localização central também permite acesso por frequentadores que estejam a passeio a pé pelo centro da cidade ou que morem nas proximidades, mas o estado ruim das calçadas nos arredores do bem representam possível perigo aos pedestres.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

O local não está aberto para visitação ou em funcionamento.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [**X**]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**]

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [**X**]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [**X**]

ANEXO 2.6. – PALÁCIO DA MOGIANA

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

No edifício funciona o Centro Público de Apoio ao Trabalhador da Prefeitura Municipal de Campinas, possuindo sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros e copa nesse local. O palácio e seu entorno contam com serviços de saneamento e limpeza urbana.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

Não foi possível entrar no edifício para verificar, no entanto, considerando que atualmente no local funciona um órgão da prefeitura municipal, é preciso que o prédio atenda as exigências mínimas de segurança.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não []

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 07h30 às 16h30

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**

E-mail: cis@unicamp.br

Telefone: (19) 2117-5150

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não [] **Obs:** Não são realizadas visitas ao interior do edifício, somente ao exterior.

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não []

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não []

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

O local não possui atendimento turístico ao público pois não são realizadas visitas ao interior do edifício.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não []

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

O local não dispõe de visita guiada, pois não são realizadas visitas ao interior do edifício. Porém, é possível realizar roteiros turísticos guiados por agências e guias terceirizados que incluam visita à parte exterior do prédio.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

O palácio se encontra próximo do terminal rodoviário municipal e intermunicipal, facilitando seu acesso por ônibus. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização central também permite acesso por frequentadores que estejam a passeio a pé pelo centro da cidade ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

Considerando que só é possível visitar a parte externa do palácio, e não existem estruturas de acessibilidade nas vias que ele ocupa, então o atrativo não dispõe de estruturas de acessibilidade.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [**X**] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**] **Obs:** O interior do edifício dispõe de sanitários, mas como o acesso interno não é permitido, a área externa não dispõe de sanitários.

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**] **Obs:** Ver item 19.

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**] **Obs:** Ver item 19.

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Na fachada do edifício existe uma placa com QR Code e informações sobre o processo de tombamento do bem.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [**X**] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [**X**] Não []

ANEXO 2.7. – SUBESTAÇÃO LIX DA CUNHA

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim Não

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

É possível que o edifício que está sendo utilizado como residência tenha sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, mas o mesmo não se estende para os outros edifícios do conjunto. O entorno aparenta contar com coleta de lixo e limpeza urbana limitadas.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim Não

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim Não

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DIPONÍVEIS?

A antiga subestação está fechada e abandonada, assim não existem equipamentos de segurança no local e o estado do conjunto representa possíveis riscos se adentrado.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim Não

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: O local não está em funcionamento.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail): Não se aplica.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim Não

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim Não

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim Não

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

A antiga subestação não está aberta à visitação turística, assim não existe atendimento ao público.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim Não

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

A antiga subestação não está aberta à visitação turística, assim não existe opção de visita guiada.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

A subestação está localizada entre a Avenida Lix da Cunha, que tem um intenso fluxo de veículo, e a rua Eugênio F. Camargo, que é uma rua residencial de baixo fluxo de veículos. Não é possível acessar a subestação pela avenida, pois não existem locais para estacionar

nem calçadas. É possível avistar a subestação parcialmente na rua Eugênio F. Camargo. Existem 3 linhas de ônibus municipais que param nas proximidades da rua Eugênio F. Camargo, segundo informações do Moovit App.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

O local está fechado e abandonado, assim não existe infraestrutura de acessibilidade.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [**X**]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**]

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [**X**]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [**X**]

ANEXO 2.8. – CURTUME CANTUSIO

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim Não

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

É possível que o edifício tenha sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, mas considerando seu estado de abandono, não é possível conformar se estes são funcionais. O entorno aparenta contar com coleta de lixo e limpeza urbana limitadas.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim Não

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim Não

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

O antigo curtume está fechado e abandonado, assim não existem equipamentos de segurança no local e o estado do edifício representa possíveis riscos se adentrado.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim Não

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: O local não está em funcionamento.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail): Não se aplica.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim Não

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim Não

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim Não

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

O antigo curtume não está aberto à visitação turística, assim não existe atendimento ao público.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim Não

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

O antigo curtume não está aberto à visitação turística, assim não existe atendimento ao público.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

O antigo curtume está localizado no fim da Avenida Dr. Carlos de Campos, em uma área relativamente isolada com terrenos vazios no entorno. Existe um condomínio de alto padrão em frente ao curtume. Essa localização e condições dificulta o acesso a pé e o acesso por veículos de aplicativos, que consideram a área isolada e recusam corridas para o local. Existe um ponto de ônibus diretamente em frente ao antigo curtume e existem 2 linhas de ônibus municipais que param nesse ponto segundo informações do Moovit App.

A maneira mais eficiente de acessar o local aparenta ser com veículo pessoal.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

O local está fechado e abandonado, assim não existe infraestrutura de acessibilidade.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [**X**]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**]

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [**X**]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [**X**]

ANEXO 2.9. - ÁREAS E PRÉDIOS DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DA ANTIGA COMPANHIA MOGIANA

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

Os edifícios da estação, do armazém do café e do estádio possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros e copa nesses locais. Nessas áreas em uso ocorre coleta de lixo e limpeza urbana em alguma capacidade. As áreas vazias do complexo sob responsabilidade da BDI Real Estate não aparentam contar com serviços de saneamento ou nenhum tipo de limpeza urbana.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

De todo complexo, só foi possível verificar mais detalhadamente os equipamentos de segurança do CIS-Guanabara. A Unicamp disponibiliza uma equipe de segurança para cuidar do local pelas duas entradas do espaço, a entrada de veículos e a entrada de pedestres. Além da equipe de segurança, o CIS-Guanabara está equipado com alarmes, mangueiras e extintores de incêndio, sinalização apontando para as saídas de emergência e sinalização indicando a capacidade de carga dos ambientes da estação.

O estádio também conta com uma equipe de segurança, mas não foi possível verificar a existência de equipamentos e estruturas de segurança.

Por se tratar atualmente de um canteiro de obras, a área do complexo sob responsabilidade da BID Real Estate não conta com estruturas e equipamentos de segurança para além da cerca, instalada ao redor da propriedade para impedir a ocupação do espaço.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não [] **Obs:** O CIS-Guanabara está aberto à visitação, o restante do complexo não.

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** O CIS-Guanabara funciona das 08h30 às 17h30

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**

E-mail: cis@unicamp.br

Telefone: (19) 3521-6853 / 3521-6854

Site: < <https://www.cisguanabara.unicamp.br/> >

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não [] **Obs:** No CIS-Guanabara, não é preciso agendar a visita apenas para contemplação do espaço, porém agendamento é necessário para realização de visitas guiadas, eventos e utilização de salas multiuso. Esses agendamentos são feitos por formulários no site do centro. Todos esses serviços são gratuitos.

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [] Não [X]

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [X] Não []

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

É possível realizar visitas guiadas com agendamento prévio no CIS-Guanabara.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim [X] Não []

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

Deve-se preencher um formulário no site do CIS-Guanabara para agendar visitas guiadas para grupos. Essas visitas são guiadas pelos próprios funcionários do centro.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

Existem 12 linhas de ônibus municipais que param nas proximidades do complexo, a descrição das linhas se encontra na aba “contato” do site do CIS-Guanabara. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização em um bairro de intensa atividade comercial também permite acesso por frequentadores que estejam passando pela área ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [X] Não []

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

No CIS-Guanabara existem rampas e corrimãos de acesso nas entradas e na maior parte dos locais onde tem escadas ou desníveis. Não existem outras estruturas de acessibilidade no restante do complexo.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [X] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [X] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [X] Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [X]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [X] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

No CIS-Guanabara existe o memorial ferroviário, em reforma em abril de 2022. Além do memorial, a opção de visita guiadas pelos funcionários do centro constituem um recurso interpretativo.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [X]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [**X**] Não [] **Obs:** Apenas o CIS-Guanabara é divulgado como atrativo pelo governo municipal.

ANEXO 2.10. – FÁBRICA DE CHAPÉUS CURY

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não [**X**]

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

É possível que o edifício tenha sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, mas considerando seu estado de abandono, não é possível conformar se estes são funcionais. O entorno aparenta contar com coleta de lixo e limpeza urbana limitadas.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não [**X**]

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não [**X**]

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

A antiga fábrica está fechada e abandonada, assim não existem equipamentos de segurança no local e o estado do edifício representa possíveis riscos se adentrado.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não [**X**]

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** O local não está em funcionamento.

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**

E-mail: centraldocliente@helbor.com.br

Telefone: (19) 3500-3109 /

Site: <https://www.helbor.com.br/home/sao_paulo>

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não [**X**]

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não [**X**]

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não [**X**]

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

A antiga fábrica não está aberta à visitação turística, assim não existe atendimento ao público.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não [**X**]

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

A antiga fábrica não está aberta à visitação turística, assim não existe opção de visita guiada.

15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**

Existem 5 linhas de ônibus municipais que param nas proximidades da antiga fábrica segundo informações do Moovit App. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização próxima à Avenida Barão de Itapura também

permite acesso por frequentadores que estejam passando pela área ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

O local está fechado e abandonado, assim não existe infraestrutura de acessibilidade.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [**X**]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**]

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [**X**]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [**X**]

ANEXO 2.11. - FÁBRICA DE TECIDOS ELÁSTICOS GODOY & VALBERT S/A

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

O local conta com sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que ali existem banheiros e copa. No entorno ocorre coleta de lixo e limpeza urbana em alguma capacidade.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

A Igreja do Nazareno Central de Campinas disponibiliza um segurança para cuidar do local pela entrada principal. Além do segurança, a igreja está equipada com alarmes, mangueiras e extintores de incêndio, sinalização apontando para as saídas de emergência.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não [] **Obs:** O local não está oficialmente aberto à visitação, mas a entrada de pessoas não é proibida.

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** A igreja possui variados horários de funcionamento baseados nos diferentes cultos que ocorrem. É preciso verificar os cultos e horários da semana no site.

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**

E-mail: secretaria@nazareno.com.br / atendimento@nazareno.com.br

Telefone: (19) 3234-5600

Site: <<https://www.nazareno.com.br/>>.

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não []

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não []

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não []

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

A igreja não recebe visitas turísticas, sendo assim, não existe atendimento ao público no local.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não []

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

A igreja não recebe visitas turísticas, sendo assim, não existem visitam guiadas no local.

15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**

Existem 5 linhas de ônibus municipais que param nas proximidades da igreja, segundo informações disponíveis no Moovit App. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização em um bairro de atividade residencial e comercial também permite acesso por frequentadores que estejam passando pela área ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não []

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?
Existem rampas e corrimãos de acesso na entrada e no salão principal do templo.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim []
Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim []
Não []

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?
Não Existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [].

ANEXO 2.12. - ESTÁDIO MOISÉS LUCARELLI

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim Não

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

O estádio possui sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros, vestiários, cozinha e copa no local. No estádio e seu entorno ocorre coleta de lixo e limpeza urbana.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim Não

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim Não

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

O estádio dispõe de uma equipe de segurança para cuidar do local em horário de funcionamento e quando fechado. Além da equipe de segurança, o estádio está equipado com câmeras de segurança, sensores, alarmes, mangueiras e extintores de incêndio, sinalização apontando para as saídas de emergência e sinalização indicando a capacidade de carga dos ambientes. Em dias de jogo, os frequentadores passam por revista para confiscar objetos que representam perigo ao público e espaço.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim Não

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 08h às 18h

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**

E-mail: torcedorcamisa10@localhost

Telefone: (19) 2101-7210 / 98292-3631

Site: <<https://pontepreta.com.br/>>

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim Não

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim Não **Obs:** É obrado R\$ 20 por pessoa para não associados a Associação Atlética Ponte Preta, R\$ 10 por pessoa para quem é associado e a entrada é gratuita para grupos escolares.

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim Não

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

É possível realizar visitas guiadas com agendamento prévio no estádio Moisés Lucarelli.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim Não

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

É preciso que os interessados em realizar a visita guiada entrem em contato com o departamento de marketing do estádio por e-mail ou telefone (listados acima) para agendar a atividade. As visitas são realizadas em grupos de até 15 pessoas e duram cerca de 2 horas. Quem conduz as visitas são funcionários do próprio departamento de marketing.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

Existem 21 linhas de ônibus municipais que param nas proximidades do estádio, a descrição das linhas se encontra na sub aba “Gosta de futebol?” na aba “Turista” do site do Emdec. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Existe a possibilidade de acessar o estádio caminhando se o frequentador estiver passando pela área ou mora nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não []

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

Algumas entradas e seções das arquibancadas possuem rampas e corrimãos de acesso. O estádio não dispõe de outras estruturas de acessibilidade para os frequentadores ou funcionários.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não []

19) O LOCAL DISPÕE DE SANITÁRIOS? Sim [] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não []

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Na área tombada do estádio funciona o Memorial Ponte Preta, onde são expostos troféus e prêmio que o clube ganhou ao longo dos anos, fotos da construção e inauguração do estádio, fotos e descrições de jogos históricos e apetrechos pertencentes a jogadores de destaque que passaram pelo time.

Além disso, a realização de visitas guiadas conta como recurso interpretativo.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não []

ANEXO 2.13. - PONTE SOBRE FERROVIA NO BAIRRO PONTE PRETA

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não [**X**]

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

Por se tratar de uma ponte em que parte está sem uso e parte é utilizada como estacionamento, a questão não se aplica.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [**X**] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

Por se tratar de uma ponte em que parte está sem uso e parte é utilizada como estacionamento, a questão não se aplica, porém a parte da ponte sem uso apresenta asfalto quebrado em partes

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [**X**] Não []

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Não se aplica, a ponte pode ser frequentada a qualquer horário.

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):** Não se aplica.

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não [**X**]

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não [**X**]

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não [**X**]

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

O local funciona como ponte e estacionamento, não existindo nenhum tipo de atendimento ao público.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não [**X**]

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

O local funciona como ponte e estacionamento, não existindo nenhum tipo de atendimento ao público.

15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**

Existem 7 linhas de ônibus municipais que passam nas proximidades da ponte. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. É possível acessar a ponte a pé se o interessado estiver de passagem ou morar nas proximidades, mas a localização da parte sem uso da ponte, em baixo de um viaduto, dificulta circulação

segura nessa área por conta do trânsito intenso.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não []

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

A parte usada como estacionamento do Colégio Adventista de Campinas possui rampas de acesso e vagas para deficientes. A questão não se aplica à parte sem uso da ponte.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não []

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local ou nas proximidades.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não []

ANEXO 2.14. - CONJUNTO DE BENS IMÓVEIS REMANESCENTES DA S/A INDÚSTRIA DE SEDA NACIONAL

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim [] Não []

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

Os edifícios do antigo complexo fabril possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros e copas nesses locais. O entorno aparenta contar com serviços de coleta de lixo e limpeza urbana em alguma capacidade.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim [] Não []

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim [] Não []

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

Não foi possível adentrar nenhum dos edifícios do complexo, porém considerando que nos edifícios funcionam o Colégio Estadual Dom Barreto, o Almojarifado Municipal, a sede do jornal Correio Popular e outros serviços menores, é provável que os edifícios atentam os requisitos mínimos de segurança para funcionamento.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim [] Não []

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Almojarifado Municipal: 08h às 16h
Correio Popular: 08h às 19h

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail):

E-mail: Colégio Estadual Dom Barreto: e018797a@educacao.sp.gov.br / Correio Popular: faleconosco@rac.com.br

Telefone: Colégio Estadual Dom Barreto: (19) 3236-8472/ Almojarifado Municipal: (19) 3272-7030/ Correio Popular (19) 3772-8000

Site: < <http://www.gruporac.com.br/> >.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim [] Não []

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [] Não []

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [] Não []

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

Os usos atuais dos edifícios do antigo conjunto fabril não são compatíveis com a visitação turística, assim, o local não possui atendimento ao público.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim [] Não []

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

Os usos atuais dos edifícios do antigo conjunto fabril não são compatíveis com a visitação turística, assim, o local não possui atendimento ao público.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

É possível acessar o antigo conjunto por 9 linhas de ônibus que param nas proximidades. É possível também acessar o local por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização em uma área residencial e comercial também permite acesso por frequentadores que estejam a passando pelo local ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [X]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

Considerando que só é possível visitar a parte externa dos edifícios, e não existem estruturas de acessibilidade nas vias que ele ocupa, então o bem não dispõe de estruturas de acessibilidade

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [X]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [X] Obs: O interior dos edifícios dispõe de sanitários, mas como o acesso interno não é permitido, a área externa não dispõe de sanitários.

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [X]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [X]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [X]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [X]

ANEXO 2.15. - VILA OPERÁRIA DOS FERROVIÁRIOS

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

As residências da Vila possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros e cozinhas nesses locais. A Vila aparenta contar com coleta de lixo e limpeza urbana em alguma capacidade.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

Não é possível verificar as estruturas de segurança nas residências, porém a via da Vila possui sinalização de trânsito devida, iluminação e hidrantes nas proximidades.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não [] **Obs:** As residências não estão abertas à visitação, porém a área da Vila está.

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Não se aplica.

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):** Não se aplica.

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não []

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não []

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não []

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

Por se tratar de um conjunto de residências, o local não possui atendimento turístico ao público.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não []

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

Não existem visitas guiadas que incluem a Vila.

15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**

A Vila se encontra entre a Avenida da Saudade e a Rua Álvaro Ribeiro, a avenida sendo uma via bastante movimentada. Existem 6 linhas de ônibus que passam nas proximidades da Vila segundo o Moovit App. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização permite acesso por frequentadores que estejam a passando pela região a pé pelo centro da cidade ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

A Vila não conta com infraestrutura de acessibilidade.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [] Não [**X**]

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [] Não [**X**]

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [] Não [**X**]

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não [**X**]

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Não existem recursos interpretativos no local.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [] Não [**X**]

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [] Não [**X**]

ANEXO 2.16. - RAMAL FÉRREO CAMPINEIRO, SITUADO NO DISTRITO DE SOUSAS

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim [] Não [**X**]

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?
Não existem serviços de saneamento básico no local.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim [] Não [**X**]

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

Atualmente o antigo traçado é uma estrada rural de terra, não existindo estruturas de segurança.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim [**X**] Não []

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Não se aplica.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail): Não se aplica.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim [] Não [**X**]

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [] Não [**X**]

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [] Não [**X**]

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

Atualmente o antigo traçado é uma estrada rural de terra, não existindo atendimento ao público.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim [] Não [**X**]

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

Não identificamos nenhum tipo de visita guiada inclua o antigo traçado.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

Só é possível percorrer o traçado com veículo particular, caminhando ou de bicicleta.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

Atualmente o antigo traçado é uma estrada rural de terra, não existindo estruturas de acessibilidade.

- 18) **POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA?** Sim [] Não [**X**]
- 19) **O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS?** Sim [] Não [**X**]
- 20) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES?** Sim [] Não [**X**]
- 21) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO?** Sim [] Não [**X**]
- 22) **EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL?** Sim [] Não [**X**]
- 23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?**
Não existem recursos interpretativos no local.
- 24) **ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO?** Sim [] Não [**X**]
- 25) **É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL?** Sim [] Não [**X**] **Obs:** O traçado em si não é divulgado como atrativo, mas são divulgadas rotas ciclo turísticas que englobam o traçado.

ANEXO 2.17. - BONDES E SEUS EQUIPAMENTOS REMANESCENTES

1) **O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO?** Sim [] Não []

2) **QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?**

O Parque Portugal, onde os bondes estão localizados, possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros, bebedouros, restaurantes e lanchonetes nesse local. O parque e o entorno aparentam contar com coleta de lixo e limpeza urbana.

3) **EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL?** Sim [] Não []

4) **EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA?** Sim [] Não []

5) **QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?**

O parque possui iluminação consistente e sinalização de segurança advertindo frequentadores sobre quais locais são acessíveis e sobre a interação com os animais do parque e sobre a necessária cautela de atravessar os trilhos por onde passam os bondinhos.

6) **ABERTO À VISITAÇÃO:** Sim [] Não []

7) **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 05h às 22h

8) **CONTATO (Site, telefone, e-mail):**

E-mail: dpj.parqueportugual@campinas.sp.gov.br

Telefone: (19) 3256-9959

Site: <<https://conheca.campinas.sp.gov.br/pois/55>>

9) **É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA?** Sim [] Não []

10) **É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO?** Sim [] Não [] **Obs:** A entrada para o parque não é cobrada, mas o passeio de bonde custa R\$ 5.

11) **O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO?** Sim [] Não []

12) **QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?**

O local não possui atendimento turístico ao público, apenas atendimento comercial.

13) **POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA?** Sim [] Não []

14) **SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:**

Existem roteiros turísticos comercializados que incluem o parque como atrativo. Assim, apesar de não ser uma visita guiada específica para os bondes, a visita ao parque os inclui.

15) **QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?**

O parque é atendido por 4 linhas de ônibus municipais que podem ser consultadas no site da Emdec na aba “Notícias para turistas”. É possível também acessar o espaço por veículos próprios ou de aplicativos. Sua localização também permite acesso por frequentadores que estejam passando pelo local ou que morem nas proximidades.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [**X**] Não []

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

O parque conta com rampas de acesso, assim como a plataforma de embarque do bondinho. É possível também colocar uma cadeira de rodas na parte traseira.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [**X**] Não []

19) O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS? Sim [**X**] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [**X**] Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [**X**] Não []

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Existem dois painéis informativos nas proximidades da plataforma de embarque do bondinho. Esses painéis contextualizam o parque e a atividade ferroviária em Campinas, especialmente a atividade ferroviária relacionada aos bondes.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [**X**] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [**X**] Não []

ANEXOS 2.18. - CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA USINA SALTO GRANDE

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim [] Não [**X**]

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

A usina se encontra em uma área rural cercada por mata, além de não estar em funcionamento atualmente. Não encontramos informações de fontes oficiais sobre quais equipamentos urbanos existem neste conjunto, no entanto, como ocorriam visitas ao local, é provável que os edifícios principais da usina tenham abastecimento de água, iluminação e sistema de saneamento.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim [] Não [**X**]

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim [] Não [**X**]

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

A usina se encontra fechada atualmente, não sendo possível verificar se ou quais equipamentos de segurança existem.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim [] Não [**X**]

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Não se aplica.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail): Não se aplica.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim [] Não [**X**]

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [] Não [**X**]

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [] Não [**X**]

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

Atualmente não existe atendimento ao público na usina.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim [] Não [**X**]

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

Atualmente não existe visita guiada na usina.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

Só é possível acessar a usina de veículo particular, caminhando ou de bicicleta.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

A usina se encontra fechada atualmente, não sendo possível verificar se ou quais

estruturas de acessibilidade existem.

18) **POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA?** Sim [**X**] Não []

19) **O LOCAL DISPÕES DE SANITÁRIOS?** Sim [] Não [**X**]

20) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES?** Sim [] Não [**X**]

21) **EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO?** Sim [] Não [**X**]

22) **EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL?** Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

Segundo imagens da ferramenta Google Street View, existem painéis de informação nas proximidades da usina contextualizando sua construção e seu papel na região.

24) **ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO?** Sim [] Não [**X**]

25) **É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL?** Sim [] Não [**X**] **Obs:** A usina em si não é divulgada como atrativo, mas são divulgadas rotas ciclo turísticas e trilhas que passam pelo local.

ANEXO 2.19. - PERCURSO DO LEITO DA ANTIGA ESTRADA DE FERRO MOGIANA NO TRECHO ENTRE CAMPINAS ATÉ A DIVISA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

1) O LOCAL POSSUI INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO? Sim [X] Não []

2) QUAIS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EXISTEM NO LOCAL?

As estações em uso da linha possuem sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto, uma vez que existem banheiros nesses locais. As estações em uso em zonas urbanas parecem contar com coleta de lixo e limpeza em alguma capacidade.

3) EXISTE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL? Sim [X] Não []

4) EXISTE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA? Sim [X] Não []

5) QUAIS ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS?

As estações em uso estão equipadas com alarmes, mangueiras e extintores de incêndio, sinalização apontando para as saídas de emergência, assim como os vagões e locomotivas.

6) ABERTO À VISITAÇÃO: Sim [X] Não []

7) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: O passeio saindo de Campinas sai aos sábados, domingos e feriados às 10h10 e às 15h.

8) CONTATO (Site, telefone, e-mail):

E-mail: abpfcps@terra.com.br

Telefone: (19) 3207-3637 e (19) 99580-7144

Site: <<https://www.mariafumacacampinas.com.br/>>.

9) É NECESSÁRIO AGENDAR A VISITA? Sim [X] Não []

10) É COBRADA ENTRADA PARA VISITAÇÃO? Sim [X] Não [] **Obs:** Diferentes categorias de passeios e participantes tem diferentes tarifas, é necessário acessar o site da ABPF para verificar as tarifas aplicáveis.

11) O LOCAL POSSUI ATENDIMENTO AO PÚBLICO? Sim [X] Não []

12) QUE TIPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO O LOCAL POSSUI?

O passeio é acompanhado por funcionários para passar instruções de segurança e vender suvenires.

13) POSSUÍ OPÇÃO DE VISITA GUIADA? Sim [X] Não []

14) SOBRE O CARÁTER DA VISITA GUIADA:

É possível agendar uma visita guiada com os próprios funcionários da ABPF ou realizar

o passeio com um guia particular.

15) QUAIS OS TIPOS DE ACESSO AO LOCAL?

É possível acessar a Estação Anhumas, de onde parte o passeio em Campinas, de veículo particular ou de aplicativos. Existem 2 linhas de ônibus municipais que param nas proximidades da estação segundo o Moovit App.

16) EXISTE INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE? Sim [] Não [**X**]

17) QUAIS AS INFRAESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS?

As entradas das estações em funcionamento contam com rampas de acesso, também é colocada uma rampa móvel para que cadeirantes entre na locomotiva e existem espaços vagos reservados para que os cadeirantes posicionem suas cadeiras. Na Estação Jaguariúna, existe piso tátil.

18) POSSUI SINALIZAÇÃO TURÍSTICA INDICATIVA? Sim [**X**] Não []

19) O LOCAL DISPÕE DE SANITÁRIOS? Sim [**X**] Não []

20) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS PARA DEFICIENTES? Sim [**X**] Não []

21) EXISTEM SANITÁRIOS ADAPTADOS COMO FRALDÁRIO? Sim [] Não []
] **Obs:** Não foi possível verificar.

22) EXISTEM RECURSOS INTERPRETATIVOS NO LOCAL? Sim [**X**] Não []

23) QUAIS RECURSOS INTERPRETATIVOS EXISTEM?

O próprio trajeto pela linha constitui um recurso interpretativo. Em algumas estações, existem placas informativas como complemento.

24) ESTÁ INCLUSO EM ALGUM ROTEIRO TURÍSTICO COMERCIALIZADO? Sim [**X**] Não []

25) É DIVULGADO COMO ATRATIVO TURÍSTICO PELO GOVERNO MUNICIPAL? Sim [**X**] Não []